

TABLE OF CONTENTS/SUMÁRIO

Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais – Volume 10 – Número 2**TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO** [PDF](#)*Pesquisas e Práticas Psicossociais 10(2), 234-459, São João del-Rei, julho/dezembro 2015***EDITORIAL**

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo; Marília Novais da Mata Machado; Sheila Ferreira Miranda; Marcos Vieira-Silva

Text in portuguese - [PDF](#)**DOSSIÊ PSICOLOGIA COMUNITÁRIA****Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção
(Ethic challenges in community practices (un)meeting between research and intervention)**

Maria de Fátima Quintal de Freitas

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Cidade com comunidade
(Town with the community)**

Lúcia Ozório

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Mangueira: a cultura comunitária e o Centro Cultural Cartola
(Mangueira: a community culture and “Cartola” Cultural Center)**

Cibele Mariano Vaz de Macêdo; Regina Gloria Nunes Andrade

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**A importância da Psicologia Comunitária para o desenvolvimento sustentável
(The importance of community psychology in sustainable development)**

Tania Maria de Freitas Barros Maciel; Monalisa Barbosa Alves

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade
(Affection, memory, community struggles, social participation and community senses)**

Samira Lima da Costa; Carlos Roberto Castro e Silva

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)

TABLE OF CONTENTS/SUMÁRIO

**Práticas em Psicologia Comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate
(Practices in Community Social Psychology and social mobilization processes: provocations for a debate)**

Marcos Vieira-Silva

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**ARTIGOS MULTITEMÁTICOS****“A Graça entre os homens”: discutindo a (des)aparição feminina nas capas de VocêS/A
(“Grace among men”: discussing the (dis)appearance of women on the covers of Você S/A)**

Fabiane Langon Lorenzi; Inês Henningen

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em um núcleo social****(Intervention to promote social skills and to reduce child behavior problems in a social group)**

Saulo Valmor Batista; Edna Maria Maturano

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**A utilização da matriz lógica em projetos sociais****(Using the logical framework in social projects)**

Marcelo Sant’Anna Pereira

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência****(Participatory process among health care providers to integrate the assistance to the child who was a victim of violence)**

Yara Aparecida Martini Klippel; Denise de Camargo

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais****(Use of anxiolytics and antidepressants by bankers: a study of social representations)**

Sara Fernandes Picheth; Elisa Yoshie Ichikawa

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)

TABLE OF CONTENTS/SUMÁRIO

A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios**(The university and psychiatric reform: wires and challenges)**

Maria Stella Brandão Goulart; Celso Renato Silva; Eliane Rodrigues da Silva

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas****(The role of public squares in the active aging from the point of view of the experts)**

Eduardo Alexandre Ribeiro da Silva; Gleice Azambuja Elali

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**A sucata como avesso complementar da contemporaneidade****(Scrap as the complementary reverse of contemporaneity)**

Gisele Gonçalves Melles de Oliveira

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Linguagem, memória e escrita****(Language, memory and writte)**

Nirvana Ferraz Santos Sampaio

[Abstract in english/portuguese](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”****(Vygotsky and Freire: the concepts of "consciousness" e "awareness acquisition")**

Daniel Welton Arruda Cabral; Lucíola Limaverde Ribeiro; Débora Linhares da Silva; Zulmira Áurea Cruz Bomfim

[Abstract in english/portuguese/spanish](#)Text in portuguese - [PDF](#)**Publicações Recentes - [PDF](#)****Consultores Ad Hoc de 2015 - [PDF](#)****Edição Completa - [PDF](#)**

EDITORIAL

Editorial

Com este número, Pesquisas e Práticas Psicossociais completa seu décimo ano de existência ininterrupta. Comemora esse evento com o dossiê especial dedicado à “Psicologia Comunitária”, organizado por Marcos Vieira-Silva, editor da revista desde o primeiro momento. Ao dossiê, seguem-se artigos multitemáticos que, dentro da linha editorial da revista, contemplam a diversidade de perspectivas e métodos de tratamento dos processos psicossociais.

O Dossiê sobre Psicologia Comunitária que publicamos neste número da PPP é resultado de um trabalho proposto pelo GT Psicologia Comunitária, da ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Compreende artigos de diferentes regiões e instituições do país, de autoria de membros do GT produzidos com parceiros e convidados, com o objetivo de apresentar um panorama dos trabalhos desenvolvidos sobre Psicologia Comunitária em instituições de ensino, extensão e pesquisa em Psicologia de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

O GT Psicologia Comunitária participa dos Simpósios da ANPEPP desde 1990, na edição de Águas de Lindóia. Sempre contou com a participação de pesquisadores de várias instituições e regiões do Brasil, preocupados com a investigação e intervenção no campo social a partir do trabalho com referências da Psicologia Social Comunitária. Nos últimos anos tem procurado incorporar novos pesquisadores para garantir a produção de reflexões mais abrangentes e mais contemporâneas, buscando contribuir com uma leitura crítica da realidade e com a busca pela produção de uma sociedade mais justa e igualitária, do ponto de vista da cidadania e da subjetividade.

A Psicologia Comunitária surgiu no Brasil nos anos 70, como uma sub-área de investigação e intervenção da Psicologia Social e se constituiu como uma área de produção específica em função do volume de trabalhos, de suas articulações interdisciplinares com outros campos da própria Psicologia, bem como das ciências sociais em geral, e em função das demandas dos movimentos sociais, em um período no qual as políticas públicas ainda engatinhavam no país. O objetivo do dossiê é apresentar experiências desenvolvidas em vários grupos de pesquisa do país, dialogando com categorias temáticas e com práticas de investigação e intervenção no campo social com várias articulações com políticas públicas de Saúde, educação e desenvolvimento social.

O primeiro artigo do Dossiê, *Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção*, de autoria da Prof^ª Maria de Fátima Quintal de Freitas, apresenta reflexões sobre práticas em Psicologia Comunitária, partindo dos desafios éticos que se apresentam à pesquisa e à intervenção realizadas com vistas ao desenvolvimento de ações questionadoras e transformadoras da realidade social dos movimentos sociais comprometidos com a construção de uma sociedade mais crítica e igualitária. O artigo é finalizado com exposições sobre a congruência entre investigação e intervenção na perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latinoamericana. A autora é professora e pesquisadora junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, possui Doutorado em Psicologia Social pela PUC-SP, com Estágio Pós-Doutoral no ISPA, Lisboa e Universidade do Porto, Portugal. Coordena o Núcleo de Psicologia

EDITORIAL

Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES-PPGE/CNPq).

A Prof^a Lúcia Maria Ozório Barroso, Doutora em Psicologia Social com Estágio Pós Doutoral na Universidade de Paris 13 Nord, é pesquisadora no Laboratório EXPERICE - Universidades Paris 8 - Paris 13, França; e no Laboratório LIPIS - PUC-RJ. Rio de Janeiro; é Membro do GT Psicologia Comunitária-ANPEPP. Em seu artigo *Cidade com Comunidade*, nos apresenta um conjunto de reflexões sobre as articulações da vida comunitária com os espaços da cidade, com todas as contradições de um lugar que apresenta desigualdades e limites ao comum, que não conseguem impedir que ele apareça com força e grite por suas demandas, principalmente se as consideramos a partir das periferias localizadas no coração dos grandes centros urbanos. As contradições entre submissão, resistência e liberdade são abordadas de maneira crítica e comprometida, surgindo daí, também, as possibilidades e perspectivas de transformações sociais e políticas.

Cibele Mariano Vaz de Macêdo, Professora na Universidade Ibirapuera e na Universidade Santo Amaro, pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos de Relações Raciais: memória, identidade e imaginário, na PUC/SP, com doutorado em Psicologia Social pela UERJ e Regina Gloria Nunes Andrade, Professora Titular do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio De Janeiro e Membro do GT Psicologia Comunitária da ANPEPP, nos apresentam o trabalho *Mangueira: a cultura comunitária e o Centro Cultural Cartola*, que discutem reflexões a partir de uma investigação sobre os processos de subjetivação de crianças e jovens que frequentam o Centro Cultural Cartola. Cultura e Cidadania, preservação e divulgação cultural, identidade e processo de subjetivação são abordados em suas

articulações com a Psicologia Comunitária e com o Grupo Operativo, de Pichón-Rivière.

A *importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável*, foi escrito por Tania Maria de Freitas Barros Maciel, Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Estágio Pós-Doutoral pelo L Institut d Etudes Politiques de Paris Sciences Po, Coordenadora do Programa Interdisciplinar de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), UFRJ e Membro do GT ANPEPP, em parceria com Monalisa Barbosa Alves, Doutora em Economia, Professora Adjunta e Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGECON. Participa do Programa Interdisciplinar de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), UFRJ. No trabalho as autoras apresentam uma série de discussões e questionamentos sobre o desenvolvimento sustentável como perspectiva fundamental para a construção de uma sociedade mais desenvolvida e igualitária, apontando contribuições significativas da Psicologia Social Comunitária para um campo de investigação e intervenção pleno de desafios para a construção de uma realidade mais humana, ética e sustentável. Contribuições de pesquisas desenvolvidas no Programa EICOS-UFRJ são citadas.

O artigo *Afetos, memória e sentido de comunidade na construção de diferentes modos de participação social*, foi produzido por Samira Lima da Costa e Carlos Roberto Castro e Silva. Ela é Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional, Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ. Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ, 2008) e Membro do GT ANPEPP de Psicologia Comunitária;

EDITORIAL

ele é Professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo - Baixada Santista (UNIFESP). Realizou Estágio Pós-Doutoral em Ciências Sociais pela University of Western Ontario, Canadá (2006); Doutor em Psicologia Social (USP, 2004); Mestre em Psicologia Social (PUC São Paulo, 1998); Especialista em Saúde Coletiva (USP). O artigo busca discutir a produção dos sentidos de comunidade a partir de algumas categorias temáticas da Psicologia Comunitária, como a afetividade, a memória coletiva e a luta comunitária. Diferentes formas de participação social são consideradas a partir de experiências de dois grupos: integrantes de uma ONG e participantes de um grupo de pescadores artesanais.

O último artigo a compor o Dossiê, *Práticas em Psicologia Comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate*, foi escrito pelo Prof. Marcos Vieira-Silva, Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, com Estágio Pós-Doutoral em História da Psicologia Comunitária pela UFMG. Ele é Professor Associado III da UFSJ e Prof. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ. Atualmente é Coordenador do LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ e do GT ANPEPP de Psicologia Comunitária. Foi o organizador do presente Dossiê. O trabalho que apresenta provoca várias reflexões a partir de articulações entre categorias temáticas da Psicologia Social e da Psicologia Comunitária e práticas em Psicologia Social Comunitária, realizadas a partir de trabalhos de extensão, pesquisa e ensino desenvolvidos, principalmente, no LAPIP – UFSJ. Um pouco da história e das articulações da Psicologia Comunitária com políticas públicas de educação, saúde, cultura e desenvolvimento social são panos de fundos para as reflexões e provocações propostas.

Considerem nosso Dossiê como um convite provocador para aproximações frutíferas ou para uma maior convivência com a diversidade e criticidade de um campo da Psicologia que vem sendo construído coletivamente, principalmente a partir da pesquisa e da extensão universitária no Brasil e na América Latina, com instigantes articulações com o ensino da Psicologia e das ciências humanas em geral, desde os anos setenta, mas mantendo uma desafiante atualidade temática e metodológica.

O bloco multitemático deste número traz estudos e discussões que provocam, na contemporaneidade, a construção de saberes que habitam fronteiras fluidas e são prerrogativas dos profissionais que desenvolvem práticas psicossociais. Ideias, espaços, pessoas e materiais, em suas múltiplas relações, aparecem nesse módulo, tendo como autores pesquisadores e profissionais de instituições variadas.

Em “*A Graça entre os homens*”: *discutindo a (des)aparição feminina nas capas de Você S/A, Fabiane Langon Lorenzi e Inês Hennigen*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), *questionam a quase inexistência da imagem de mulheres em capas da revista de negócios, tomando como pano de fundo a discussão de gênero nas construções midiáticas sobre as mulheres.*

Saulo Valmor Batista e Edna Maria Marturano, da Universidade de São Paulo (USP), são os autores do estudo *Oficina de fortalecimento de vínculos em um núcleo social* que verifica o potencial de um programa para expandir habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento em crianças frequentadoras regulares de atividades educativas no contraturno da escola.

Em *A utilização da Matriz Lógica em processos sociais*, Marcelo Sant' Anna Pereira, do Centro de Atendimento e Inclusão Social (CAIS), instituição em

EDITORIAL

Contagem, MG, demonstra que o *Logical Framework Approach* (Enfoque Matriz Lógica) se destaca como ferramenta para gerir projetos, desde a concepção à realização. Para tanto, realiza uma revisão bibliográfica e uma avaliação de um projeto concreto.

O texto *Processo participativo para a prática integrada de profissionais de saúde no atendimento à criança vítima de violência*, de Yara Aparecida Martini Klippel e Denise de Camargo, da Universidade Tuiuti do Paraná, apresenta uma pesquisa participante realizada com profissionais de saúde em um Hospital Infantil, buscando formar um grupo reflexivo que possibilita a esses sujeitos compreender e encontrar soluções para seus desafios cotidianos por meio do compartilhamento de experiências.

Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais, de Sara Fernandes Picheth e Elisa Yoshie Ichikawa, da Universidade Estadual de Maringá, busca entender a prática de bancários que recorrem aos ansiolíticos e antidepressivos como recurso para enfrentar ambientes de alta pressão em seus ambientes de trabalho, uma vez que se encontram mais propícios ao uso dessa medicação.

O artigo *A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios*, dos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais Maria Stella Brandão Goulart, Celso Renato Silva e Eliane Rodrigues da Silva, traz reflexões profícuas sobre as relações entre universidade e Reforma Psiquiátrica dentro do enquadramento da Psicologia brasileira, visando apontar as possibilidades de constituição de uma cultura profissional crítica que respalde uma postura de engajamento na luta antimanicomial.

Em *O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas*, Eduardo Alexandre

Ribeiro da Silva e Gleice Azambuja Elali, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, analisam entrevistas com profissionais que trabalhavam com idosos em Natal, RN, a fim de verificarem a relação entre frequência a praças públicas e envelhecimento ativo. Nesse setor, foi mostrada a importância das praças e das interações sociais que nelas ocorrem, desde que conservadas e bem administradas.

Gisele Gonçalves Melles de Oliveira, da Universidade Estadual Paulista, no artigo *A sucata como avesso complementar da contemporaneidade*, discute os significados da sucata na contemporaneidade, apresentando relato de uma experiência com esse material, em oficina de criação espontânea realizada em uma universidade, deixando de ser um material sem valor para se tornar um meio de possibilidades de interferir e fazer leituras de mundo.

Nirvana Ferraz Santos Sampaio, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, apresenta resultados do acompanhamento longitudinal da linguagem de um sujeito após um traumatismo craneoencefálico. Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da neurolinguística discursiva, o artigo *Linguagem, Memória e Escrita*, assinala que a leitura e a escrita podem ser eficazes na reestruturação da oralidade do sujeito, na reconstituição da sua identidade e na reinserção social.

Os pesquisadores da Universidade Federal do Ceará Daniel Welton Arruda Cabral, Luciola Limaverde Ribeiro, Débora Linhares da Silva e Zulmira Áurea Cruz Bomfim cotejam, no artigo *Vigotsky e Freire: Os conceitos de “consciência” e “conscientização”*, os pensamentos e conceitos desses dois autores. Lembram que eles distam no tempo e no espaço de produção intelectual, mas têm em comum o referencial materialista histórico-dialético, o anseio pela inovação cultural e

EDITORIAL

educacional e a atenção ao contexto social e à transformação dos sujeitos.

Seguem-se notas sobre Publicações Recentes e a Nominata dos consultores *ad hoc* de 2015, a quem agradecemos a colaboração imprescindível. Contamos neste número com o trabalho da funcionária da UFSJ Fernanda Sbampato de Resende Corrêa, que, ainda tateando, transforma-se em ótima secretária do Lapip e da PPP.

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e
Melo
Marília Novais da Mata Machado
Sheila Ferreira Miranda
Marcos Vieira-Silva

Endereço eletrônico: ppplapip@ufsj.edu.br
Endereço para correspondência: Laboratório de
Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip/UFSJ).
Praça Dom Helvécio, 74, Salas 2.09 e 2.10, São João
del-Rei, MG, CEP: 36.301-160.

Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

Ethic challenges in community practices: (un)meeting between research and intervention

Los desafíos éticos en prácticas en comunidad: (des)encuentros entre la investigación y la intervención

Maria de Fátima Quintal de Freitas¹

Resumo

O presente trabalho analisa as relações entre os processos de investigação e de intervenção no campo comunitário, enfatizando duas questões centrais: a) se a investigação (pesquisa) deve conduzir a ações que também sejam comprometidas com a realidade e a transformação social; e b) se o processo de intervenção em comunidade gera conhecimentos socialmente relevantes. Para isso procede-se a uma reflexão sobre os dilemas e desafios éticos que estão presentes nas práticas comunitárias: a) relacionados às exigências metodológicas e de produção de conhecimento; b) ligados à “sensibilidade cotidiana e histórica”. Indaga-se se a intervenção psicossocial capta os processos de participação e conscientização. Finaliza-se com uma exposição de aspectos importantes para a congruência metodológica e política entre intervenção e investigação psicossocial em comunidade, na perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana.

Palavras-chave: Investigação-intervenção em Psicologia Social Comunitária; Ética e práticas comunitárias; Relação profissional-comunidade.

Abstract

This paper analyzes the relationships between the processes of investigation and intervention in the community field, emphasizing two central questions: (a) whether the investigation (research) should lead to actions that are also committed to reality and social change; and (b) whether the community intervention process generates socially relevant knowledge. For that, the paper proceeds to a reflection on the dilemmas and ethical challenges that are present in the community practices: (a) related to methodological requirements and to the requirements of knowledge production; (b) linked to the “daily and historical sensitivity”. It asks whether the psychosocial intervention captures the processes of participation and awareness acquisition. It ends with an exhibit of significant aspects to the methodological and political congruence between intervention and psychosocial research in community, from the perspective of the Latin American Social Community Psychology.

Keywords: research-intervention in Community Social Psychology; Ethics and community practices; Professional-community relationship.

Resumen

Este trabajo analiza las relaciones entre los procesos de investigación e intervención en el ámbito de la comunidad, haciendo hincapié en dos cuestiones centrales: (a) si la investigación (pesquisa) debe conducir a acciones que también están comprometidos con la realidad y el cambio social; y (b) si el proceso de intervención comunitaria genera conocimiento socialmente relevante. Para tanto el documento procede a una reflexión sobre los dilemas y desafíos éticos que están presentes en las prácticas en la comunidad: (a) en relación con los requisitos metodológicos y de la producción de conocimiento; (b) ligados a “la sensibilidad cotidiana y histórica”. Se pregunta si la intervención psicossocial captura los procesos de participación y toma de conciencia. Se termina con una exposición de los aspectos importantes de la congruencia metodológica y política entre la intervención y la investigación psicossocial en la comunidad desde la perspectiva de la Psicología Social Comunitaria Latinoamericana.

Palabras clave: Investigación-intervención en Psicología Social Comunitaria; Ética y prácticas de la comunidad; Relación profesional en la comunidad.

¹ Pós-Doutora em Psicologia Comunitária (ISPA, Lisboa e Universidade do Porto, Portugal). Mestre e Doutora em Psicologia Social (PUC-SP). Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES-PPGE/CNPq). E-mail: fquintal@terra.com.br

Introdução

Nos últimos anos, a discussão sobre ética tem recebido destaque em vários campos disciplinares e práticos. Isso em parte acontece por conta da ampliação de temas relacionados aos dilemas e desafios éticos presentes na práxis e nos projetos e programas de intervenção sociocomunitária, que poderiam ser agrupados aqui, sem se ter a pretensão de esgotá-los, em três grandes blocos de debate. Primeiro, os temas relativos aos impactos gerados a partir das diferentes relações estabelecidas entre os profissionais e as comunidades às quais seus trabalhos se dirigem, seja no campo da educação, saúde, ciências humanas e sociais, urbanismo e planejamento urbano ou rural, políticas sociais e públicas. Segundo, as discussões ligadas às fragilidades e melindres relativos às fronteiras, pouco claras e consensuais, entre as autorias da produção de conhecimento e de tecnologias sociais, assim como sobre as implicações dos usos inapropriados das ideias ou “origens intelectuais” que os pesquisadores e autores demoraram anos para alcançar. E o terceiro tema, para o debate ético, está relacionado à formação que se faz necessária para atuar em instituições e comunidades, utilizando programas de ação para diferentes setores e grupos da realidade social. Coloca-se, aqui, a discussão sobre “verdades” e “adequações” a respeito de cada tipo de formação e os paradigmas predominantes nesse processo formativo. Isso transparece na discussão que emerge da oposição entre uma formação “mais ampliada” e uma formação “mais especializada”. Isso reaviva uma antiga celeuma entre eficácia-eficiência *versus* qualidade-compromisso das intervenções e práticas profissionais, a despeito do lugar sociopolítico que a comunidade e os setores destinatários poderiam ter nessa discussão.

Vários autores, desde o final do século passado, trouxeram para o debate análises a respeito dos limites da ação e organização sociais e dos impactos pessoais e sociais produzidos – positivos ou negativos –, seja na perspectiva das redes e movimentos sociais e comunitários (Novo, Souza & Andrade, 2001; Ploner, Michels, Schlindwein & Guareschi, 2003; Gohn, 2010), seja na dimensão de como isso poderia contribuir para processos de socialização a favor (ou contra) os princípios de civilidade (Altwater, 1999; Appiah, 1999; Heller, 1999; Hobsbawm, 2000; Codato, 2006; Sen & Kliksberg, 2010). Nesse âmbito, pode-se, aqui, recorrer a Hobsbawm (1998), quando se refere aos desafios que a sociedade atual enfrenta quando se depara com a mudança de valores básicos de

convivência e de sociabilidade. Esse autor chama a nossa atenção para “a atual adaptação das pessoas à existência, em uma sociedade desprovida das regras de civilização” (Hobsbawm, 1998, p. 268).

A sutileza de alguns processos psicossociais de naturalização da vida cotidiana pode ser identificada em exemplos atuais de exploração, sofrimento, humilhação ou mesmo admissão de formas de desvalorização, individuais ou coletivas. Essas naturalizações acontecem, por exemplo, em situações nas quais há algum grau de aceitação dos episódios ou acontecimentos cruéis que aviltam de algum modo a condição humana, ou mesmo atribuem “causas” psicológicas para situações que são derivadas das condições de desigualdades sociais, econômicas, culturais e/ou políticas. Para além da compreensão dessa naturalização, parece ser também importante chamar a atenção para o fato de isso não gerar um sentimento de indignação, que deveria ser forte o suficiente para impedir que tais situações voltassem a acontecer.

[...] todos nos adaptamos à vida em uma sociedade que, pelos padrões de nossos avós ou pais – e até pelos padrões de nossa juventude, para os que têm a minha idade –, é incivilizada. Acostumamo-nos com ela. Não quero dizer que não conseguimos mais ficar chocados com esse ou aquele de seus exemplos. Ao contrário, ficar chocado periodicamente por algo involuntariamente terrível é parte da experiência. Ajuda a ocultar o quanto nos habituamos à normalidade daquilo que nossos pais – os meus com certeza – teriam considerado vida em condições desumanas. (Hobsbawm, 1998, p. 268).

Essa certa “habituação” diante do que não deveria ser admissível e, muito menos, tolerável tem afrontado e desrespeitado a vida e a dignidade humanas. “O pior é que passamos a nos habituar ao desumano. Aprendemos a tolerar o intolerável” (Hobsbawm, 1998, p. 279). Isso suscita um debate necessário no campo da ética das ações e das práticas humanas que acontecem nos contextos mais variados. Essa habituação gera, ao mesmo tempo, um conformismo que coloca em cheque os valores e os princípios norteadores do que é chamado de humanamente digno.

Na mesma perspectiva de refletir sobre a vida cotidiana e suas dimensões éticas, outros autores apontam o caráter das rápidas mudanças presentes na vida moderna e seus impactos para a dinâmica das relações humanas, no sentido disso fragilizar os princípios norteadores do agir e interagir coletivos, em diferentes situações. As seguranças a respeito, por exemplo, das diferenças entre bem e mal, certo e errado, parecem esvair-se diante da volatilidade e esvaziamento de sentidos dos valores e atitudes na

Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

vida cotidiana. Parece criar-se, na sociedade moderna, uma espécie de zona de conflito e tensão, em que se torna cada vez mais preocupante

[...] a transformação da experiência da vida cotidiana, com a introdução, nos lares e mesmo na vida íntima, de uma tecnologia sempre em mudança. Tem-se que mudar hábitos, ideias, credos – e reaprender praticamente tudo três vezes na vida. Quanto tempo se consegue resistir? Quantas vezes podem as pessoas mudar de atitude na vida? Quantas vezes podem as pessoas mudar de profissão? Quantas vezes podem assumir novas orientações? Homens e mulheres sentem que estão perdendo terreno. (Heller, 1999, p. 19)

Nesse sentido, Heller (1999) aponta a condição paradoxal da modernidade na sociedade atual, sendo percebida tanto como possibilidade como uma espécie de ônus. De um lado, potencializa e incentiva desenvolvimentos e variações na vida cotidiana, seja no âmbito íntimo ou no público e, para isso, gera como subproduto dificuldades de adaptação por parte das pessoas. No plano político-social, as formas de desenvolvimento expressam-se pelos diferentes níveis e fóruns de participação e representação social e política criados, como é o caso das instâncias dos conselhos (de gestão, de controle social, de planos de ação, etc.). Entretanto, o paradoxo disso surge, por exemplo, quando as pessoas

[...] têm pouca clareza dos resultados de suas ações. Talvez estejam conscientes das suas responsabilidades diante das gerações futuras, mas apenas em termos abstratos. Dificilmente podem imaginar a vida dessas gerações. No mundo pré-moderno todos podiam imaginar como seus netos viveriam e o que fariam. Hoje, nenhum de nós sabe grande coisa sobre os netos. Viver na incerteza é traumático. Viver na incerteza de significados e de valores é ainda mais. [...] O trauma moderno não é um acontecimento, mas um estado de coisas, pois é contínuo. (Heller, 1999, p. 21).

Em entrevista a um jornalista italiano, às vésperas do século XXI, Hobsbawm (2000), interpelado a respeito do impacto das mudanças de vida hoje, quando comparadas aos antepassados, traz reflexões sobre se as pessoas seriam, na atualidade, mais felizes. Esse historiador argumenta que, mesmo que tenha existido uma relativa melhoria na vida das pessoas, em parte traduzida por aumento na renda ou ampliação de acesso aos divertimentos ou lazer, isso “não assegura, de modo necessário ou automático, um sentimento de realização ou satisfação” (Hobsbawm, 2000, p. 127). Destaca, ainda, que uma das características de sociedades globalizadas, como

a nossa, é o decréscimo dos valores coletivos – e, poderíamos aqui dizer, comunitários – enquanto cada vez mais a sociedade valoriza características individualistas, que podem, por exemplo, ser identificadas quando é difícil para alguém que obteve êxito deixar de se comparar com a riqueza de outros (Hobsbawm, 2000). Esses aspectos apontam para alguns princípios que se relacionam às propostas de intervenção comunitária, no sentido de serem criadas e fortalecidas redes mais solidárias e cooperativas entre as pessoas e, para isso, os valores comunitários e de solidariedade constituem um eixo central.

Tendo essas preocupações ligadas às incertezas vividas no cotidiano e que podem refletir-se na prática dos trabalhos de intervenção comunitária, é que se busca, neste artigo, trazer uma discussão da perspectiva ética. Para isso pretende-se discorrer sobre os dilemas e desafios éticos que estão presentes quando da realização de tais práticas, destacando-se as tensões e interfaces entre o processo de investigação e o de intervenção no campo comunitário. Serão apresentados os desafios e dilemas relativos às exigências metodológicas e de produção de conhecimento e relativos à proximidade ou distanciamento da intervenção psicossocial, no sentido de captar os processos de participação e conscientização. Ao final, é feita uma reflexão a respeito da congruência metodológica e política entre intervenção e investigação em comunidade, adotando-se a perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-americana.

Bases epistemológicas das práticas psicossociais em comunidade

Buscando analisar as relações entre o processo de investigação e o da práxis no campo da intervenção psicossocial em comunidade, propõe-se tomar como ponto de partida, para uma primeira reflexão, alguns questionamentos que foram sistematizados por Ignácio Martín-Baró (1987) ao pretender analisar criticamente a práxis do(a) psicólogo(a) em comunidade.

A partir da perspectiva da psicologia social comunitária e da libertação (Dussel, 2002; Guzzo, 2010; Freitas, 2010; Flores Osorio, 2011; Gaborit, 2011a e 2011b), Martín-Baró (1998) tece críticas a respeito do lugar e compromisso assumidos por esse profissional ao atuar e inserir-se nas dinâmicas comunitárias, cuja prática, em sua opinião, deveria contribuir para a transformação social e libertação das formas de opressão e exploração na vida cotidiana. Três são as perguntas centrais que devem, então, ser feitas, dentro dessa perspectiva, quais

Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

sejam: a) Como sabemos que o conhecimento da nossa área, ou seja, o conhecimento psicológico, possui verdades dirigidas à realidade concreta das comunidades? b) Quais são as nossas especificidades históricas e que aspectos são cruciais para orientar a nossa prática? c) Que “fazer psicossocial” tem tido a Psicologia em relação aos problemas concretos vividos por nossa população?

Essas questões referem-se a eixos colocados por Martín-Baró (1987; 1998) que contribuem para que se pense nas dimensões que são importantes para os trabalhos de intervenção, assim como para a pesquisa no campo da psicologia social comunitária. A primeira pergunta refere-se a uma questão de ordem epistemológica que pode ser traduzida em: que conhecimentos (em nossa profissão) temos produzido e como concebemos o que é psicológico no contexto das relações comunitárias? A segunda questão relaciona-se às categorias conceituais relevantes para se compreender a realidade psicossocial que existe na América Latina e no Brasil. Isso se expressa em preocupações quanto à vida cotidiana de nossa gente e à rede de relações comunitárias existentes. A terceira coloca a reflexão sobre a práxis político-profissional ao indagar sobre o “fazer psicossocial” e o tipo de compromisso que o nosso trabalho possui e tem assumido, indicando a favor de quem e com que princípios tem se guiado. Tomando esses questionamentos como referencial, pretende-se, assim, tecer algumas reflexões sobre as práticas psicossociais em comunidade, destacando-se as (in)coerências entre o fazer e o planejar tais práticas, com vistas a criar resistências às formas de injustiça e indignação, ao mesmo tempo em que possa ser reafirmada a participação e solidariedade na vida cotidiana.

Pesquisa e intervenção nas práticas comunitárias

Falar a respeito das relações entre investigação e intervenção dentro das práticas comunitárias significa, também, refletir sobre os cuidados éticos que devem estar presentes quando da realização desses trabalhos. Considerando-se o contexto das relações comunitárias, pode-se dizer que emergem duas preocupações básicas:

1. uma, se a *investigação* deveria e poderia *conduzir a práticas* comprometidas com a construção de uma vida mais digna para as pessoas;
2. outra, se a *intervenção* deveria e poderia *contribuir para a produção de conhecimentos* que estivessem implicados com a mudança das condições responsáveis pela situação desumana em que as pessoas vivem.

Que a prática deve conduzir a conhecimentos, todos nós concordamos. O que se coloca, aqui, é indagar se podem (e devem) ser conhecimentos que levem à mudança. Equivale a ter a mesma preocupação colocada no primeiro item, somente ao revés: Em outras palavras, podendo levar à transformação, deve-se então perguntar: para quem? A favor do quê? E por quê? Em continuação, e tendo a preocupação de compreender a relação pesquisa-intervenção, deveríamos refletir sobre: a) O grau de *coerência* que há entre a maneira “*como se vê a realidade concreta*” (que pressupostos ontológicos nos guiam) e a maneira “*como se age diante dela*” (recursos epistemológicos adotados). Isso pode ser traduzido em termos de se há coerência (ou incoerência) entre a cosmovisão que nos guia ao olharmos e selecionarmos a realidade com a maneira como atuamos nessa realidade e problemas selecionados. b) As *estratégias* que poderiam ser utilizadas para *fortalecer redes mínimas de solidariedade e união* dentro das relações comunitárias.

Nessa busca de compreensão sobre a (in)coerência epistemológico-ontológica e sobre as estratégias de construção de solidariedade, inúmeros são os desafios e dilemas éticos com os quais nos deparamos durante as práticas psicossociais em comunidade (Montero, 2003; Martín-Baró, 1987; Gaborit, 2011a, 2011b; Guzzo, 2010; Freitas, 2002, 2003a, 2003b, 2005, 2006). Entre eles podem ser apontadas duas categorias, intimamente interligadas entre si, que são: uma, relativa às *exigências metodológicas e à produção de conhecimentos* que se referem, diretamente, à realidade na qual o pesquisador-trabalhador comunitário atua; outra, relacionada ao que se denomina, aqui, *sensibilidade cotidiana e histórica*. Essa última categoria se expressa em dois desafios a serem vencidos. O primeiro é relativo a como capturar e compreender os sutis processos de participação e conscientização, no cotidiano das redes comunitárias, para que se possa ter certeza de que a intervenção comunitária está avançando. O segundo refere-se ao que se tem de vencer para dizer que acontece essa *sensibilidade* e liga-se à necessidade de analisar se o trabalho comunitário que está sendo desenvolvido, ao avançar, se mantém eticamente fiel aos princípios que o orientaram. Esses dois desafios, intrinsecamente interligados e dependentes, apresentam-se de modo contínuo e a cada etapa do trabalho comunitário, exigindo muitas vezes aquilo que Lane (1986) denominava “*paciência histórica*”.

Exigências metodológicas e epistemológicas à práxis em comunidade

Com a proposta de discutir o significado e os conteúdos da intervenção e da investigação dentro dos trabalhos comunitários, pretende-se aqui uma reflexão sobre as relações entre pesquisa/intervenção e os diferentes tipos de conhecimento produzidos, assim como entre o tipo de compromisso assumido e a prática realizada dentro dos projetos comunitários. Partiremos, assim, dos desafios e dilemas colocados à prática dos trabalhos em comunidade expressados na pergunta: Quais são as exigências metodológicas e de produção de conhecimento colocadas a profissionais, sejam pesquisadores(as) e/ou trabalhadores(as) comunitários?

Independentemente de quais sejam os objetivos e propostas específicas de cada trabalho comunitário, os profissionais envolvidos enfrentam desafios em função das características dos programas/projetos comunitários que eles desenvolvem, relacionadas às complexas problemáticas com as quais trabalham e ao grau de envolvimento que lhes é exigido. Enfrentam, assim, diferentes dilemas: a) os mais práticos e operacionais: como fazer o trabalho, como envolver e agregar mais pessoas, como tornar o trabalho de fato eficaz e eficiente nas atividades, entre tantos outros; b) os mais “existenciais” e epistemológicos, materializados em indagações como: estão sendo respeitadas as necessidades e interesses da população? Os encaminhamentos/alternativas escolhidos são os melhores para a coletividade/comunidade? Estamos no caminho certo?

Essas são dimensões psicossociais que atravessam as práticas em comunidade e que acompanham os vários trabalhadores comunitários, constituindo-se em fatores que podem representar entraves e pontos de inflexão para a realização das práticas psicossociais em comunidade. São aspectos que interferem, seja para a (des)continuidade do trabalho, seja para a explicitação (ou “abrandamento”) das perspectivas assumidas, seja para a (des)construção dos projetos político-sociais presentes em tais práticas. Dessa forma, enfocar esses dilemas, quando da realização dos trabalhos comunitários, pode contribuir para que sejam encontrados caminhos para o fortalecimento da coerência ético-política dessas propostas de ação. Assim, os aspectos ou condições relativas às exigências metodológicas e epistemológicas têm importância e produzem influências que podem ser facilitadoras ou dificultadoras do desenvolvimento das práticas psicossociais em comunidade.

Na prática dos trabalhos comunitários, encontram-se obstáculos e dúvidas relativas a dois aspectos principais: a) *como captar e compreender* os sentidos e significados que as pessoas atribuem à sua própria condição de vida; e (b) *como explicar e compreender a vida* dessas pessoas identificando as repercussões psicossociais no seu cotidiano (Freitas, 2002; 2005). No primeiro aspecto, detectar e compreender os sentidos e significados que as pessoas atribuem a si mesmas e às suas próprias condições de vida – seja como favelados, crianças de rua, sub-moradores, idosos, mulheres violentadas, aidéticos, soro-positivos, excluídos, entre tantos outros desvalorizados e tornados invisíveis sociais. Significa entender como se percebem e como se sentem, na condição de excluídos e oprimidos e, também, como alvo dos nossos trabalhos comunitários. Significa, em outras palavras, empreender esforços para captar e compreender – de uma maneira sensível e humana – a subjetividade dessas pessoas, com a quais nossas práticas deveriam estar comprometidas.

No segundo aspecto e como um contraponto ao primeiro, aparece a seguinte dimensão: como nós – os profissionais e investigadores desses processos psicossociais imbricados nas redes comunitárias – explicamos essas condições de vida e de sobrevivência psicossocial dessas pessoas? Que voz e que espaço damos a esses atores sociais, dentro de nossos trabalhos e investigações, e como somos fiéis àquilo que eles vivem e sentem? Que tipo de impacto isso cria nas práticas que desenvolvemos? Enfim, significa perguntar se melhoramos (ou pioramos) nossa sensibilidade para com os problemas sociais que afetam essas pessoas em seu cotidiano, ou seja, que “radiografia” da realidade, que seja fiel, conseguimos construir? Essas são questões que têm nos acompanhado no desenvolvimento das práticas comunitárias, em especial, quando assumimos um compromisso com os setores desprivilegiados e intentamos fazer um trabalho voltado para transformações sociais (Freitas, 2005, 2006; Martín-Baró, 1987, 1998; Guzzo, 2010).

Se pensarmos, por exemplo, nas crianças e adolescentes em situações de risco, na violência urbana e doméstica sofrida pelas pessoas, no aviltamento da condição humana com a precarização do trabalho, na exploração nas relações cotidianas e na profissionalização do trabalho do sexo, na humilhação das pessoas mais velhas e incapacitadas para sobreviverem e não perderem seus empregos, enfim, nos inúmeros personagens que intentam sobreviver e manter suas redes de solidariedade, poderíamos – referenciados a essas pessoas que possuem história, trajetória e enraizamento psicossocial – fazer as seguintes indagações: a)

Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

Como essas pessoas se sentem em suas vidas e em seu cotidiano? b) Sentem-se com maior (ou menor) perspectiva de futuro e melhoria? c) Sentem-se já “marcadas” por certa dose de tragédia cotidiana e acreditam haver alternativas de superação?

Inúmeras são as “tragédias cotidianas” com as quais nos deparamos cotidianamente, por exemplo: meninas adolescentes que se tornam mães antes mesmo de terem terminado suas possibilidades como crianças ou adolescentes. A gravidez em mulheres adolescentes e pobres congrega um paradoxo e certa tragédia, na medida em que faz, de um lado, essas jovens serem obrigadas a perderem sua dimensão de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que essa condição contribui para perpetuar sua condição de pobreza e, talvez, até torná-la mais severa e cruel. Encontramos, também, “tragédias cotidianas” na desvalorização das pessoas que, em idade avançada, perdem seus trabalhos, o que afeta, inclusive, suas relações afetivo-familiares, antes estáveis, mesmo se recebiam baixos salários, mas que ainda eram vistas como “bem colocadas” na estrutura de empregos e socialmente “reconhecidas”. O envelhecimento, ao lado da desvalorização e desqualificação, cria um processo de desenraizamento psicossocial, de negação da história psicossocial e de anulação de uma identidade construída e incorporada em décadas na vida das pessoas. Esse processo, por sua vez, faz com que a pessoa seja vista, em princípio, mediante a negação da sua própria condição: não é mais vista como a “trabalhadora tal”, mas como aposentada ou como velha (em oposição ao jovem, bela e forte) ou como “menos” e incapaz (Freitas, 2002; 2005). Vários são os exemplos dos efeitos “trágicos” no cotidiano, envolvendo homens, mulheres e crianças, em diferentes situações e relações de aviltamento de sua dignidade e de sua condição de humanidade.

Nesse momento, cabe-nos então indagar: A condição e situação em que essas pessoas vivem, que significado psicossocial tem para elas? Como o pesquisador-profissional apreende esses “novos” sentidos de vida para essas pessoas e como os expressa nas diferentes etapas do trabalho comunitário, de tal maneira que seja fiel àquilo que elas vivem e sentem em seu dia a dia?

Considerações éticas no fazer psicossocial

Essas são questões que remetem à ética dentro da investigação e das práticas comunitárias. Considerar as determinações estruturais e conjunturais evita que se cometa o erro de assumir explicações baseadas, precipuamente, nos aspectos individuais e internos das pessoas como

responsáveis pelos mais diferentes problemas. Pode-se dizer que negligenciar a visão de totalidade histórica e social, deixando de identificar os fatores concretos que mantêm as condições de precarização da vida e das relações humanas, contribui para o aparecimento de explicações baseadas na (in)capacidade do indivíduo, (in)competência no trato interpessoal, (não) habilidades para o enfrentamento das dificuldades e em características pessoais, todas sendo consideradas como elementos responsáveis para o sucesso ou para o fracasso, assim como para a (in)aptidão em fazer determinadas atividades.

Visões dessa natureza imprimem, também, um caráter de “congelamento” da história e do desenvolvimento (superação) humano, presentificando o momento em foco e gerando certa posição fatalista e cristalizada (Freitas, 2005). Essa cristalização, por sua vez, aparece entre “aquilo que é possível” e “aquilo que é aceitável/esperado em uma dada condição”, seja essa condição etária ou geracional (oposição entre “velhos” × “novos”), seja de gênero (confrontos nas dimensões homens × mulheres), seja condição educacional (a perversa hierarquização entre “cultos” e “não cultos” definidos por conteúdos biológicos do desenvolvimento humano), entre outras.

Com isso, mesmo sem intenção, o profissional pode ser um personagem que limita o aparecimento de novos e diferentes comportamentos ou características naquelas pessoas ou dinâmica comunitária (alvo de sua ação), considerando-as como “não sendo mais capaz de...”. Presencia-se, por exemplo, o mesmo processo em relação aos jovens e às crianças, agora vistos como os que “ainda não sabem ou não completaram seu “perfeito” desenvolvimento”. O mesmo se dá para a condição da mulher, que passa a ser considerada como “mais frágil ou menos habilidosa” para lidar com os problemas concretos e “práticos” da vida. A mesma lógica explicativa também se dirige aos que não estudaram nem se alfabetizaram, sendo vistos como “menos cultos”. O mesmo aplica-se àqueles que não se “capacitaram” em alguma prática profissional. Enfim, estende-se para os que são alvo de alguma forma de preconceito e/ou escapam aos parâmetros considerados “normais” na sociedade, sejam esses parâmetros econômicos, sociais, familiares, etários, de gênero, de escolaridade, de moradia, de etnia, físicos, entre outros. Em todas essas situações e processos verifica-se que esse mesmo perverso mecanismo psicologizante acontece. Como bem assinala Chauí (1980), a convivência para com a continuidade desse mecanismo significa, em última análise, que se confere legitimidade às práticas de opressão e de exclusão que são dirigidas, explícita ou

Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

implicitamente, a essas pessoas, grupos e comunidades que são vistas como “menos”, e que fogem a esses parâmetros de “normalização”.

Além disso, esse mecanismo revela também alguns aspectos epistemológicos no desenvolvimento das investigações e intervenções que produzem impactos psicossociais importantes na rede de relações da vida cotidiana. Isso porque acaba revelando o tipo de concepção de mundo e de homem que estaria guiando os trabalhos comunitários. Tais aspectos epistemológicos indicam que estaria havendo:

1. Certa cristalização na classificação das pessoas e do seu “lugar social”, situando-as dentro do aceitável ou não aceitável, a partir de categorias comportamentais ou atitudinais que enfatizam aspectos pessoais, em detrimento da construção histórico-social do indivíduo. Encontramos diversas classificações e tipologias sobre “jovens”, “adultos”, “velhos”, assim como sobre os que têm melhor e maior “performance produtiva”.

2. Um “descarte” ou eliminação daquele que se distancia da classificação prescrita, justificado por ser “pouco significativo”, ter “pouco sentido heurístico”, ou, ainda, ter “baixa representatividade”, em especial se forem considerados os cânones e critérios da investigação científica, em especial quantitativa, mesmo que dentro dos programas e propostas comunitárias. Como exemplos, temos os grupos de idosos ativos e participantes cujas características de participação faz com que estejam fora da visão pré-estabelecida de que seriam pessoas dependentes e menos críticas. Por causa disso, deixam de ser investigados e são vistos como “atípicos” e, portanto, deixam de ser incluídos em grupos de trabalhos comunitários. Na verdade, deixar de compreendê-los é perder a oportunidade de descobrir os caminhos que eles adotam para (re)criar novas estratégias de melhoria de vida e resolução de seus conflitos e tensões em seu cotidiano, mesmo que não sejam “representativos” (Gaborit, 2001b; Martín-Baró, 1987, 1989; Montero, 1994; Freitas, 2002, 2006). Outros exemplos poderiam ser as comunidades e bairros localizados em lugares altamente perigosos, que, superando as expectativas “normatizantes”, apresentam baixos índices de violência; ou grupos de mães adolescentes que, apesar de terem sido já mães muito jovens não consideram essa condição (maternidade na adolescência) maléfica ou prejudicial (Freitas, 2005; 2010).

3. Uma busca por “encaixes taxonômicos” dos fenômenos observados ou encontrados na dinâmica comunitária em que as categorias teóricas e as definições já existiriam *a priori* e, portanto, seriam inquestionáveis. Na verdade, a realidade social é

maior do que o nosso olhar de investigadores consegue apreender. Em outras palavras, significa que a realidade ultrapassa nosso objeto e nossos instrumentos que pretendem captá-la (Martín-Baró, 1987; 1998). Admitir isso é imprescindível para iniciarmos uma inversão epistemológico-ontológica e para explicitarmos a serviço de que ideologia nossa produção científica está (Martín-Baró, 1987; 1989).

4. Um frequente fatalismo, que impede a percepção de situações diferentes e possibilidades de mudança no cotidiano (Guzzo, 2011; Martín-Baró, 1987; Montero, 2003). Congela-se a história social e o momento atual se cristaliza, constituindo-se em referência padrão (ou quase universal) para aquela condição ou situação grupal/comunitária. A dimensão da mudança social coloca-se de modo distante na ação dos profissionais envolvidos, como se fosse retirada do homem a sua possibilidade e condição como produto e produtor da sua própria história individual e coletiva. Isso leva ao círculo de certa neutralidade e do não comprometimento com a realidade, legitimada pela crença de que não pode ser alterado o seu curso “natural”.

Diante dessas considerações, pode-se afirmar que mesmo que os pesquisadores e trabalhadores sociais se envolvam e se comprometam com a vida daqueles com os quais trabalham, isso por si só não é suficiente para a construção de práticas comunitárias que possam contribuir para mudanças e melhorias na vida das pessoas. Isso porque o referencial epistemológico que possuem – dependendo de qual seja –, pode não permitir compreender a realidade de maneira a superar as condições de opressão e exclusão em que vivem os indivíduos no seu cotidiano.

Intervenção e investigação: relações e conhecimentos

Ao se falar de conhecimentos e de práticas, tomando como referência as preocupações éticas no fazer psicossocial em comunidade, deve-se considerar duas dimensões interligadas: 1. uma relativa às relações que se travam nessa dinâmica intervenção-investigação; e 2. outra ligada à compreensão que temos da nossa prática e produção de conhecimento no campo das práticas psicossociais comunitárias.

Que relações há ou são possíveis entre a produção do conhecimento e a intervenção psicossocial? O que essas relações significam e o que podem gerar como resultados? Podemos considerar três possibilidades derivadas do tipo de relação estabelecida entre o alvo das ações em comunidade e o profissional/investigador, a saber:

Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

1a. Se entre o profissional/investigador e a comunidade se estabelece uma relação de fato dialética, a produção de conhecimento apresenta-se com caráter mais qualitativo e orientado pela realidade concreta (Freitas, 2005, 2006; Montero, 2003). Na intervenção psicossocial, os diferentes sujeitos e a realidade concreta são tomados como matriz de ação e de problematização, valorizando a participação e decisão conjuntas em prol da comunidade.

1b. Se na relação é o pesquisador/profissional quem decide e delimita os conteúdos e as fronteiras do que deve ser feito e investigado na comunidade, a produção de conhecimento caracteriza-se por ser extensa e descritiva, mostrando uma realidade estática, harmônica e generalizável em condições semelhantes. Por sua vez, a intervenção psicossocial caracteriza-se por privilegiar os resultados e o produto da ação; enfatizar os métodos, recursos e instrumentos utilizados, mais do que a compreensão nos processos envolvidos ou construídos, e a comunidade ou grupo-alvo tem importância na medida em que se constitui em fonte dos dados a serem investigados.

1c. Se na relação é a comunidade que determina o foco das atividades, a produção de conhecimento caracteriza-se por ser dependente das peculiaridades de cada grupo ou comunidade em questão. A dimensão da produção de conhecimento dilui-se e há uma ênfase sobre os relatos experienciais e da subjetividade como orientadores do que deve ser feito no trabalho comunitário (Freitas, 2003b). A intervenção psicossocial focaliza-se no caráter da experiência e da subjetividade e a ação coletiva ou grupal fica em segundo plano.

O segundo aspecto refere-se à compreensão que temos a respeito da comunidade e das problemáticas com as quais trabalhamos, seja na perspectiva da pesquisa ou da intervenção. Como concebemos essas problemáticas, grupos e comunidades? Em que enquadre teórico e ontológico os situamos? E, como entendemos o processo de constituição psicossocial desses personagens? Dessas indagações depreendem-se algumas considerações éticas, relacionadas ao fazer psicossocial (prática psicossocial em comunidade) e ao investigar (produção de conhecimentos) em comunidade, que também merecem ser consideradas, quais sejam:

2a. Os *temas e problemáticas sociais* e comunitárias têm sido cada vez mais incorporados nos programas e currículos universitários. Fortalece-se assim uma agenda social dentro da agenda das investigações científicas, ao lado também das ações do chamado terceiro setor, do empreendedorismo com responsabilidade e do protagonismo social, profissional e juvenil.

2b. Derivado disso, há o fato de que os trabalhos realizados se autoclassificam como “trabalhos comunitários” (ou de intervenção psicossocial, ou práticas comunitárias, ou programas comunitários, entre outros) pelo fato de *trabalharem com alguma temática de âmbito social*. Classificá-los assim não diferencia o que é trabalho/prática comunitária com características precípuas de produção de conhecimento e/ou estudo e o que é prática/trabalho implicado fundamentalmente com propostas de ação e de intervenção no contexto comunitário dirigidas à transformação.

2c. Muitos desses trabalhos dispõem-se a lidar com *temas relativos à pobreza e/ou à exclusão*, como se essa escolha, por si só, pudesse significar – e essa é uma ideia falaciosa – uma prática ou intervenção com um alto compromisso social pelo fato de lidar com pobres e excluídos. Observa-se que várias são as práticas de intervenção que defendem a construção/fortalecimento da cidadania, melhoria e mudança social, emancipação ou transformação social como resultado de suas ações. No entanto, observa-se o *uso indevido e pouco claro de alguns termos*, o que contribui para certa confusão conceitual e epistemológica, revelando um esvaziamento político-teórico. Como exemplo, encontramos nos trabalhos e publicações pouca referência aos significados históricos e políticos de termos como “transformação social”, em oposição a “mudança social”; classe social, grupos populares e movimentos sociais ao lado dos termos “cidadania” e “inclusão social”; o termo exclusão como substituto moderno e contemporâneo do termo marginalização, dos anos 1970, não havendo nenhuma análise aprofundada sobre isso.

2d. Há, ainda, a falsa ideia de que a crítica estaria intimamente relacionada a compromisso, ou seja, de que os trabalhos que fazem críticas ao caráter de exploração e opressão da sociedade seriam, devido a isso, trabalhos “comprometidos”. Essa ideia de associar compromisso à crítica gera uma desvalorização sobre o papel e importância da prática, da participação e dos projetos políticos dentro dos trabalhos comunitários.

2e. A “*aceitação da diferença e da diversidade*” aparece na maioria dos trabalhos e projetos comunitários e apresenta-se quase como sinônimo de práticas revolucionárias com alto compromisso com a melhoria de vida. No entanto, há que se destacar ao menos quatro inconsistências a respeito disso. A primeira refere-se ao fato de que as práticas comunitárias – ao “aceitarem o diverso e diferente” – teriam isenção e uma “neutralidade”, estando isentas de visões e/ou explicações apriorísticas e, portanto, não teriam ideologia, o que não é real. A segunda ideia é a de que quem se sensibiliza ou mobiliza pela

situação do outro, querendo ajudar, é que teria condições de fazer trabalhos comunitários, sobrepujando os aspectos da identificação emocional-afetiva sobre os de formação político-pedagógica no processo de intervenção. A terceira ideia é de que a prática em comunidade seria extremamente útil àquele que seria “aceito e acolhido”, antes mesmo das necessidades vividas e sentidas serem identificadas. E, por fim, que não é o fato de que as pessoas possam ser “aceitas e acolhidas” que vai retirá-las da condição de exclusão, marginalidade e/ou opressão. Acreditar nessa relação entre “quanto mais acolhimento” puder existir, “menor seria a exclusão”, significa subestimar o peso dos determinantes históricos para essa condição de exclusão/marginalização. Com isso, todos esses aspectos revelam que existe, na verdade, uma legitimação da diferença, embora o discurso seja favorável à busca e transformação de todos em “iguais” porque foram “aceitos e acolhidos” (Gohn, 2001).

2f. Quase todos os trabalhos comunitários, na atualidade, falam em “*conscientização*” e/ou “*ter (ou desenvolver) consciência*” nas pessoas a quem o trabalho se destina. O significado atribuído a esse termo assemelha-se à aquisição de conhecimento, informação ou instrução sobre a situação/dinâmica envolvida. De novo, a dimensão do “político” – como uma condição inerente à consciência vista como fenômeno e como processo – aparece subestimada e esvaziada, sendo enfatizados mais os aspectos operacionais e de eficiência do que os da ação como expressão política. O mesmo vai acontecer em relação ao conceito “participação”.

Até aqui foram apresentadas algumas reflexões de ordem teórico-epistemológica, assim como sobre implicações éticas e desafios que aparecem nos trabalhos de intervenção psicossocial em comunidade. Para poder falar em “intervenção” ou “práticas comunitárias”, é importante fazer uma análise a respeito de alguns aspectos, imbricados entre si que permitem vislumbrar caminhos teórico-práticos dentro de uma congruência epistemológica, contribuindo assim para a implementação de programas e ações comunitárias comprometidas com propostas de emancipação e superação das condições de exploração e opressão. Esses aspectos referem-se a: a) tipo de relação estabelecida entre profissional (agente externo) e comunidade (agente interno); b) finalidades do trabalho proposto e repercussões na elaboração metodológica quanto ao quê fazer; c) foco das ações propostas (indivíduo × rede de relações × ações coletivas); d) explicações dos fenômenos (análise micro × análise macrosocial), permitindo conhecimento sobre os determinantes histórico-sociais; e) sentido atribuído à dimensão do

comunitário; projeto político pretendido e dimensões práticas para a construção de tal projeto; f) construção de instrumentos e indicadores que tenham algumas características básicas (retratar a realidade/dinâmica comunitária; explicitar relações não visíveis); g) flexibilidade para captar as diversidades culturais e educacionais; h) sensibilidade para detectar avanços e recuos do trabalho; avaliação sobre os impactos produzidos; i) tradução em materiais pedagógico-políticos para formar novos agentes comunitários.

Considerações Finais

Devido à própria história de construção dos trabalhos comunitários, assim como à trajetória de luta e consolidação dessas práticas no cenário político-social latino-americano, considera-se importante explicitar uma condição básica dessas práticas: os trabalhos comunitários, na América Latina, são trabalhos e práticas, por excelência, políticos. Essa condição, em nosso continente, vincula-se estreitamente à possibilidade de transformação social e de superação das condições estruturais e conjunturais responsáveis pela pobreza, sofrimento, desemprego, doenças e formas injustas e indignas de vida social.

Como então não nos distanciarmos da nossa raiz histórica? Um dos aspectos possíveis para garantir isso se localiza no que se pretendeu aqui expor, ou seja, a necessária relação e congruência que deve haver entre o investigar e o fazer, entre a produção de conhecimento e as práticas de intervenção em comunidade. Junte-se a isso também o fato de que tem sido tarefa da Psicologia Social Comunitária em nosso continente buscar maneiras de fazer com que as pessoas, de fato, vivam e existam em seus cotidianos de um modo em que a radicalização da democracia seja o ingrediente fundamental e norteador das ações. Falar disso – de como radicalizar a democracia, no cotidiano simples das pessoas, por meio dos trabalhos comunitários – significa pensar o nosso fazer psicossocial diário dentro, também, de cuidados e compromissos éticos. Significa, em outras palavras, indagar sobre em que medida a vida cotidiana pode transformar-se em uma prática de liberdade (não só individual, mas principalmente coletiva) que contribua para uma mudança e/ou transformação social.

Ao se intentar fazer isso, na rede de relações comunitárias, estaremos lidando com uma trama complexa e importante de interações entre líderes comunitários, representantes e moradores, atravessadas por modos de perceber a vida, o mundo e as interações. A partir disso, inicia-se um

vislumbrar do tipo de projeto de comunidade e de sociedade a ser compartilhado. Com isso, divisam-se os caminhos para a construção do projeto político que vai se manifestar cotidianamente nas ações dessas pessoas.

Além disso, há também que se agregar a análise que se faz a respeito das características de nosso mundo contemporâneo, no que concerne aos trabalhos e movimentos sociais e comunitários. Hoje, nem os movimentos sociais, nem os diferentes trabalhos comunitários, nem os mais variados programas de voluntariado ou OnGs, são entidades únicas ou assemelhadas em termos de funcionalidade e vínculo político, visto que não caminham mais na mesma direção em termos de fazerem oposição ou denúncia ao sistema, estado ou governo.

O que presenciamos, hoje, é uma multiplicidade de propostas, com inúmeras redes de solidariedade envolvidas e com os mais distintos significados culturais. Hoje os diversos movimentos, grupos ou mobilizações têm uma variedade de temas e compromissos, apresentam diferentes elementos e dimensões que entram na sua constituição. Trata-se de grupos e dinâmicas comunitárias – maiores ou menores, antigos ou novos, mais articulados ou recém-constituídos, implicados numa ação de grande abrangência ou destinados à resolução de uma situação prática – que reproduzem “partes” da comunidade, que se unem e reclamam por alguma causa, que pode ou não ter duração e continuidade, abrangendo outras esferas da vida pública.

É nessa dinâmica que as propostas dos trabalhos comunitários, dentro do campo da Psicologia Social Comunitária, buscam construir a radicalização da democracia e dar visibilidade e corpo à comunidade, entendida e vivida como um projeto político de sociedade e vida.

Numa sociedade planetária e globalizada, como a que vivemos, os conflitos não desaparecem e se tornam dilemas para a ação coletiva ao revelarem impasses e paradoxos do sistema social. Radicalizar a democracia significa permitir que esses desafios e paradoxos se manifestem, buscando que as tensões permanentes entre eles possam ser reduzidas ou negociadas com o intuito de reduzir a desigualdade e a violência vividas no cotidiano e geradas pela própria sociedade.

Desse modo, nessa perspectiva, a existência de uma sociedade democrática torna-se viável no cotidiano simples das pessoas, se:

- a) existir um compromisso ético assumido pelas pessoas e compartilhado em sua vida cotidiana e em todas as ações/relações travadas;
- b) houver uma consciência sobre o fato de que

existem tensões na vida cotidiana e na rede social;

- c) se assumir a necessidade de que sejam encontradas alternativas humanas, justas e dignas para reduzir conflitos “destrutivos”.

É nesse âmbito que encontramos o lugar e a tarefa da Psicologia Social Comunitária: dedicar-se à análise e proposição de redes de convivência comunitária na vida cotidiana das pessoas, grupos, movimentos populares e comunidades. O terreno do conflito situa-se na vida cotidiana e nas experiências das pessoas que, em muitas ocasiões, as compartilham ou as divulgam pouco, embora as vivam em grupo e na rede de relações. Detectar isso e o sentido – afetivo, intelectual, profissional e de projetos para ações – que isso tem para as pessoas permite que sejam identificadas as orientações para o agir na vida cotidiana, seja na perspectiva de um projeto individual ou de um coletivo, verificando o quão congruentes entre si e éticas estão as práticas implementadas e as metodologias de intervenção comunitária.

Assim, acredita-se que considerar esses aspectos, quando da inserção e intervenção psicossocial, contribui para que seja possível responder a congruências-incongruências entre o agir e o refletir. Ou seja, ao fato de se a *investigação pode conduzir a ações*, que estejam implicadas na mesma direção do compromisso social; e se a *intervenção pode contribuir para a produção de conhecimentos*, que estes sejam socialmente comprometidos e relevantes àquele cotidiano concreto e de preferência coletivo e digno.

Referências

- Altvater, E. (1999). Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In A. Heller; B.S. Santos; F. Chesnais; E. Altvater; B. Anderson; M. Light; K. Mushakoji; K. A. Appiah & F. L. Segrera, *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. (p. 109-153). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Appiah, K. A. (1999). Cultura, comunidade e cidadania. In A. Heller; B. S. Santos; F. Chesnais; E. Altvater; B. Anderson; M. Light; K. Mushakoji; K. A. Appiah & F. L. Segrera, *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. (p. 219-249). Rio de Janeiro: Contraponto.

- Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção
- Chauí, M. (1980). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Codato, A. (Org.) (2006). *Tecendo o presente: Oito autores para pensar o século XX*. Curitiba: SESC Paraná.
- Dussel, E. (2002). *Ética da libertação. Na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Flores Osório, J. M. (2011). Ética e construção social da libertação latinoamericana. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs), *Psicologia social para América Latina. O resgate da psicologia da libertação* (p. 65-83). Campinas: Alínea.
- Freitas, M. F. Q. de (2002). Intersecciones entre sentido de comunidad y vida cotidiana. In Piper, I. (comp.) *Políticas, Sujetos y Resistencias – Debates y Críticas en Psicología Social* (pp. 293-306). Santiago de Chile. Editorial ARCIS.
- Freitas, M. F. Q. de (2003a). Psychosocial Practices and Community Dynamics. Meanings and possibilities of advance from the perspective of the engaged social actors. *The International Journal of Critical Psychology*. M. Montero and P. F. Christlieb (eds). 9, 107-124, London: Lawrence & Wishart.
- Freitas, M. F. Q. de (2003b). Práxis e Ética na Psicologia Social Comunitária: possibilidades de transformação social na vida cotidiana. In K. S. Ploner; L. R. F. Michels; L. M. Schindwein & P. A. Guareschi (Orgs). *Ética e Paradigmas na Psicologia Social* (p. 83-92). Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- Freitas, M. F. Q. de (2005). (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as psicologias sociais da libertação e comunitária. *PSICO* (p. 47-54), 36(1), Porto Alegre: PUCRS.
- Freitas, M. F. Q. de (2006). Dimensões da Exclusão e da Participação na Vida Cotidiana: Perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana. In M. A. Schmidt & T. Sltoltz (Orgs). *Educação, Cidadania e Inclusão Social* (pp. 104-113). Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- Freitas, M. F. Q. de (2010). Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In F. Lacerda Jr. & R. S. L. Guzzo (Orgs). *Psicologia & Sociedade*. Interfaces no debate sobre a questão social (p. 83-98). Campinas: Alínea.
- Gaborit, M. (2011a). A realidade interpelante e o projeto de uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs), *Psicologia social para América latina. O resgate da psicologia da libertação* (p. 9-14). Campinas: Alínea.
- Gaborit, M. (2011b). Memória histórica: reverter a história a partir das vítimas. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs). *Psicologia social para América latina. O resgate da psicologia da libertação* (p. 245-275). Campinas: Alínea.
- Gohn, M. da G. (2010). Comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local no século XXI. In L. C. Costa & M. A. Souza (Orgs.). *Sociedade e cidadania. Desafios para o século XXI* (p. 25-39). Ponta Grossa: Ed. UEPG.
- Guzzo, R. S. L. (2010) Da opressão à libertação: uma perspectiva urgente para a psicologia – a conclusão de um projeto, a abertura de perspectivas. In F. Lacerda Jr. & R. S. L. Guzzo (Orgs). *Psicologia & sociedade*. Interfaces no debate sobre a questão social (p. 13-18). Campinas: Alínea.
- Heller, A. (1999). Uma crise global da civilização: os desafios futuros. In A. Heller; B. S. Santos; F. Chesnais; E. Altvater; B. Anderson; M. Light; K. Mushakoji; K. A. Appiah; F. López Segrera. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. (pp. 13-32). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Hobsbawm, E. (1998). Barbárie: Manual do usuário. In E. Hobsbawm. *Sobre História* (p. 268-280). São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2000). Homo globalizatus. In E. Hobsbawm. *O novo século. Entrevista a Antonio Polito* (p. 126-151). São Paulo: Companhia das Letras.
- Lane, S. T. M. (1986). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: Lane, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (p. 10-20). 4a.

Freitas, Maria de Fátima Quintal. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção

ed. São Paulo: Brasiliense.

Martín-Baró, I. (1987). El latino indolente. Caráter ideológico de fatalismo latinoamericano. In M. Montero (Coord.), *Psicología Política Latinoamericana*. (pp. 135-162) Caracas: Editorial Panapo.

Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, Grupo y Poder: Psicología Social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA Editores.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta.

Montero, M. (1994). Un Paradigma para la Psicología Social. Reflexiones desde el que hacer en América Latina. In M. Montero (Org.). *Construcción y Crítica de la Psicología Social*. (pp. 27-48). Barcelona: Editorial Anthropos.

Montero, M. (2003). *Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria*. Argentina: Paidós.

Novo, H.; Souza, L. & Andrade, A. N. de (Orgs.) (2001). *Ética, cidadania e participação*. Debates no campo da psicologia. Vitória: EDUFES, CCHN Publicações.

Ploner, K. S.; Michels, L. R. F.; Schlindwein, L. M. & Guareschi, P. A. (Orgs.) (2003). *Ética e Paradigmas na Psicologia Social*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Sen, A. & Kliksberg, B. (2010). *As pessoas em primeiro lugar*. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015

Ozório, Lúcia. Cidade com comunidade

Cidade com comunidade

Town with the community

Ciudad con la comunidad

Lúcia Ozório¹

Resumo

Buscamos dar visibilidade às lutas cotidianas através das experiências de vida das comunidades pobres, uma diferença na cidade. Temos uma preocupação: criticar o ato de silenciar as diferenças, buscando responder a uma questão: como ressignificar a diferença vista como negativa? Apostamos num poder comum de agir, trabalho – arte das comunidades pobres que maquinam por um constante vir a ser da cidade. Este trabalho mostra submissões, mas também mostra resistência e liberdade como seus fundamentos materiais que implicam numa produção de subjetividades.

Palavras-chave: Comum; Experiência de Vida; Subjetividades; Cidade.

Abstract

We seek to give visibility to the daily challenges through the life experiences of poor communities, a difference in the city. We have a concern: to criticize the act of silencing the diversity, trying to answer a question: how to reframe the difference, viewed as negative? We believe in a common power to act, working – the art of the poor communities that plot a constant state of “will be” of the city. This work shows subjections, but it also shows resistance and freedom as its material bases that imply a production of subjectivities.

Keywords: Common; Life experience; Subjectivities; City

Resumen

Buscamos dar visibilidad a las luchas cotidianas a través de las experiencias de vida de las comunidades pobres, una diferencia en la ciudad. Tenemos una preocupación: criticar el acto de silenciar las diferencias, tratando de responder a una pregunta: ¿cómo replantear la diferencia, visto como algo negativo? Creemos en un poder común para actuar, trabajar – el arte de las comunidades pobres que conspiran por una ciudad-devenir. Este trabajo muestra el sometimiento, pero también muestra la resistencia y la libertad como sus materiales fundadores que implican una producción de subjetividades.

Palabras clave: Común; Experiencia de Vida; Subjetividades; Ciudad.

¹Pesquisadora no Laboratório EXPERICE – Universidades Paris 8 – Paris 13, França; Laboratório LIPIS – PUC-RJ. Rio de Janeiro, RJ. Membro do GT de Psicologia Comunitária-ANPEPP. E-mail: lozorio@gmail.com

Introdução

Como funciona um artigo? Há uma temporalidade que atravessa os textos que faz pensar em modos de experimentar o tempo. Não se trata da predominância do tempo cronológico, da seta do tempo, ou de um aplainamento do tempo, ou do esvaziamento da sua historicidade, ou de uma estrutura do antes e do depois (Pélibart, 1998).

Há uma perspectiva transformadora do tempo que atravessa um texto, ou seja, a multiplicidade à qual este se abre: o tempo do devir. Trata-se de rede temporal, aberta aos fluxos, nas mais diversas direções. Um tempo que rizoma, aberto aos devires, como diz Deleuze (1980). É o tempo do acontecimento.

Um texto precisa se conectar com a vida, ou seja, não pode perdê-la de vista na sua capacidade de devir. Qual nossa experiência cotidiana com o tempo?

Os acontecimentos de novembro, em 2010, no Rio de Janeiro, que a mídia chamou de “a guerra do Rio” fornecem pistas para essa problemática. A grande imprensa, porta-voz oficial das classes e grupos dominantes, mesmo os meios independentes e redes sociais, aceitam os informes oficiais e oficiosos da polícia no seu enfrentamento contra os assim chamados meninos do tráfico, agentes da quadrilha dos sem-colarinhos – prisioneiros da droga do varejo – transferidos como dizem, por sua alta periculosidade, para o presídio de Catanduvas. Carros e ônibus queimando, arrastões nas ruas do Rio de Janeiro são considerados limites que justificam o Estado brasileiro assumir sua característica policialesca, como diz Soares (2010). Segundo esse autor, com o qual concordo, o Jornal Nacional, da TV Globo do Rio de Janeiro, ao definir no dia 25 de novembro de 2010 o caos no Rio de Janeiro, entrecortado por cenas de guerra e morte, pânico e desespero, como um dia histórico de vitória, dia da ocupação policial da *Vila Cruzeiro*, comunidade pobre no Rio de Janeiro, está considerando os milhões de telespectadores como “contumazes e incorrigíveis idiotas”. Vale perguntar: que vitória?

A complexidade da situação, embora suscite a emergência de explicações e informações simples, expõe uma crise. Questões aparentemente marginais, como incerteza, desordem, contradição, paradoxos, diversidade, as tensões não são levadas em conta para que se compreenda um constante vir a ser da cidade que não está divorciado da complexidade de sua realidade político-social. No dia 27 de novembro deste ano, polícia e forças armadas cercam o chamado *Complexo do Alemão*, rede complexa de comunidades pobres, com suas texturas, dobras e

redobras, para onde os chamados “bandidos” fugiram, com o cerco da *Vila Cruzeiro*, comunidade pobre do Rio.

O Complexo do Alemão e sua complexidade

A denominação “*complexo*” foi dada na época da ditadura ao conjunto dessas comunidades da “guerra do Rio”. É denominação bastante difundida e dada anteriormente a conjunto de prisões no Rio de Janeiro: os complexos penitenciários. Os habitantes dessas comunidades têm uma certa rejeição a essa denominação, reconhecendo a discriminação e criminalização que sofrem. Seriam prisioneiros em potencial? A maioria destes chama esse conjunto de comunidades de *Favela da Maré* ou *Maré* (Ozório, 2014). Uma espécie de cooperação linguística acontece ao nominarem o lugar em que habitam, modo de contestar a discriminação desses lugares mediatizados como lugares do crime. A complexidade apresenta-se como dificuldade e incerteza, não como clareza e respostas prontas.

A denominação *Maré* ou a que associa *Maré* à historicidade do termo *Favela* denotam forma de produção pós-moderna, em que, pela linguagem, novas forças e formas de cooperação, a força de um *comum* (Negri, 2003) potencializa processos, trabalha e busca caminhos não desenhados pelas forças e formas da dominação. A complexidade da *Favela da Maré* ou da *Maré* não pode ser explicada simplesmente pelas tendenciosas leituras imputadas à denominação Complexo do Alemão.

A *Maré* e sua geografia singular, imenso aglomerado de casas, becos, ruelas, comércio característico e vidas que pulsam, poderiam suscitar reflexões sobre essa complexa realidade político-social brasileira informada como “guerra do Rio”. O Estado policial com orquestração da mídia desloca olhares, invisibilizando a luta existente, não apenas nessas comunidades, mas em muitas outras na cidade do Rio de Janeiro.

Aliás, há lutas em que a comunidade pobre como diferença é mediatizada como negativa. Vale perguntar: como ressignificar a diferença, vista como negativa?

Este artigo tem um interesse: trabalhar uma nova compreensão da cidade, um devir-cidade, que trabalha pela centralidade das periferias. É compreensão das cidades como virtualidade sempre se fazendo, com linhas animadas por forças que se anunciam e fazem frente à ordem impositiva ou à desordem entendida como indiferenciação. É luta árdua, cotidiana, que expõe insistências-resistências que esmiúçam o humano de modo outro, inclusive contra a morte impetrada por um Estado altamente

desigual, que reforça uma tendenciosa dicotomia cidade/favela-comunidade. As cartografias múltiplas, intensas dessas comunidades lembram a *arte de fazer*, cotidiana, emergente dos interstícios desses lugares de mundo (Certeau, 1990; Ozório, 2007; 2008; 2014).

Algumas análises desse acontecimento começam a aparecer (Soares, 2010). Esse autor fala em crise. Crise que denuncia a atenção que se dá à segurança nas crises, sem investimento reflexivo e informativo realmente denso e consistente, nos períodos entre as crises; crise da recusa da sociedade, da mídia e dos governos a pensar a complexidade dessa situação; crise do Estado, que repete o modelo ditatorial, em vez de se constituir como Estado democrático de direito; crise das polícias, instituições do Estado cuja reforma radical dificultaria a incubação, justo do que pretendem combater, como milícias, tráfico de armas e drogas; crise do tráfico e seu modelo anacrônico face à dinâmica varejista nômade, clandestina, discreta, desarmada e pacífica.

As análises que se preocupam com a produção ético-política do conhecimento devem levar também em conta a complexidade do acontecimento que é da ordem do devir. A história capta, do acontecimento, sua efetuação em estados de coisas, sendo condição para a experimentação de algo que, no entanto, lhe escapa. Assim o acontecimento não se explica por esses estados de coisas que o suscitam ou nos quais ele torna a cair (Ozório, 2014a).

Como fazer para não perder o mundo? Como engendrar espaços-tempos que prolonguem, na história, a intensidade do acontecimento que esses últimos dias de novembro de 2010 podem suscitar?

Antonio Negri já fez essa pergunta a Deleuze (Pélbart, 1998, p. 114), interrogando-o sobre a arte fina de engendrar espaços-tempos que prolonguem na história a intensidade do acontecimento. Este texto marca também interesse por captar a arte das comunidades pobres que maquinam por um constante vir a ser da cidade (Ozório, 2014a). Para tal, inspiro-me no trabalho que venho desenvolvendo como pesquisadora com as comunidades pobres desde 1990.

O poder comum de agir

Como fazer para que a cidade possa reinventar novas coordenadas de enunciação inspiradas nos modos de vida das comunidades pobres, na sua arte de viver, que se aliem às urgências da práxis de um *comum* no presente? Como problematizar um tempo que concebe um futuro único para todos, um único mundo possível e suas óbvias segmentações? Como se subtrair ao domínio de um suposto sentido da

história, de um teleologismo (Ozório, 2014; Negri, 2003)?

Para adentrar nesses debates, os textos de Negri (2003, 2006) contribuem para a compreensão do *comum* como potência produtiva, potência que trabalha, ativa processos com efeitos os mais inusitados. Como diz, com a passagem da modernidade à pós-modernidade, se há submissão real ao capital há também a construção de uma resistência desde seu interior. Em termos práticos: podemos pensar, enfim, em saídas, contornos, subversões face ao controle e suas malhas cada vez mais sutis e abrangentes?

O *comum* como potência trabalha e explicita uma trama. Como trabalho produtivo, antagônico, autônomo, não necessariamente passa pela relação salarial, ordem disciplinar da escola, do hospital ou da fábrica. É trabalho em que se releva a potência de processos de subjetivação que se agenciam, *comumente*, a partir de modos de vida, individuais e coletivos. São composições inusitadas que explicitam um poder *comum* de agir cuja prioridade é a vida no seu poder político de (se) criticar, de transformar. É a vida na sua potência, seu poder político de convocar novas linhas de enunciação, com antagonismos, resistência, capital e liberdade. O poder *comum* de agir, *trabalho vivo* com matriz conflituosa, descontínua, está voltado para resistências, inovação social versus novos cerceamentos, controles e (re)apropriações, com contradições a analisar, linhas de fuga a considerar e produção de subjetividades. Esta é, pois, compreendida como composições do *comum*. São processos de afetação recíproca, criação e recriação biopolítica que têm, nos modos de vida, uma experimentação de mundos possíveis, em que novas subjetivações se fazem. Para Negri (2006), a subjetividade encontra modos de não se perder ou dissolver, explicitando a invenção de novos sentidos, de inteligência e cooperação. O autor retoma uma compreensão marxista do *comum*. “*O comum diferencia*” (Negri, 2003, p. 226), lembra ao revisitar Marx. Como campo da heterogeneidade, forças e formas hegemônicas e forças e formas constituintes da não conformidade trabalham pela invenção de novos signos, objetos, subjetividades. A multiplicidade e pluralidade dessa reinvenção desenham a crise da unificação e permitem que se tenha acesso às diferenças como elementos criativos do *comum*. Importante pensar a trama do *comum* como modo único de agenciar diferenças, sem hierarquizações, hipertrofias ou indiferenciações. O *comum* porta crítica ao silenciamento/esvaziamento da potência da diferença. Há desconstrução do *comum* como homogeneidade, interioridade, identidade, problematizando-se as lógicas identitárias, essencialistas, que buscam lidar

hegemonicamente com as diferenças. Com essa perspectiva do comum como heterogênesse, abre-se um horizonte de possibilidades, uma tentativa de captar o mundo segundo o registro da criação.

Nessa problemática, as diferenças como potência desarrumam os sistemas constituídos. Podemos falar de um *comunismo* de potências tecendo novas subjetivações? Nesse processo é importante redirecionar nossa atenção para aquilo que não visa à transformação, melhor dizendo, é o próprio movimento de transformação.

...Como podem falar de paz? Na paz todos falam. Não é o que estamos vendo. As comunidades precisam falar (Celso dos Reis; In: Ozório, 2012, p. 65).

Costumo dizer que quem trabalha *com* comunidade tem como compromisso deixar a comunidade como diferença na cidade, como espaço-tempo de devires, para acontecer, falar, se expressar. Nesse compromisso, afetos afirmam o trabalho *comum* em que pesquisador e comunidade são diferenças que se agenciam, trocam perspectivas, que respondem às demandas contemporâneas de comunidade (Ozório, 2014).

Esse comentário de Celso, no dia 30 de novembro de 2010, morador da comunidade da Mangueira, não aceita as informações midiáticas que forjam uma paz que discrimina/criminaliza as comunidades pobres. Celso quer que as comunidades pobres falem.

Essas comunidades têm seus modos de responder às desterritorializações capitalistas, fazendo alianças entre a vida e uma certa ética-estética da existência, a ética-estética do *comum* com seus modos únicos de viver. São modos que afirmam sua validade expondo vicissitudes de concordâncias e não concordâncias aos poderes instituídos, rompendo com o telos sociopolítico estatista de tutela e cooptação.

A ética-estética do comum introduz outro elemento nessa discussão: conexões do comum com a problemática intercultural. O que são os modos de vida que não experiências cotidianas, culturas que se engendram e se agenciam comumente?

Como dar visibilidade à experiência? Criamos mundos que não têm existência extrínseca à experiência, cuja trama dá visibilidade às potências do comum com seus modos diversos de expressão (Ozório, 2008, 2012, 2014). O lugar, a comunidade pobre, como espaço-tempo de devires, assume assim seu valor (Santos, 1998). A potência da práxis entre-experiências-culturas mostra diversos modos de ser, estar, pensar, agir se engendrando, *comumente*. Pode-se falar de atos insurgentes da tradução cultural que expõe seu caráter híbrido, antropofágico com os agenciamentos entre-experiências, o que permite

alcançar sua variada produção. Urge conhecer a cidade pelos seus desejos, pelo contato-experiência-cultura, testemunhos de um tempo e de *modus vivendi* no tempo (Ozório, 2007; Vilhena et al., 2005).

A comunidade pobre e suas histórias surpreendentes

Sábado, dia 27/11/2010, dia em que há o cerco policial do *Alemão*, a cidade está num estranho silêncio. Penso nas cidades... invisíveis, como diz Calvino (1990). Dá pesar ver os cercos à comunidade pobre. Mas há que se pensar na riqueza das suas lutas, com suas experiências de vida, que o autoritarismo da informação midiática, tão criticada por Benjamin (2000) e Santos (1998), desconhece. Segundo Benjamin (idem), a informação é responsável pelo declínio do interesse pelas “*histórias surpreendentes*”.

Paul Veyne (1992) diz que a história é a que escolhemos. Sua afirmação dá novo ímpeto para apostar na história, ou melhor, nas histórias surpreendentes que mostram a potência das experiências comunitárias. O autor me dá pistas para escolher a história.

Conheci, no meu trabalho *com* Mangueira, um dos lugares com quem pesquisei e ainda pesquiso o mundo, o *Buraco Quente*. Esse nome-acontecimento, dado pelos seus moradores, é nome que guarda relação com experiências que “esquentam” a comunidade, explicitando relações de força que ali se invertem. Poderes confiscados (Foucault, 1982) mostram insurgências e linhas de fuga. Interessante essa composição *entre* buraco e quente. Nesse buraco, muitos falcões, estes meninos do tráfico (Bill e Athaide, 2006) se encontram numa estranha e difícil luta pela sobrevivência, como os meninos cercados no Complexo do Alemão. O *Buraco Quente* mostra o calor de algo que se processa no rizoma do tempo (Ozório, 2008).

Pertinho do *Buraco Quente* mora D. Mena, na Olaria, outro território da Mangueira. Com ela e muitos moradores, nos reunimos nos Papos de Roda, um espaço-tempo que Mangueira inventou para narrar suas experiências de vida (Ozório, 2005, 2007, 2008, 2012). É um, dentre tantos modos, que essa comunidade encontrou para atualizar seu poder comum de agir. O Papo de Roda, dispositivo de pesquisa que já se *comunizou* por aí fora, agencia as histórias surpreendentes comunitárias, construindo uma memória comum, como extensão da política (Portelli, 2010). O Papo de Roda é práxis de um comum que se faz no momento da narração de histórias de vida.

Escutemos D. Mena:

...comi o pão que o diabo amassou com o rabo... Tinha dia que a minha tia não tinha nada pra dar pra gente, a gente comia só o pó do fubá cozido na água... Sem sal, sem tempero, sem nada... Hoje, tem arroz, tem feijão, tem às vezes uma carne... (Mena In: Ozório, 2012, p. 70).

A irmã de D. Mena, D. Esmediária, que a escutava, no Papo de Roda, lembra que Mena faz um trabalho com as crianças da Mangueira do Amanhã: “...Mena é diretora da Mangueira do Amanhã, movimento na comunidade que congrega quase duas mil crianças...” (Esmediária In: Ozório, 2012, p. 71).

Mena acrescenta:

É muita criança! A quadra fica assim... Colocamos as crianças pra sambar e ensaiar... É muito bonitinho! Crianças pequeninhas até de seis anos... É legal porque evolui as crianças. Tem criança da Mangueira do Amanhã que já é compositor, passista adulto... Uns estão viajando. É uma Escola mesmo! (Mena In: Ozório, 2012, p. 71)

Mena e Esmediária contam uma história surpreendente, mostrando os itinerários (im)possíveis no rizoma do tempo comunitário. Do “pão que o diabo amassou com o rabo”, pertinho do Buraco Quente, Mena faz a *Mangueira do Amanhã*. Pode-se falar num futuro *comum*? Percebe-se que a cidade se movimenta com as experiências de vida narradas. Mangueira, Mena, Esmediária, Celso e muitos dos seus habitantes ensinam como intervir na historicidade de nossos dias, muito beligerante. Ao cerco, pois não só o *Alemão* sofre um cerco, respondem, abrindo-se à multiplicidade e a novo vigor de forças e formas que compõem as vidas *com* comunidade.

In(conclusões)

A potência da experiência intervém nas subjetividades fascistas que discriminam e criminalizam a comunidade pobre. A potência da experiência forja novas subjetividades na cidade e levam a indagar, parafraseando Negri (Pelbart, idem): – Como prolongar na cidade o esplendor da comunidade?

Como pesquisadora *com* comunidades pobres, já me deparei com muitas perguntas, exigências acadêmicas sobre conclusões/resultados das minhas pesquisas. Acho, assim, importante relevar que é trabalho *com* comunidade, ou seja, é trabalho que necessita compartilhar uma comunidade de destino (Loew, 1959) que torna possível uma compreensão da condição humana, difícil de ser captada pela sociedade de resultados, como disse Milton Santos,

em 1994, numa conferência proferida no Instituto de Medicina Social, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Algumas vezes, extenuada, ínfima, me pergunto o que faço nesses caminhos traçados pela pesquisa comunitária e biográfica. Afinal, trata-se de trabalho com histórias de vida em comum, no Papo de Roda, dispositivo que explora a potência da vida que pulsa com suas histórias e faz desarranjar muitos sistemas constituídos. Inclusive a historiografia do poder. Trata-se de trabalho que dá muita importância ao ínfimo. Caminho estranho este. Pleno de sentidos que mostram minhas insuficiências em compreender as texturas do mundo, com suas dobras e redobras. Pesquisar *com* comunidade é uma arte mas a arte, como diz Elodie Vitale (2000), não se ensina. É preciso vivê-la. E eu diria: é preciso viver a vida com comunidade.

Sobre o ínfimo, é importante lembrar Manoel de Barros, cuja bela obra traz para a cena a nobreza das coisas ínfimas. O comunitário e o biográfico, ínfimos neste mundo de pesquisas com os poderes dos resultados, comunizam a vida, apresentam-na como interregno. Manoel de Barros (1997) soube bem ensinar que a importância de uma coisa é medida pelo encantamento que ela provoca.

O trabalho comunitário e biográfico provoca encantamentos. Estes estão mais para a ordem das intensidades do que para as equações dos resultados, medidas e modelos. Aliás, o que aprendi com as comunidades pobres é que suas histórias não têm compromisso com a verdade dos resultados. Vale o que é vivido e dito. São artimanhas do comum, expondo alianças com um tempo múltiplo, rizomático, que age por meio das experiências contadas nas histórias de vida. Se há a reconstrução de um passado como ficção de um presente saturado de *agoras*, há um devir que se processa não inspirado em objetos técnicos, e que se contrasta com a vida trepidante da economia do mercado e suas discriminações e criminalizações.

Voltando à nossa pergunta, pensamos mais nos debates que pode suscitar. Como diz Deleuze (2003), embora o velho fascismo exista ainda em muitos lugares, e um neofascismo tente, nos tempos atuais, se apresentar como gestão da “paz”, buscando organizar os medos, esquadrihar a cidade, deslocar as angústias, sufocar a potência da diferença, estimular subjetividades fascistas, há algo que trama, que trabalha na cidade, em nós, algo *comum*, que busca uma transformação radical da realidade social, política por meio de novas figuras, modos diversos de lutas cotidianas, experiências ínfimas que nos levam a apostar na reinvenção de uma perspectiva *comum* – *ista* para os tempos que hão de vir.

Referências

- Athayde C. e MV Bill (2006). *Falcão. Meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Barros, M. (1997). *O livro das ignorças*. Rio de Janeiro : Editora Record
- Benjamin, W. (2000) *Oeuvres III*. Paris: Gallimard.
- Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Certeau, M. (1990) *L'invention du quotidien 1. arts de faire*. Paris: Gallimard.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1980). *Mille Plateaux*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Deleuze, G. (2003). *Deux Régimes de Fous*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Foucault, M. (1992). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Loew, J. (1959). *Journal d'une mission ouvrière*. Paris: Ed. Du Cerf.
- Negri, A. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- Negri, A. (2006). *Fabrique de porcelaine*. Paris: Editions Stock.
- Ozório, L. (2005). Les histoires (orales) de vie: un éloge des résidus. *Revue Chemins de Formation au fil du temps... Les bascules de la vie. Association des Éditions du Petit Véhicule et Université de Nantes*, 8, 163-171.
- Ozório, L. (2007). Perspectivas da pesquisa comunitária: Comunidade como práxis e seus diálogos com as histórias orais de vida. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7 (1), 28-41.
- Ozório, L. (2008). História e memória: comunidade, interculturalidade, relatos de vida em comum. *Revista de História Oral- ABHO*, 11 (1 e 2), 191-211.
- Ozório, L. (2012). *Papo de Roda: o idoso conta sua história para o jovem, para que este conte a sua*. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: FAPERJ-UERJ.
- Ozório, L. (2014). *Penser les périphéries: une expérience brésilienne. Pour un nouveau type de politique publique de construction du commun*. Paris: L'Harmattan.
- Pélobart, P. P.(1998). *O tempo não reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP.
- Portelli, A. (2010). *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz.
- Santos, M. (1998). *Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- Soares, L. E. (2010). A crise no Rio e o pastiche midiático. Recuperado em 12 de maio de 2011 de <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/luiz-eduardo-soares-a-crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>.
- Veyne, P. (1992). *Como se escreve a história*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Vilhena, J. et al. (org.) (2005). *A Cidade e as Formas de Viver*. Rio de Janeiro: Museu da República.
- Vitale E. et al. (2000). *L'art au XXème. siècle et l'utopie*. Paris : L'Harmattan.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015

Macêdo, Cibele Mariano Vaz de; Andrade, Regina Gloria Nunes. Mangueira: a cultura comunitária e o Centro Cultural Cartola

Mangueira: a cultura comunitária e o Centro Cultural Cartola

Mangueira: a community Culture and “Cartola” Cultural Center

Mangueira: la cultura comunitaria y el Centro Cultural Cartola

Cibele Mariano Vaz de Macêdo¹

Regina Gloria Nunes Andrade²

Resumo

O presente trabalho analisa as relações entre os processos de investigação e de intervenção no campo comunitário, enfatizando duas questões centrais: a) se a investigação (pesquisa) deve conduzir a ações que também sejam comprometidas com a realidade e a transformação social; e b) se o processo de intervenção em comunidade gera conhecimentos socialmente relevantes. Para isso procede-se a uma reflexão sobre os dilemas e desafios éticos que estão presentes nas práticas comunitárias: a) relacionados às exigências metodológicas e de produção de conhecimento; b) ligados à “sensibilidade cotidiana e histórica”. Indaga-se se a intervenção psicossocial capta os processos de participação e conscientização. Finaliza-se com uma exposição de aspectos importantes para a congruência metodológica e política entre intervenção e investigação psicossocial em comunidade, na perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana.

Palavras-chave: Investigação-intervenção em Psicologia Social Comunitária; Ética e práticas comunitárias; Relação profissional-comunidade.

Abstract

This paper analyzes the relationships between the processes of investigation and intervention in the community field, emphasizing two central questions: (a) if the investigation (research) should lead to actions that are also committed to reality and social change; and (b) if the community intervention process generates socially relevant knowledge. For it the paper proceeds to a reflection on the dilemmas and ethical challenges that are present in community practices: (a) related to methodological requirements and to the production of knowledge; (b) linked to “daily and historical sensibility”. It asks if psychosocial intervention captures the processes of participation and awareness. It ends up with an exposure of significant aspects to the methodological and political congruence between intervention and psychosocial research in community from the perspective of Latin American Social Community Psychology.

Keywords: Research-intervention in Social Community Psychology; Ethics and community practices; Professional-community relationship.

Resumen

Este trabajo analiza las relaciones entre los procesos de investigación e intervención en el ámbito de la comunidad, haciendo hincapié en dos

¹ Doutora (2013) e Mestre (2009) em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Psicoterapia de Criança, Casal e Família (2008), em Gestalt-terapia (2006) e Graduada em Psicologia (2003) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos Relações Raciais: memória, identidade e imaginário, na PUC-SP. Professora na Universidade Ibirapuera e na Universidade Santo Amaro. E-mail: cibelevaz@gmail.com

² Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1974). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (1965). Doutorado em Comunicação Social pela ECO Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988). Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia - Pós-graduação em Psicologia Social. Atualmente é pesquisadora visitante da UERJ - Coordenadora do Convênio CAPES-COFECUB com a Université Lille.

Macêdo, Cibele Mariano Vaz de; Andrade, Regina Gloria Nunes. Mangueira: a cultura comunitária e O Centro Cultural Cartola

cuestiones centrales: (a) si la investigación (pesquisa) debe conducir a acciones que también están comprometidos con la realidad y el cambio social; y (b) si el proceso de intervención comunitaria genera conocimiento socialmente relevante. Para tanto el documento procede a una reflexión sobre los dilemas y desafíos éticos que están presentes en las prácticas en la comunidad: (a) en relación con los requisitos metodológicos y de la producción de conocimiento; (b) ligados a “la sensibilidad cotidiana y histórica”. Se pregunta si la intervención psicosocial captura los procesos de participación y toma de conciencia. Se termina con una exposición de los aspectos importantes de la congruencia metodológica y política entre la intervención y la investigación psicosocial en la comunidad desde la perspectiva de la Psicología Social Comunitaria Latinoamericana.

Palabras clave: Investigación-intervención en Psicología Social Comunitaria; Ética y prácticas de la comunidad; Relación profesional en la comunidad.

Introdução

Desde 2004, a pesquisa *Construções de identidade cultural e autoestima com jovens e crianças no Centro Cultural Cartola (CCC)*, inserida na linha de pesquisa Contemporaneidade e processos de subjetivação do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desenvolve projetos de temáticas diversas como cultura e identidade cultural, território, autoestima e imagem corporal, processos de composição musical e literária, vulnerabilidade e autonomia, ética, cidadania na contemporaneidade.

Dentre os projetos realizados está o que resultou na Dissertação de Mestrado *Identidade Cultural e Imagem de Si: Construções de Subjetividades no Território do Centro Cultural Cartola - Mangueira/RJ*, que investigou, por meio do Grupo Operativo, os processos de subjetivação de crianças e jovens que frequentam a Ação Griô³ do Centro Cultural Cartola (CCC), na Mangueira/RJ, a partir das relações estabelecidas entre território, identidade cultural e imagem de si.

Para empreender a presente discussão, reconheceu-se a relevância de construir um percurso, partindo do macro, a Mangueira, para o micro, o CCC, com o intuito de possibilitar a compreensão dos sentidos e significados dados pelas crianças e jovens que participaram do Grupo Operativo. A atenção voltou-se não só para o desenvolvimento da Mangueira, a história de sua ocupação, seus primeiros moradores, a fundação da Estação Primeira, como também para o trabalho no campo social de referência para a reelaboração de práticas e narrativas de identidade culturais. Abordou-se ainda a história, os objetivos e as práticas do CCC, com ênfase na vida do músico que inspirou sua fundação, Angenor de Oliveira, o Cartola. Além disso, fez-se o relato de como se fundamentaram e realizaram-se os Grupos Operativos neste contexto.

Uma só denominação: Mangueira

Cabe ressaltar a opção de chamar a Mangueira pelo seu nome próprio, sem qualificativos adicionais como favela, morro ou comunidade, os quais, embora abarquem tantas significações, não dão conta das especificidades do campo social da Mangueira. Tal decisão justifica-se, pois Mangueira representará sempre marcante identificação, essa

denominação tem valor especial por ter sido dada pelos próprios moradores. Quando alguma criança do CCC responde à pergunta “onde você mora?”, a resposta é sempre a mesma: “eu moro na Mangueira” ou “eu sou da Mangueira”.

Localizada na Zona Central da cidade do Rio de Janeiro, a Mangueira começou seu processo de ocupação no século XIX. Dados da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de acordo com Constant (2007), mostram que ela é o terceiro morro habitado mais antigo da cidade, tendo sido precedida apenas pelos morros da Providência e de Santo Antônio.

A Mangueira ocupa uma área de 79,81 hectares e divide-se em núcleos populacionais, como Morro dos Telégrafos, Candelária, Pindura Saia, Santo Antônio, Chalé, Faria, Tengo-Tengo, Buraco Quente, Curva da Cobra, Pedra, Joaquina, RedIndian, entre outros. Cada um deles possui características próprias, bem distintas e dinâmicas, em relação às construções habitacionais, às atividades profissionais desenvolvidas pelos moradores, às inter-relações cultivadas.

O Buraco Quente constitui um exemplo na dinamicidade na formação do espaço. Oficialmente denominado Travessa Saião Lobato, localiza-se num espaço de passagem para as regiões mais ígremes da Mangueira. Por muito tempo, foi visto como um lugar de encontro de sambistas, dos grandes compositores. Atualmente, a frequência no local não é recomendada. A Griô do CCC relatou por diversas vezes: “O Buraco Quente é o lugar mais perigoso e enojante da Mangueira”.

Por ser uma região onde havia muitos pés de manga, ficou popularmente conhecida como Morro da Mangueira. Em 1889, quando foi inaugurada a Central do Brasil, a estação, que ficava vizinha ao morro, foi chamada de Estação Mangueira, oficializando o nome do lugar.

O início de sua ocupação ocorreu no final do século XIX. Em 1908, ainda sob os efeitos da Reforma de Pereira Passos, obras na Quinta Imperial demoliram o quartel do 9º Regimento de Cavalaria e, conseqüentemente, os alojamentos dos soldados, localizados nas imediações. Os soldados foram autorizados, pelo Exército, a utilizarem os materiais das demolições na construção de suas novas moradias, feitas no Morro dos Telégrafos, nome em referência a uma torre de comunicações telegráficas instalada ainda no século XIX, e a primeira área a ser habitada na Mangueira. O cabo ferrador Cândido

³Griô significa contador de histórias. Trata-se de uma figura mitológica africana nômade que percorre as comunidades transmitindo conhecimentos pela oralidade e pelas manifestações da cultura popular. Com a Ação Griô, o CCC objetiva, pela

transmissão oral, preservar e valorizar a história cultural da comunidade da Mangueira, formada, sobretudo, por afrodescendentes, abordando desde as suas raízes africanas até a produção cultural contemporânea.

Tomás da Silva, o Mestre Candinho, foi o primeiro morador do morro (Constant, 2007).

Em 1916, um incêndio atingiu o Morro de Santo Antônio, fazendo com que os moradores se mudassem para a Mangureira. Algum tempo depois, demolições no Morro da Favella, para a construção da linha férrea, fizeram com que seus moradores também se mudassem para lá (Constant, 2007). Quando as famílias de ex-escravizados chegaram à Mangureira, o português Tomás Martins, como arrendatário do Visconde de Niterói, primeiro proprietário daquelas terras presenteadas pelo Imperador, já havia construído barracos de aluguel. O responsável por receber os aluguéis era o afilhado de Tomás, Carlos Moreira de Castro, um rapaz de 14 anos, nascido na Mangureira, que exercia a tarefa de *cobrador* desde os oito anos e que, mais tarde, ficou conhecido como Carlos Cachaça.

O crescimento populacional da Mangureira deu-se a partir da década de 1930, período no qual se observou o desenvolvimento da ocupação de outras encostas da cidade, a maioria delas impulsionadas por migrações procedentes de Minas Gerais, de estados do Nordeste, do interior do estado do Rio de Janeiro, de portugueses e por escravizados libertos.⁴

Atualmente, a Mangureira é a nona maior favela do Rio de Janeiro, com população de 17.860 moradores, o que corresponde, aproximadamente, a quatro mil famílias.⁵ Para a Griô do CCC, as famílias numerosas são uma herança africana: “As famílias dos africanos eram reprodutoras, tinham muitos filhos. As famílias da Mangureira, descendentes dos africanos, têm muitos filhos também”. Informação corroborada pelos depoimentos daqueles que participaram da atividade da Árvore genealógica do Grupo Operativo. Juliano⁶ (sete anos): “Tenho 10 irmãos”. Márcia (10 anos): “Minha mãe tem 10 irmãos de pai e outros que nem sei [quantos, de mãe]”.

Conforme observado por Constant (2007), por estar rodeada por fábricas, como a Cerâmica, o Chapéu Mangureira, a fábrica de escovas, o Café Capital e a fábrica de cordas, essa localização constituiu fator importante para sua ocupação. A autora relata que a proximidade da Quinta da Boa Vista, do centro da cidade e da linha férrea foram outros atrativos para as imigrações, que, com o passar dos anos, se ampliaram, dado que a Mangureira se encontra próxima à linha do trem e do metrô, ao estádio do Maracanã e à Universidade do

Estado do Rio de Janeiro.

Nas histórias contadas pela Griô do CCC, o período próspero das indústrias é sempre lembrado:

Há muita riqueza na Mangureira. Na Av. Visconde de Niterói tinham mais de 8 indústrias, empresas, bancos, o IBGE [prédio cedido pela Prefeitura ao CCC], então a mão de obra vinha do morro. Mas a violência veio e as empresas foram embora. Os moradores da Mangureira não conhecem miséria, fome... Todas as casas têm TV, freezer. Porque eram todos trabalhadores, tinham as boleiras. Mas agora a violência não os deixa sair (Ação Griô, 26/09/2008).

A organização social na Mangureira, segundo Costa (2003), aconteceu por intermédio da música e do carnaval – veículos por meio dos quais os acontecimentos da comunidade se inseriam na sociedade. Na década de 1910, a Mangureira tinha dois cordões de carnaval: “Guerreiros da Montanha”, com sede da casa da Tia Chiquinha Portuguesa, e “Trunfos da Mangureira”, sediado na casa de Leopoldo da Santinha, ambos moradores do Buraco Quente. Formados por uma comissão de frente de índios, apresentavam uma coreografia indígena, e o estandarte era um pau com quase dois metros de altura. Depois vieram os ranchos: “Pingo do Amor”, “Príncipe das Matas” e “Pérolas do Egito”, este fundado por Bendita de Oliveira, a Tia Fé.⁷

Entretanto, manter os ranchos era muito caro, pelo custo das fantasias e dos instrumentos; então, começaram a aparecer os blocos, como: “Bloco da Tia Fé”, “Bloco da Tia Tomásia” e “Bloco do Mestre Candinho”. Desfilando pela primeira vez no Carnaval de 1927, a Mangureira teve ainda o “Bloco dos Arengueiros”,⁸ presidido por Zé Espinguela e comandado por Cartola, Saturnino Gonçalves, Carlos Cachaça, Massu, Zé Bolero, Antonico e Arturzinho. Três anos mais tarde, o “Bloco dos Arengueiros” reuniu os demais blocos da Mangureira e juntos fundaram o “Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangureira”.

Fundada em 28 de abril de 1928, na casa de Euclides Roberto dos Santos, no Buraco Quente, a *Estação Primeira de Mangureira* contou com a presença, registrada em ata, além do dono da casa, de Saturnino (pai de D. Neuma), Marcelino José Claudino, o Massu, Angenor de Oliveira, o Cartola, José Gomes da Costa, o Zé Espinguela, Pedro Caim

⁴ Disponível em: www.mangureira.com.br. Acessado em: 20 jul. de 2009.

⁵ Disponível em: www.mangureira.com.br. Acessado em: 20 jul. de 2009.

⁶ Por questões éticas, a identidade das crianças que participaram do Grupo Operativo foi preservada e seus nomes substituídos por

apelidos.

⁷ Disponível em: www.mangureira.com.br. Acessado em: 20 jul. de 2009.

⁸ Arengueiro significava, na gíria carioca, pessoa encenqueira e brigona.

e Abelardo da Bolina. O nome e as cores – verde e rosa – foram escolhidos por Cartola. Ficaram, assim, organizados o desfile de carnaval e o espaço de sociabilidade entre a comunidade e a cidade.

A Escola ganhou prestígio depois que o samba deixou de ser foco de repressões policiais. A era do rádio, nos anos 1930, estimulou a passagem do samba para o asfalto (Constant, 2007). Ainda assim, a Mangureira nunca teve facilidade para organizar o desfile do carnaval. Foi um longo período até que a Escola saísse de sua precária sede no Buraco Quente, passasse para o clube da fábrica Cerâmica, até conseguir construir, em 1972, sua quadra atual, conhecida como o “Palácio do Samba”.

A Estação Primeira alçou a Mangureira ao mundo, por conferir a ela *status* de patrimônio cultural e local de nascimento ou moradia de grandes poetas do samba. Por sua trajetória dos bairros populares e das favelas à sociedade como um todo, o samba se destaca como principal elemento integrador desse processo. Sem dúvida, a música e a Escola de Samba constituíram-se, ao longo do tempo, como mediadores do diálogo entre a favela e a cidade, ao desempenharem uma adesão de realidades sociais heterogêneas.

Observam-se, com frequência, crianças do CCC cantando os sambas-enredo da Mangureira. Algumas delas, enquanto pintavam a atividade *Lugares que eu conheço* do Grupo Operativo, se deixavam embalar pela música. Maurício (11 anos) cantava o samba-enredo de 2008, *100 anos de frevo* [...], quando Camila (10 anos) comentou: “Esse ano a Mangureira tem que fazer bonito e ganhar, porque, desde 2000 sem ganhar, não dá mais”. São inúmeros os exemplos de que a Estação Primeira está presente na vida dos moradores da Mangureira.

Por ser considerada uma referência no cenário cultural carioca, o orgulho de ser mangueirense fica evidente no discurso dos moradores. Constant (2007) relata que “ser da Mangureira” significa muito mais que apenas habitar uma favela ou ser filiado a uma escola de samba; “ser da Mangureira” significa pertencer a um grupo social rico em seus valores e cultura. Consoante entendimento apresentam Maia e Krapp (2005), ao afirmarem que há, por parte dos moradores, um evidente sentimento de orgulho em pertencer à Mangureira. Orgulho que não está vinculado ao orgulho da Escola de Samba, do qual se distingue, por estar relacionado ao local onde vivem.

No decorrer dos anos, as cores verde e rosa foram além da representação da Escola de Samba e tornaram-se capazes de remeter as pessoas à Mangureira como um todo. Constant (2007) cita como exemplo que evidencia a identidade e o orgulho em pertencer à Mangureira o *Jornal A Voz do*

Morro, lançado em março de 1935. A autora menciona a matéria de capa da primeira edição, cuja manchete era *Samba*; o texto referia-se à importância do samba para a cidade do Rio de Janeiro e para a própria existência do jornal, dedicado ao samba. Tal iniciativa serve para corroborar o pensamento de Maia e Krapp (2005), assim como o de Constant (2007), acerca do sentimento de orgulho e pertencimento a um grupo social dos habitantes da Mangureira, presente desde os anos 1930.

A riqueza simbólica da Mangureira é inegável e vem expressa na construção/reconstrução de mapeamentos e imaginários que perpassam grupos e regiões locais, na linguagem por meio de gírias e de vícios de linguagem, compreendidos por todos os moradores. É um espaço simbólico que propicia entendimento entre jovens ou velhos, ou entre moradores de diferentes regiões da Mangureira. Maia e Krapp (2005) relatam a possibilidade de, ao passar-se por becos e ruelas, desfrutar-se das histórias cotidianas, compartilhadas pela expressão oral dos habitantes.

As relações sociais na Mangureira são marcadas por particularidades que lhes dão identidade própria. Maia e Krapp (*idem*) destacam as formas ampliadas do estabelecimento da intimidade, da propriedade e da divisão do espaço.

Uma mesma casa expande-se e divide-se inúmeras vezes durante sua existência; uma laje não é um mero elemento construtivo, mas um espaço em branco a ser preenchido com o casamento de um filho, o nascimento de um neto ou a dificuldade de um amigo (MAIA & KRAPP, 2005, p. 39).

A maneira como as relações na Mangureira são estabelecidas, de forma a reforçarem a produção de uma cultura plural, criativa e de resistência aos processos de massificação e totalização, permite ao mangueirense conceber um sentido específico para o local.

A Mangureira consolidou-se, na cena carioca, como berço rico em cultura, criatividade e força para superar dificuldades – poucos recursos, repressão policial e atuação do tráfico – sem nunca deixar que suas manifestações culturais desaparecessem. Isso foi possível por intermédio de iniciativas pessoais, coletivas e institucionais, ao serem implantados diversos projetos sociais direcionados aos moradores.

Angenor de Oliveira – Cartola: a inspiração

Foi em 1919 que a história da Mangureira

recebeu uma nova personagem que a marcaria para sempre. Angenor de Oliveira, ainda menino, acompanhado da família, chegava para viver no local. Mas essa história começou em um domingo de primavera, no dia 11 de outubro de 1908, na Rua Ferreira Viana, número 9, no Catete, dia em que nasceu Angenor, auxiliado por uma parteira, filho de Sebastião Joaquim de Oliveira e Aída Gomes de Oliveira, negros, ex-escravizados e semialfabetizados.

Assim como o pai, que decidiu aprender a ler e a escrever sozinho (decidiu sair do analfabetismo quando, no dia de seu casamento com dona Aída, o juiz falou que era uma vergonha um rapaz tão bonito não saber escrever), Cartola foi um autodidata, aprendeu a tocar violão sozinho e foi poeta sem ter estudado literatura (Barboza & Oliveira Filho, 2003; Ramalho, 2004).

Depois de servir como cozinheiro ao senador Dr. Nilo Peçanha, o avô materno de Cartola, o senhor Luís Cipriano Gomes, em 1916, foi trabalhar como encarregado na Fábrica Fiação Tecelagem e Tinturaria Aliança, em Laranjeiras (Diniz & Bonito, 2004). A fábrica têxtil foi uma das indústrias que, em 1900, recebeu incentivo do Governo para construir casas para seus então mil funcionários (Abreu, 2008). Uma das casas da vila operária foi ocupada pela família de Cartola.

O período em que morou em Laranjeiras desenvolveu em Angenor duas paixões. A primeira, pelo Fluminense, pois acompanhou toda a construção da sede do clube. E a segunda, pelos ranchos carnavalescos do bairro (Diniz & Bonito, 2004). Entretanto, o seu preferido era o Rancho Arrepiados, o maior destaque do carnaval, cujas cores, verde e rosa, influenciaram uma escolha feita por Cartola alguns anos mais tarde. No Rancho Arrepiados, Cartola tocava cavaquinho, que aprendeu vendo o pai tocar.

Menino muito vaidoso, gostava de estar bem vestido. Muito mais velho, com quase setenta anos, ainda dizia: “Antes de o meu avô morrer, não havia pretinho mais bem vestido do que eu em todo o bairro de Laranjeiras. Depois que ele morreu é que as coisas pioraram muito para mim” (Barboza & Oliveira Filho, 2003, p. 31).

Em 1919, a morte do senhor Luís Cipriano obrigou a família de Cartola a abandonar a vila operária e mudar-se para a Mangueira, que contava, à época, com quase cinquenta barracos (Ramalho,

2004). O senhor Sebastião escolheu uma das casas mais bonitas para a família morar. Mas as dificuldades financeiras fizeram com que Cartola precisasse trabalhar; apesar de ser o terceiro filho de dez irmãos, era o filho homem mais velho.⁹

Empregou-se em uma gráfica, passava todo seu salário para o pai pagar as despesas familiares. Sonhava em trabalhar na construção, admirava a possibilidade de trabalhar em cima dos andaimes e poder ver as meninas passando. Conseguiu o trabalho de servente, mas, como sempre foi vaidoso, incomodava-se com o cimento caindo em seu cabelo. Começou a trabalhar com um velho chapéu-coco e passou a usá-lo mesmo quando não estava trabalhando (Ramalho, 2004). O chapéu se tornaria a sua marca, sua referência; Cartola, o apelido adquirido na adolescência, o nomearia até o fim da vida.

Com a morte de dona Aída, o senhor Sebastião abandonou a Mangueira e o filho rebelde. Aos 12 anos, Cartola ficou morando sozinho num barraco (Barboza & Oliveira Filho, 2003). Acompanhado por Carlos Cachaça, seu amigo inseparável, futuro parceiro de composições e futuro concunhado, começou a frequentar as rodas de samba da Mangueira. Aprendeu a gostar da malandragem, seu herói era o velho Massu, que viria a ser o primeiro mestre-sala da Mangueira. Com ele aprendeu o que era ser malandro: “Malandro não trabalhava, se vestia bem, tocava violão, jogava remada e vivia à custa de mulher” (idem, p. XVI).

Aos 17 anos caiu doente,¹⁰ uma vizinha mais velha, casada e com uma filha de dois anos, foi quem se encarregou de cuidar dele, dona Deolinda da Conceição. O marido dela, Astolfo, percebeu que a mulher andava diferente, e ela revelou sua paixão por Cartola. Abandonada pelo marido, dona Deolinda foi com a filha viver com ele; viveram juntos até quando ela morreu (Barboza & Oliveira Filho, 2003; Ramalho, 2004). A vida com Deolinda, que trabalhava passando, lavando e cozinhando, permitiu que Cartola deixasse o trabalho de pedreiro em segundo plano para compor suas primeiras músicas, entre um gole de cerveja e outro nos botecos da Mangueira (Ramalho, 2004).

Talvez por saudade dos ranchos carnavalescos da infância, ou pelo fato de ele e de seus amigos não serem bem-vindos aos blocos da Mangueira, por se comportarem mal, por beberem, falarem palavrões, brigarem e namorarem demais, Cartola decidiu unir-

⁹ Cartola nasceu entre Lucília e Sebastião, seus nove irmãos eram, em ordem de nascimento: Isaura, Lucília, Sebastião, Luís, Irene, Maria Madalena, Dagmar, Arquimedes e Alcides. Quando senhor Sebastião ficou viúvo, casou-se novamente e teve mais um casal de filhos: Hirohito e América. Hirohito suicidou-se um mês depois da morte de Cartola (Barboza & Oliveira Filho, 2003).

¹⁰ No filme com o título *Cartola*, lançado em 2007 em homenagem ao músico, dirigido por Lírio Ferreira e Hilton Lacerda, há o depoimento de Arthur de Oliveira que diz que essa doença que acometeu Cartola, aos dezessete anos, foi resultado de suas incursões aos bordéis da cidade.

se a Carlos Cachaça, José Espinguela, Saturnino Gonçalves e Marcelino e juntos fundaram o *Bloco dos Arengueiros* (Constant, 2007).

Em 1920, nascia, no Estácio de Sá, a *Escola de Samba Deixa Falar*, que virou *Unidos de São Carlos* e, depois, *Estácio de Sá*. Cartola percebeu que, se os blocos da Mangureira se unissem e não mais disputassem entre si, também poderiam fundar uma Escola de Samba. Desse modo, como resultado da mudança de comportamento dos *Arengueiros* a favor da união, comandados por Cartola, os principais blocos carnavalescos da Mangureira fundaram a *Estação Primeira de Mangureira* (Ramalho, 2004).

Cartola teve presença decisiva desde os primeiros anos da escola de samba. Foi ele quem escolheu as cores verde e rosa, o que seria uma homenagem aos carnavais da infância no Rancho Arrepiados. Escolheu também o nome da escola, Escola de Samba Estação Primeira de Mangureira, como ele mesmo gostava de explicar: “Eu resolvi chamar a Estação Primeira porque era a primeira estação de trem, a partir da Central do Brasil, onde havia samba” (Ramalho, 2004, p. 3).

Fundou ainda a ala dos compositores; a Mangureira foi a primeira escola de samba a ter essa ala. Foi o primeiro diretor de harmonia e o compositor, com Carlos Cachaça, do primeiro samba-enredo da escola, *Chega de Demanda* (Constant, 2007). Entre os anos de 1928 e 1948, venceram onze disputas de samba-enredo e foi com seus sambas que a Escola foi tricampeã nos anos de 1932 (A Floresta – Cartola e Carlos Cachaça), 1933 (Uma segunda-feira no Bonfim da Bahia – Cartola e Carlos Cachaça) e 1934 (Divina Dama/República da Orgia – Cartola). O samba *Não quero mais* (Cartola, Carlos Cachaça e Zé da Zilda) foi campeão do carnaval em 1936.

Em 1931, Cartola vendeu seu primeiro samba, prática corrente num momento da história em que não se falava em direito autoral. Entretanto, o interessado em comprar o samba de Cartola, Mário Reis, famoso cantor da época, teve de insistir muito para Cartola descer o morro e cantar *Infeliz sorte* e teve ainda que aceitar a exigência de Cartola de que a música permanecesse de sua autoria (Ramalho, 2004). Quem acabou cantando a música foi Francisco Alves, que ficou melhor em sua voz.

Em 1940, foi convidado por Villa-Lobos para participar das gravações com o maestro Leopoldo Stokowski (1882-1976), com Donga, Pixinguinha, João da Baiana, Heitor dos Prazeres, Zé Espinguela e outros. As gravações foram feitas a bordo do Navio Uruguai, ancorado no píer da Praça Mauá, e resultaram em dois álbuns de quatro discos de 78 rpm, lançados pela Columbia, nos Estudos Unidos da América.

Ainda em 1940, Cartola e Paulo da Portela fundaram o programa *A Voz do Morro*, na Rádio Cruzeiro, onde eles se apresentavam com outros sambistas, cantando composições próprias ou de outros compositores. Em 1941, formou também, com Paulo da Portela e agora com Heitor dos Prazeres, o *Conjunto Carioca*, chegando a se apresentar por um mês na Rádio Cosmos, em São Paulo (Barboza & Oliveira Filho, 2003).

O grande compositor sustentou a sua posição de liderança na Estação Primeira até 1946. A partir de então, começou a perder a autoridade e foi ficando cada vez mais isolado. Cartola teve meningite e Deolinda cuidou dele. Porém, logo que se recuperou, ela morreu de parada cardíaca. A morte da companheira, em 1948, deixou Cartola muito triste; fez duas músicas em homenagem a ela: *Sim e Rolam dos meus olhos*. Foi nesse mesmo ano que a Mangureira entrou, pela última vez, na avenida com um samba, *Vale do São Francisco*, de sua autoria e de Carlos Cachaça, ficando somente com o quarto lugar (Ramalho, 2004).

No ano de 1949, Ramalho (2004) relata que o fato de Hermes Rodrigues ter assumido a presidência da Estação Primeira e ter mudado as regras para a escolha do samba-enredo era o que faltava para fazer com que Cartola deixasse a Mangureira e sumisse por alguns anos. Chegou a ser considerado morto e tornou-se figura mitológica. Viveu em Nilópolis e depois no Caju, período em que emagrececeu, perdeu dentes, apareceram os primeiros sintomas da rinofima – o nariz começava a escurecer –, doença que precisou ser operada mais tarde.

Preocupado com o amigo, Carlos Cachaça o convidou para passar a tarde com ele e sua esposa, Menina. O convite fez com que Cartola reencontrasse Euzébia Silva do Nascimento, Zica, a cunhada do parceiro. Não demorou muito do início do romance até decidirem viver juntos, em 1952 (Ramalho, 2004). Zica não se conformava com o fato de Cartola estar afastado da música, então o convenceu a voltar para a Mangureira.

Em consequência da meningite, Cartola não pôde mais trabalhar como pedreiro. Passou por vários empregos, inclusive o de lavador de carros na Garagem Oceânica, em Ipanema. Um dia, tomando café num botiquim ao lado da garagem, o jornalista e produtor de rádio, Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, o reconheceu e o relançou, proporcionando-lhe a gravação de seu disco, o primeiro aos sessenta e seis anos (Ramalho, 2004; Constant, 2007).

A partir de 1961, sua casa e de Zica tornou-se um ponto de encontro de sambistas. Mais tarde abriram um restaurante, onde podiam unir a música de Cartola às receitas de Zica. Inaugurado em 1963, na Rua da Carioca, 53, o Zicartola foi um sucesso, e

tornou-se local de encontro de gerações e de estilos musicais, virou moda entre representantes do samba e novos compositores da geração pós-bossa nova (Constant, 2007).

Foi somente na década de 1970 que Cartola foi reconhecido pela crítica musical. Em entrevista ao jornal *O Globo*, desabafou: “Eu já tinha até pensado que ia morrer sem gravar um disco. Tava até perdendo a vontade de cantar, vendo tanta gente que gravava e só não chegava a minha vez. Quando o disco saiu, voltei a fazer música correndo” (Ramalho, 2004, p. 32). Seu primeiro *Long Play*, *Cartola*, gravado em 1974, pelo selo Marcus Pereira, rendeu-lhe todos os prêmios do ano. Em 1976, gravou o segundo LP, com o mesmo título *Cartola*; entre as músicas estava *As rosas não falam*.

Motivado pelo reconhecimento e pelo aumento dos shows, compôs, nesse período, seus maiores clássicos: *Acontece*, *O mundo é um moinho e Autonomia*. De origem simples e pouca escolaridade, tinha a formação primária incompleta, o que não o impedia de compor versos elaborados, frutos de sua sensibilidade lírica apurada. Entretanto, Cartola confessava ler as poesias de Castro Alves, Olavo Bilac, Camões e Guerra Junqueiro para melhorar suas letras (Ramalho, 2004). Não eram composições óbvias: falavam de amor, mas não eram vulgares ou melodramáticas. Suas melodias rendiam-lhe admiração e elogios.

Em 1977, gravou seu terceiro LP, *Cartola-verde que te quero rosa*, dessa vez pelo selo RCA Victor, com igual sucesso de crítica. Ainda em 1977, descobriu um câncer e o operou no mesmo ano; assim como de outras vezes, não seguiu o tratamento indicado pelo médico. Em 1978, decidiu mudar-se para Jacarepaguá, para ter mais tranquilidade; o assédio constante na Mangueira tirava-lhe o sossego para compor. No mesmo ano, lançou seu show solo, *Acontece*. Em 1979, quando gravava seu quarto LP, *Cartola – 70 anos*, também pela RCA, foi acometido por outro câncer, que causaria a sua morte. Passou os últimos anos de sua vida escrevendo, até que a doença se agravou e morreu, aos setenta e dois anos, no dia 30/11/1980.

Não teve filhos biológicos com Zica, mas adotou Ronaldo, cuja mãe deu à luz na casa deles e foi embora sem levar o menino. A filha do primeiro casamento de Zica, Regina, também foi adotada por Cartola, e os filhos dela, Pedro Paulo e Nilcemar, eram considerados por Cartola como seus netos (Ramalho, 2004).

Foi reconhecido como o compositor que mais divulgou o nome da Mangueira, sendo consagrado entre os mais importantes nomes da música brasileira. Recebeu homenagens ainda em vida e depois da morte. A frase de Nelson Sargento

“Cartola não existiu, foi um sonho que a gente teve” está pintada em uma das paredes de permanente homenagem ao compositor, feita todos os dias, desde que foi inaugurado, em 2001, por dona Zica, e por seus netos Pedro Paulo e Nilcemar Nogueira, o *Centro Cultural Cartola*.

A criação do Centro Cultural Cartola objetivou realizar um desejo dele, relatado por dona Zica, pouco antes da morte dela, em 2003: “Cartola queria que todas as crianças da comunidade pudessem ter um espaço e não vivessem à margem da sociedade. Tenho certeza de que ele estaria muito satisfeito em saber que sua imagem está vinculada a uma ação como essa” (Ramalho, 2004, p. 39). Zica foi a primeira presidente de honra do CCC, e continua sendo *in memoriam*.

Eleger o Cartola como patrono do CCC reflete o desejo de manter viva a sua história. Além de um dos grandes compositores e divulgadores do samba, constituiu-se como referência por sua luta contra as dificuldades sociais. Por sua cultura e arte, Cartola conseguiu inserir-se na sociedade, transformar sua condição de vulnerabilidade, ser reconhecido e reverenciado.

Centro Cultural Cartola: memória, cultura e cidadania

É dentro do contexto socioespacial da Mangueira que o CCC se encontra. Fundamentado na obra musical de Cartola o CCC constitui uma organização não governamental (OnG), sem fins lucrativos, com o objetivo de promover desenvolvimento social e cultural. Conta com parcerias com o poder público e privado para realizar atividades culturais, musicais e esportivas, direcionadas às crianças, jovens, adultos e idosos moradores da Mangueira e de bairros vizinhos, visando ao desenvolvimento e reconhecimento de valores culturais e do sentimento de pertencimento aos locais em que vivem.

Desde 2003, o CCC ocupa a área de sete mil metros quadrados do antigo complexo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi cedida pelo Ministério da Cultura. Como Nilcemar Nogueira descreve:

O Centro Cultural Cartola está localizado na favela da Mangueira, no Rio de Janeiro, em um prédio desativado do IBGE. O espaço foi cedido pelo Ministério da Cultura e ocupa uma área de sete mil metros quadrados e, apesar de não ter suas obras concluídas, desenvolve várias atividades como as oficinas de música e de teatro que resgatam um pouco da memória de um dos ícones da música popular

brasileira e do cenário carioca.¹¹

A introdução da entrevista concedida por Nilcemar Nogueira, ao site Gol de Letra, esclarece como surgiu a ideia do CCC:¹²

A inspiração estava dentro de casa. A referência estava na família. O material, guardado em caixas e armários. Só faltava “colocar a mão na massa” e organizar e estruturar o que é hoje o Centro Cultural Cartola (CCC). E foi isso o que fizeram os netos de Angenor de Oliveira, mais conhecido pelo apelido: Cartola. Nilcemar e Pedro Paulo Nogueira descobriram preciosidades que pertenciam ao avô, como letras de música, fotografias, poesias, recortes de jornais, e decidiram, em 2001, que já era hora de criar uma iniciativa que aliasse a defesa da cultura nacional a uma série de atividades de cunho social, combatendo, dessa maneira, a pobreza, a marginalização da população menos assistida, a exclusão social e a falta de expectativas para o futuro.

Para Nilcemar, foi a convivência com Cartola e dona Zica que lhe ensinou o valor de preservar o passado e transmiti-lo aos jovens, para, assim, formar gerações mais conscientes de sua história.¹³ Esse é um objetivo claramente percebido na fala de Nilcemar. O CCC oferece atividades musicais, esportivas e culturais, mas, se Nilcemar for questionada sobre sua pretensão de formar músicos ou atletas, ela responderá com a tranquilidade e a firmeza que lhe são características: “Não, eu pretendo formar cidadãos”.

Outro momento que exemplifica essa convicção foi quando a Griô do CCC estava contando a história do poeta Solano Trindade e Nilcemar aproximou-se da roda onde estavam as crianças e falou:

O governo deve garantir escola e saúde, mas não dá para esperar o poder público resolver sua vida, nós podemos, através do nosso esforço, mudar a nossa vida. Como o Cartola que nasceu na Zona Sul e teve que vir para a Mangueira, mas não virou traficante ou miserável, mudou sua vida pela arte, não é que todos devam virar artistas, mas fazer o que escolher com arte.

O CCC apresenta como meta a valorização da cidadania, da liberdade, da participação social, do aprendizado musical e da cultura brasileira. Atua em prol do reconhecimento da cultura afro-brasileira, de suas tradições e costumes. Para tanto, o CCC se

dedica à educação musical e artística, atuando no desenvolvimento, principalmente, de crianças e jovens, para que eles tenham inserção ativa na sociedade.

Dentre as atividades ali desenvolvidas figuram a Orquestra de Violino, o Curso de Flauta, o Curso de Teoria Musical, Oficinas de teatro, dança e a Ação Griô, além da exposição permanente da obra de Cartola e da história do samba, abriga um Centro de Referência de Pesquisa do Samba e realiza, anualmente, o Seminário sobre o Samba Patrimônio Cultural do Brasil. Além disso, promove rodas de leitura, mostra de vídeos e debates, palestras e eventos culturais com shows e apresentações. Em 2008, inaugurou o *Telecentro*, e o *Cartola em Forma*, o que alçou o CCC à categoria de Pontão de Cultura do Ministério da Cultura.

Desse modo, iniciativas como a do CCC procuram encontrar formas para se estabelecerem melhores condições de vida e de bem-estar para a sociedade como um todo, ao incentivar uma compreensão social mais crítica e menos alienada. Suas práticas orientam para o desenvolvimento de um novo nível de atitudes, comportamentos e valores éticos, baseados numa concepção ampliada do que é ser cidadão com autonomia de decisão em suas escolhas cotidianas.

Nilcemar acredita que Cartola, Carlos Cachça, Saturnino e outros nomes do samba desenvolveram com a Mangueira um laço de amor e respeito e a tornaram uma grande referência na cidade do Rio de Janeiro e no País. Nilcemar relata: “Eles queriam que os outros moradores sentissem orgulho do morro”.¹⁴ Ainda é possível encontrar um orgulho de ser mangueirense na fala dos moradores; entretanto, Nilcemar considera que, atualmente, há uma falta de referência, na qual “os jovens não têm uma identidade; por isso, é mais fácil assimilar as coisas ruins. Eles não sabem qual o papel que desempenham no meio. Com a violência, eles não estão preocupados em preservar nada”.¹⁵

Os Grupos Operativos com crianças e jovens no CCC

A escolha por trabalhar com Grupos Operativos partiu da noção que o trabalho em Psicologia Social está incluído, implicado e produz transformação no próprio terreno de suas investigações, assim como

¹¹ Entrevista ao site Gol de Letra: <http://www.goldeletra.org.br/Secao.6,materia.31.aspx#>.

¹² Entrevista concedida por Nilcemar, no dia 04/02/2004, ao site Gol de Letra: <http://www.goldeletra.org.br/Secao.6,materia.31.aspx#>.

¹³ Entrevista concedida ao Globo.com, em 25/09/2006:

<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1284910-5606,00html>.

¹⁴ Entrevista concedida por Nilcemar, no dia 16/07/2008, ao Viva Favela:

<http://www.vivafavela.com.br/publico/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/princi>.

¹⁵ Idem.

fez Pichon-Rivière (2000) ao conceber o Grupo Operativo, na Experiência Rosário, em 1958. Dessa forma, o Grupo Operativo constitui-se, de acordo com o autor, como um grupo formado por um conjunto restrito de pessoas, com um objetivo comum, de duração limitada, centrado em uma tarefa e no qual teoria e prática são articuladas constantemente.

Centrar-se em uma tarefa é a característica principal do Grupo Operativo, tarefa esta que varia de acordo com o objetivo de cada grupo, podendo ser a conquista da *cura*, em grupos terapêuticos ou obter conhecimentos, em grupos de aprendizagem, por exemplo. Embora, Osório (2003) destaque que todo Grupo Operativo será sempre terapêutico, pois o “fundamental da tarefa grupal é a resolução de situações estereotipadas e a obtenção de mudanças” (p. 29).

Diante disso, o conceito de tarefa guia a ação do grupo. Pichon-Rivière (2000) considera que, na operação de tarefas, se podem resolver situações de ansiedade – tarefa entendida como a inscrição da pessoa no mundo, na sociedade, na política e na descoberta do desejo. Por meio da tarefa realizada no Grupo Operativo, torna-se possível ao sujeito recuperar um pensamento discriminativo, obter consciência de sua identidade e da identidade dos outros integrantes do grupo. Entretanto, Bleger (1993) ressalta que, mesmo que o grupo esteja centrado em uma tarefa, o fator humano preserva sua importância, por ele ser o “instrumento de todos os instrumentos” (p. 55).

Nesse sentido, a técnica do Grupo Operativo orienta-se para a expressão livre e espontânea dos integrantes, no qual eles podem atuar com seu repertório próprio de conduta, evidenciando. Seu processo implica movimento e é dinâmico. Para sua realização, o interesse recaiu mais no “como” do que no “o que”; o processo do Grupo Operativo não enfocou a atividade em si, mas, sim, a condução dessa atividade, ou seja, como ela se desenrolou e como se deram as discussões daí advindas. Isto é, mais importante que o fazer as atividades foram as discussões disparadas por elas, que serviam de estímulo à expressão livre, dentro do tema proposto.

Nesse cenário, para alcançar o objetivo proposto de compreender as formas de apropriação e produção de sentido dos processos de subjetivação, feitas pelas crianças que frequentam o CCC, foram propostas tarefas em diversas disposições. Durante a realização das atividades, foi estabelecido que todos podiam compartilhar e discutir as experiências vividas nas atividades do grupo. As crianças e jovens foram estimuladas a falar, desenhar ou escrever sobre elas mesmas: suas opiniões, gostos, sonhos, desejos, sobre sua família, os lugares que conhecem

e o local onde moram.

A realização do Grupo Operativo possibilitou a conscientização das crianças sobre a relevância do outro na construção do autoconhecimento. O Grupo Operativo foi terapêutico, pois criou ambiente para a livre expressão da subjetividade, possibilitando a promoção do diálogo. A construção do autoconhecimento abre caminho para que as crianças se posicionem no mundo de forma ativa, crítica e responsável. Nesse sentido, acredita-se que estratégias podem ser empreendidas para que a criança melhore sua *imagem de si*, tornando viável a diminuição de conflitos, tanto individuais quanto sociais, dado que propicia ferramentas para lidar de maneira mais efetiva em situações de enfrentamento.

Sem dúvida, fica evidente que trabalhos como o do Grupo Operativo, que por meio de atividades expressivas, estimulam o autoconhecimento, bem como outros realizados no CCC e em diferentes projetos sociais são de grande valia para que crianças e jovens exercitem a autonomia em suas escolhas, se orgulhem de ser quem são e se responsabilizem por sua vida e seu sucesso. Sempre que uma atividade foi realizada na oficina da Ação Griô, era dito às crianças que tudo feito ali era arte, e a primeira coisa que deveriam aprender era valorizar a própria arte e a arte dos colegas. Esse é o primeiro passo para que as crianças desenvolvam uma *imagem de si* e um sentimento de pertencimento positivo.

A realização do Grupo Operativo permitiu observar que a identidade cultural das crianças e jovens que frequentam o CCC está construída em uma base sem ingenuidades ou ilusões, mas que admite a possibilidade de sonhar, com a certeza de que realizar sonhos significa esforçar-se de forma responsável e crítica. De certa forma, alguns sonhos já se concretizaram para eles, como o de descobrirem-se capazes de tocar violino ou flauta. Talvez fosse difícil imaginar que poderiam se apresentar em lugares como no Teatro Municipal, no Canecão ou ainda no programa de TV Mais Você. Há, igualmente, a realização do sonho de descobrir a existência de novas possibilidades de crescimento, que vão além da música.

No Grupo Operativo, as crianças e jovens relataram ainda as oportunidades que tiveram e os lugares que conheceram por intermédio das atividades do CCC. Outro tema recorrente durante as sessões eram as narrativas relacionadas aos medos da realidade em que vivem, por um lado, e à esperança de um mundo melhor, o desejo de paz e alegria, por outro.

A realização do Grupo Operativo propiciou perceber que as crianças e jovens que frequentam o CCC, apesar de conviverem com uma realidade de vulnerabilidade, conseguem apreender fatores

positivos quanto ao território que habitam na Mangureira. As discussões decorrentes das atividades possibilitaram-nas expressar sua visão de mundo e as expectativas em relação ao futuro.

Conclusões

Este trabalho não foi o único desenvolvido no Centro Cultural Cartola. Nos Livros *Territórios sem fronteiras: o social no contemporâneo* (2014) e *Território Verde e Rosa: Construções Psicossociais no Centro Cultural Cartola* (2010) estão relatados vários outros trabalhos ali realizados desde 2004. Um dos fatos mais importantes é que antes de serem realizados estes trabalhos são submetidos à direção do CCC e ao Comitê de Ética e Pesquisa da UERJ e são realizados com objetivos fixos, limitados em tempo, mas com resultados múltiplos.

Nesse sentido, as atividades do CCC constituem meio para a integração de uma rede de referências, na qual crianças e jovens aprendem, pela cultura, a exercitarem sua cidadania, ao valorizarem suas produções e reconhecerem a produção do outro, a conviverem com vitórias e derrotas, a vencerem pelo esforço pessoal e a desenvolverem a independência, a autoconfiança e a responsabilidade por seus atos. É um trabalho que vai além de evitar o envolvimento com o tráfico e o crime e que, ao fortalecer as relações, a cultura proporciona o livre exercício de escolhas mais conscientes e responsáveis. Nesse sentido, em uma conversa com Nilcemar sobre os objetivos do CCC, ela declara:

O objetivo do CCC é a cidadania, a identidade cultural e social, mostrar para as crianças que elas podem fazer escolhas... Eles começam pelo violino, que é algo distante da realidade deles, para eles saberem que, se conseguem tocar violino, quando eles descobrem que não é difícil, eles sabem que podem qualquer coisa.

Percebe-se que o CCC está envolto na possibilidade de ocupar o espaço da cidadania pela apropriação positiva da identidade de ser manguereense, o que se dá por meio da interação social estabelecida por suas atividades, que influenciam a relação com o processo educacional, com a promoção do lazer e com o conceito de democracia. Na atividade *Minha história* no CCC do Grupo Operativo, Cristina (13 anos) escreveu sobre sua experiência e sobre o que acha importante: “O que eu mais gosto de fazer no CCC é [sic] dos cursos e o que eu acho interessante é que o CCC tem ajudado a tirado [sic] as crianças das ruas e fazendo das crianças grandes músicos”.

Após abordar a formação da Mangureira para apresentar o campo social em que está inserido o

CCC, assim como a história de sua fundação, seus objetivos e a vida de Cartola, acredita-se que a descrição histórica da Mangureira serviu tanto para exemplificar o processo de desenvolvimento de uma favela carioca quanto para contextualizar o espaço no qual o CCC está inserido. A Mangureira foi entendida como campo social de referência para a reelaboração de práticas e narrativas, configurando-se como território que resiste aos processos de massificação e naturalização da violência, por meio de práticas culturais variadas.

Iniciativas como as oferecidas pelo Centro Cultural Cartola surgem como alternativa a esse cenário que sustenta estigmas como ser pobre, negro, favelado, bandido, entre tantos outros. O CCC admite a existência da violência e do tráfico, entretanto apresenta aos seus frequentadores muito mais a se buscar: cultura, arte e histórias de vida, de superação de dificuldades, de sucessos e de conquistas da Mangureira.

Referências

- Abreu, M. (2008). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- Andrade, R. & Vaz, C. (orgs.) (2010). *Território Verde e Rosa: Construções Psicossociais no Centro Cultural Cartola*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud/FAPERJ.
- Abreu, M. (2014). *Territórios sem fronteiras: o social do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud/FAPERJ.
- Barboza, M. & Oliveira Filho, A. de. *Cartola: os tempos idos*. (2003). Rio de Janeiro: Gryphus.
- Bleger, J. (1993). *Temas em psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Constant, F. (2007). *Tantinho, memória em verde e rosa: Estudo do Processo de Construção de uma Memória da Favela da Mangureira*. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História, Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.
- Costa, M. (2002). *Samba e Solidariedade: capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangureira*. Rio de Janeiro: fabrica de Livros.

Macêdo, Cibele Mariano Vaz de; Andrade, Regina Gloria Nunes. Mangureira: a cultura comunitária e o Centro Cultural Cartola

- Costa, M. (2002). Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangureira no Rio de Janeiro. (2003). *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, 1(21). Recuperado de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2008.
- Diniz, E. & Bonito, Â. (2004). *Crianças famosas – Cartola*. São Paulo: Callis.
- Maia, J. & Krapp, J. (2005). Comunicação e comunidade: novas perspectivas das sociabilidades urbanas. In: FREITAS, Ricardo F.; NACIF, Rafael. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. (pp. 31-45). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Osório, L. (2003). *Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era*. Porto Alegre: Artmed.
- Pichon-Rivière, E. (2000). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ramalho, M. (2004). *Cartola*. São Paulo: Moderna.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015

Maciel, Tania Maria de Freitas Barros; Alves; Monalisa Barbosa. A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável

A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável

The importance of community psychology in sustainable development

La importancia de la psicología comunitaria para el desarrollo sostenible

Tania Maria de Freitas Barros Maciel¹

Monalisa Barbosa Alves²

Resumo

O presente artigo aborda a importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, pretende-se investir principalmente nas discussões acerca das contribuições da Psicologia Social Comunitária para a busca por alternativas originais e sustentáveis de desenvolvimento. Um dos grandes desafios que encontramos atualmente no trabalho conjunto com os atores sociais é propor alternativas originais de desenvolvimento que visem à sustentabilidade humana e social. A Psicologia Social Comunitária brasileira tem muito a contribuir neste debate, tanto com pesquisas sobre lazer, sustentabilidade e desenvolvimento como elaborando soluções para os principais problemas urbanos. Contudo, a importância da Psicologia Social Comunitária, no âmbito do Desenvolvimento Sustentável consiste em apontar discussões e ferramentas operativas, na busca de uma alternativa de desenvolvimento mais adequada à realidade local, agregando à dinâmica social do destino a importância do sujeito como transformador da sua própria realidade. Realidade esta mais humana, ética e sustentável.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Desenvolvimento; Sustentabilidade.

Abstract

This article discusses the importance of Community Social Psychology for Sustainable Development. In this regard, we plan to invest mainly in discussions on the contributions of the Community Social Psychology to the search for original and sustainable alternatives of development. One of the major challenges which we currently face when we work with the stakeholders is to propose original alternatives of development aimed at human and social sustainability. The Brazilian Community Social Psychology has a lot to contribute to this debate, both with research on leisure, sustainability, and development, and by developing solutions to major urban problems. However, the importance of Social Community Psychology within the context of Sustainable Development is to point out discussions and operative tools in the search for an alternative of development which is more appropriate to the local reality, adding to the social dynamics of fate the importance of the subject as a transformer of their own reality. This reality is more human, ethical, and sustainable.

Keywords: Community Social Psychology, Development, Sustainability

Resumen

En este artículo se analiza la importancia de la Psicología Social Comunitaria para el Desarrollo Sostenible. En este sentido, tenemos previsto

¹ Pós-doutora pelo L'Institut d'Etudes Politiques de Paris Sciences Po. Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Programa Interdisciplinar de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). E-mail: taniabm@gmail.com

² Doutora em Economia. Professora Adjunta e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGECON). Participa do Programa Interdisciplinar de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. E-mail: monalisabarbosa@yahoo.com.br

Maciel, Tania Maria de Freitas Barros; Alves; Monalisa Barbosa. A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável

invertir principalmente en las discusiones acerca de los aportes de la Psicología Social Comunitaria para la búsqueda de desarrollo alternativa original y sostenible. Uno de los principales desafíos que enfrentan actualmente en el trabajo conjunto con las partes interesadas a proponer el desarrollo alternativo original dirigido a la sostenibilidad humana y social. La Psicología Social Comunitaria de Brasil tiene mucho que aportar a este debate, tanto con la investigación sobre el ocio, la sostenibilidad y el desarrollo como el desarrollo de soluciones a los principales problemas urbanos. Sin embargo, la importancia de la Psicología Social Comunitaria en el contexto del desarrollo sostenible es señalar discusiones y herramientas operativas en la búsqueda de un mejor desarrollo de las realidades locales alternativas, añadiendo a la dinámica social del destino la importancia del sujeto como transformador de su propia realidad. Esta realidad más humana, ética y sostenible.

Palabras clave: Psicología Social Comunitaria; Desarrollo; Sostenibilidad.

Introdução

O presente artigo aborda a importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, pretende investir principalmente nas discussões acerca das contribuições da Psicologia Social Comunitária para a busca por alternativas originais e sustentáveis de desenvolvimento. Destaca a cultura e a qualidade de vida como pressupostos fundamentais dessa proposta. A relevância dessa temática destaca-se pela emergente discussão no século XX em torno da questão da sustentabilidade e da busca por alternativas de desenvolvimento mais adequadas às realidades locais.

Eventos internacionais têm destacado a importância desse debate ao trazer a questão da sustentabilidade para o centro das discussões e propor discutir e buscar alternativas de desenvolvimento. Entre esses eventos, destaca-se a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que aconteceu em setembro de 2015 e culminou no documento *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), cujas metas propõem substituir os Objetivos do Milênio e apontar caminhos para a luta global contra a pobreza e as desigualdades nos próximos quinze anos; e a Conferência do Clima (COP21) que acontecerá em dezembro, na cidade de Paris, e terá como principal objetivo um novo acordo mundial para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global.

Tais eventos ocorrem desde a década de 1970, período em que a questão ambiental tomou foco internacional com a Conferência de Estocolmo. Nesse contexto, grandes avanços podem ser percebidos, destacando-se a compreensão de que a nossa questão ambiental é também uma questão social. Portanto, ao se falar em desenvolvimento com sustentabilidade, é preciso deixar claro que estamos falando em um desenvolvimento cujos aspectos qualitativos são tão fundamentais quanto os quantitativos, ou seja, um desenvolvimento que abranja questões econômicas, ambientais, sociais, culturais e políticas, mas, sobretudo, que implique na melhoria da qualidade de vida da população.

É nesse ponto que a busca por alternativas de desenvolvimento com vista à sustentabilidade relaciona-se com a Psicologia Social Comunitária. A Psicologia é uma ciência que estuda o homem tanto no nível subjetivo, quanto no nível interpessoal e na sua relação com o meio, de modo que tudo o que influencia a vida do homem ou está em relação com ele é objeto da Psicologia. As concepções de desenvolvimento influenciam de forma direta a vida

e os valores do homem e da sua relação com o meio (Maciel, 2003).

Ao estudar o ser humano, deve-se considerar a sua história, sua cultura e o seu ambiente. O ser humano, como ser social, tem papel ativo na construção das relações, ao participar, fazer parte dos grupos e da sociedade. Desse modo, o indivíduo e o meio social são indissociáveis, devendo-se considerar o ser humano em um movimento de produzir e se produzir, não só com relação à sua história pessoal, mas também em relação à história da sociedade. É no fazer coletivo que o ser humano encontra a possibilidade de atuar como sujeito, mobilizando suas dimensões subjetivas, dando significado à sua vida, por meio da produção coletiva, realizando suas potencialidades.

Nessa perspectiva, Nasciutti (1996) coloca que o indivíduo não deve ser visto apenas como resultado de determinantes de diferentes ordens, mas como ator social, dotado de liberdade de ação em face de um contexto social que o precede e que lhe designa um lugar.

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, a crise da Psicologia Social levou os pesquisadores a questionar o seu papel e seu objeto de estudo. Esse período foi marcado, na maioria dos países latinoamericanos, por pobreza, concentração econômica urbana e agrária, além de dura repressão política. Nesse contexto, pensadores lideraram um movimento de crítica à Psicologia Social clássica, propondo a adoção do compromisso social e da transformação social como norte dos estudos e pesquisas dessa ciência.

Nesse caminho, no Brasil, a Psicologia Social inicia a busca pela construção de uma relação de compromisso com a sociedade, a partir da identificação das demandas sociais, em bases éticas, para que se possa garantir a dignidade humana, em prol da qualidade de vida e da diminuição das desigualdades sociais (Lane & Sawaia, 1995). Nessa perspectiva, Lane (1989) traz reflexões para uma ciência compromissada com a transformação social.

A Psicologia Social Comunitária, principalmente no Brasil, resulta de um movimento de crise e transformação da Psicologia Social, profundamente influenciado pelos movimentos populares e pelos problemas sociais vividos no continente. Entre as questões levantadas estavam a falta de relevância social das pesquisas em Psicologia Social, a reivindicação de que se constituísse um rumo próprio a partir da realidade social, econômica e política latino-americana e o compromisso com a transformação social.

Lane (2002) afirma que a análise da Psicologia Social Comunitária no Brasil não pode ser feita fora do contexto econômico e político do Brasil e da

Maciel, Tania Maria de Freitas Barros; Alves; Monalisa Barbosa. A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável

América Latina, cujo surgimento tem muito a ver com o golpe militar de 1964. Segundo a autora, se em um primeiro momento vivemos um período de extrema repressão e violência, ele fez com que individualmente os profissionais de psicologia se questionassem sobre sua atuação como suporte para a maioria da população e de qual seria o seu papel na sua conscientização e organização. Tais questionamentos teóricos e metodológicos estabeleceram, portanto, a necessidade de repensar esse campo e a Psicologia Social passou a ter como novo imperativo em suas pesquisas a busca da relevância social.

Neste mesmo período, surgem diferentes perspectivas e transformações sobre as concepções de “meio ambiente”, sendo seus efeitos encarados como problemas globais. O século XX marca a origem da discussão entre a questão ambiental e desenvolvimento.

A Psicologia Social Comunitária

Durante as décadas de surgimento do conceito, a Psicologia Social Comunitária vinculava-se às práticas comprometidas com a libertação sociopolítica da população (Freitas, 1996). Nesse contexto, o que se busca é a construção de uma Psicologia capaz de ajudar o povo a compreender sua realidade e libertar-se dos condicionantes que sua estrutura social lhe impõe (Ibañez, 2005).

A Psicologia Social Comunitária utiliza-se do enquadre teórico da Psicologia Social, privilegiando o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual, orientada por preceitos eticamente humanos (Freitas, 1996). Assim, visa desenvolver trabalhos capazes de contribuir para promover relações de cooperação e solidariedade e para a construção de sujeitos mais críticos e reflexivos, problematizadores e transformadores da realidade, utilizando-se de métodos de inserção e atuação comunitária (Góis, 2005 & Monteiro, 2004).

Tradicionalmente, a utilização de teorias e métodos da Psicologia Comunitária foi aplicada às populações de baixa renda. Já nas décadas de 1980 e 1990, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), essa perspectiva se modifica e os psicólogos passam a trabalhar também em outros dispositivos públicos.

A Psicologia Social Comunitária enfatiza, em termos teóricos, a problematização da relação entre produção teórica e a aplicação do conhecimento; em termos de metodologia, utiliza-se, sobretudo, a metodologia da Pesquisa Participante; e, em termos

de valores, a ética da solidariedade, os direitos humanos fundamentais e a busca da melhoria da qualidade de vida da população focalizada (Campos, 2002).

Desse modo, a Psicologia Social Comunitária visa promover a consciência e minimizar a alienação, procura promover a participação reflexiva dos grupos com os quais trabalha na definição das prioridades de atuação, planejamento, execução e avaliação de suas atividades. Para Campos (2002), a produção teórica e prática da Psicologia Social Comunitária é marcada pela busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética, da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade.

A Psicologia Social Comunitária tem envolvido trabalhos interdisciplinares de modo a coletivizar e facilitar o entendimento entre a comunidade e seus diversos aliados. Propõe trabalhar com a comunidade, incorporando seus membros em todas as fases do trabalho. Contudo, um dos grandes desafios que encontra atualmente é encontrar, no trabalho conjunto com esses atores sociais, alternativas originais de desenvolvimento que visem à sustentabilidade humana e social. O caminho para a construção desse desenvolvimento deve ser pautado na realidade local e estar relacionado ao desenvolvimento pessoal e coletivo dos moradores da comunidade.

A Psicologia Social Comunitária emerge de uma psicologia preocupada com a cidadania e tem se constituído ao longo das últimas décadas a partir de um esforço de intervenção com os diversos grupos sociais. Essa interação tem se dado, de maneira geral, a partir da ênfase na autonomia e no protagonismo das populações com as quais se tem trabalhado por meio da ampliação da criticidade desses sujeitos em relação ao contexto e aos problemas que apresentam, em busca da construção de um conhecimento social e comunitário.

Portanto, ao destacar a importância do papel ativo dos sujeitos na busca de soluções para os problemas relacionados à sua realidade, parece pertinente destacar a importância da Psicologia Social Comunitária diante a busca por alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis. Assim, o poder criativo e inventivo do homem passa a ser colocado como questão chave diante da sustentabilidade.

O presente artigo aponta possibilidades de trabalho para a Psicologia Social Comunitária que levem em conta a sustentabilidade, com um olhar voltado para a melhoria da qualidade de vida das populações ao construir e buscar soluções conjuntamente. É importante reafirmar aqui questões muito importantes no trabalho em comunidade, tais

como a busca pela promoção da saúde, do lazer, do bem-estar, da qualidade de vida, nas preocupações com o meio ambiente e a ecologia social, nas condições que facilitam a participação ativa dos sujeitos, atingindo a autogestão e o amadurecimento organizativo desses grupos, assim como as políticas públicas.

O trabalho é bem-sucedido na medida em que conseguimos auxiliar a comunidade a identificar suas necessidades e aspirações, expressá-las com clareza e ser capaz de buscar as soluções. Essa é uma perspectiva do que Sachs chamou de desenvolvimento local, que pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação da realidade local.

Para compreender o desenvolvimento sustentável

Ao propor abordar a importância da Psicologia Social Comunitária para o desenvolvimento sustentável, é importante ressaltar, sem, contudo, pretender esgotar, o tema, o amplo campo que o termo desenvolvimento abrange como conceito de grande influência sobre o pensamento e o comportamento humano.

Na segunda metade do século passado, impulsionado pelos processos de descolonização e de emancipação do Terceiro Mundo e pela emergência do sistema das Nações Unidas, o desenvolvimento, um avatar do progresso iluminista, firmou-se como uma das idées-forças das ciências sociais, configurando uma problemática ampla de caráter pluri e transdisciplinar, atravessada por polêmicas vivas de caráter ideológico e teórico (SACHS, 2004, p. 214).

Para Sachs (2004), as discussões em torno desse tema contribuíram para o refinamento do conceito, porém contrastam com o sombrio histórico do desenvolvimento existente em muitas partes do mundo. O autor ressalta, assim, a necessidade de se revisitar a ideia de desenvolvimento, ou seja, de torná-lo mais operacional.

O debate em torno do desenvolvimento começa a ser construído em decorrência da insatisfação com os limites da abordagem predominante. Essa insatisfação é um reflexo da conscientização da progressiva deterioração das condições de vida da maior parte da população e da crescente pressão da degradação ambiental. Para Sachs (2004), tudo indica que a ideia do desenvolvimento não perderá a sua centralidade nas ciências sociais do século que se inicia. Desde a década de 1970, quando o paradigma econômico começou a ser questionado, a

humanidade vem se dando conta do limite dessa perspectiva, que não tem sido capaz de sozinha dar conta de alcançar o bem-estar humano.

No entanto, importa deixar claro que o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente. O desenvolvimento qualifica, englobando, portanto, não só as questões econômicas, mas questões ambientais, sociais, culturais e políticas. O crescimento econômico por si só não traz desenvolvimento, visto que, muitas das vezes, este não muda a realidade local e continua a acentuar os níveis de desigualdade social.

Para Morin (2000), a insuficiência do paradigma economicista, incapaz de responder às necessidades da maioria da população, leva-nos à busca por concepções alternativas para o desenvolvimento. A partir do momento em que o paradigma econômico começou a ser questionado, a humanidade vem se dando conta do limite dessa perspectiva que não tem sido capaz de, sozinha, dar conta de alcançar o bem-estar humano.

As iniciativas visando à discussão dos processos de desenvolvimento e a busca das alternativas para um modelo em crise datam da segunda metade do século XX. Trata-se de uma construção social, com avanços e retrocessos. Durante as décadas que separam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, de 1972, realizada em Estocolmo, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012, no Rio de Janeiro, as questões em torno do desenvolvimento sustentável levaram a importantes avanços. Nesse percurso de tempo, alguns conceitos influenciaram a construção de modelos de desenvolvimento que consideram a importância da cultura, do social e da ética.

O Clube de Roma, fundado em 1968, surge com o intuito de abrir caminho para o debate de um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, à economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Em seu relatório "Limites do Crescimento", publicado em 1972, tratava essencialmente de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, tais como: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia, entre outros. Este teve repercussão internacional, principalmente, no direcionamento do debate que ocorreu, no mesmo ano, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, servindo como um paradigma e referencial ético para toda a comunidade internacional, no que tange à proteção

Maciel, Tania Maria de Freitas Barros; Alves; Monalisa Barbosa. A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável

internacional do meio ambiente como um direito humano fundamental de toda humanidade.

As discussões em torno de formas alternativas de desenvolvimento ganham amplitude em 1987, com o relatório “Nosso Futuro Comum”, organizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, no qual o conceito de desenvolvimento durável ou sustentável é apresentado. No entanto, os parâmetros de um desenvolvimento sustentável ganham uma nova configuração a partir da década de 1990, com conferências como a Rio 92 e os encontros que a sucederam.

A Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, teve o propósito de discutir problemas urgentes referentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico, tendo como base as premissas de Estocolmo, alcançando resultados importantes diante das discussões do desenvolvimento sustentável, e dando origem a uma profusão das organizações não governamentais (ONGs) e proliferação dos atores. Uma série de convenções, acordos e protocolos foram firmados durante a Conferência, tais como a Carta da Terra, declaração de princípios sobre florestas, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, assim como as convenções da Biodiversidade, da Desertificação e de Mudanças Climáticas.

O desenrolar desses encontros e conferências nos mostram a importância que a questão da sustentabilidade vem tomando atualmente, buscando alternativas de desenvolvimento em consonância com o meio ambiente, a cultura e as tradições. Os objetivos do desenvolvimento sustentável depois de 2015 deverão ter também grande influência da tecnologia. A agenda pós-2015 não será escrita sem levar em conta a pobreza e os objetivos universais aplicáveis tanto ao Sul como ao Norte, de maneira diferenciada, segundo o nível de desenvolvimento de cada país. O desenvolvimento sustentável, atual e futuro, será aquele “que se interessar tanto pelo crescimento verde que preserva o meio ambiente, enfim, [aquele capaz] de gerar inclusive um crescimento criador de empregos e de valor social” (De Cazotte & Talla, 2014, p. 48-49).

Quando falamos nesses novos paradigmas do desenvolvimento, tais como a sustentabilidade, a valorização da cultura, o espaço local, as relações sociais, a ética, a solidariedade e o meio ambiente, estamos falando de novos valores, de novas ideias e, porque não dizer, de novas crenças (Maciel, 2006).

As alternativas propostas devem visar ao humano e não apenas ao econômico. Um desenvolvimento que busque crescimento econômico aliado à qualidade de vida, gerando,

acima de tudo, benefícios sociais e culturais para a sociedade. Um desenvolvimento que seja mais democrático e participativo, respeitando as tradições, os costumes e as culturas locais, em contraposição a um modelo que visa à acumulação e à geração de riquezas, não importando que o resultado seja a geração simultânea de pobreza, exclusão social e desigualdades de todo o tipo.

Para Sachs (1986), o desafio consiste na redefinição das formas e usos do crescimento e não na desistência deste. Segundo o autor, os objetivos do desenvolvimento vão muito além do crescimento econômico, da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o número de empregos, se não atenua a pobreza e se não reduz as desigualdades. “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (Sachs, 2004, p. 13).

Para Sen (2000), o principal meio e o principal fim desse desenvolvimento é possibilitar a expansão da liberdade dos indivíduos, para que eles possam encontrar melhores condições de vida, podendo agir sobre os fatores que não estão em acordo com uma vida digna e de qualidade. Diante desse processo de expansão da liberdade, a população pode reivindicar melhores condições de vida e igualdade de oportunidades diante do desenvolvimento, em um processo de integração social no qual todos se tornam mais participativos.

Sachs (2004, p. 61) coloca que é necessário

dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e óciosos e liberar as energias sociais e a imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento.

Essas concepções do desenvolvimento passam a perceber a importância da cultura, considerando as necessidades, as aspirações, os valores, especificidades e limites da população local. Têm exigido a incorporação de um novo processo de implementação de projetos, centrados em parceria, corresponsabilidade e participação (Irving, 2009).

A participação, nesses processos, pode ser considerada item essencial, constituindo a garantia da diversidade de estilos de desenvolvimento, adaptados ao contexto próprio de cada sociedade, de cada comunidade (Hó, 1988), em um projeto social enraizado e impregnado dos valores específicos desse meio. É por meio da participação que se alcançará um desenvolvimento mais adequado às realidades locais. Trata-se do resgate das culturas

locais, em um investimento em qualidade de vida, fundamentada em valores éticos.

Nessa perspectiva, a população local deve ser a principal interessada pelo desenvolvimento, posto que é ela quem melhor conhece suas necessidades e aspirações, podendo assim apontar o melhor caminho para a busca de uma melhor qualidade de vida. É necessário confiança na capacidade e sabedoria dessa população, na identificação de seus problemas e na tentativa de soluções originais, considerando seu ritmo, dinamismos e peculiaridades.

A esse respeito, Sachs (1998) afirma que os critérios de avaliação das soluções apresentadas vão, precisamente, variar de um contexto sociocultural a outro. Nessa perspectiva, o autor defende a ideia da arte de reinventar e de fazer progredir a teoria a partir de situações concretas, dando a oportunidade de equipes interdisciplinares pesquisarem, no local e com a participação da comunidade, a solução dos problemas colocados pelo desenvolvimento de uma localidade.

O desenvolvimento sustentável deve partir das próprias necessidades latentes das comunidades na busca de alternativas que propiciem benfeitorias em todos os âmbitos – econômico, social, cultural, ambiental – e criar condições e oportunidades para que a população local participe efetivamente desse processo. Um projeto de desenvolvimento que se pautar na escuta desses atores sociais, sua cultura, tradição, dinâmica sociocultural, suas necessidades e aspirações, contribuindo para o estabelecimento da dimensão ética.

Psicologia Social Comunitária e desenvolvimento: um diálogo em busca da sustentabilidade

A contribuição dada pela Psicologia Social Comunitária pode ser ainda mais efetiva se esta tomar como questão as premissas do Desenvolvimento Humano Sustentável. O eixo de nossas preocupações está centrado na sustentabilidade das premissas do desenvolvimento, sendo as dimensões sociais e culturais itens essenciais desse processo. A valorização da cultura é uma das formas de permitir que o desenvolvimento se torne mais democrático e mais participativo.

A Psicologia Social, e mais precisamente a Psicologia Social Comunitária, tem muito a contribuir, teórica e metodologicamente, na busca de novas alternativas de desenvolvimento. O resultado desse intercâmbio de conhecimentos entre a Psicologia Social Comunitária e o Desenvolvimento Sustentável está no encontro de possibilidades para que a própria comunidade construa relações mais

solidárias e humanas no seu processo de desenvolvimento.

O entendimento de desenvolvimento deve respeitar as tradições culturais, os costumes e as culturas locais. Nessa perspectiva, Simmel (1999, p. 68) afirma que “toda cultura humana é fadada a desaparecer quando ela não encarna mais o espírito de onde ela nasceu”.

A partir do conceito de desenvolvimento sustentável cunhado em 1987, no relatório Brundtland, que apresenta desenvolvimento sustentável como aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, destacamos que tal processo significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural.

É importante destacar que não podemos falar em desenvolvimento sustentável sem falar em participação. Participação essa que deve vir de todos os grupos, de forma que todos os atores envolvidos possam participar no processo de mudança e ganhos de qualidade de vida. E se a participação deve ser de todos, trabalhos ditos comunitários podem ser desenvolvidos também com classes A e B. Não existe impedimento teórico ou técnico para que a Psicologia Social Comunitária seja praticada também com as classes mais abastadas. Nessa perspectiva, é possível questionar: onde estão os trabalhos sobre violência urbana nas classes mais abastadas? A grande maioria dos estudos sobre violência urbana foca nas classes populares, que são, de fato, as mais vulneráveis a esse tipo de violência. Mas não os únicos.

Retornando à questão da sustentabilidade, destaca-se que, dentre os muitos problemas das grandes cidades (onde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, reside atualmente a maior parte dos brasileiros), estão a violência, o desemprego, os engarrafamentos. No entanto, no que se refere ao planejamento do trânsito, a cidade de Curitiba parece apresentar uma outra realidade. Um vídeo apresentado na Sciences Po (L’Institut d’Etudes Politiques de Paris) sobre um modelo de cidade sustentável apontava uma cidade brasileira, Curitiba, no Paraná. Há mais de 30 anos, em Curitiba, já havia uma preocupação com os espaços urbanos no que diz respeito ao lazer e à qualidade de vida.

Outra questão destacada no âmbito da cidade de Curitiba é o lixo urbano. Quando observamos os dados de países como Noruega, Dinamarca e Suécia, constatamos que eles conseguem reciclar até 50% do lixo que produzem. No Brasil, estamos muito longe

disso. No entanto, ainda que em escala bem menor, se comparado a alguns países desenvolvidos, a cidade de Curitiba se destaca positivamente no que se refere ao destino do lixo produzido: cerca de 20% é reciclado. Nessa cidade, a coleta seletiva é realizada desde 1989. A cidade produz hoje cerca de 2,2 mil toneladas de resíduos por dia, sendo 550 toneladas separadas pela população e encaminhadas para reciclagem. Então, se é possível e realidade em Curitiba, por que não seria em outras cidades brasileiras?

Quando falamos em sustentabilidade, temos de saber qual desenvolvimento queremos. E isso só é possível com a participação e o engajamento das pessoas. O governo sabe exatamente quanto é gasto com segurança, saúde e educação. Mas a questão ecológica é de difícil medida. Qual é o seu custo? Os indicadores, custos, tudo ainda é difícil precisar. Existe um limite que é o limite do próprio planeta e temos de pensar e agir sobre isso. É a sustentabilidade e a vida da Terra que está em jogo.

Relatos de uma experiência: O Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS)

A Psicologia Social Comunitária brasileira tem muito a contribuir no debate em torno do desenvolvimento sustentável. Ela é tão importante que a professora Denise Jodelet, durante sua conferência de abertura no 7th European Congress of Community Psychology, em outubro de 2009, em Paris, destacou a importância da psicologia na América Latina, citando o caso do Brasil, onde há mais de 20 anos existe o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS.

Em 1989, de forma inovadora, a psicóloga Maria Inácia D'Ávila Neto criou o Programa EICOS, com o olhar de uma psicossociologia que se voltasse tanto para as teorias e práticas dos métodos qualitativos e participativos como para a pesquisa comunitária, a Ecologia Social e a sustentabilidade.

Segundo Lima (2012, p. 9),

o Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) representou um avanço nos estudos em comunidade no Rio de Janeiro. Inicialmente, apenas com o curso de mestrado, esse programa apresentou uma proposta pioneira e inovadora, em termos teóricos e metodológicos, no campo psicossocial.

Para o autor, entre as inovações do EICOS estão a integração da pesquisa à extensão, o que deixava

clara a ênfase na relação da pesquisa acadêmica com os saberes locais e com a inclusão social; o tom extremamente interdisciplinar do programa; e a busca da indissociabilidade entre a reflexão conceitual e a prática de intervenção.

Atualmente, o EICOS apresenta forte ênfase psicossocial com ampla atuação em pesquisas empíricas, de campo e extensão universitária, em uma interface contínua de construção dialógica de teoria e prática, com acentuada inserção no panorama das amplas questões contemporâneas que englobam a sustentabilidade e o desenvolvimento social e cultural de comunidades. Volta-se à realização de trabalhos de pesquisa e ensino em uma perspectiva interdisciplinar, por meio de instrumentos para melhor compreender as relações de grupos e comunidades, suas instituições e sua dinâmica cultural.

O Programa EICOS possui convênios e intercâmbios com universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. Participa do Consórcio MITRA – Médiations Interculturelles, mobilités, identités, conflits, pelo Programa Erasmus Mundus, financiado pela AEEAC – Agence Executive d'Education, Audiovisuel et Culture da União Europeia, composto por sete universidades, incluindo Université de Lille 3, Université Babeş Bolyai (Romênia), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Uniwersytet Wrocławski (Polônia), Université Cheikh anta Diop de Dakar (Sênechal), Universidad Nacional Autonoma Del Mexico. Nesse sentido, o curso está envolvido não só com questões locais, mas também internacionais.

Alguns dos diferentes projetos e pesquisas desenvolvidos no Programa EICOS ilustram a ação e luta diante do panorama mundial, priorizando as relações entre ecologia, cultura, sociedade e desenvolvimento. Tais projetos devem indicar, como discute Morin e Kern (1995), para uma ecologia da ação como passo primeiro para uma ética da crise, em um momento em que vivemos uma crise da ética.

Entre esses projetos, podemos citar o Projeto Sinuelo, que foi realizado durante oito anos na comunidade pantaneira, e o Projeto de Mobilização Social – Participação Comunitária, subprojeto inserido no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) – Rio de Janeiro, que foi realizado durante três anos. Ambos visavam ao desenvolvimento cultural e ecológico das comunidades envolvidas, por meio da preservação e conservação dos recursos ambientais. Tiveram como eixo referencial as premissas de que o meio ambiente não pode ser considerado como um dado isolado, mas sim como um dado da cultura de uma comunidade, isto é, como um processo de interação

entre o sociocultural, gerado pelo homem e a natureza.

Compreender tais projetos a partir de um enfoque integrado e participativo é fundamental para que as propostas de um desenvolvimento com vistas à sustentabilidade, envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais que possam resultar em mudanças significativas para a população em questão. A promoção dessa sustentabilidade deve ser pautada em novas práticas que reconheçam a complexidade dos problemas e busquem estratégias amplas, integradas e participativas para enfrentá-los.

É o que Moscovici (2007) chama de uma nova sensibilidade, de uma nova percepção do meio e das preocupações da vida em comum. O autor compreende a Ecologia como uma cultura mundial, como uma consciência do homem de sua relação com a natureza; não só algo relacionado com solucionar questões da natureza, mas também com o nosso pensamento e nossa cultura. Para tanto, é necessário repensar as tradicionais conceituações de ecologia, reforçando o fato de que esta compreenda não apenas a natureza (ecologia natural), sua biodiversidade, mas também a cultura representada nos hábitos, tradições e costumes.

Psicossociólogo de reputação mundial, Serge Moscovici é responsável por teorias importantes para a Psicologia e áreas afins, como a Ecologia política, as representações sociais, a da influência minoritária e das decisões coletivas; e, como ambientalista, viveu o engajamento, desde o fim dos anos 1960 (Maciel, Rangel & Beyssac, 2015). Em entrevista a Maciel, em Paris em 2008,³ Moscovici, ao ser perguntado se gostaria de ser lembrado como o pai da Ecologia Política ou o pai das Representações Sociais, o autor responde que gostaria de ser lembrado como o pai da Ecologia Política, pois sempre acreditou que deveríamos nos voltar para a humanidade normal, pois é ela que interessa. O autor acrescenta que não se trata de uma aplicação à ciência, trata-se de ação.

O autor destaca que é necessário mudar nosso pensamento começando por dentro, transformando a forma das ideias na ciência, nas técnicas, no senso comum, nas artes, suprimindo a censura de nossas inspirações e de nossa existência e olhando de forma diferente nossa existência nessa terra em longo prazo (Moscovici, 2007). Moscovici (2007) coloca a necessidade de uma unificação das relações que o homem mantém com a natureza, no que chama de uma prática da natureza, na qual o meio não consiste em remediar os problemas de nossa forma de vida,

“mas em experimentar novos modos para fazer existir uma nova forma de vida” (Moscovici, 2007, p. 131).

Precisamos buscar modos alternativos de vida, baseados em atitudes conscientes e não só ficar discutindo soluções para problemas derivados de nossas atitudes. Precisamos de novos paradigmas que valorizem a vida, a cultura, a natureza, as ideias e nossa enorme capacidade de criar, de inovar. Precisamos de uma nova consciência ética, cidadã, solidária e responsável. Tal perspectiva visa a um desenvolvimento sustentável e para isso busca discutir a dinâmica das relações existentes entre o homem com seu semelhante e, ainda, com o seu meio ambiente, dinâmica esta que reflete no complexo cultural de determinada região.

Considerações finais

A Psicologia Social Comunitária pode trazer relevantes contribuições para o debate em torno do desenvolvimento sustentável, principalmente no tocante ao fortalecimento de uma perspectiva de construção científica interessada nos processos subjetivos envolvidos na formação crítica do ser humano e de sua capacidade de agir criativamente em sua realidade, culminando em um processo de desenvolvimento mais adequado às realidades locais e com melhor qualidade de vida. Com a participação, os sujeitos posicionam-se no processo de desenvolvimento de sua comunidade, assumindo o bem comum por meio de projetos coletivos.

Assim, participar significa dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo que objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social.

A Psicologia Social Comunitária brasileira tem muito a contribuir nesse debate, tanto com pesquisas sobre lazer, sustentabilidade e desenvolvimento como elaborando soluções para os principais problemas urbanos. A importância da Psicologia Social Comunitária, no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, consiste em apontar discussões e ferramentas operativas, na busca de uma alternativa de desenvolvimento mais adequada à realidade local, agregando, à dinâmica social do destino, a importância do sujeito como transformador da sua própria realidade. Realidade esta mais humana, ética e sustentável.

Esse é um campo em que o psicólogo pode e deve atuar. São inúmeros os projetos desenvolvidos

³ Partes desta entrevista foram disponibilizadas em vídeo. Ver

D'Avila Neto, Maciel e Figueiredo (2014).

pelos alunos de Iniciação Científica, mestrandos, doutorandos e pesquisadores do EICOS/IP/UFRJ. Esse é um campo promissor dentro da Psicologia Social Comunitária. Portanto, é preciso formar especialistas, e cabe a essa nova geração dar continuidade às pesquisas e desenvolver a Psicologia Comunitária sustentável.

Referências

- Brundtland, G. H. (1991). *Nosso futuro comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV.
- Campos, R. H. F., Lane, T. M. S., Sawaia, B. B., Freitas, M. F. Q., Guareschi, P. et al. (Orgs.). (2002). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- D'ávila, M.I., Maciel, T. B. & Figueiredo, C. (2014). *Moscovici, Sociedade e Natureza*. Recuperado em 17 de outubro, 2015, de <https://www.youtube.com/watch?v=Jsxjcc1Zb9I>.
- D'ávila, M.I. & Maciel, T.B. (1992). Pantanal: um ecodesenvolvimento necessário. In Maciel, T. (Org.). *O ambiente inteiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- De Cazotte, H. & Talla, P. (2014). Entre Rio+20 et l'agenda post-2015: les objectifs de développement durable. In Grosclaude, J. Y., Pachauri, R. K. & Tubiana, L. (Dir.). *Regards sur la Terre 2014. Dossier: Les promesses de l'innovation durable* (pp.46-52) Paris: Armand Colin.
- Dumazedier, J. & Samuel, N. (1976). *Société éducative et pouvoir culturel*. Paris: Seuil.
- Freitas, M.F.Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária. In Campos, R. H. F., Lane, T. M. S., Sawaia, B. B., Freitas, M. F. Q., Guareschi, P. et al. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Gois, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Hô, P.N. (1988). *Développement endogène: aspects qualitatifs et facteurs stratégiques*. Paris: Unesco.
- Ibañez, L. L. (2005). La Psicología Social de Ignacio Martín-Baró o el Imperativo de la crítica. In Portillo, N., Gaborit, M. & Cruz, J. *Psicología Social en la Posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador*. San Salvador: UCA Editores.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível. In Bartholo, R., Sansolo, D. & Bursztyn, I. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares brasileiros* (pp. 108-121). Rio de Janeiro: Letra & Imagem.
- Lane, S. T. M. (2002). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In Campos, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp.17-33). Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In Campos, R. H. F., Lane, T. M. S., Sawaia, B. B., Freitas, M. F. Q., Guareschi, P. et al. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. (1989). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In Lane, S. T. M. & Codo, W. (Org.). *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense – EDUC.
- Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (1995). (Org.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense – EDUC.
- Maciel, T.B. (2006). Paradigmas e desafios da ecologia social: aplicações das teorias e das práticas de um projeto de desenvolvimento local. In Campos, R. & Guareschi, P. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino-Americana* (pp.186-206). Petrópolis: Vozes.
- Maciel, T. B. (2003). Da sustentabilidade à sustentabilidade do ser: por um Desenvolvimento Humano Durável. In D'Ávila Neto, M. I. & Pedro, R. M. L. (Org.). *Tecendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

Maciel, Tania Maria de Freitas Barros; Alves; Monalisa Barbosa. A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável

- Maciel, T. M. F. B., Rangel, P. M. & Beyssac, M.L.T.C. (2015). O desenvolvimento da questão natural na obra de Serge Moscovici. In Brizola, A. N. *Estado, Ambiente e Movimentos Sociais* (pp. 178-198). Florianópolis: ABRAPSO Editora.
- Moscovici, S. (2007). *Natureza: Para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad: Instituto Gaia.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Morin, E. (2000). *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Morin, E. & Kern, A. B. (1995). *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- Nasciutti, J. C. R. (1996). Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. *Revista Documenta*, 7, 51-58.
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, I. (1986). *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Sachs, I. (1980). *Stratégies de l'Eco-développement*. Paris: Ouvrières.
- Sawaia, B.B. (1996) A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In Campos, R. H. F., Lane, T. M. S., Sawaia, B. B., Freitas, M. F. Q., Guareschi, P. et al (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Simmel, G. (1999). *Sociologie. Études sur les formes de La socialization*. Paris: P.U.F.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015

Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

Affection, memory, community struggles, social participation and community senses

Afecto, memoria, lucha, participación y sentidos de comunidad

Samira Lima da Costa¹

Carlos Roberto de Castro e Silva²

Resumo

O texto tem como objetivo central promover uma discussão acerca da produção dos sentidos de comunidade a partir dos afetos, da memória coletiva e da luta comunitária, considerando diferentes formas de participação social e seus elementos potencializadores. Utiliza de forma ilustrativa para a discussão duas experiências distintas (um grupo de integrantes de uma OnG e um grupo de pescadores artesanais). A reflexão se conduz em torno das potências comunitárias geradas, evidenciadas e fortalecidas pelos processos grupais de produção de sentidos de comunidade. As experiências de afetos, das memórias individuais e coletivas, das lutas, das intrigas e desavenças, das coesões e das coerções, da cotidianidade e da participação social apoiam a produção de movimentos coletivos – não sem embates e enfrentamentos internos. A perspectiva da comunidade é compreendida a partir da inevitável correlação de forças que atuam em um coletivo, produzindo tensões, negociações, convergências e divergências, aglutinações duradouras e temporárias. Os sentidos de comunidade, portanto, se compõem a partir da permeabilidade e fluidez do grupo, por um lado, e da coesão e força, por outro, favorecendo a identificação de problemas em comum e a luta coletiva por soluções.

Palavras-chave: Sentidos de Comunidade; Afeto; Luta; Memória; Participação Social.

Abstract

The text has as its main objective to promote a discussion on the production of the notions of community based on the affections, on the collective memory, and on the community struggle, considering different forms of social participation and its potentiating elements. It uses, as illustration for the discussion, two different experiences (one group of members of an NGO and a group of artisanal fishers). The reflection is conducted around the community potencies generated, evidenced, and strengthened by the group processes of production of notions of community. The experiences of affections, the individual and collective memories, the struggles, the intrigues and disagreements, the cohesions and coercions, the daily lives and the social participation support the production of collective movements – not without internal conflicts and confrontations. The perspective of the community is understood from the inevitable relation of strengths, which act in a collectivity, producing tensions, negotiations, convergences, and divergences, lasting and temporary aggregations. The notions of community, therefore, are made up of the permeability and fluidity of the group, on one side, and of the cohesion and strength, on the other side, favoring the identification of common problems and the collective struggle for solutions.

Keywords: Notions of Community; Affection; Struggle; Memory; Social Participation.

Resumen

El texto está dirigido principalmente a promover una discusión acerca de la producción de los sentidos de comunidad desde los afectos, de la

¹ Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ. Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ, 2008). Mestre em Metodologia de ensino (UFSCar, 2002); Especialista em Saúde Coletiva (UFSCar, 1996). E-mail: biasam@uol.com.br

² Professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista (UNIFESP). Pós-Doutor em Ciências Sociais pela University of Western Ontario, Canadá (2006). Doutor em Psicologia Social (USP, 2004). Mestre em Psicologia Social (PUC-São Paulo, 1998). Especialista em Saúde Coletiva (USP). E-mail: carobert3@hotmail.com

Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

memoria colectiva y de las luchas comunitarias, teniendo en cuenta las diferentes formas de participación social y sus elementos reforzadores. Utiliza como ejemplo para discusión dos experiencias distintas (un grupo de miembros de una ONG y un grupo de pescadores artesanales). La reflexión se lleva a cabo en torno de la potencia comunitaria, generada, destacada y reforzada por los procesos grupales de producción y sentido de comunidad. Las experiencias de afecto, de memorias individuales y colectivas, luchas, intrigas y desavenencias, las cohesiones, la coerción de la vida cotidiana y la participación social apoyan la producción de movimientos colectivos - no sin conflictos internos y enfrentamientos. La perspectiva de la comunidad es entendida a partir de la correlación inevitable de fuerzas que actúan sobre un colectivo, que producen tensiones, negociaciones, acuerdos y desacuerdos, agregaciones, perdurables y temporales. Los sentidos de comunidad, por lo tanto se componen a partir de la permeabilidad y la fluidez del grupo, por un lado, y de la cohesión y la fuerza, por otro, favoreciendo la identificación de problemas comunes y la lucha colectiva por soluciones.

Palabras clave: Sentidos de Comunidad; Afecto; Lucha; Memoria; Participación Social.

Apresentação

Em um momento histórico marcado pelo avanço da globalização econômica e da comunicação – e suas consequências imediatas: o incremento de redes sociais virtuais e da valorização de ações filantrópicas –, as pessoas vivem a sensação de estar em contato permanente com todo o mundo. Somos capturados diariamente pelo ritmo frenético de informações midiáticas, que nos convoca a compartilhar eventos e experiências, a reconhecer e seguir celebridades, que desaparecem com a mesma velocidade que surgiram.

Essa mesma velocidade e volatilidade dos fenômenos que emergem e submergem na mídia nos salvam de um mergulho mais intenso e profundo no significado da notícia, protegendo-nos de uma implicação emocional e ética referentes a tais fenômenos. Assim, pouco ou nada tocados pelos fenômenos que nos rodeiam, vamos ficando impermeáveis, talvez pouco sensíveis, e voltamos para nossa rotina tão mais superficial quanto mais veloz, já sedentos de “outras novidades”, novas sensações que nos mantenham conectados a esse frenesi coletivo.

Apesar dessa breve caricatura de um cotidiano comum a todos nós, podemos verificar que existem ainda vias de afetação, caminhos que vêm sendo trilhados por grupos que se negam a manter-se na superficialidade de certos fenômenos, se implicando com eles e/ou sendo por eles atravessados. Quais seriam os caminhos pelos quais se tem construído vínculos sociais comprometidos e produtores de transformações sociais?

A globalização, em franca expansão na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que pasteuriza e impõe – com a quebra das fronteiras – a destruição de hábitos e costumes nacionais, promove a valorização de culturas locais e seus valores (Santos, 2000). Nos interstícios da sociedade os microespaços comunitários – virtuais ou não – tornam-se refúgios propiciadores da constituição de identidades sociais mais fortes, produzindo formas de interação entre as pessoas que facilitam a construção, no espaço público, de alternativas mais solidárias e tolerantes de convivência social (De Castro-Silva, 2013).

No presente estudo, propomos discutir as potências existentes em determinados movimentos comunitários, formais ou não, em torno de questões e situações coletivas, produzindo, fortalecendo e dando visibilidade às

formas alternativas de convivência comunitária e de participação social (Sawaia, 1996; Maciel & Costa, 2009; Montero, 2003).

Essa discussão pretende destacar a dimensão dos afetos e da memória coletiva no processo de construção de novas formas de sociabilidade política, mais especificamente de convivências democráticas (Stewart, 1995; Sawaia, 2002, Montero, 2007, Gohn, 2010).

A categoria e os sentidos de comunidade

A comunidade como categoria de análise vem sendo revisitada, passando por novas leituras ditadas pelas transformações do mundo (Bauman, 2003). Com a globalização e com a aceleração das comunicações, diminuindo ou relativizando distâncias, é preciso rever o conceito de comunidade, entendendo-o como inerentemente paradoxal, uma vez que se trata, ao mesmo tempo, de categoria de integração e de autonomia, de diferenciação e de identificação. A comunidade é um conceito que está presente de forma intermitente na história e acompanha o conflito entre o coletivo e o individual, nos estudos sobre o vínculo entre as pessoas e suas consequências (Costa, 2008; De Castro-Silva, 2012).

Na história da relação entre individualidade e comunidade, segundo Sawaia (1996), o movimento individualista surgiu para fazer frente à ordem feudal injusta, que levava para a sociedade iluminista resquícios de dominação e exploração pautados na lógica da interdependência básica do período medieval. Esse movimento individualista e anticomunitário ganhou força com as revoluções francesa e industrial. Para aqueles que defendiam o racionalismo econômico, a ideia de comunidade era um inimigo do progresso tão desejado, pois indicava intenções de retrocesso à ordem feudal.

Ferdinand Tönnies (1957) apresentou os retratos ideais-típicos das formas de associação social, a partir de contrastes entre a natureza solidarística de relações sociais na Comunidade e as relações em grande escala e impessoais nas Sociedades industrializadas. Introduziu assim o dualismo “sociedade/comunidade” no discurso científico contemporâneo.

McMillan y Chavis (1986) e Montero (2007) apontam para a existência de um *sentido de comunidade*, que seria o sentimento de pertença e de importância mútua existente entre os membros de uma comunidade, produzido nas

relações cotidianas, entre convergências, divergências e conflitos. Esses autores identificam como característica dos sentidos de comunidade a crença compartilhada pelo grupo de que suas necessidades serão satisfeitas a partir do compromisso de estar juntos. O sentido de comunidade, para esses autores, “és función de una comunidad específica. No se puede hablar de e lenabstracto, sino a partir de La experiencia de comunidad” (Montero, 2007, p. 218). É especificamente nessa perspectiva que Costa e Maciel (2009) avançam na discussão, referindo-se não “ao sentido de comunidade”, mas “aos sentidos da comunidade”.

O conceito de comunidade precisa transbordar as concepções que a restringem a um coletivo difuso e harmônico (Costa & Maciel, 2009; Sawaia, 2006; D’ávila Neto, 2002; Moreira & Castro-Silva, 2013), devendo compreender os grupos de forma complexa, comportando dilemas e paradoxos. Assim, ao mesmo tempo em que se trata de um coletivo é preciso que comporte também a individualidade, o que afasta a ideia de um conjunto que só existe enquanto unidade consensual. Se por um lado podemos afirmar que “comunidade” significa uma rede de relações estabelecidas com algum propósito comum, por outro, precisamos compreender que há certa fluidez dos vínculos, ligada a alguns elementos que aglutinam de forma dinâmica a vida de seus membros (Costa, 1998). É preciso, pois, entender quais elementos e fenômenos mobilizam os integrantes de uma comunidade, convocando-os à participação social. É preciso atentar para a complexidade da temática da participação social, pois no contexto capitalista em que vivemos a participação parece algo extrínseco à vida das pessoas, como um “mal necessário” ou um instrumento de legitimação protocolar, reforçando ações individualistas regidas pela lógica do lucro.

Aqui, longe de acolher o tema da participação social apenas como a organização civil para o controle social (previsto e, de certa forma, impelido pelas políticas públicas), propõe-se compreendê-la como toda possibilidade de atuar socialmente, criada, conquistada, negociada e inventada no coletivo; a participação social seria, portanto, o próprio exercício da convivência e da vida coletiva. E é na diversidade de movimentos de participação produzidos e sustentados no interior das comunidades que se manifestam suas potências criativas de inventar a vida, orquestrando tensões e concessões, negociações, cooptações e embates.

Os movimentos comunitários

Segundo Castells (1999), vivemos numa sociedade marcada pelo avanço tecnológico, expressando um capitalismo que, ao mesmo tempo em que inova e traz esperanças, também traz desespero. Em contrapartida, o autor percebe movimentos de atores sociais que buscam a valorização das culturas locais e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. “Incorporam movimentos de tendência ativa, voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico” (p. 18). Na tensão entre essas tendências forja-se a construção social de novas identidades.

A partir de estudos sobre organizações de base comunitária, De Castro-Silva (2004) investe esforços em aprofundar essa questão, segundo as identidades comunitárias propostas por Castells (1999): 1. *Identidade legitimadora*: por meio das instituições dominantes, reforça os padrões de sociabilidade e valores éticos/políticos vigentes na sociedade; 2. *Identidade de resistência*: por meio de atores sociais em posições desvalorizadas/condições desfavoráveis e/ou estigmatizadas, criam uma resistência e formas de vivência e valores éticos/políticos antagônicos àquilo proposto pelas instituições dominantes; 3. *Identidade de projeto*: por meio de atores sociais que propõem novas posturas e valores que alteram a estrutura social, gerando consequências nas estruturas de produção, reprodução socioeconômica, inclusive, quanto aos padrões historicamente estabelecidos.

Para ilustrar a discussão da temática proposta, apresentaremos brevemente dois grupos estudados: um de pescadores artesanais e um de membros de uma OnG.

Os pescadores artesanais foram acompanhados numa pesquisa desenvolvida ao longo de seis anos. Segundo Costa (2008), esses pescadores viviam a cultura caiçara havia gerações e, devido ao crescimento urbano que se impôs ao seu redor, se viram diante da necessidade de transformar essa cultura em uma causa coletiva a ser defendida, num movimento com certa intenção conservadora, assemelhando-se à identidade legitimadora, proposta por Castells (1999), que tem como marca a permanência social das coisas, na forma como que já existem.

O outro grupo é composto por integrantes de uma OnG/Aids, acompanhados em pesquisa durante cinco anos. Segundo De Castro-Silva

(De Castro-Silva & Cavichioli, 2013), essas pessoas se uniram em torno de uma causa em comum (a Aids e suas consequências), construindo em torno dela uma cultura, num movimento coletivo semelhante à identidade de projeto, de Castells (1999), que tem como marca a intenção de transformação social.

Tanto no grupo que transformou sua cultura em uma causa a ser defendida quanto naquele que transformou sua causa em uma cultura a ser difundida, houve momentos em que a identidade não se constituiu nem como legitimadora nem como de projeto. Esses coletivos viveram momentos nos quais sua organização assumiu a identidade de resistência, conforme proposição de Castells (1999), que tem como marca certo sentido bélico, com tendências à homogeneização interna do grupo. A apresentação dessas comunidades ao longo do texto tem por propósito ilustrar a discussão que pretendemos realizar.

Afetos, memórias e solidariedade: perspectivas em análise

Os afetos que mobilizam um grupo se definem pelas forças de coesão e difusão, que aglutinam, tensionam e reorganizam coletivos. A partir de situações, fenômenos e eventos que produzem diferentes sentidos de integração entre seus membros, uma comunidade produz ora mais ora menos afetos aglutinadores, apoiados tanto em sentimentos de pertença e cumplicidade, construindo experiências de solidariedade, quanto em sentimentos de divergência, tensionando e buscando, de forma mais ou menos bélica, campos possíveis de negociação. Os integrantes de uma comunidade trazem para esse coletivo suas memórias pessoais e familiares, e constroem com outros integrantes as memórias coletivas, que segundo Halbwachs (2006, p. 51) é a memória de um grupo, “[...] na qual se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele”.

A memória coletiva é sempre um projeto inclusivo. Em sua construção, cabem diferentes narrativas e interpretações, familiaridades e estranhamentos, congruências e distensões, agonismos e antagonismos. A memória coletiva, nesse caso, se constituiria a partir da necessária diversidade que caracteriza o grupo (Costa & Maciel, 2009). Os afetos aglutinadores e as

memórias coletivas de uma comunidade se organizam em torno do que existe em comum na heterogeneidade.

A OnG estudada reúne entre seus integrantes tanto portadores do vírus HIV quanto familiares e simpatizantes do movimento de uma forma geral. É principalmente a identificação da discriminação, falta de apoio e de solidariedade, que leva à procura ou ao encaminhamento para uma OnG. Essa iniciativa de procurar uma ONG singulariza essas pessoas em relação a todas as outras que não procuram esse tipo de instituição. A vinculação à OnG se apoia na percepção de que aquele pode ser um espaço para troca de experiências que ajudem a superar todas as vicissitudes suscitadas pela convivência com o HIV/Aids (Castro-Silva & Cavichioli, 2013). Segundo De Castro-Silva, (2009) a maneira de os integrantes lidarem ou compreenderem a discriminação e o estigma passa pela reelaboração de valores éticos e políticos. Os integrantes da OnG, portadores ou não do vírus HIV, expressam uma solidariedade baseada na possibilidade de uma identificação entre eles, aliando essa luta a outras já existentes, como os movimentos contra opressões de gênero, de orientação sexual ou de classe social, pois percebem dimensões de suas vidas que os tornam também vulneráveis. Nessa perspectiva, apresentam a vulnerabilidade como elemento irrestrito, ao qual toda a humanidade está exposta. Por esse motivo, entende-se essa luta como ferramenta de solidariedade, pois não se cuida só de si mesmo, mas de todos, inclusive daqueles que não têm o vírus da Aids. Pode-se compreender a solidariedade como potência coletiva para a transformação social, que apoiará e ajudará a suportar os desgastes provocados pela luta.

É nesse sentido que há uma identidade comunitária de resistência, em princípio (contra o vírus, contra o estigma, contra a morte, contra a solidão), que se transforma em identidade de projeto, ao passar a ser propositiva e vislumbrar transformações sociais (Castells, 1999).

Da mesma forma que entre os integrantes da OnG, os pescadores artesanais apresentaram a solidariedade como elemento próprio à vida em comum; a solidariedade não seria vista como categoria oposta às divergências comunitárias, mas colocada no mesmo patamar, como composição de forças inerentes à convivência. Nesse caso, entretanto, não foi a luta que os aproximou, mas, ao contrário, aproximaram-se pelo cotidiano vivido juntos, em torno da cultura caiçara – as festas, o trabalho, as cerimônias, o

cotidiano, as desavenças – e, em determinado momento de suas vidas, viram-se impelidos a transformar essa cultura em uma causa. Aqui, mais uma vez a solidariedade se apresenta como potência da comunidade.

Também entre os pescadores a memória ganha destaque no processo de luta comunitária. Porém, nesse caso, são as memórias coletivas e não as pessoais que ganham centralidade, atuando como amálgama do grupo e dando sentido à sua nova causa, ao destacar o desejo de preservar a região da mesma forma que era “antigamente”. As divergências internas se mantêm ao longo das lutas que se vão firmando, e contribuem para ir evidenciando as forças e os movimentos existentes no grupo, a partir dos quais se podem estabelecer guerrilhas, negociações e concessões, tanto internamente quanto no diálogo com o “outro”, o “não caçara”. Há no processo certo investimento conservador/legitimador, que vai em busca de garantir os padrões de sociabilidade e valores ético-políticos vigentes naquela comunidade, antes das mudanças indesejadas (Castells, 1999).

Entretanto, esse grupo não assume por muito tempo a identidade legitimadora, pois deixa de ser dominante, mesmo que em sua própria localidade, passando a assumir a identidade de resistência (também de acordo com Castells, 1999). Como lembra Halbwachs (2006), o próprio desejo de *conservar* requer certa resistência.

Para se manifestar, essa resistência deve emanar de um grupo. Sim, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem, perturbem e desconcertem alguns indivíduos em seus hábitos. [...] Esses pesares ou essas inquietações individuais não têm consequências porque não tocam a coletividade. Ao contrário, um grupo não se contenta em manifestar o que sofre, em se indignar e protestar na hora. Ele resiste com toda a força de suas tradições e essa resistência tem suas consequências (Halbwachs, 2006, p. 164-165).

Nesse caso, a constatação da existência de um *Outro* que se aproxima e ameaça o que já havia ali traz para essa luta legitimadora aspectos de uma identidade de resistência. A esse respeito, Costa e Carvalho (2012) sugerem o conceito de “território do saber local”, em contraposição (e muitas vezes em movimentos de resistência) às imposições de saberes e culturas externos à comunidade. É preciso ressaltar, entretanto, que a constituição de um *Nós* que resiste não significa

nem implica em homogeneidade de ações e intenções coletivas. A construção dos sentidos de comunidade se estabelece em correlação de forças, num processo dinâmico, fluido e complexo. Diferentes combinações e ajustes ocorrem a todo tempo e em diferentes direções. Dessa forma, pode-se dizer que as barreiras – físicas, existenciais e virtuais – se constituem como um elemento componente do processo coletivo de produção de sentidos de comunidade, mas não são necessariamente seu marco ou seu limite.

Nas memórias dos pescadores artesanais, as dificuldades compartilhadas emergem ora de forma dourada (na figura nostálgica da evocação dos “bons tempos...!”), ora de maneira tensa e ressentida, como se algo se tivesse perdido e toda a responsabilidade fosse de um “outro” inominável – talvez materializado na figura personificada do *tempo*. Tais movimentos parecem dar hoje àqueles moradores coesão e cumplicidade nos processos de aglutinação em torno da resistência. Tanto as tensões internas quanto as construções bélicas de encontros com este “outro” parecem fortalecer, nesse grupo, certos sentidos de comunidade.

Nesse contexto, a solidariedade se destaca como potência de vida do grupo, caracterizando-se como apoio mútuo e cumplicidade, e tem seu sentido enlaçado pelos sentidos de familiaridade, vizinhança e apadrinhamento. Não há um intuito claro de provocar participação ou de conquistar reivindicações. Ela é inerente à convivência, assim como os conflitos.

A participação social em construção

A delimitação do campo de ação em torno de uma causa nos convoca a rever certas propensões e exigências de um tipo de participação que seja voltado apenas para o bem comum, descolado do contexto e de uma trajetória de vida marcada por adversidades. A qualidade da participação social, de fato, está associada à possibilidade de formação de vínculos que valorizem as experiências. É um instrumento que almeja formas afirmativas de superação dos efeitos da violação de direitos sociais. Entretanto, esvazia-se de sentido quanto mais se constitui em projeto protocolar; por outro lado, cresce em potência tanto mais se molda aos diferentes relevos e contornos, valorizando os modos e os momentos das comunidades em que se produz (De Castro-Silva, 2009,2013).

As dificuldades inerentes aos movimentos de aglutinação e luta a partir da experiência da dor

ajudam a compreender os dilemas vividos pelos integrantes dessas comunidades, na construção de uma convivência bélica e solidária, tensa e acolhedora, convergente e divergente. Identifica-se que a OnG se oferece como espaço de acolhida para, em seguida, se caracterizar como agente aglutinador, tendo a mobilização de afetos, a escuta das memórias e a produção de certos sentidos de comunidade como ferramentas para a participação social nas lutas em torno da Aids. Assim, a participação social é como uma das finalidades da OnG.

Já a comunidade de pescadores goza de laços relacionais fortes, anteriores aos fatos que levam à busca de legitimação de certos sentidos de comunidade. Dessa forma, ao surgirem os “outros” a organização emerge, mas apenas como recurso momentâneo, não sendo maior nem mais poderoso do que os laços que já existiam. A participação social pelas vias oficiais (instituídas como controle social) pode ser uma das possibilidades de organização em comunidade, mas está longe de ser a mais relevante. A participação social, neste caso, se caracteriza mais pela construção cotidiana das relações comunitárias, que passam a incorporar em sua pauta a luta em questão.

Considerações finais: sobre afetos, memória e participação social

A apreensão da dimensão afetiva nos serve de fio condutor na compreensão da trajetória dessas comunidades no enfrentamento de problemas coletivos: o diagnóstico de Aids para os integrantes da OnG; a transformação compulsória do lugar onde vivem, para os pescadores artesanais. No processo de identificação pela resistência, esses grupos passam por uma trajetória de reconhecimento e produção de sentidos de comunidade pela convivência e pela identificação, mas também pela dor e pela indignação.

No encontro com as comunidades aqui apresentadas, identifica-se que a noção de *comunidade* é um aspecto da relação que permeia as narrativas e as manifestações de afetos, na tentativa de dar ao movimento coletivo um caráter de união.

A solidariedade não se caracteriza como elemento romântico e despolitizado; a solidariedade se manifesta como posicionamento e opção política, fundante e mantenedora do próprio movimento. Não fosse a perspectiva da mobilização de afetos, escuta de memórias e

produção de pertencimento, não fosse a tolerância e a solidariedade, tais movimentos ganhariam menos, ou perderiam mais, em seus campos reivindicatórios. É preciso, assim, ampliar a perspectiva da participação para compreendermos outros modos de constituição dos movimentos também como participativos, rejeitando as margens conceituais do controle social *strictu sensu*.

Considerando os dois grupos apresentados, verificamos que a mobilização de afetos – por meio da memória coletiva e da luta – parece ter atuado como elemento aglutinador dos grupos, favorecendo a produção de sentidos de comunidade e a busca comum por soluções, não sem embates e enfrentamentos internos. Em outras palavras, os sentidos de comunidade são mobilizados no e pelo coletivo, impulsionando a participação social em torno da construção de identidades que se transformam conforme os diferentes contextos sócio-históricos.

Referências

- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 144p.
- Câmara, C. & de Lima R. (2000). Histórico das ONGs/AIDS e sua contribuição no campo das lutas sociais. *Cadernos ABONG*, São Paulo, 28, 29-74.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade volume II*. São Paulo: Paz e Terra. Retrieved from <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/castellsm-o-poder-da-identidade-cap-1.pdf>
- Castro-Silva, C. R. (2012). Comunidade e prevenção de HIV/AIDS. In: Vera Paiva; Gabriela Calazans; Aluísio Segurado. (Org.). *Vulnerabilidades e direitos humanos: Prevenção e promoção da saúde*. Curitiba: Juruá, p. 101-122.
- Costa, I. T. M., Meihy, J. C. S. B., Siqueira, S. A., Almeida, R. S. & Universidade do Rio de Janeiro. (1998). *Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Mestrado Memória Social e Documento, UNI-RIO.

- Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade
- D'ávila Neto, M. I. (2002). A porta, a ponte e a rede. Reflexões para pensar o conceito de rede e o conceito de comunidade. *Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável*. Rio de Janeiro: UNESCO. Recuperado de http://www.gpsdc.org.br/gaia/catedra/art_in_apor.htm
- Da Costa, S. L. (2008). *Os sentidos da comunidade: construções interacionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória/ES*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Doutorado. Recuperado de <http://pos.eicos.psychologia.ufrj.br/wp-content/uploads/samiralima.pdf>
- Da Costa, S. L. & de Carvalho, E. N. (2012). Agentes Comunitários de Saúde: agenciadores de encontros entre territórios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(11), 2931–2940. doi:10.1590/S1413-81232012001100010
- Da Costa, S. L. & de Freitas Barros Maciel, T. M. (2009). Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 60–72.
- De Castro e Silva, C. R. (2004). *A politização da dor e da indignação de pessoas que vivem ou convivem com o HIV/Aids: a participação política em uma ONG como forma de fortalecimento psicossocial*. Universidade de São Paulo. Recuperado de <file:///C:/Users/Andreia/Downloads/TesePD F2005A.pdf>
- De Castro-Silva, C. R., Hewitt, W. E., Sabourin, S., Calixto, S., Santos, E. & Richard, S. (2008). AIDS-NGO and political participation: Brazilian and Canadian experiences. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 18(6), 615–629. doi:10.1002/casp.
- Elias, N. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- McMillan, D. W. & Chavis, D. M. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6–23. doi: 10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2007). *Introducción a La psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ª ed. Buenos Aires, Paidós.
- Santos, B. S. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: Capinha, G; Feldman-Bianco, B. (2000). (Org.) *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec. 2000.
- Santos, B. S. (1994). Subjetividade, cidadania e emancipação. In: *Pela mão de Alice*. Rio de Janeiro: Cortez.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2001). Participação social e subjetividade. In: *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- Sawaia, B. B. (2002). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. 4. ed. In: *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial*. São Paulo: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2006). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campos R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária*:

Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

da solidariedade à autonomia. 14ª Ed.
Petrópolis, Vozes.

Silva, C. R. C. (2009). A amizade e a politização de redes sociais de suporte: Reflexões com base em estudo de ONG/AIDS na grande São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 18(4), 721–732. doi: 10.1590/S0104-12902009000400015

Tönnies, F. (1957). *Community and Society: Gemeinschaft und Gesellschaft*. Michigan: The Michigan State University Press.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015

Vieira-Silva, Marcos. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate

Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate

Practices in community social psychology and social mobilization processes: provocations for a debate

Prácticas en psicología social comunitaria y procesos de movilización social: provocaciones para un debate

Marcos Vieira-Silva¹

Resumo

A Psicologia Social Comunitária, desde o seu surgimento no Brasil, nos anos setenta, tem se colocado como um campo temático com forte apelo interdisciplinar e com forte tradição de participação social e política. O trabalho a seguir apresenta reflexões desenvolvidas a partir de experiências de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas com a participação do autor e ligadas a categorias temáticas utilizadas por profissionais e estudantes da área. Tais experiências foram e estão sendo desenvolvidas principalmente a partir do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei (LAPIP/UFSJ), em Minas Gerais. O texto termina com um convite ao pensar e agir a partir de provocações sugeridas em torno de várias articulações entre categorias temáticas e práticas desenvolvidas pela Psicologia Social Comunitária.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Experiências Práticas; Categorias Temáticas; Articulações; Mobilização Social.

Abstract

The Community Social Psychology, since its appearance in Brazil in the seventies, has been placed as a thematic field with strong interdisciplinary appeal and with a strong tradition of social and political participation. This work displays reflections developed from teaching experiences, research, and extension developed with the participation of the author and linked to various thematic categories used by professionals and students in the area. Such experiences have been and are being developed mainly from LAPIP / UFSJ - Psychosocial Intervention and Research Laboratory, Federal University of São João del-Rei in Minas Gerais. The text ends with an invitation to think and act from provocations suggested around several articulations between the themes and practices developed by the Community Social Psychology.

Keywords: Community Social Psychology; practical experiences; thematic categories; articulations; social mobilization

Resumen

La Psicología Social Comunitaria, desde sus inicios en Brasil en los años setenta, se ha colocado como un campo temático con fuerte atractivo interdisciplinario y con una fuerte tradición de participación social y política. Este trabajo presenta reflexiones desarrolladas a partir de experiencias de enseñanza, investigación y extensión desarrolladas con la participación del autor y vinculadas a diversas categorías temáticas utilizadas por los profesionales y estudiantes del campo. Tales experiencias han sido y están siendo desarrolladas principalmente de LAPIP/UFSJ - Laboratorio de Intervención e Investigación Psicossocial de la Universidad Federal de São João del Rei, en Minas Gerais. El texto termina con una invitación a pensar y actuar desde provocaciones sugeridas en torno a varias articulaciones entre los temas y prácticas desarrolladas por la Psicología Social Comunitaria.

Palabras clave: Psicología Social Comunitaria; Experiencias Práticas; Categorías Temáticas; Articulaciones; Movilización Social.

¹ Professor Associado III do Departamento de Psicologia da UFSJ. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ. Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, com estágio Pós-Doutoral em História da Psicologia Comunitária. Especialista em Dinâmica de Grupos – Grupos Operativos. Coordenador do LAPIP/UFSJ – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais. Coordenador do GT Psicologia Comunitária da ANPEPP. E-mail: mvsilva@ufsj.edu.br

Introdução

O presente trabalho foi produzido a partir da participação do autor em uma mesa redonda como tema “Processos de Mobilização Social”, promovida pelo Conselho Federal de Psicologia durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em setembro de 2012. Na época, foi solicitado aos palestrantes que considerassem duas questões disparadoras: 1. as fronteiras entre a atuação política e a atuação profissional e 2. as especificidades da contribuição da psicologia na mobilização social.

Eu acredito que pensar em processos de mobilização social como tema/espaço de atuação da Psicologia é algo muito recente entre nós. Vale lembrar que até os anos 1970 o modelo de atuação profissional adotado pela maioria da “Psicologia Brasileira” era o da psicologia como “profissão liberal”, pressupondo o trabalho do psicólogo como atividades de atendimento em psicologia clínica nos consultórios particulares ou atividades de consultoria/atendimentos de crianças “problemas” em escolas e/ou trabalhadores “problemas” em organizações. As práticas desenvolvidas em outras perspectivas eram minoria ou eram consideradas práticas “alternativas”. Vale lembrar, também que, em algumas universidades brasileiras, notadamente a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir de meados dos anos 1970, se buscavam outras perspectivas de práticas, de formação e de atuação profissional para a Psicologia, principalmente no que diz respeito à Psicologia Social Comunitária.

Refiro-me aqui a experiências desenvolvidas pelo Setor de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Fafich), sede do Curso de Psicologia. Nesse curso, foi criada em 1974 a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, que oferecia formação para o trabalho em saúde, educação e desenvolvimento social, valorizando interfaces com a pesquisa e a extensão universitária. Foram produzidos trabalhos em comunidades carentes, postos de saúde, associações diversas e hospitais psiquiátricos. A partir de então podemos dizer que a psicologia subiu os morros e chegou às periferias dos grandes centros urbanos, passando a criar novos laços e parcerias com os movimentos sociais. Projetos de extensão universitária em articulação com estágios curriculares e práticas de formação diversas foram se constituindo. atendimentos e acolhimentos no campo da saúde mental surgiram com o Movimento

da Luta Antimanicomial e passaram a contar com os profissionais de psicologia. Projetos de assessoria a órgãos públicos e a movimentos sociais também começaram a demandar profissionais de psicologia. Principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Nordeste, a partir do final dos anos 70, surgiram trabalhos de Psicologia Comunitária a partir de projetos de extensão que passaram a servir de referência para profissionais e estudantes interessados em novas práticas e reflexões.

Podemos nos perguntar aqui, hoje, sobre o que existe em comum entre o modelo proposto pelas práticas de Psicologia Comunitária que foram desenvolvidas a partir daquele período e o modelo das intervenções desenvolvidas nos trabalhos com políticas públicas nos dias de hoje: Quais são as aproximações e semelhanças e quais são as principais diferenças?

Cabe ressaltar que a realidade de atuação da Psicologia Social hoje é muito diferente. As demandas da sociedade e do Estado para a Psicologia hoje se dirigem prioritariamente para a Psicologia Social, tanto em termos de campo de ação da Psicologia quanto em termos de área de reflexão e de formação crítica para os profissionais de Psicologia.

Eu tenho dito aos meus alunos que estou muito à vontade para falar de Psicologia Social hoje. Somos a “bola da vez” no País, no bom sentido, com presença significativa em bibliografias utilizadas como referências para concursos públicos, com ampliação de vagas para profissionais em secretarias municipais e estaduais nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento social, situação diferente da vivida por quem começou a trabalhar no final dos anos 1970, quando ainda predominava uma visão de formação para a clínica e para o trabalho em consultórios como a principal referência da prática profissional.

A ampliação dos espaços de atuação profissional para o psicólogo, principalmente no que diz respeito a políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social, é hoje uma realidade. O trabalho que o Sistema Conselhos – Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais – vem realizando com a criação do Centro de Referência de Psicologia para Políticas Públicas (Crepop) se constitui em uma grande fonte de referência para a formação e atuação profissional em Psicologia.

Origens e implicações

Para continuar apresentando minhas reflexões/provoações, creio ser importante dizer de que “lugares” eu falo, ou seja, a partir de que

lugares/espços de atuação venho construindo as considerações que estou apresentando.

Primeiro, do lugar de quem fez sua formação em Psicologia Comunitária na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Fafich), a partir do envolvimento com os trabalhos de pesquisa e intervenção do Setor de Psicologia Social, coordenado pelo Prof. Célio Garcia. Além de aluno dos professores do Setor, fui monitor de várias disciplinas oferecidas por eles em 1977 e 1978.

Segundo, do lugar de quem é sócio fundador da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), fundada em 1980, na UERJ, durante a reunião da SBPC que marca a volta de Paulo Freire ao Brasil. A Abrapso, em minha opinião, é, até hoje, o maior Fórum de debate e espaço de trocas de experiências entre práticas de Psicologia em articulações com Educação Popular, Ação Comunitária, Psicologia Comunitária, Movimentos Sociais e Psicologia Política.

Terceiro, do lugar de Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em Minas Gerais, e de seu grupo de pesquisa. Leciono na UFSJ, para a graduação e a pós-graduação em Psicologia, desde 1989. Criado em 2000, o Lapip é um laboratório constituído por pesquisadores de várias áreas do Departamento de Psicologia da UFSJ, a saber, Psicologia Social, Psicologia da Educação, Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica, além de pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais. Conta, ainda, com o trabalho de membros associados, profissionais não pertencentes aos quadros da UFSJ e pesquisadores de outras universidades. Nossos projetos de trabalho propõem o desenvolvimento de ações articuladas de ensino, pesquisa, extensão e estágios curriculares. Atuamos em vários contextos – instituições asilares para idosos, associações e grupos comunitários, Policlínica Central do SUS, Programa Saúde da Família, Centros de Atenção Psicossocial, Associação de Portadores de Diabetes, Programas de inclusão de deficientes, unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), projetos de educação com recursos lúdicos e projetos de apoio psicopedagógico a escolas públicas e creches comunitárias. As intervenções realizadas circulam entre perspectivas de assessoria e atendimento aos grupos comunitários e institucionais, tanto no que diz respeito à luta por conquistar a efetivação nos poderes públicos de condições melhores de vida e saúde, principalmente as que já estão, teoricamente, garantidas pelas políticas públicas, quanto em termos da construção de práticas que possam auxiliar tais grupos na

conquista de autonomia, participação social, gestão coletiva e, até mesmo, autogestão, produção de identidades grupais, de relações de poder mais igualitárias e de momentos e espaços para vivências de afetividade; enfim, conquista e exercício cotidiano de cidadania e saúde mental. Também são desenvolvidos trabalhos de assessoria às Secretarias Municipais da cidade e da região. Os trabalhos do Laboratório se articulam no Grupo de Pesquisa nomeado Conhecimento, Subjetividade e Práticas Sociais, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, que desenvolve três linhas de pesquisa: “Processos Psicossociais e Sócio-Educativos”, “Formação Cultural: Trabalho, Arte e Lúdico” e “Trabalho, Identidade e Saúde”.

Princípios adotados

A maior parte dos programas de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Lapip vem adotando, como requisitos e perspectivas fundamentais: a) a busca de uma permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão; (b) a formação de um profissional de Psicologia com visão crítica e comprometida com a transformação das condições adversas vivenciadas pela população que constitui sua clientela.

Em função disso, nos trabalhos que estamos desenvolvendo em comunidades e instituições, certos pressupostos teóricos e metodológicos são privilegiados, pois acreditamos que eles nos oferecem maiores possibilidades para o alcance de tais requisitos e objetivos. Assim sendo, quando falamos em metodologia de diagnóstico e intervenção em grupos comunitários e institucionais, estamos falando da utilização dos pressupostos da pesquisa-ação, da pesquisa participante, das oficinas de grupo e da pesquisa-intervenção, ou seja, buscamos a estreita vinculação entre pesquisa e intervenção e a permanente participação da população considerada no processo da investigação. Autores como Kurt Lewin (1958, 1969, 1970), Michel Thiollent (1981, 1985) e Carlos Brandão (1981, 1984) são referências consideradas.

Acreditamos que não há como separar o diagnóstico da intervenção. Ao procurarmos fazer um diagnóstico de um grupo, estamos fazendo uma intervenção. Por outro lado, quando fazemos uma intervenção, estamos, obrigatoriamente, levantando dados sobre o grupo, procurando entender sua dinâmica, ou seja, estamos fazendo um diagnóstico, uma investigação. Outra referência utilizada por nós em vários trabalhos é a análise institucional (Lapassade, 1977; Lapassade; Lourau, 1972; Lourau, 1975). A partir dela trabalhamos nos grupos,

principalmente com os pressupostos de análise da demanda (cada solicitação que nos é demandada deve ser analisada criticamente, levando-se em consideração seu surgimento, possibilidades de atendimento, implicações socioinstitucionais, etc.), de autogestão (a gestão dos grupos por si mesmos, as tentativas de criação e manutenção de espaços e práticas de gestão crítica e coletiva), e da regra da livre expressão (o restituir, trazer à tona o não dito, a explicitação dos rumores e dos segredos). A construção ou elucidação de analisadores também é uma estratégia utilizada (construção de dispositivos de análise ou utilização de recursos ou dispositivos já existentes e que podem ser explicitados e utilizados nos trabalhos).

Buscamos desenvolver com os vários grupos e coletivos institucionais atividades que se orientam no sentido da criação de espaços que possibilitem o desenvolvimento da conscientização e da percepção crítica dos fenômenos grupais (Vieira-Silva, 2000; 2003; 2008; Vieira-Silva, Amaral, Grandi, 2002, entre outros). Nessa direção, lançamos mão, também, das contribuições dos grupos operativos e da análise dialética do processo grupal (Pichon-Rivière, 1982; Lane, 1981, Martín-Baró, 1989), bem como das oficinas de grupo (Afonso, 2000) e dos círculos de cultura propostos por Paulo Freire (1981, 1983).

Na perspectiva da Pesquisa-Intervenção Psicossocial, concebemos a maior parte dos nossos trabalhos como um processo

de produção de conhecimento sobre grupos, organizações, instituições, comunidades e movimentos sociais, fundado nas reflexões teóricas e descobertas da psicologia social e da psicossociologia, e, simultaneamente, um conjunto de práticas clínicas de consulta voltadas para o tratamento desses diferentes conjuntos sociais e meios abertos. (Machado, 2004, p. 15).

Em vários desses grupos, recursos de imagem, tais como vídeo, filmes, slides, dramatizações, fotografias, têm sido utilizados associados a tais técnicas e fundamentos. Essa utilização permite uma maior participação da população no processo de intervenção e investigação, bem como proporciona maiores oportunidades de identificação e implicação dessa população com os problemas enfrentados e com o trabalho desenvolvido.

Dessa forma, aspectos ligados às manifestações de afetividade e lazer, bem como ao processo de produção da identidade grupal podem, por intermédio desses recursos, serem captados, registrados e analisados em uma “dimensão mais inteira” (Vieira-Silva, 2000). É em função disso que

temos considerado os recursos de imagem, principalmente os vídeos e as fotografias, como instrumentos privilegiados de coleta e análise de dados, bem como de produção e resgate da história e da identidade dos indivíduos e dos grupos. Os recursos de imagem são utilizados, também, como recursos suporte para atividades de reflexões com os grupos comunitários e institucionais, permitindo que eles mesmos avaliem suas formas de interação e participação social (Vieira-Silva, 2000).

Categorias temáticas e provocações para reflexões

No trabalho cotidiano com os grupos institucionais e comunitários, dentro da perspectiva de uma Psicologia Social crítica, lançamos mão de algumas categorias temáticas que nos ajudam tanto como analisadores das situações cotidianas e das relações interpessoais quanto como objeto de pesquisa do desenvolvimento das subjetividades individuais e coletivas. São elas:

1. Grupo e Processo Grupal. Partimos de concepções de autores como Lane (1981) e Vieira-Silva (2000), pensando o grupo como mediação das relações dos indivíduos com os movimentos sociais e pensando no processo grupal como o movimento dinâmico do grupo, como o movimento do grupo de “se fazer grupo” (Vieira-Silva, 2000), do seu modo de se organizar como grupo e dos seus modos de se organizar para cumprir com suas tarefas. Aqui vale dizer, com mais propriedade, que o grupo está sendo grupo, está se fazendo grupo, em vez de dizer que o grupo é. O tempo verbal do grupo é o gerúndio. Vale lembrar, também, de Pichón-Rivière (1988) e de Afonso (2000), com os grupos operativos e com as oficinas de grupos, referências que se tornaram das mais significativas para atividades com grupos em vários programas e atividades de atenção e acolhimento desenvolvidos em políticas públicas.

2. Identidade Individual e Grupal. Essas categorias adquirem relevância em estudos e práticas da Psicologia Social brasileira e, mais especificamente, da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), a partir dos anos 1980 (Lane, 1984; Ciampa, 1987; Martín-Baró, 1989; Vieira-Silva, 2000). Concordamos com Ciampa (1987), quando diz que a identidade não pode ser definida como algo pronto, acabado. Identidade é processo, é metamorfose, está em constante produção. A partir de nossos trabalhos em São João del-Rei, nos perguntamos:

que relações estão sendo estabelecidas entre identidade individual de músico e identidade grupal

de músico de uma determinada corporação musical? Vale ressaltar que identidade é uma categoria fortemente presente em todos os grupos trabalhados/investigados, embora se apresente com nuances diferentes em cada um deles. (Chaves; Vieira-Silva, 2009).

A identidade também é gerúndio, ou seja, vai sendo produzida e transformando-se no cotidiano das relações que são estabelecidas socialmente, vai sendo influenciada por essas relações e vai influenciando-as reciprocamente. No processo de sua produção, a identidade é influenciada, é determinada pelas atividades que realizamos e pelas características e papéis que nos são atribuídos e que rejeitamos ou incorporamos como nossos em vários momentos e ações.

3. Afetividade Grupal. É categoria que, do nosso ponto de vista, vai englobando os sentimentos e as emoções vivenciadas cotidianamente e tão presentes no dia a dia dos movimentos sociais e nos trabalhos desenvolvidos com grupos por profissionais de Psicologia e das ciências humanas e sociais. Temos percebido, em várias de nossas investigações, a existência de uma relação entre o nível de organização e consistência da atividade grupal e o nível de afetividade presente nas relações grupais. As emoções e os sentimentos desempenham papel importante, ou até mesmo fundamental, no surgimento e desenvolvimento de fenômenos e de processos grupais, principalmente quando enfrentadas, vivenciadas e assumidas coletivamente. Em várias situações, apenas a possibilidade de expressão das emoções e dos sentimentos já é fator de mobilização ou até mesmo de integração. Valem aqui os sentimentos e as emoções tidos como positivos ou negativos, como a alegria ou a raiva, como a tristeza ou a euforia, vivenciados pelos indivíduos e por seus coletivos, compondo uma categoria temática trabalhada por vários autores ligados a várias concepções teóricas, entre os quais Pagès (1976); Pichón-Rivière, (1988), Agnes Heller (1985); Lane; Sawaia (1995); Montero (1994), Martín-Baró (1989); Vieira-Silva (2000), Brandão (1981). Vale, ainda, ressaltar a relevância que tais questões têm adquirido para a Psicologia Social em trabalhos realizados a partir dos anos 2000.

4. Participação Social. Essa categoria é buscada no Serviço Social e na Sociologia, revista principalmente a partir do processo de redemocratização do País nos anos 1980. Passou a ter novamente importância nos anos 2000, com o surgimento mais efervescente dos Conselhos Municipais e Conferências municipais, estaduais e federais, considerados como pré-requisitos para o desenvolvimento de políticas públicas e para a

efetivação dos programas de orçamentos participativos. É incentivada por gestores e por instâncias políticas de várias conotações, filiações partidárias ou perspectivas. Continua a ser um desafio para os que se dedicam aos trabalhos com comunidades e programas de saúde que implicam em envolvimento da população para melhor adesão aos tratamentos.

5. Cidadania Emancipatória. Categoria trabalhada a partir da sociologia e da política, a cidadania passa a ter novas dimensões com sua incorporação como tema da Psicologia Social Comunitária no Brasil, a partir do final dos anos 1970 e nos anos 1980. Temos trabalhado muito com a concepção de Demo (1988, 2002) que adota o termo cidadania emancipatória, dizendo que não é qualquer cidadania que nos interessa, mas uma cidadania que produza emancipação dos participantes no trabalho cotidiano com os movimentos sociais. A pretensão de transformação do indivíduo em sujeito, proposta pela Psicologia Social Comunitária só se efetiva com o desenvolvimento de processos de emancipação e consciência crítica dos sujeitos envolvidos.

6. Consciência Crítica. Categoria trabalhada pela Psicologia sócio-histórica (Leontiev, 1978a; 1978b), consciência ou consciência crítica ganha destaque no Brasil e na América Latina também a partir do final dos anos 1970, com as práticas da Psicologia Social Comunitária (Góis, 1988, 1993). Foi assumida por Sílvia Lane como uma das categorias fundamentais do psiquismo humano e tornada foco de investigação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP nos anos 1990 (Lane; Sawaia, 1995). De lá para cá, vem se tornando uma categoria obrigatória para as ciências humanas, principalmente nos estudos sobre política e movimentos sociais.

7. Cultura e Diversidade Cultural. São conceitos que nos ajudam por sua importância “na descrição das práticas específicas de determinadas populações e dos significados compartilhados pelos membros do grupo em relação à sua prática” (Campos, 1996). Aqui nos importam tanto as formas de convivência com a cultura como as formas de manifestações de muitos grupos diversos sobre seus modos de pensar e de conviver com as artes, com a literatura, com a dança e com a música. Vale lembrar que vivemos em São João del-Rei, cidade com mais de trezentos anos de história, rica em tradições culturais e inserida em uma região, os Campos das Vertentes, que respira intensamente cultura, teatro e música, tanto a que é produzida e reproduzida por suas corporações musicais e seus grupos de teatro quanto pelos sinos de suas igrejas e pelos sons de blocos e escolas de

samba, responsáveis por um carnaval famoso e com forte apelo popular. A cidade e região são consideradas, ainda, como berço da liberdade, pelo seu papel atuante nos movimentos históricos de luta pela independência em relação a Portugal. Além de um sem número de orquestras e bandas de música, a cidade conta com o Conservatório Estadual de Música da Universidade Federal de São João del-Rei, a UFSJ, que promove o Inverno Cultural, tradicional festival de arte e cultura realizado anualmente, durante o mês de julho, por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. O festival se encontra em sua 28ª edição e a UFSJ está na cidade e região há 28 anos. O evento se caracteriza pela grande oferta de oficinas e espetáculos para todas as faixas etárias, com acesso gratuito e destinadas a iniciantes e iniciados nas mais diversas manifestações das artes e da cultura. A UFSJ mantém ainda um Centro Cultural, instalado no Solar da Baronesa de Itaverava, que oferece atividades artísticas e culturais durante todo o ano, tanto em suas próprias instalações quanto no Teatro Municipal ou nas sedes dos grupos e associações culturais da cidade e região. A participação da população é intensa e muito notada, também durante os vários eventos que são realizados em praça pública. Vários projetos de extensão e pesquisa da UFSJ são realizados na cidade e região, como oportunidade de prática profissional para alunos e professores de várias áreas do conhecimento e como oportunidade de atuação conjunta com tais grupos e associações culturais, contando com a participação cotidiana da população.

8. Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Habitação. A busca pela preservação e melhoria do meio ambiente, pela qualidade de vida e por formas de habitação que produzam relações mais igualitárias entre os habitantes são, também, temas que se articulam com os propósitos e projetos desenvolvidos pelos profissionais que atuam com a Psicologia Social Comunitária na cidade e região.

9. Representações Sociais. Tema emblemático para a Psicologia Social no mundo inteiro a partir dos estudos de Serge Moscovici (1978), representações sociais constitui uma categoria temática importante para a análise de temas específicos, principalmente nas áreas de saúde e educação. No Brasil existem vários grupos de pesquisa que se dedicam aos estudos das representações sociais, tanto na Psicologia quanto nas ciências humanas e sociais de maneira geral.

10. Relações de Poder. Mais igualitárias ou menos autoritárias, relações de poder são parte dos nossos desejos de construção de uma sociedade mais

justa e democrática. Com certeza, são parte dos desejos dos movimentos sociais e pretensão de parte dos gestores públicos que procuram implantar políticas mais participativas. Talvez esse seja o nosso maior desafio para a consolidação de uma sociedade democrática, para uma política menos corrupta e mais participativa. Acompanhando Machado (2002), adotamos a perspectiva de Cornelius Castoriadis de uma política tal como os gregos a criaram: questionamento explícito das instituições estabelecidas pela sociedade, tendo em vista a expansão da democracia. Para Castoriadis (1992), a democracia representa “a primeira emergência histórica do projeto de autonomia coletiva e individual” (p. 138) e política é projeto – sempre germe instituinte, interrogação das significações imaginárias da sociedade (SIS), visando a outro tipo de sociedade, outro tipo de indivíduo. Política é também projeto de autonomia, isto é, de “atividade coletiva, refletida e lúcida, visando à instituição global da sociedade como tal” (p. 145). Política é, ainda,

[...] a instauração de outro tipo de relação entre a sociedade instituída e instituinte, entre as leis dadas a cada vez e a capacidade reflexiva e deliberativa do corpo político; [...] a liberação da criatividade coletiva, permitindo formar projetos coletivos para empreendimentos coletivos e trabalhar neles. (Castoriadis, p. 160).

[...] a criação de instituições que, interiorizadas pelos indivíduos, facilitem ao máximo seu acesso à autonomia individual e à possibilidade de participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade. (Castoriadis, p. 148).

Em função de tudo isso, a política é e deve ser uma construção coletiva e permanente.

11. Inclusão Socioeconômica, Inclusão Social e Inclusão Psicossocial. Do ponto de vista da psicologia social, não pode nos bastar uma inclusão social ou socioeconômica. A maioria dos programas sociais ligados a políticas públicas atinge os indivíduos apenas até a inclusão socioeconômica, como vários programas de geração de renda. Nós queremos uma inclusão psicossocial, ou seja, uma inclusão que provoque/possibilite a transformação do indivíduo em sujeito. Não basta uma melhoria na condição socioeconômica, é preciso que ela seja acompanhada de melhoria nas condições de vida, saúde, habitação, inserção no meio ambiente, condições de trabalho e de vida digna, ou seja, condições de vida saudável e acesso à felicidade (Vasconcelos, 1985).

12. Processos Educativos e Reflexivos como Espaços de Produção de Sujeitos. Pensamos em experiências desenvolvidas com grupos que

discutem processos de saúde-doença, em uma perspectiva de educação problematizadora, na esteira das proposições de Paulo Freire, buscando o envolvimento da população com programas de desenvolvimento social e com a saúde coletiva. Trata-se de trabalhos que buscam ampliar os modos de adesão a tratamento de doenças crônicas, trabalhos que buscam ampliar as formas de participação da população em programas de educação e desenvolvimento social, em conselhos municipais ligados a políticas públicas, programas de atenção a idosos e programas de assistência social (Paulo Freire, 1981).

Como conclusão das provocações, vale levantar algumas dificuldades e impasses do trabalho com os movimentos sociais, com o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com as políticas públicas de maneira geral:

1. A desarticulação da sociedade civil no Brasil, a partir de meados dos anos 1990, e as contradições das articulações político-partidárias em nossa sociedade, particularmente nos anos 2000. Nossa confiança tanto nos políticos como nos processos e programas públicos que envolvem sua participação tem sido fortemente abalada nas últimas décadas. Trabalhar com os órgãos públicos e com as instituições sociais que se relacionam cotidianamente com a política, de forma direta e indireta, tem sido desafios que atravessam as práticas da Psicologia Social Comunitária e/ou dos profissionais de Psicologia que se sentem atingidos por suas implicações em seu trabalho cotidiano.

2. O tempo de Kronos em oposição ao tempo de Kairós, ou seja, as grandes dificuldades de articulação do tempo de efetivação das políticas públicas com o tempo de efetivação das mudanças de comportamento das comunidades em relação aos problemas de saúde, educação e desenvolvimento social. Kronos é o deus do tempo cronológico, o tempo do relógio, enquanto Kairós é o deus do tempo da reflexão, da filosofia, do pensar. Temos discutido a necessidade de avaliar sempre os impactos produzidos a curto, médio e longo prazo por nossos trabalhos e pelas políticas públicas que nos são mais próximas. Na maioria das vezes, os gestores públicos têm pressa de resultados. Pretendem sua reeleição ou a eleição de seus continuadores, o que faz com que implementem políticas públicas em “versões reduzidas”, ou tenham pressa de obter resultados ligados a processos educativos, que, na maioria das vezes, são lentos e contraditórios por natureza. Já sabemos, há muito, que não mudamos comportamentos e culturas em curto prazo, que processos educativos efetivos não acontecem em curto prazo.

3. Produção de conhecimento a partir dos trabalhos comunitários. Aqui vale ressaltar a importância do registro e da análise dos resultados em reuniões com as comunidades, em sala de aula, em reuniões de supervisão, em publicações diversas, sem o que não conseguiremos avançar na construção coletiva de uma nova sociedade, baseada em condições mais igualitárias e em relações de poder mais fraternas.

4. Categorias provocadoras: “Brilho no olho” e “Indignação”. Como lidamos com a subjetividade e com as implicações psicossociais dos processos sociais e culturais, sabemos que um brilho nos olhos de nossos “clientes/sujeitos”, que um sorriso iluminado de uma criança e que um aceno de vida e saúde mental de um idoso institucionalizado são resultados que valem mais do que qualquer outro, passível de generalização e publicável em periódicos científicos. No entanto, precisamos traduzir nossos dados e mostrar sua importância para os processos de desenvolvimento social, educação e saúde pública. Publicar reflexões a partir de nossos resultados também é fundamental para o avanço da Psicologia como ciência e profissão. Além disso, se não nos sentirmos indignados com as condições cotidianas de vida e mal estar de nossa clientela e lutarmos para sua superação, significa que está faltando compromisso ético, envolvimento afetivo e desejo de transformação social.

Considerações finais ou finalizações nada conclusivas

Voltando ao começo, para fechar as provocações, propõe-se a reflexão permanente sobre alguns desafios muito presentes em nosso campo de trabalho.

Com relação às fronteiras entre a atuação política e a atuação profissional, destacamos: o compromisso ético com nossa clientela e busca da produção permanente de uma subjetividade cidadã; o compromisso político com a construção de uma sociedade mais justa e sempre democrática; a convivência com o compromisso permanente de uma atuação que incorpora o ser militante ao ser psicólogo (vale sempre lembrar Paulo Freire e sua crítica a uma educação bancária); os desafios da produção de uma ciência que melhore a vida cotidiana da sociedade em que é desenvolvida.

A promoção de práticas de formação e atuação profissional desenvolvidas em articulação com projetos de extensão universitária continuam sendo um espaço privilegiado para a produção de processos psicossociais e socioeducativos que provocam parcerias entre os saberes acadêmicos e populares e

proporcionam possibilidades de participação social em políticas públicas.

No que respeita às especificidades das contribuições da Psicologia Social Comunitária para a mobilização e participação sociais, propomos: acolhimento e atenção psicossocial pensadas como práticas permanentes de atendimento psicológico em programas e políticas públicas (vale lembrar que a Atenção Psicossocial vem se constituindo como uma perspectiva de atendimento psicológico desde a segunda metade dos anos 1970, com maior desenvolvimento na década de oitenta, a partir do movimento de Reforma da Assistência à Saúde Mental no Brasil, quando começaram a surgir os serviços alternativos ao modelo hospitalocêntrico de assistência à saúde e saúde mental); busca da promoção de autoestima também como objetivo de políticas públicas em oposição a práticas de autoajuda e a atendimentos psicoterapêuticos tradicionais; busca permanente da produção de Subjetividades Cidadãs como meta de políticas públicas em que houver atuação da Psicologia; inclusão psicossocial, como meta de trabalho da Psicologia concebida nas perspectivas que mencionamos acima, e nas suas articulações cotidianas com políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social, que, no nosso entender, devem tê-la como meta cotidiana e permanente.

Fica aqui o nosso convite ao pensar e agir individual e coletivamente, participando da construção de novas modalidades de atenção e do resgate de perspectivas práticas e teóricas que vem nos dando suporte para a construção de uma Psicologia Social Comunitária mais comprometida com a construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária para todos nós.

Referências

- Afonso, M. L. (2000). *Oficinas em dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Brandão, C. R. (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (1984). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Campos, R. H. F. (Org.). (1996). *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes.
- Castoriadis, C. (1987/1992). *Psicanálise e política*. (p. 151-164). In: Castoriadis, C. *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto / 3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Chaves, S. R. & Vieira-Silva, M. (2009). *A música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João del-Rei e região: a relação da afetividade grupal com a performance*[Relatório de pesquisa]. São João del-Rei, MG: Universidade Federal de São João del-Rei.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Demo, P. (1988). *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez Editora / Autores associados.
- Demo, P. (2002). *Participação e avaliação: projetos de intervenção e ação*. In: Sorretino, M. (Coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- Freire, P. (1981). *Educação e mudança*. São Paulo. Paz e Terra.
- Freire, P. (1983). *Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação* (p. 34-41). In: Brandão, C. R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Góis, C. W. L. (1988). *Reflexões sobre psicologia comunitária*. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 6(2), 25-31.
- Góis, C. W. L. (1993). *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: UFC.
- Heller, A. (1985). *Teoría de los sentimientos*. Barcelona: Editorial Fontamara.
- Lane, S. T. N. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984). *A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a "Psicologia"*. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (1995). *La Psicologia*

Vieira-Silva, Marcos. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate

- Comunitaria en Brasil. In: Wiesenfeld, E. & Sanches, E. (Orgs.). *Psicologia Comunitaria: contribuições latinoamericanas*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos.
- Lapassade, G. (1977). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lapassade, G; Lourau, R. (1972). *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leontiev, A. N. (1978a). O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte.
- Leontiev, A. N. (1978b). Actividad, conciencia y personalidad. Buenos Aires: Ciencias del Hombre.
- Lourau, R. (1975). *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Lewin, K. (1958). Group decision and social change. (p.197-211). In: Maccoby, E. E.; Newcomb, T. M.; Hartley, E. L. (Ed.). *Readings in social psychology*. New York: Henry Holt and Company.
- Lewin, K. (1969). *Dinâmica de la personalidad*. Madrid: Morata.
- Lewin, K. (1970). *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix.
- Machado, M. N. M. (2002). Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis. *Revista Psicologia Política*. 22(4), 297-304.
- Machado, M. N. M. (2004). *Práticas psicossociais: Pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, Grupo y Poder: Psicología Social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA Editores.
- Montero, M. (1994). *Psicología Social Comunitaria*. Mexico: Universidade de Guadalajara.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pagès, M. A. (1976). *A vida afetiva dos grupos*. Petrópolis: Vozes.
- Pichón-Rivière, E. (1988). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Thiollent, M. (1981). *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda.
- Thiollent, M. (1985). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Vasconcelos, E. M. (1985). *O que é Psicologia Comunitária*. São Paulo: Brasiliense.
- Vieira-Silva, M. (2000). *Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações*. Tese de doutorado. SP: PUC-SP.
- Vieira-Silva, M. (2003). As implicações da afetividade e da identidade grupais nas estratégias de construção da cidadania (pp. 201-208). In: Guerra, A.M.C.; Kind, L., Afonso, L.; Prado, M.A.M. (Orgs.). *Psicologia social e direitos humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Vieira-Silva, M. (2008). Práticas em psicologia social comunitária: questionamentos e articulações com a extensão universitária em Minas Gerais (v. 1, pp. 87-101). In: Dimenstein, M. (Org.). *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos*. Natal: Editora da UFRN.
- Vieira-Silva, M., Amaral, M. M. S.; Grandi, A. (2002). Afetividade, identidade e poder em grupos comunitários: características e articulações com o desenvolvimento do processo grupal *Psicologia em Revista*. 8(12), 125-129.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015

Lorenzi, Fabiane Langon; Henningen; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparicação feminina nas capas de *Você S/A*

“A graça entre os homens”: discutindo a (des)aparicação feminina nas capas de *Você S/A*

“graça among men”: discussing the (dis)appearance of women on the covers of *Você S/A*

“graça entre los hombres”: discutiendo la (des)aparición de las mujeres en las portadas de *Você S/A*

Fabiane Langon Lorenzi¹

Inês Henningen²

Resumo

Neste artigo, a partir do desconforto gerado pela constatação da quase inexistência de mulheres em capas da revista de negócios *Você S/A* (entre janeiro de 2012 e julho de 2013, somente uma traz uma especialista mulher), busca-se problematizar as discursividades relacionadas à forma como a mulher é apresentada como executiva, articulando a discussão à questão de gênero. Percebe-se, a partir de uma análise de discurso na perspectiva foucaultiana, que a ideia de “natureza feminina” permanece sendo colocada em pauta, indicando que mulheres e homens possuiriam características diferentes, inatas. Operando com base nesse pressuposto, nessa revista a medida de comparação das ditas características femininas passa pelo homem e posiciona a mulher entre lugares de fragilidade, sensibilidade, falta e sedução. Tecemos considerações sobre a importância política de seguir discutindo as “novas-velhas” roupagens das construções midiáticas sobre as mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Mídia; Subjetividade; Análise de Discurso; Foucault.

Abstract

In this article, from the discomfort caused by the near absence of women on the covers of business magazine *Você S/A* (from January 2012 to July 2013, only one cover shows a woman expert), we seek to discuss the discourses related to how women are presented as executives, articulating the discussion on gender. It is noticed, based on a discourse analysis from Foucault’s perspective, that the idea of “female nature” remains on the agenda, indicating that women and men have different innate characteristics. Operating on the basis of this assumption, in this magazine, the comparison measure of such female characteristics goes through men and position women among places of fragility, sensitivity, lack, and seduction. We have made observations about the political importance of continuing discussing the “new-old” garments of media constructions about women.

Keywords: Gender; Media; Subjectivity; Discourse analysis; Foucault.

Resumen

Este trabajo parte de la incomodidad y constatación de la ausencia casi total de mujeres en las portadas de la revista de negocios *Você S/A* (entre enero de 2012 y julio de 2013 solo una tapa trae a una especialista mujer). Desde esta rareza, se busca problematizar las discursividades relacionadas con la manera cómo se presenta a la mujer como ejecutiva, articulando la discusión con el tema del género. Se puede observar a partir de un análisis del discurso en la perspectiva de Foucault que la idea de “naturaleza femenina” sigue poniéndose en el orden del día, lo que indicaría que mujeres y hombres poseerían diferentes características innatas. Operando desde esta presuposición, en dicha revista la medida

¹ Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. E-mail: ineshennigen@gmail.com

Lorenzi, Fabiane Langon; Henningen; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparição feminina nas capas de Você S/A

de comparación de estas características femeninas pasa por el hombre y sitúa a la mujer entre lugares de fragilidad, sensibilidad, falta y seducción. Consideramos la importancia política de seguir discutiendo las “nuevas-viejas” construcciones de medios de comunicación sobre las mujeres.

Palabras clave: Género; Medios de Comunicación; Subjetividad; Análisis del Discurso; Foucault.

Lorenzi, Fabiane Langon; Henningen; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparição feminina nas capas de *Você S/A*

Introdução

A escrita deste artigo começou mergulhada em materiais de análise e fluiu com naturalidade e espontaneidade. Esse mergulho nos levou a flutuar em diferentes ondas, pisar em diversos buracos, experimentar graus de salinidade no céu da boca. Uma pesquisa se faz de uma certa sensorialidade, daquilo que toca e afeta. Assim, emergem temas mais ou menos imprevisíveis da vastidão deste mar. Então, de uma pesquisa que visava discutir a construção de um sujeito (e de uma cultura) empreendedor(a), focalizando a racionalidade política que constrói e desenvolve a importância dessa figura, surgiu a necessidade de problematizar também as posições construídas e reforçadas às mulheres na revista de negócios *Você S/A*.³

Na pesquisa em questão, analisamos, com base na perspectiva foucaultiana da análise de discurso (Foucault, 2012), as capas e as reportagens de capa da revista *Você S/A* do período de janeiro de 2012 a junho de 2013. Cabe observar que, em geral, tal revista traz, estampadas nas capas, fotografias de pessoas já (re)conhecidas como especialistas em negócios ou personagens anônimos que ilustram a proposta de reportagem e o título de capa. Por isso, chamou-nos bastante atenção que, nesse período, havia somente uma capa de *Você S/A* (edição de abril de 2013) que tinha como personagem principal uma mulher. Nesse mesmo recorte temporal, contabilizam-se doze capas com personagens masculinos, uma capa com dois homens e uma mulher (edição de junho de 2013) e mais quatro capas que ostentam somente títulos ocupando todo seu espaço. Um jogo de in-visibilidades a problematizar.

A partir do estranhamento primeiro, parece-nos bastante pertinente e profícuo construirmos algumas análises dessa solitária aparição feminina em capa e de sua reportagem correspondente, buscando tensionar as produções de verdade sobre e para os sujeitos, especificamente, o sujeito mulher. Afinal,

Na mídia de nossos dias, os modos como se constroem representações da afetividade, do corpo, da sexualidade da mulher de todas as faixas de idade e de todas as condições sociais indicam uma tensão entre as inúmeras conquistas das lutas feministas e

aqueles universais que, entre outras posições, colocam a mulher entre a falta e a sedução... (Fischer, 2001, p. 592)

Norteadores conceituais

Há, na Psicologia e nas Ciências Humanas em geral, uma multiplicidade de entendimentos relativos ao conceito de subjetividade.

Em verdade o conceito de subjetividade passa do campo da psicanálise para os domínios das psicologias na primeira metade do século passado, mas é somente no seu final que ele se despe de um sentido naturalizado e substancializado de interioridade, passando a ser pensado em termos históricos, sociais e políticos – como produção de subjetividade – (Prado Filho & Martins, 2007, p. 16)

Entendemos subjetividade não como algo previamente existente à espera de ebulição, essa não é uma essência, um escondido esperando um cutucar para tomar corpo, ou uma espécie de gene que programa a forma como vemos ou nos portamos no mundo. Ao contrário, concebemos a subjetividade como produção que não para de se engendrar, que se produz a cada encontro (Mansano, 2009). Encontros que se dão com um(a) colega na escola, com uma vizinha no corredor do prédio, com transeuntes nas calçadas. Também com o calor do asfalto em um dia escaldante de verão ou com o frio da geada nos idos de julho. Esses encontros ocorrem, igualmente, com os discursos midiáticos e publicitários, com as imagens, sons, reproduções, textos, que, portanto, também são produtores de subjetividade. Eles não determinam ou impõem, mas prescrevem. Prescrevem comportamentos, opiniões, valores.

A prescrição moral, com pressuposições lógicas (aja de tal modo, porque é “moderno”, porque é o “melhor”, etc., segundo a lógica da inserção social na contemporaneidade), está de fato implícita no discurso midiático. Inexiste sanção externa ou explícita para a falha na observância dessa prescrição, mas fica implícita a *vergonha* (fato interno), conseqüente à autodesvalorização estética, à inadequação pessoal a um padrão. É o padrão identitário valorizado que vai permitir ao indivíduo atingir um *optimum* de reconhecimento social.

sua educação, seus momentos de lazer, suas mudanças de cidade devem fazer parte de um quadro calculável de investimentos. Michel Foucault (2008a) retoma o conceito buscando exercitar um posicionamento crítico, entendendo que a transformação dos sujeitos em capital tem relação com o aprofundamento de uma lógica individualista e competitiva, transformando relações humanas em relações de concorrência.

³ A revista *Você S/A* é uma revista de negócios brasileira mensal da Editora Abril e tem como foco reportagens sobre desenvolvimento pessoal e investimentos – podemos dizer que ela se debruça, fomenta mesmo, aquilo que o economista Theodore Schultz (1973) refere como capital humano. Quando Theodore Schultz escreve seu livro *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, em 1971, declara que o ser humano deve passar a fazer parte dos cálculos econômicos de uma nação e que

Lorenzi, Fabiane Langon; Hennigen; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparicação feminina nas capas de Você S/A

(Sodré, 2012, p. 53)

Como analisa Sodré (2012), a mídia *ilumina* determinados aspectos, o que implica deixar alguns fatos na obscuridade. A partir de então, podem ser construídas decisões políticas, repasse de investimentos para essa ou aquela pesquisa, mudança no planejamento das cidades, etc. O agendamento midiático de pautas muda frequentemente, as iluminações mudam, “valores extremamente voláteis, na dependência dos interesses empresariais do momento” (Sodré, 2012, p. 66). Inês Hennigen (2006) coloca que a mídia é produtora de verdades sobre quem somos, o que queremos e sobre o mundo que nos cerca. Dessa forma, o discurso “escolhido” pela mídia e pela publicidade pode servir de base para a atribuição de valores e sentidos ao nosso viver cotidiano.

Não se pode esquecer a possibilidade do(a) telespectador(a)/leitor(a)/ouvinte aderir ou não à verdade que se veicula/vende, pois não se trata de manipular fios de marionetes, mas fios de tensionamento, em alguns momentos mais para a direita, em outros, mais para a esquerda. Os jogos de poder se estabelecem, os fios desenham uma rede de tensões. Poder concebido, portanto, não como repressão, esmagamento ou alienação daqueles que não o deteriam, mas como positividade e produção, entendimento bastante diferente do usualmente atribuído à expressão poder. Michel Foucault, com quem dialogamos, entende poder como condução de condutas de uns sobre outros; alguns, dada sua posição atual, exercendo essa possibilidade com mais facilidade e alcance, mas todos envolvidos nesse jogo. Então, não se trata de simples repressão, mas da produção de lugares possíveis de sujeito, mas sempre (em potencial) em constante mudança (Foucault, 2010). Tendo em vista a mobilidade e o teor positivo do poder em Foucault, fica mais claro seu entendimento de que há tensões e resistências envolvidas em um certo jogo de “puxar cordas”. Quando a corda é muito puxada para um lado, o outro lado resiste e busca produzir (mais ou menos intensamente, face às condições) uma reação que movimenta a corda em outra direção. Por isso, relações de poder, pontos espalhados em uma rede, em constante luta que os transformam, reforçam, invertem, fragilizam, empoderam.

Partindo dessas ideias, podemos entender que o “ser mulher” também passa por um processo produtivo social que estabelece determinadas regras e conduz condutas. Há jogos de poder acontecendo que produzem verdades e saberes sobre o feminino (e também o masculino), seus possíveis comportamentos exclusivos, algo como sua “essência”, o que mulheres podem (ou “deveriam”)

ou não fazer. Foucault (2010) entende que poder e saber estão intimamente conectados, imbricados em uma dança contínua de produções. Poder produz saberes e vice-versa.

É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. (Foucault, 2010, p. 111)

Sendo assim, os discursos que se produzem em relação às mulheres (ou aos homens, aos loucos, às crianças) dançam de rosto colado com as relações de poder, que, por sua vez, produzem (reproduzem, reinventam, modificam, fazem desaparecer) discursos, saberes, verdades. Os discursos, segundo Foucault, são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (2012, p. 56).

Ao tomarmos como objeto de análise certa revista de negócios, não imaginamos ser nem sua instituição editora nem as pessoas que a compõem as “inventoras” dos discursos e ideias que ali são veiculados – que serão discutidos mais adiante. Essa revista específica – e a mídia em geral – configura-se como ponto de produção, mas também de cruzamento, articulação e refração de discursividades tecidas no e que tecem o tramado social. Além disso, os discursos são sempre históricos, tanto no que diz respeito àquilo que possibilita sua emergência quanto ao status de verdade que podem ou não adquirir. Algo que se entende como verdadeiro e imutável, em determinado período histórico, pode passar a ser visto de outra forma em outros momentos, o que abre possibilidade de contradições, já que os discursos não formam um texto ideal, contínuo (Foucault, 2012).

Em termos metodológicos, ter como base os escritos de Michel Foucault para produzir uma análise de discurso implica um posicionamento diferente. Afinal, sua intenção nunca foi a de enrijecer um método que pudesse ser replicado incessantemente, muito menos o de construir um a partir dos parâmetros desenvolvidos pelo pensamento moderno. Utilizamos, então, um método que conduz a uma certa forma de interrogação e a uma crítica contundente de tudo aquilo que nos cerca e perpassa. Nunca restritivo, mas sempre rigoroso (Veiga-Neto, 2011). Foucault ressalta, em entrevista

Lorenzi, Fabiane Langon; Henningen; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparicação feminina nas capas de *Você S/A*

dada a Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (2013), que não pretende produzir uma história das soluções, mas sim dos problemas. Ou seja, buscar as problematizações. Pois “nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso... Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista” (Dreyfus & Rabinow, 2013, p. 299).

A Graça entre os homens: a aparição de Graça Foster em uma capa de *Você S/A*

A capa, em fundo azul, destaca uma mulher vestida de vermelho, jaqueta quase militar, postura um tanto rígida. Há um meio sorriso; uma pequena tentativa de descontração? Ao contrário do que acontece com homens como Abílio Diniz (empresário do Grupo Pão de Açúcar e capa na edição de fevereiro de 2012) e Roberto Setubal (presidente do Banco Itaú e capa na edição de maio de 2012), que figuram como especialistas em liderança ou associados a uma atitude vencedora, Graça Foster (presidente da Petrobrás e capa na edição de abril de 2013) aparece, literalmente, como representante feminina. Em questão na reportagem correspondente não estão suas qualidades administrativas ou possíveis segredos financeiros a compartilhar, mas unicamente a discussão de sua presença em um posto de presidência de uma grande empresa estatal. Transparece a necessidade de marcar – mas, talvez, também circunscrever – um espaço que não se encontra garantido no interior das grandes corporações às mulheres. Ainda mais em se tratando de altos postos de comando. Podemos pensar, em termos de atravessamentos, que esse aparecimento solitário diz de um domínio masculino; sendo visto como natural (pois naturalizado) que homens ocupem presidências ou gerências, enquanto uma mulher causa estranhamento e sua competência precisa ser atestada.

A pose escolhida (orientada?) para a fotografia sugere certo constrangimento. As mãos se juntam em frente ao corpo, escondendo-o, segurando-o. A gola mais alta do casaco, seu corte reto e seco, lembram vestimentas militares. No contraponto, as fotografias de Abílio Diniz e Roberto Setubal remetem a posições claramente mais descontraídas. Eles ocupam um lugar que não os constrange. Abílio está de braços erguidos, como que conversando, tratando de assuntos amenos, trazendo suas dicas de especialista com muita facilidade. Roberto está sentado, pernas abertas, braços apoiados nos joelhos, sorriso largo. Seu corpo inclina-se para frente, aproximando-se de um alguém que poderia estar ao

seu lado, para “bater um papo”, “papo” de vencedor, de alguém bastante confiante. Sua roupa não é casual, é até mais formal do que as de Graça, no entanto parece garantir muito mais movimento; o terno é maleável, está aberto, gravata ultrapassando os limites da calça; o corpo estica-se com mais facilidade.

É possível perceber entrelaçamentos entre imagem e texto. Os dois, estampados juntos, lado a lado, estabelecem manobras que levam de um a outro e de volta a um. Imagem também é texto, linguagem; frases e letras também são imagens. Foucault (2008b), ao adentrar os quadros de Magritte, especialmente a obra intitulada “Isto não é um cachimbo”, busca tecer relações entre figura e texto e assinala: “É preciso, portanto, admitir entre a figura e o texto toda uma série de cruzamentos” (Foucault, 2008b, p. 29). O atestado de competência feminina parece estar associado à postura na fotografia (rígida, sisuda, militar) e à comparação masculina. Ao lado de seu rosto, uma frase proferida pela própria Graça Foster está em destaque. Os dizeres são os seguintes: “Graça Foster, presidente da Petrobras: ‘Não conheço homens tão firmes quanto a vida me fez ser’” (*Você S/A*, abril de 2013, capa).

Dentre inúmeras falas da Presidente da Petrobrás, um grande rol de possibilidades, essa é a escolhida. Uma “certificação” de suas qualidades e competências passa pelo comparativo com o homem. Firmeza transparece como característica masculina, como se fosse algo natural e inato. Todos os homens são firmes. E para que se descubra se uma mulher o é também, deve-se tomar como base e medida de comparação o homem. Na continuidade da fala, Graça Foster afirma “tão firmes como a vida me fez ser”. Mais uma vez, firmeza não é algo natural às mulheres, mas sim produto de acontecimentos difíceis e de uma vida de duras penas. Essas últimas não são palavras de Graça Foster, mas são ideias que podemos captar a partir de outra parte do texto que faz questão de apelar às dificuldades vividas por ela, talvez os motivos para que tenha se produzido uma mulher firme. Tal comportamento, portanto, estaria na contramão de sua “natureza”, de sua “essência”.

Se a presidência da Petrobrás é um posto inalcançável para a maioria dos profissionais, o que dizer de Graça Foster, que passou a infância na pobreza, no Morro do Adeus, dentro do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro? Que trabalhou na adolescência para comprar material escolar e com sacrifício conseguiu formar-se engenheira química na Universidade Federal Fluminense. (*Você S/A*, abril de 2013, p. 30)

Lorenzi, Fabiane Langon; Henningen; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparicação feminina nas capas de *Você S/A*

Graça Foster, na reportagem interna da revista *Você S/A*, traça algumas características que acredita estarem relacionadas à sua personalidade e que lhe auxiliaram a galgar posições até a presidência da Petrobrás. São elas: “conhecimento”, “capacidade de comover e entusiasmar as pessoas”, “persistência” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 39). Atributos interessantes, porém não são eles que estampam a capa da revista. Lembremos a ideia de “iluminações”, de Muniz Sodré (2012), trabalhada no início deste artigo. A mídia seleciona aquilo que (entende que) deve receber um foco mais intenso de luz, por isso, também produz discursos, saberes, verdades, comportamentos. Nesse caso, o holofote foi direcionado a uma pequena parte da entrevista onde ocorre a comparação masculino/feminino – e, assim, a já tão surrada firmeza masculina recebeu generosa iluminura. Por que não estampar a capa com aqueles outros atributos que a própria executiva associou a si mesma? Será porque, se assim fosse, a referência comparativa não ficaria evidenciada? É interessante pontuar que na única capa em que uma mulher aparece sozinha em *Você S/A*, no período sob análise, ela acaba acompanhada pela figura masculina – não em imagem, mas em referência/contraponto. Jogos entre imagem e texto. Sua composição costura discursos.

A “natureza feminina” deixa suas marcas no texto: questionamentos e resistências

O conceito de gênero foi articulado (e, posteriormente, contestado e problematizado) em meio às lutas feministas do pós-guerra. Instala-se com a pretensão de fazer resistência à visão demarcada de “sexo”, entendido como algo natural e inato, e inteiramente ligado a questões anatômicas. A proposta, vinda com a constituição do conceito de gênero, era produzir um afastamento (e uma contestação) de uma noção determinista biológica. Robert Stoller (1963, citado por Haraway, 2004), em um Congresso de Psicanálise em Estocolmo, em 1963, apresenta o conceito de “identidade de gênero”, associando a palavra sexo à biologia (anatomia) e a palavra gênero à cultura.

Logo surgiram as primeiras críticas a uma leitura binária que afastava natureza e cultura como polos opostos (Haraway, 2004). Também, a partir da chamada segunda onda do feminismo, o conceito de gênero passa a ser trabalhado como construção cultural, funcionando em meio a normas e prescrições duras. Dá-se a produção de questionamentos à naturalização das diferenças sexuais, à prescrição de lugares pré-determinados de ocupação para homens e mulheres (Mayorga, Coura, Miralles & Cunha, 2013).

Monique Wittig (citado por Butler, 1987) é uma das estudiosas que produz uma recusa a doutrinas mais essencialistas da feminilidade e problematiza a própria ideia de natureza, profundamente arraigada em nossa sociedade e que nos compele a corresponder àquilo que é designado como norma para cada um(a). Para ela, que nos vejamos e nos vivenciemos como “homens” e “mulheres” não significa que esses lugares sejam naturais, mas sim construções culturais que nos atravessam todo o tempo. Indicando linha similar de pensamento, Judith Butler (1987) levanta questionamento acerca das “normas” instituídas a homens e mulheres e entende a profundidade com que todos nós somos interpelados(as) e produzidos(as) inseridos(as) nessa lógica binária e essencialista, levando-nos ao ponto de nos sentirmos feridos quando nos é dito que exercemos nossa masculinidade ou feminilidade inadequadamente.

O conceito de gênero, contemporaneamente, vem sendo criticado como a tentativa de abarcar todo tipo de vivência do feminino e produzir um grande “guarda-chuva” teórico. A crítica que surge diz respeito a vivências que extrapolam a mera questão de gênero e produzem outras problemáticas e possibilidades. Categorias como o racismo, colonialismo e política heterossexual que engendram outras formas de vivenciar o feminino e outras formas de opressão, têm sido colocadas em relação com a questão de gênero (Mayorga et al., 2013).

Donna Haraway (1992, citado por Goulart, 2012) aposta na multiplicação de modos de viver e perceber-se, não reunidos em sistemas hierárquicos nem sujeitos a formatações estanques. Uma pluralidade em vistas a desconstruir a ilusão de uma constituição de sujeitos homogênea e natural. Concordamos com essa perspectiva e entendemos que as chamadas “qualidades” ou “características” (ainda) associadas à bipartida concepção de homens/mulheres, são construções realizadas diferentemente em sociedades diversas. Judith Butler (1999) também argumenta, nessa mesma linha, que as identidades de gênero seriam construídas e reforçadas socialmente de tal forma que passam a parecer inatas.

Além do mais, todo esforço teórico por descobrir, manter ou exprimir uma feminilidade essencial deverá enfrentar o seguinte problema moral e empírico: que acontece quando mulheres individuais não se reconhecem nas teorias que lhes explicam suas essências insuperáveis? Quando o feminismo essencial é finalmente expresso, e o que temos chamado de “mulheres” não possam se ver nesses termos, que deveremos concluir? Que estas mulheres estão enganadas ou que não são absolutamente mulheres? (Butler, 1987, p. 154)

Lorenzi, Fabiane Langon; Henningen; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparição feminina nas capas de *Você S/A*

Além da questão do sexo – ao nascer devemos ser nomeados(as) como machos ou fêmeas – e da exigência que assumamos um gênero – masculino ou feminino –, há uma expectativa de que, a partir da escolha de gênero, experimentemos desejo pelo sexo oposto. Assim, insistentemente, acabamos reiterando a norma heterossexual, ou seja, esperamos que todos e todas sejam heterossexuais. Deixando claro que quando utilizamos a expressão “escolha de gênero”, isso não significa que estejamos afirmando uma possibilidade de escolha livre e desencarnada, pelo contrário. Como já dissemos, a escolha de gênero está imersa em normas, pressões, construções sociais, estereótipos (Louro, 2010).

É preciso questionar essa naturalização de lugares sociais que devem ser ocupados por homens e mulheres e as formas aceitáveis para que se comportem. Como dizíamos anteriormente, há entendimentos diversos acerca da subjetividade, como “essência”, ou como produção. A ideia de uma subjetividade interna pré-existente (ou seja, a dita “essência”) tem muita força nas discursividades contemporâneas. Inúmeras teorias psicológicas baseiam-se nessa premissa⁴ e servem como pano de fundo para uma diversidade de afirmações que posicionam a ideia de “essência” como uma verdade incontestável. A partir da análise da capa e reportagem de capa já citada, foi possível perceber a reverberação desse mesmo discurso essencialista. Diversas afirmações que posicionariam a reportagem da revista em um viés determinista biológico, ou seja, partindo de um pressuposto de que cada um de nós nasce com determinadas características.

A reportagem de capa em foco até aqui é a edição de número 179 da revista *Você S/A* (referente a abril de 2013) e desenha o perfil de Graça Foster e outras executivas – todas mulheres. A matéria se dispõe a refletir sobre o tema das mulheres ocupando altos cargos executivos em grandes empresas brasileiras e se pergunta se elas serão responsáveis por uma nova revolução do trabalho. Além de Graça Foster, presidente da Petrobrás, outras seis executivas brasileiras foram entrevistadas.⁵ O texto se alterna entre a fala dessas diversas mulheres – muitas das quais apresentaremos no decorrer deste

artigo – e uma série de gráficos indicando o aumento do número de mulheres em cargos entendidos como de “alto escalão”. Além disso, outras especialistas pontuam ideias ao longo do texto – como Rosiska Darcy, pesquisadora e escritora feminista; Irene Azevedo, que presta consultorias em transição de carreira a executivos(as); Mirian Goldenberg, antropóloga e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outras (*Você S/A*, abril de 2013, p. 33). A reportagem vai costurando histórias de executivas mulheres, o que instaura uma clara separação, homens de um lado, mulheres de outro. E, como já afirmamos anteriormente, utiliza-se de um viés essencialista para demarcar ainda mais essa separação.

Só a partir de tal entendimento é que é possível para a revista fazer afirmações como a seguinte: “um erro que as primeiras gerações de executivas cometeram: comportar-se como homens. ‘O problema é que não fica natural’, diz a consultora Irene Azevedo...” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 40). Fica clara a tentativa da reportagem em estabelecer uma lista de comportamentos que “revelam” a “natureza” dos sujeitos em questão. Há lugares possíveis para homens e mulheres. E não só isso, mas uma mulher que possui características associadas à “essência” do homem, é percebida como “imitadora”, como alguém que erra ao comportar-se de forma contrária à sua “natureza” feminina.

Apesar de todos os movimentos de resistência engendrados em tantos anos de luta feminista, a reportagem em questão, do ano de 2013, afirma em diversos momentos a subjetividade como essência inata. Assim, permite o posicionamento de homens e mulheres em lugares diferentes, com características diferentes que “afloram” de um interior pré-determinado. Não há lugar para escolhas ou produções ou invenções – ou, ao se optar pelo inusual, um custo existirá.

Ainda, a partir da fala de Fernanda Terracini, superintendente financeira do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, a ideia de uma “natureza feminina”, com suas peculiaridades sempre reforçadas (como a capacidade multidisciplinar), vem à tona. Para ela, as mulheres são

⁴ Em relação às práticas psicológicas que adotam como premissa a ideia de uma “essência” prévia: “O incômodo em relação às práticas psicológicas tradicionais diz respeito a sua pretensão em dar conta do desvelamento do sujeito – portanto, supondo a preexistência de uma interioridade do sujeito – por meio de teorias e técnicas cunhadas sob inspiração do paradigma positivista... Ao social, colocado como uma instância secundária de influência sobre o sujeito, restaria a propriedade de adaptar essa unidade que se produz a partir de dentro, de um núcleo psíquico previamente dado...” (Huning & Guareschi, 2009, p. 159-160).

⁵ Além da presidente da Petrobrás, Graça Foster, são também

entrevistadas: Maria Eduarda Kertész, presidente da divisão de consumo da Johnson & Johnson Brasil; Sylvania Coutinho, diretora de varejo e gestão de patrimônio para a América Latina do HSBC; Marise Barroso, presidente da Masisa, fabricante de painéis de madeira; Fernanda Terracini, superintendente financeira do hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo; Maristela Castanho, diretora mundial de planejamento de volumes da área comercial da Renault; Ana Paula Dacar, diretora comercial e de desenvolvimento de novos negócios para materiais especiais da Dow.

Lorenzi, Fabiane Langon; Henning; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparição feminina nas capas de *Você S/A*

multidisciplinares por natureza, mas subestimam suas capacidades. “Não me sinto inferior aos meus colegas homens e sei que eles não se sentem superiores a mim”, afirma Fernanda (*Você S/A*, abril de 2013, p. 38).

Inseridas nessa mesma ideia de “natureza”, as mulheres aparecem sempre em interligação com suas famílias. A maternidade é percebida como vontade geral e ligada à essência feminina, sendo assim, a principal preocupação das entrevistadas é a conciliação entre família e trabalho. O grande drama existencial das mulheres parece estar indicado como a adequação dos horários de trabalho com os horários dedicados à família e a culpa que sentem (ou a sociedade as faz sentir) em passar boa parte do seu dia em um outro espaço que não o “lar”. Sendo entendida esta como a grande questão, a reportagem se coloca em uma posição de conselheira para evitar que as mulheres desistam de suas carreiras. Para isso, os depoimentos retratam mulheres que ascenderam profissionalmente sem abrir mão de ter filhos/filhas e manter um casamento.

Sobre Maria Eduarda Kertész, presidente da divisão de consumo da Johnson & Johnson Brasil, é dito que “a carreira bem-sucedida não impediu que ela pudesse exercer o papel de mãe. Entre 2002 e 2003, quando vivia um momento de ascensão profissional rápida, Duda, como é chamada, não se intimidou em ter dois filhos” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 30). Já a respeito de Marise Barroso, presidente da Masisa, ficamos sabendo que “ela entendeu que, para ter tudo o que queria – carreira, casamento, filhos –, precisaria de um marido que enxergasse como um par e tivesse necessidades parecidas” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 36).

O fato de as luzes apontarem na direção de uma necessidade de conciliação família/trabalho, quando as entrevistadas são mulheres, reforça um lugar possível de ser ocupado, um lugar que exige a maternidade e o casamento. Há a construção de uma normatização, de um roteiro de vida que deve ser querido e seguido. Questionamos a certeza de que esse é o sonho e a necessidade de toda mulher e que a grande dúvida existencial esteja ligada à procriação e ao casamento versus trabalho e carreira. Esses discursos produzem corpos grávidos, instintivamente maternos, corpos que precisam do suporte de um “companheiro” (Foucault, 2007, 2010, 2012).

...acreditar na igualdade significava crer que, conforme as mulheres ocupassem espaço no mercado de trabalho, haveria uma divisão de tarefas familiares

com os companheiros, por um lado, e flexibilidade das empresas para permitir que elas cumprissem sua metade das responsabilidades pessoais, por outro. No entanto, não foi assim que aconteceu. [...] O resultado são gerações mais novas de mulheres que se veem obrigadas a optar por carreira ou família. (*Você S/A*, abril de 2013, p. 33)

A questão da igualdade aparece deturpada nessa leitura que a reportagem faz do que escreveu Sheryl Sandberg – COO do Facebook⁶ – em seu livro “Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar”. A deturpação passa pela afirmação de que a igualdade será garantida a partir de uma flexibilização das empresas para com as mulheres para que elas deem conta de “sua metade das responsabilidades pessoais”. Há uma reclamação de inadequação das empresas à “realidade feminina” e, assim, mulheres passam a ser obrigadas a optar por carreira *ou* família. Mais uma vez, a mulher é colocada como “mestra” responsável por toda a família e obrigações da casa, como se isso fosse algo “natural”. Se as tarefas e obrigações da casa são responsabilidade das mulheres (elas nascem imbuídas dessa necessidade), então elas reclamam da falta de flexibilidade das empresas e precisam optar pela casa *ou* trabalho. Claro que se a reportagem parte do pressuposto de que é da “natureza” da mulher ser a “cuidadora” familiar é também papel dela exigir mais flexibilidade para que haja tempo de exercer essa função.

Porém, se lutamos por igualdade, precisamos reformular diversos “lugares comuns” que habitamos e reproduzimos. Por que não imaginar uma criação conjunta, que mobilize as figuras parentais responsáveis? Por que não pensar em uma administração conjunta da casa e de suas tarefas? A luta é por uma sociedade que funcione de uma forma inteiramente nova. Perguntamos, ainda, por que as empresas flexibilizariam horários às mulheres e não aos homens? A luta deveria ser por um ritmo de trabalho que permita a todos e todas exercerem outros papéis que não o de trabalhadores e trabalhadoras. Se a luta é por igualdade, como afirmado pela matéria, precisamos produzir resistências que rachem a noção de “instinto maternal”, “mulher, a rainha do lar”, e integrem parceiros e parceiras nos cuidados diários com os filhos/filhas e com a casa. Isso é buscar igualdade e não exigir horários diferenciados.

Entre a falta e a sedução: esmaltes derramados, fragilidades inerentes

⁶ COO (*chiefoperationsofficer*) é um termo em inglês que designa o cargo que a executiva ocupa na plataforma de rede social

Facebook. Sua possível tradução seria chefe do escritório de operações.

Lorenzi, Fabiane Langon; Henning; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparição feminina nas capas de *Você S/A*

Assim como afirma Fischer (2001), a mulher é posicionada entre a falta e a sedução. Em se tratando da falta, cabem falas como a de Fernanda Terracini, superintendente financeira do hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, que entende que as mulheres “subestimam suas capacidades” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 38); ou então, como traz Sheryl Sandberg, COO do Facebook: “Nós nos refreamos de várias maneiras, em coisas grandes ou miúdas, por falta de autoconfiança, por não levantar a mão, por recuar quando deveríamos fazer acontecer” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 38). A fragilidade feminina vem acompanhada de afirmações referentes à falta de confiança e à insegurança, características que mulheres teriam em profusão. A reportagem coloca-se em uma posição de “ajuda” e de “incentivo”, dizendo às mulheres que elas não devem se sentir inferiores, devem ser mais ousadas, devem saber que são competentes. Em um primeiro momento, podemos imaginar que são frases motivacionais interessantes, porém o que elas constroem? Que sujeitos-mulheres são produzidos? São essas as perguntas que nos interessam. Continua ocorrendo um reforço de uma posição rebaixada e insegura. As mulheres são colocadas nesse lugar, apesar do discurso marcar a necessidade que saiam dessa posição. Se devem mudar é porque se considera que têm dificuldades de autoestima e autoconfiança. São “essencialmente” frágeis.

Já a questão da sedução talvez não fique tão evidente em uma matéria de negócios, porém está ali também. Existe uma necessidade de reafirmar que, apesar de ocupar a presidência da Petrobrás – o que se entenderia como uma função essencialmente masculina –, Graça Foster mantém um vidro de esmalte sobre a mesa de trabalho – algo da essência vaidosa e sedutora feminina. Há um contraponto interessante entre o fato de Graça ser considerada uma mulher “poderosa”, estar entre pilhas de relatórios e, por outro lado, manter sua natureza feminina frágil e sedutora, ostentando vidros de esmalte, remédios para gripe e DVDs de música romântica.

Na mesa de trabalho da vigésima mulher mais poderosa do mundo (segundo a lista da revista americana *Forbes*), entre pilhas de relatórios, balanços financeiros e planilhas de resultados também figuram esmalte, remédio para gripe e um DVD do músico inglês Phil Collins. (*Você S/A*, abril de 2013, p. 30)

No entanto, o que chamou muito nossa atenção, foi a produção de algumas publicidades colocadas em meio a uma matéria sobre executivas mulheres. Fizemos uma busca em todas as revistas *Você S/A*

que temos e não encontramos essas mesmas publicidades em mais nenhuma outra edição. Isso significa que foram publicidades encomendadas e produzidas com o único fim de se instalarem em meio a uma reportagem que se coloca como disposta a refletir sobre as mulheres no mercado de trabalho e, principalmente, nos altos cargos e nas grandes corporações. Em meio a uma revista que se volta à leitura de homens e mulheres, essas publicidades não estão dispostas somente a vender produtos, mas, sim, estão interessadas em (re)produzir um jeito de ser mulher que passa a interagir com leitores e leitoras. Assim se pulverizam e se espalham.

Na primeira delas, uma publicidade da Central Nacional da Unimed, há uma mão que desenha linhas em um gráfico, presença constante no dia a dia de mulheres executivas e homens executivos. Uma grande frase, posicionada acima do gráfico, já nos diz que há algo de diferente: “Fazer orçamentos, cuidar de vidas, otimizar custos, comandar uma equipe e ainda ser feminina. Haja mulher” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 35). Ou seja, gráficos não fazem parte do “feminina”, muito menos otimizar custos ou comandar uma equipe. Para que haja espaço à feminilidade, o gráfico nos responde o que a mulher precisa fazer. Em vez de linhas tradicionais, elas foram substituídas por um batom vermelho e um frasco de rímel preto. A sedução – aqui relacionada a *certo tipo de cuidado* com o corpo – faz parte do “ser feminina”, deve estar presente em meio aos gráficos, números e equações. O rímel substitui a linha – tão dura para uma mulher –, pinta os cílios daquela que apresenta dados e comanda equipes, impõe a “essência” feminina. O batom não poderia ser de outra coloração, o batom vermelho seduz, pinta o lábio, mobiliza a “natureza”, enfrenta os números que são parte do mundo masculino.

Outra frase coroa ao final da página: “Cuidar de vidas faz parte da natureza feminina, é uma vocação” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 35). Pronto! Ali está a afirmação! Cuidar de vidas é da “natureza” feminina, cuidar da família é sua vocação e não a do homem. Para que sua vocação não se perca em meio a pouca sensibilidade dos ambientes corporativos, é preciso lhe pintar a cara. Lembrá-la com um batom em uma mão, um rímel na outra. Seu lugar é o da sedução. Sua vocação é a vaidade e o cuidado.

A publicidade da Unimed, exposta em meio às palavras de Graça Foster vem seguida de outra ode aos cosméticos. A publicidade da Porto Seguros Auto Mulher, um seguro de automóvel específico para mulheres, contrapõe os tons azul marinho de suas palavras com o rosa perolado de um vidro de esmalte derramado. Tanto esmalte despejado produz uma imagem, um grande rosto de mulher à direita da página. Um rosto com longos cabelos rosa-

Lorenzi, Fabiane Langon; Henning; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparicação feminina nas capas de Você S/A

perolados, olhos inquiridores, nariz delicado e boca carnuda. Só assim o rosto da mulher ganha contornos, a partir de um vidro de esmalte. Sem a vaidade, sem as unhas pintadas, não há contornos, não há mulher.

Abaixo desse rosto rosa perolado, uma frase: “Porque a gente sabe que o seu dia a dia não é só moda e cosméticos” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 41). No melhor estilo “negação afirmativa”, moda e cosméticos são entendidos como os pilares da “natureza” feminina. O dia a dia das mulheres resume-se em preocupar-se com a roupa que utilizam, os acessórios, o esmalte rosa perolado. Se sobrar um pouco de tempo, podem vir a pensar no seguro do seu carro. Melhor ainda se vier com descontos exclusivos em “[...] clínicas de estética (tratamentos corporais e faciais [...])” (*Você S/A*, abril de 2013, p. 41), assim as mulheres fazem um seguro que lhes proporciona limpezas de pele e tratamento contra a celulite. Porque isso faz parte da “essência” feminina, o esmalte rosa perolado já indica que os contornos femininos se dão a partir dos cuidados estéticos.

Assim como o vidro de esmalte presente na mesa de Graça Foster, que insiste em ser descrito junto das atribuições de trabalho de uma mulher, as publicidades martelam a posição sedutora que *deve* ser ocupada. Afinal, mulheres podem ser tão firmes como homens – como afirma a própria Graça –, porém não vivem sem um esmalte, como atesta sua mesa. Mulheres até pensam em seguros de carro, mas, no fundo, são só moda e cosméticos. Esquecem-se dos números e passam a enxergar batons e rimeis como marcadores gráficos.

Temos, então, a construção de uma matéria inteira tratando de mulheres nas grandes corporações. Uma matéria que abusa dos “exemplos de vida”, cheia de entrevistas com mulheres presidentes, mulheres superintendentes, mulheres diretoras. Suas falas e as palavras da matéria vão construindo uma teia discursiva que posiciona mulheres em um lugar de certa fragilidade, sensibilidade, uma “natureza” só delas. Essa teia vai ganhando mais fios à medida que as publicidades aparecem no virar das páginas. Logo após a fala de Sylvia Coutinho, diretora de varejo e gestão de patrimônio para a América Latina do HSBC, com especialização na área de finanças pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, a publicidade da Unimed apresenta seu gráfico financeiro de batom e rímel. Parece quase uma ironia, talvez possamos lê-lo assim. Uma especialista em finanças mulher se vê perseguida por uma publicidade grotesca que insinua que os únicos gráficos que uma mulher é capaz de construir são aqueles que dizem respeito à sua maquiagem. A teia discursiva ganha ainda mais

contornos com a publicidade da Porto Seguros Mulher e seu rosto em esmalte rosa perolado. Na página que está ao seu lado esquerdo, encontra-se a fala de Maristela Castanho, diretora mundial de planejamento de volumes da área comercial da Renault. Uma diretora de uma grande empresa automobilística ao lado de uma publicidade de seguros automotivos. Tremendamente irônico, mais uma vez. Uma diretora da área automotiva ironizada por sua companheira de página, desenhada em esmalte e que faz de seu dia a dia moda e cosméticos. A teia se desenha e enrijece. Apesar de todas as qualificações e qualidades das entrevistadas, o discurso construído diz de uma “natureza” da qual não se pode escapar.

Considerações Finais

Iniciando as últimas pontuações deste artigo, parece-nos interessante agregarmos outras discussões possíveis que despertem leitores e leitoras a futuras problematizações. Claro que o exercício de um(a) pesquisador(a) exige delinear certos contornos e executar cortes, algumas vezes precisos, outras vezes nem tanto. Para este artigo, vínhamos nos debatendo com as questões de gênero, que exigiam um espaço para fora de nossos corpos, uma discussão nessas linhas. Porém, sempre há outros questionamentos a serem feitos.

Brevemente, pontuamos que as revistas de negócios podem ser fonte importante de análise quanto à produção e reverberação de discursos. Assim, refletir sobre o espaço inexistente para a aparição de casais homossexuais e a reiterada associação entre grandes executivos e executivas e suas parceiras e parceiros do sexo oposto. A norma heterossexual atravessa os textos, produz discursos e lugares e apresenta um “não lugar” no mundo dos negócios ao homossexual.

Não há nada de novo em afirmar que a maior parte da mídia coloca em cena o homem, branco, heterossexual e insiste em delimitar espaços possíveis a homens e mulheres. Outros artigos, como o de Tania Navarro Swain (2001), mostram que a mídia tem homogeneizado a condição feminina, seus supostos comportamentos e buscado reforçar um discurso de “verdadeira mulher” ligado à maternidade e à delicadeza. A autora afirma, a partir da análise das revistas *Nova* e *Marie Claire*, a construção de “temas femininos”, tais como: sedução e sexo, família, casamento, maternidade e futilidades. Constatações se aproximam muito das discussões que empreendemos ao longo deste texto – com quatorze anos de diferença. A “novidade” talvez seja que tal discurso agora ocupa também as

Lorenzi, Fabiane Langon; Henning; Inês. “A Graça entre os homens”: Discutindo a (des)aparição feminina nas capas de Você S/A

páginas não (só) das revistas ditas femininas, mas as de negócios. Logo, longe de ser mera redundância, seguir apontando e problematizando as “novas-velhas” roupagens das construções sobre as mulheres, nos parece, tem uma função política que não se esgotou.

Cláudia Regina Ribeiro e Fabíola Rohden (2009) analisam o programa jornalístico televisivo Globo Repórter e discutem a exploração de discursos da “ciência” que “localizam nos hormônios e no cérebro as diferenças entre homens e mulheres” (Ribeiro & Rohden, 2009, p. 270), princípio de leitura biológica e orgânica que as autoras também encontraram em reportagens da revista *Veja* e *Época* do ano de 2007. Tais argumentações, que cada vez mais tem circulado em diferentes âmbitos midiáticos, se compõem e fortalecem antigas “máximas”, ganhando relevância em favor do que seria da ordem das “essências”, despoliticando o debate e contribuindo para fixar posições que as lutas querem fraturar.

Parece que o feminino e o político são (devem ser?) estrangeiros. Se percebemos a (quase) ausência de mulheres em uma revista de negócios, tradicionalmente território masculino, Biroli (2010) verificou essa mesma ausência nos noticiários políticos das principais revistas semanais brasileiras – *Veja*, *Época* e *Carta Capital*: para além da baixa representação feminina no cenário da política brasileira, sua visibilidade é marcada por estereótipos que reafirmam as separações tradicionais e associam as mulheres às esferas domésticas e íntimas.

Se não é novo, porque insistirmos em apontar? Porque permanece ali, por mais que apontemos. Permanece como marca do “normal”. Assim, mulheres, negros(as) e homossexuais instituem-se como o “outro”. Isso fica bem claro na fala de Graça Foster, quando há um comparativo entre sua firmeza, como mulher, e a firmeza dos homens que ela conhece. Ela enfatiza que é tão firme quanto qualquer homem, utilizando-os como ponto de partida e colocando-se como aquela que busca uma norma estabelecida para comparar-se.

A resistência possível ao enrijecimento nessas teias não passa pela flexibilização de horários às mulheres para que cuidem de suas tarefas de casa, como parece sugerir Sheryl Sandberg, número 2 do Facebook. A resistência passa por um trabalho de escavação de fendas, pequenas brechas em discursos já tão amarelados, mas ainda fortes e produtores do que somos como sujeitos. Um bom começo é poder demonstrar rejeição por expressões como: “mulheres são multitarefas por natureza”; “tão firme como qualquer homem” – elas nos enquadram e empobrecem. A exigência é por igualdade, então que

cuidemos todos e todas de nossos filhos e filhas e os eduquemos para que não permaneçam reproduzindo frases como as acima. E lutemos todos e todas por menos horas de trabalho e mais horas de vida no parque.

Referências

- Biroli, F. (2010). Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, 34, 269-299.
- Butler, J. (1987). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault. In S. Benhabib & L. Cornell (Org.). *Feminismo como crítica da pós-modernidade* (pp. 139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Butler, J. (1999). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In G.L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Dreyfus, H., & Rabinow, P. (2013). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Fischer, R. M. B. (2001). Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Estudos Feministas*, 9(2), 586-599.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2010). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008b). *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2008a). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2007). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Goulart, L. A. (2012). *Proudmoore pride: potencialidades da cultura de jogo digital e identidade política de gênero/sexualidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal

Lorenzi, Fabiane Langon; Hennigen; Inês. "A Graça entre os homens": Discutindo a (des)aparição feminina nas capas de Você S/A

do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Sociedade, 19(3), 14-19.

Haraway, D. (2004). "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246.

Ribeiro, C.R., & Rohden, F. (2009). A ciência na mídia e as estratégias de reafirmação da bipolaridade entre os gêneros: o caso do Globo Repórter. *Cadernos Pagu*, 32, 267-299.

Hennigen, I. (2006). Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. *Revista Psicologia & Sociedade*, 18(2), 47-53.

Schultz, T. W. (1973). *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Huning, S. M., & Guareschi, N. M. F. (2009). Efeito Foucault: desacomodar a Psicologia. In S. M. Huning & N. M. F. Guareschi (Orgs.). *Foucault e a Psicologia* (pp. 159-182). Porto Alegre: EdIPUCRS.

Sodré, M. (2012). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes.

Louro, G. L. (2010). Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas? In F. Pocahy (Org.). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo* (pp. 143-150). Porto Alegre: Nuances.

Swain, T.N. (2001). Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". *São Paulo em Perspectiva*, 15(3), 67-81.

Veiga-Neto, A. (2011). *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110-117.

Você S/A. (abril de 2013). São Paulo: Editora Abril, edição 179.

Mayorga, C., Coura, A., Miralles, N., & Cunha, V. M. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, 21(2), 463-484.

Prado Filho, K., Martins, S. (2007). Subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia &*

Recebido em: 24/10/2014
Aprovado em: 30/03/2015

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em um núcleo social

Intervention to promote social skills and to reduce child behavior problems in a social group

Intervención para mejorar las habilidades sociales y reducir los problemas de comportamiento infantil un núcleo social

Saulo Valmor Batista¹

Edna Maria Marturano²

Resumo

O objetivo do estudo foi verificar o potencial de um programa para expandir habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento em crianças que são frequentadoras regulares de atividades educativas no contraturno da escola. Participaram 22 crianças de seis a nove anos, em núcleo de convivência mantido por organização não governamental. Foram formados dois grupos por critério de conveniência: Grupo de Intervenção – GI (n = 12) e Grupo de Comparação – GC (n = 10). Para avaliar os efeitos da intervenção foi utilizado o instrumento *Social Skills Rating System*. Antes e depois da intervenção com GI, as crianças se avaliaram e foram avaliadas por uma das monitoras, quanto a suas habilidades sociais e problemas de comportamento. Em seguida GC recebeu a intervenção e os dois grupos foram avaliados novamente. Os resultados não evidenciaram efeitos do programa. Foram encontrados indícios de progresso nas habilidades sociais, sem relação direta com a intervenção.

Palavras-chave: Problemas de Comportamento Infantil; Intervenção; Organização não Governamental; Habilidades Sociais.

Abstract

The aim of the study was to investigate the potential of a program to improve social skills and to reduce behavior problems in children who regularly attend afterschool activities. The participants were 22 children with 6-9 years of age attending a community center maintained by a non-governmental organization. Two groups were formed by convenience: Intervention Group - GI (n = 12) and Comparison Group - GC (n = 10). To measure the effects of the intervention, the Social Skills Rating System was used. Before and after the intervention in GI, the children evaluated themselves and were evaluated by one of the monitors, with respect to their social skills and behavior problems. Then GC received the intervention and the two groups were assessed again. The results did not demonstrate the effects of the program. Some evidence of progress in social skills was found, not directly related to the intervention.

Keywords: Child behavior problems; Intervention; Non-governmental organization; Social skills.

Resumen

El objetivo fue evaluar un programa para ampliar las habilidades sociales y reducir los problemas de conducta en niños frequentadores de actividades educativas en el contraturno escolar. Participaron 22 estudiantes de 6-9 años que asisten a un núcleo de vida mantenido por una organización no gubernamental. Dos grupos fueron formados por criterio de conveniencia: Grupo de Intervención - GI (n = 12) y Grupo de comparación - GC (n = 10). Los efectos de la intervención fueron evaluados con el Social Skills Rating System. Antes y después de la intervención con GI, los participantes evaluarán sus propias habilidades sociales y fueron evaluados por uno de los monitores, a respecto de

¹Mestre em Psicologia pela Universidade do Estado de São Paulo. Docente na UNIFAFIBE – Centro Universitário

²Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo. Professora titular da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

sus habilidades sociales y problemas de conducta. Entonces GC recibió la intervención y los dos grupos fueron evaluados nuevamente. Los resultados no mostraron efectos del programa. Se encontró evidencia de progreso en las habilidades sociales, no relacionado con la intervención.

Palabras clave: Problemas de Comportamiento Infantil; Intervención; Organización no Gubernamental; Habilidades Sociales.

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

Núcleos de convivência social, com a oferta de atividades educativas no contraturno da escola, têm sido reconhecidos por sua potencialidade educativa, conforme enfatizado por Guará (2009). Essa autora assinala a flexibilidade da educação não formal para atender demandas específicas da população-alvo. Trata-se de serviços livres de pagamento por parte da clientela, mantidos por organizações não governamentais (OnG), visando à socialização de crianças e adolescentes de seis a 14 anos em áreas urbanas habitadas por famílias de baixa renda. Profissionais vinculados a serviços de educação não formal dessa natureza têm a possibilidade de planejar livremente suas propostas de atividades educativas. Essa circunstância, dada a maior vulnerabilidade para problemas de comportamento na população infantil em desvantagem econômica (Mrazek & Haggerty, 1994), coloca os núcleos de convivência social em posição privilegiada para implementação de práticas promotoras do desenvolvimento psicossocial e prevenção de problemas de saúde mental na sua clientela.

No entanto, são escassos os estudos realizados na área de psicologia que tenham por objetivo fornecer ferramentas para uso dos profissionais que atuam nesse contexto. Uma exceção é a iniciativa recente de Costa e colaboradores (Costa, 2010; Costa, Williams & Cia, 2012). Essas autoras realizaram um estudo em núcleo de convivência mantido por uma OnG, com o objetivo de avaliar os efeitos de uma intervenção, com monitores, sobre os problemas de comportamento de crianças escolares. A intervenção constou de duas fases. A primeira, de capacitação, tinha por objetivo ensinar aos monitores práticas educativas para lidar com problemas de comportamento das crianças. A segunda fase, de consultoria, teve como objetivo consolidar informações e orientações dadas durante a capacitação, bem como planejar generalização dos resultados. Além disso, visou, ainda, reelaborar e implementar diretrizes de funcionamento interno da OnG e colaborar com a organização de rotina, horário e planejamento das atividades desenvolvidas. A intervenção foi eficaz para minimizar problemas de comportamento e maximizar comportamentos pró-sociais e habilidades sociais das crianças.

O trabalho de Costa e colaboradores é exemplar, dado que promoveu mudanças na instituição, compreendendo medidas organizacionais associadas à capacitação dos monitores, o que pode ter contribuído substancialmente para a generalização e a manutenção dos ganhos obtidos. No entanto, na realidade do trabalho cotidiano em instituições, nem sempre há espaço para intervenção em nível institucional. Estudos brasileiros visando prevenir

problemas de comportamento em espaços institucionais se limitam, em geral, a um trabalho com crianças. Uma breve revisão do tema é apresentada nos próximos parágrafos.

A literatura confirma amplamente a presença de problemas de comportamento na infância como um fator de risco para dificuldades adaptativas posteriores. Crianças que apresentam altos índices de comportamento agressivo na primeira infância estão em risco de menor competência acadêmica e social (Burt & Roisman, 2010; Chen, Huang, Chang, Wang & Dan, 2010). Além disso, têm mais possibilidade de desistir da escola e de ser indicados para serviços de educação especial e de saúde mental (Patterson, Reid & Dishion, 2002).

Problemas de comportamento podem ser classificados em dois grandes grupos: os externalizantes (que se expressam predominantemente em relação a outras pessoas) e os internalizantes (que se expressam predominantemente em relação ao próprio indivíduo; Del Prette & Del Prette, 2005). Comportamentos internalizantes são evidenciados por retraimento, depressão, ansiedade e queixas somáticas. Em contraposição, comportamentos externalizantes são marcados por impulsividade, agressão, agitação, características desafiantes e antissociais. Assim, os dois grupos de comportamento dificultam o desenvolvimento psicossocial da criança: por um lado, os internalizantes podem privar a criança de interagir com o ambiente, isto é, o indivíduo pode evitar iniciar interação com pares ou adultos (Bolsoni-Silva, Marturano, Pereira & Manfrinato, 2006); por outro lado, os externalizantes podem gerar conflitos e provocar rejeição de pais, professores e colegas (Patterson et al., 2002; Marinho, 2003).

Estudos sugerem que o desenvolvimento de habilidades sociais na infância constitui um fator de proteção contra a ocorrência de comportamentos antissociais (Baraldi & Silveiras, 2003; Marinho, 2003; Fariz, Mias & Moura, 2005; Koch & Gross, 2005). Habilidades Sociais (HS) são entendidas como comportamentos aprendidos, apresentados pelo indivíduo diante das demandas de uma situação interpessoal. Podem ser ensinadas, aprimoradas e generalizadas por meio de procedimentos baseados em princípios de aprendizagem (Del Prette & Del Prette, 2005). Um repertório elaborado de HS tem sido considerado como importante fator de saúde psicológica, associado à aprendizagem acadêmica, ao exercício da cidadania e ao sucesso pessoal e profissional (Del Prette, Del Prette, Oliveira, Gresham & Vance, 2012; Gresham & Elliot, 1987).

Assim, tem havido grande interesse em propor, avaliar e implementar programas voltados para a

promoção de HS no contexto das escolas. Dado que tanto as escolas como as instituições que oferecem atividades no contraturno escolar são ambientes coletivos, tal similaridade levou os autores deste artigo a considerar esses programas como possíveis alternativas para subsidiar o trabalho do psicólogo em núcleos de convivência social, no sentido de uma contribuição efetiva para o desenvolvimento psicossocial da clientela.

Programas para desenvolvimento de HS no contexto escolar têm sido propostos por pesquisadores brasileiros (Murta, 2005). Por exemplo, Lopes, Del Prette e Del Prette (2013) avaliaram os efeitos de um programa, baseado nas vinhetas de vídeo do RMHSC-Del-Prette, com o objetivo de ampliar o repertório de comportamentos socialmente habilidosos e aumentar o desempenho acadêmico de crianças com baixo rendimento escolar. Participaram 14 crianças, distribuídas em dois grupos, experimental e controle. As crianças foram avaliadas com o Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais antes e depois de um programa de 22 sessões grupais. O Grupo Experimental apresentou ganhos significativamente maiores que o Grupo Controle em HS e no desempenho acadêmico.

Dias (2012) investigou a efetividade de um programa de leitura dialogada de livros infantis, para a promoção de habilidades sociocognitivas, redução de problemas comportamentais e aumento das HS das crianças. Participaram 45 alunos, da última etapa da educação infantil, e duas professoras como informantes. Os resultados demonstraram efeitos positivos da intervenção; as crianças, depois de passarem pelo programa, ampliaram suas HS, ao passo que reduziram a hiperatividade e os problemas de relacionamento.

Tanto o programa de Dias (2012) como o de Lopes e colaboradores (2013) tiveram a sua validade interna verificada por meio de comparação de grupos com pré-teste e pós-teste. Dentro dos limites de um delineamento com grupos não randomizados, as mudanças observadas em ambos os estudos puderam ser atribuídas à intervenção.

Uma intervenção com diversos estudos conduzidos no Brasil é o programa Eu Posso Resolver Problemas – EPRP (Shure, 2006), uma proposta de intervenção com suficiente documentação disponível, permitindo seu uso imediato. Segundo Elias, Marturano e Motta-Oliveira (2012), em sua revisão sobre estudos com o EPRP no Brasil, o programa visa desenvolver uma classe específica de HS, as chamadas habilidades de solução de problemas interpessoais (HSPI), definidas em cinco categorias: 1. *pensamento meios-fins ou planejamento sequencial* - habilidade de criar um plano para atingir uma meta estabelecida; 2.

pensamento de soluções alternativas - habilidade para gerar soluções que podem ser colocadas em ação para resolver um problema; 3. *pensamento consequencial* - habilidade para antecipar o que pode acontecer depois, como resultado da realização de uma solução concebida para um problema; 4. *consciência* ou sensibilidade em relação ao seu próprio sentimento e ao sentimento dos outros; 5. *pensamento causal* - habilidade de entender o que precipitou um ato (Shure, 2006).

O programa original, elaborado para ser utilizado por professores em sala de aula, está descrito em um manual ilustrado, disponível em português (Shure, 2006). Borges e Marturano (2002) aplicaram o EPRP em uma escola pública do interior de São Paulo, visando prevenir dificuldades de relacionamento. Participaram os alunos de duas turmas da antiga 1ª série do ensino fundamental. O programa foi aplicado a uma das turmas durante cinco meses, por uma das pesquisadoras, que era também a professora das crianças. As sessões eram ministradas duas a três vezes por semana, com duração de 15 a 20 minutos. A intervenção compreendeu os três componentes incluídos no manual do programa: lições formais, diálogo EPRP e integração no currículo. Nas comparações entre as turmas antes e depois da intervenção, verificou-se aumento significativo nas habilidades de solução de problemas interpessoais na turma exposta ao programa. Nessa turma, houve redução da participação em conflitos na sala de aula, por parte das crianças que antes do programa eram as mais envolvidas em conflitos.

Borges e Marturano (2009) realizaram um novo estudo utilizando o EPRP em uma intervenção multimodal, incluindo ensino de habilidades de solução de problemas interpessoais, valores humanos e autocontrole emocional, em uma classe de 1ª série com 30 alunos. O desempenho pró-social e a percepção de estressores dos participantes foram avaliados antes e depois da intervenção, sendo os conflitos registrados em um diário de campo. Houve redução nos conflitos interpessoais registrados no diário de campo e aumento no indicador pró-social. Comparadas a um grupo de 31 alunos que não passaram pela intervenção, as crianças apresentaram melhor desempenho pró-social e menor suscetibilidade a situações estressantes. Assim, o programa contribuiu efetivamente para melhorar os relacionamentos entre as crianças.

As pesquisas de Borges e Marturano (2002; 2009) conferem aos programas avaliados alguma validade interna e externa. Interna, já que realizaram comparação de grupos em avaliações pré e pós-intervenção, ainda que com grupos não randomizados; e externa, porque a intervenção foi

conduzida pelo próprio professor na sala de aula.

Rodrigues, Dias e Freitas (2010) aplicaram o EPRP em uma escola pública de Minas Gerais, que havia solicitado ajuda para duas turmas de 1º ano que apresentavam problemas de comportamento e conflitos interpessoais. Participaram 30 crianças. O programa foi ministrado durante um semestre, fazendo parte do currículo escolar. Os encontros foram semanais com a duração de uma hora, perfazendo 15 semanas. Foram feitas quatro reuniões de orientação aos pais das crianças. Os resultados indicaram aumento de algumas habilidades, como empatia, assertividade, expressão de sentimento positivo, civilidade e responsabilidade.

Apesar de ter sido elaborado para uso no ambiente escolar, o EPRP se mostrou adequado para aplicação em contexto clínico, mediante adaptações descritas por Motta (2003). Aplicado a crianças com queixa escolar associada a problemas de comportamento em nível clínico, o EPRP obteve maior redução dos problemas de comportamento, em comparação a uma intervenção com foco nas dificuldades acadêmicas. Esse resultado se manteve seis meses após o término da intervenção, no único estudo brasileiro de seguimento com o EPRP (Elias & Marturano, 2014).

No presente estudo, tendo em vista os resultados sobre o uso do EPRP em escolas brasileiras, optou-se por uma intervenção que associasse o ensino de HSPI com a reflexão sobre valores humanos, já que essa combinação parece ter sido mais efetiva que o uso isolado do EPRP em contexto escolar (Borges & Marturano, 2009). Desse modo, o programa de intervenção focalizado neste estudo foi composto pelo currículo EPRP, acrescido de um módulo de iniciação aos valores humanos (Borges & Marturano, 2009), trabalhado por meio de histórias infantis e desenhos animados educativos.

Devido à carência de estudos na área de psicologia que tenham por objetivo fornecer ferramentas para uso dos profissionais que atuam em núcleos de convivência social com crianças, bem como a falta de pesquisas desenvolvidas nesse contexto, é importante identificar condições que possam contribuir para a eficácia do trabalho do psicólogo com essa população. Esforços nessa direção devem preencher a lacuna na formação dos psicólogos e possibilitar que profissionais que atuam nesse contexto disponham de recursos para atender à demanda.

O objetivo do estudo foi verificar efeitos do programa, no sentido de aumentar o repertório de habilidades sociais e reduzir os problemas de comportamento em crianças que frequentam um núcleo de convivência

Método

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em um núcleo de convivência e fortalecimento de vínculos, em uma cidade de aproximadamente 650.000 habitantes no estado de São Paulo. O núcleo é mantido por OnG, em área com indicadores de pobreza urbana. As circunstâncias só permitiam um trabalho dentro de uma das oficinas oferecidas pela OnG, coordenada pelo primeiro autor. Foi feita então uma intervenção direta com as crianças, alternativa que seria viável nas condições de trabalho que se apresentavam.

Delineamento

O estudo tem um desenho quase experimental, com grupos não randomizados e avaliações pré e pós-intervenção. Desenvolveu-se em quatro etapas: a) avaliação pré-intervenção no Grupo de Intervenção – GI e, simultaneamente, avaliação pré-espere no Grupo de Comparação – GC; b) aplicação do programa no GI; c) avaliação pós-intervenção no GI e pré-intervenção no GC; d) avaliação de seguimento no GI e pós-intervenção no GC. Esse delineamento foi adotado para assegurar algum grau de validade interna ao estudo, no sentido de que as mudanças observadas nas variáveis de interesse pudessem ser atribuídas antes à intervenção que a outras variáveis, como o aprendizado de respostas socialmente desejáveis pela repetição das avaliações no GI.

Participantes

Participaram 22 crianças com idades entre seis e nove anos, em dois grupos: Grupo de Intervenção (GI), constituído pela totalidade de educandos de uma turma, em número de 12; Grupo de Comparação (GC), composto por 10 educandos de outra turma. Essas turmas incluem as crianças com menor idade que frequentam a instituição no período da manhã. O grupo de intervenção foi constituído por seis meninas e seis meninos, com idades entre seis e oito anos ($M=7$, $DP=0,73$). O grupo de comparação era formado por quatro meninas e seis meninos, com idades entre sete e nove anos ($M=8,4$ $DP=0,69$). A comparação dos grupos por meio do teste U, de Mann-Whitney, indicou que eles não eram equivalentes quanto à idade ($Z = 3,33$, $p = 0,001$) e série cursada ($Z = 3,29$, $p = 0,001$).

Além das crianças, participou como informante uma das monitoras. Ela concluiu curso superior,

trabalhava há cerca de um ano na instituição, coordenava a oficina de música e passava aproximadamente seis horas semanais com as crianças.

Instrumento

Foi utilizado o Social Skills Rating System (SSRS-BR), versão brasileira (Bandeira, Del Prette, Del Prette & Magalhães, 2009). É um sistema de avaliação de habilidades sociais que inclui ainda medidas de comportamentos problemáticos e de competência acadêmica de crianças do ensino fundamental. O SSRS inclui três questionários de avaliação, destinados à criança, aos pais e ao professor. Nesta pesquisa foram utilizadas as versões para a criança e para o professor.

A versão do aluno é composta somente pela *Escala de Habilidades Sociais*, com 34 itens avaliados em termos de frequência e distribuídos em seis fatores: Responsabilidade (sete itens); Empatia (quatro itens); Assertividade (sete itens); Autocontrole (quatro itens); Evitação de Problemas (seis itens); Expressão de Sentimento Positivo (quatro itens). As alternativas de respostas estão dispostas em uma escala tipo Likert, que varia de 0 a 2 (0= nunca, 1= algumas vezes e 2= muito frequente). A escala apresentou índices satisfatórios de consistência interna (alfa de Cronbach = 0,78) e estabilidade temporal ($r = 0,78$; Bandeira et al., 2009).

A versão do professor é composta por três escalas: uma que avalia as HS, outra que avalia os comportamentos problemáticos e uma terceira escala, não utilizada neste estudo, que avalia a competência acadêmica dos alunos. A *Escala de Habilidades Sociais* contém 30 itens. Essa escala compreende cinco fatores: Responsabilidade/Cooperação (15 itens), Asserção Positiva (nove itens), Autocontrole (nove itens), Autodefesa (três itens), Cooperação com Pares (quatro itens). A escala de Habilidades Sociais apresentou índices satisfatórios de consistência interna ($\alpha = 0,94$) e estabilidade temporal ($r = 0,71$; Bandeira et al., 2009).

A *Escala de Problemas de Comportamento* é composta por 18 itens que avaliam a frequência de problemas de comportamento em dois fatores: problemas externalizantes (13 itens) e problemas internalizantes (seis itens). Os itens têm alternativas de resposta em uma escala que varia de 0 a 2 (0= nunca, 1= algumas vezes e 2= muito frequente). Seus índices de confiabilidade foram satisfatórios, com $\alpha = 0,91$ para consistência interna e $r = 80$ para estabilidade (Bandeira et al., 2009).

Aspectos éticos

Foi solicitada autorização na instituição onde seria realizada a pesquisa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (processo nº 97.672 CAEE nº 01608812.1.0000.5407). Os pais ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As crianças deram seu consentimento verbal.

Procedimentos de Coleta de Dados e Intervenção

No ano que precedeu a coleta de dados para esta pesquisa, o primeiro autor conduziu um estudo piloto, aplicando o programa em duas turmas na mesma faixa etária das turmas pesquisadas, no período da tarde. O piloto serviu para treinamento do aplicador e para ajustes no esquema de administração das atividades.

Antes da intervenção com GI, as crianças de GI e GC foram avaliadas. GI recebeu a intervenção durante os meses de outubro e novembro de 2012. Após a intervenção com GI, os dois grupos foram reavaliados. Entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, GC recebeu a intervenção, com uma interrupção de duas semanas devido ao recesso das festas de fim de ano. Em fevereiro, os dois grupos foram avaliados novamente. Nesse momento, se deu a avaliação pós-intervenção de GC e o seguimento de GI, três meses após a conclusão da intervenção nesse grupo.

Os dois grupos, GI e GC, foram avaliados por meio do SSRS-BR. As crianças e a monitora responderam às versões do instrumento, destinadas, respectivamente, à autoavaliação e à avaliação pelos professores. As autoavaliações foram realizadas individualmente pelas crianças, com a assistência do primeiro autor, em sala reservada do núcleo. A criança recebia orientações sobre o instrumento e em seguida o pesquisador realizava a leitura dos itens um a um, solicitando a resposta. A monitora, por ocasião das suas avaliações, recebia uma pasta com foto de cada criança para que pudesse observar o rosto de cada participante enquanto respondia ao instrumento, visando a sua melhor identificação.

No momento da intervenção, o primeiro autor, que aplicou o programa, trabalhava na OnG havia um ano e meio, como coordenador da Oficina de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Nessa função, mantinha contato cotidiano com as crianças participantes do estudo. O programa de intervenção foi administrado em 20 sessões de duas horas, em média duas vezes por semana, durante as atividades da Oficina de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos. Desse modo, assegurou-se a validade externa do estudo, em termos de implementação da intervenção em contexto de vida real, no cotidiano dos participantes (Schutz, Rivers & Ratusnik, 2008).

A intervenção foi composta por dois módulos, o currículo EPRP (Shure, 2006) e um módulo de iniciação aos valores humanos. O currículo EPRP foi aplicado em 14 sessões, agrupadas em dois conjuntos. No primeiro, as crianças aprendiam habilidades sociais de reconhecimento de pistas sociais, reconhecimento das emoções em si e nos outros, autorregulação emocional e empatia. No segundo, trabalhavam especificamente as habilidades de solução de problemas interpessoais, tais como pensar em mais de uma solução, considerar as consequências e decidir que solução tomar. Em cada encontro eram realizadas cerca de sete lições do currículo.

Os temas são apresentados em um manual com 83 lições interativas, baseadas em atividades lúdicas como desempenho de papéis, dramatizações e desenhos. Cada lição tem objetivo definido, lista de materiais e guia de aplicação. O currículo subdivide-se em duas partes, por meio de passos graduados em níveis crescentes de complexidade. Na primeira parte, apresenta-se um vocabulário básico de resolução de problemas e se exercitam habilidades sociais como o reconhecimento de pistas sociais, o reconhecimento das emoções em si e nos outros, a autorregulação emocional e a empatia. A criança aprende a sequenciar ações e situá-las em momentos apropriados. A segunda parte focaliza habilidades de solução de problemas interpessoais, como pensar em mais de uma solução, considerar as consequências, decidir que solução tomar (Shure, 2006).

O módulo de Iniciação aos Valores Humanos era composto por seis temáticas e foi aplicado em seis sessões, com apoio em vinhetas de animações e narrativa dialogada de contos infantis. Os temas foram escolhidos a partir de observações prévias das crianças nas oficinas de fortalecimento de vínculos. Em cada sessão, a apresentação do tema era entremeada com pausas para questionamento aos participantes sobre o que os personagens poderiam estar pensando ou sentindo em determinados momentos; ao fim da história, as crianças eram instigadas a pensar em fins alternativos.

No primeiro encontro sobre valores humanos, foi trabalhado o tema *respeito às diferenças*, com a leitura do livro “Biscoito, o amigo dos ratos” de Becky Bloom. No segundo, o tema foi a *cooperação*, introduzido com o desenho animado “Festa na Caverna” (DVD “Os Backyardigans – Festa na Caverna”). No terceiro encontro foram realizadas atividades com o tema *honestidade* e as crianças participaram da contação de história do livro “Não

fui Eu!”, de Brian Moses e Mike Gordon. No quarto encontro, o tema tratado foi o *respeito*; as crianças assistiram ao vídeo “A Princesa do Egito (DVD “Os Backyardigans – Os fantasmilhas”). No quinto encontro, foi abordado o tema *sinceridade*, com o filme “Pinóquio”, da Disney, e no sexto e último encontro o tema foi a *solidariedade*, com o vídeo “A grande corrida” (DVD “Os Backyardigans – Festa na Caverna”).

Durante a condução do programa, foi possível perceber, em ambos os grupos, um intenso interesse por parte das crianças, revelado na sua disposição para participar das atividades, rodas de conversa e diálogos. A adesão ao programa foi satisfatória, pois, com exceção de três crianças do GC, as demais compareceram a pelo menos 85% das sessões.

Nas duas fases de intervenção, com GI e com GC, o grupo que recebia as intervenções permanecia com o pesquisador duas horas semanais. No mesmo período, o grupo que não recebia a intervenção passava uma hora por semana com o pesquisador, realizando outras atividades lúdicas, como desenho e pintura, dentro da sala, ou brincadeiras coletivas no *playground*.

Análise dos dados

A investigação da efetividade do programa foi realizada por meio de comparações entre diferentes etapas da avaliação dentro de cada grupo, bem como comparações entre grupos em cada etapa. Para verificar variações entre etapas no GI, foram feitas as seguintes comparações: pré-intervenção × pós-intervenção, pós-intervenção × seguimento, pré-intervenção × seguimento. No GC, foram comparadas as avaliações pré-espere × pré-intervenção, pré-intervenção × pós-intervenção, pré-espere × pós-intervenção. As comparações entre GI e GC incidiram sobre cada momento da avaliação, ou seja, outubro de 2012, dezembro de 2012 e fevereiro de 2013.

Dado o pequeno número de participantes, utilizaram-se testes não paramétricos. O teste de Wilcoxon foi aplicado para comparação entre etapas de avaliação em cada grupo, consideradas duas a duas. O teste *U* de Mann-Whitney foi empregado para comparações entre GI e GC nos três momentos de avaliação. Para análise dos dados, foi utilizado o software SPSS for Windows, versão 21.

Resultados

As estatísticas descritivas referentes à avaliação da monitora são apresentadas nas Tabelas 1 e 2. Os resultados das comparações dentro de cada grupo,

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

por meio do teste de Wilcoxon, são descritos no texto. Para GI (Tabela 1), não houve diferença estatisticamente significativa entre a pré-intervenção e a pós-intervenção, exceto um aumento dos problemas internalizantes ($Z = 2,532, p = 0,011$). Na comparação entre os resultados de pós-intervenção e seguimento, foi notado um aumento significativo em responsabilidade/cooperação ($Z = 2,089, p = 0,037$) e cooperação com pares ($Z = 2,503, p = 0,012$), bem como no total de HS ($Z = 2,042, p = 0,041$).

Nos três momentos da avaliação, as médias de problemas de comportamento de GI estão acima dos valores de referência do SSRS-BR, indicados na segunda coluna da Tabela 1. As médias dos problemas externalizantes são cerca de três vezes maiores que o respectivo valor de referência

Na perspectiva da monitora, ocorreram melhoras estatisticamente significativas em GC

(Tabela 2), entre a pré-intervenção e a pós-intervenção, em responsabilidade/cooperação ($Z = 2,201, p = 0,028$) e cooperação com os pares ($Z = 2,410, p = 0,016$), bem como no total de HS ($Z = 2,032, p = 0,042$). Analogamente ao que se observa em GI, a média de problemas internalizantes avaliados pela monitora em GC tende a aumentar, porém não em nível significativo. Também nesse grupo as médias de problemas de comportamento estão acima dos valores de referência da amostra de padronização do SSRS-BR, notadamente para problemas externalizantes.

Nas comparações entre GI e GC, feitas com o teste U em cada momento da avaliação, não foram encontradas diferenças na percepção da monitora. Por economia de espaço, os resultados não são apresentados no texto.

Tabela 1 – Escores médios do Grupo de Intervenção em habilidades sociais e problemas de comportamento, avaliados pela monitora

Variável	Valores de Referência	Pré-Intervenção <i>M(DP)</i>	Pós-Intervenção <i>M(DP)</i>	Seguimento <i>M(DP)</i>
Responsabilidade	23,63	19,50 (6,26)	17,08 (6,93)	22,67 (7,87)
Asserção positiva	13,41	13,50 (3,205)	11,00 (4,57)	13,92 (2,97)
Autocontrole	15,22	9,58 (6,21)	7,58 (5,68)	10,42 (6,37)
Autodefesa	4,09	3,92 (1,564)	3,33 (1,30)	4,08 (1,44)
Cooperação com pares	5,41	5,33 (1,87)	4,33 (1,83)	6,33 (1,92)
Total habilidades sociais		51,8 (16,77)	43,33 (17,78)	53,33 (23,0)
Problemas externalizantes	4,05	12,00 (7,94)	14,25 (7,53)	11,42 (9,21)
Problemas internalizantes	1,44	2,83 (1,64)	4,67 (3,14)	4,50 (2,61)
Total probl. comportamento		14,83 (7,61)	18,92 (8,23)	15,92 (8,32)

Nota: Teste de Wilcoxon para amostras pareadas. $N = 12$.

As estatísticas descritivas referentes às autoavaliações das crianças são apresentadas nas Tabelas 3 e 4. Os resultados das comparações entre etapas, dentro de cada grupo, são descritos no texto. Para as crianças de GI (Tabela 3) não se observaram diferenças estatisticamente significativas, embora as médias de quatro entre as seis classes de HS tenham apresentado aumento nominal entre pré-intervenção e pós-intervenção, assim como o total de HS. Na comparação entre a pós-intervenção e o seguimento houve aumento estatisticamente significativo de evitação de problemas ($Z = 2,729, p = 0,006$). Entre a pré-intervenção e o seguimento, as crianças melhoraram significativamente sua autoavaliação de assertividade ($Z = 2,409, p = 0,016$), autocontrole ($Z = 2,094, p = 0,036$) e evitação de problemas ($Z = 2,720, p = 0,007$).

Em GC, cujos resultados aparecem na Tabela 4, as crianças se avaliaram com pontuação significativamente melhor em assertividade depois da intervenção ($Z = 2,200, p = 0,028$). Elas também

tenderam a se perceber com maior evitação de problemas na avaliação pós-intervenção ($Z = 1,735, p = 0,083$). Entre a avaliação pré-espera e a avaliação pós-intervenção, aumentaram significativamente as pontuações em autocontrole ($Z = 2,070, p = 0,038$) e evitação de problemas ($Z = 2,038, p = 0,042$).

Em ambos os grupos, observa-se diferença estatisticamente significativa nas médias do escore total de HS, entre a primeira e a última avaliação (GI, $Z = 2,121, p = 0,034$; GC, $Z = 2,253, p = 0,024$). Essa diferença reflete aumento gradual entre autoavaliações consecutivas.

Nas comparações entre grupos, feitas com o teste U , foram encontradas algumas diferenças estatisticamente significativas, favorecendo GC. Já na primeira avaliação, os participantes de GC se avaliaram com maior autocontrole ($U = 27,000, p = 0,051$). Na avaliação após intervenção em GI e após espera em GC, este obteve melhores resultados em empatia ($U = 19,500, p = 0,013$). Por fim, na avaliação de seguimento de GI e pós-intervenção em

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

GC, foram encontradas médias maiores em GC para empatia ($U = 24,500$, $p = 0,031$) e expressão de sentimento positivo ($U = 19,000$, $p = 0,012$).

Em conjunto, os resultados indicam baixa

eficácia da intervenção. Em contrapartida, foi possível observar melhora nas habilidades sociais das crianças no decorrer do tempo, com melhores resultados no grupo de comparação.

Tabela 2 – Escores médios do Grupo de Comparação em habilidades sociais e problemas de comportamento, avaliados pela monitora

Variável	Valores de Referência	Pré-Espera <i>M(DP)</i>	Pré-Intervenção <i>M(DP)</i>	Pós-intervenção <i>M(DP)</i>
Responsabilidade	23,63	15,00 (4,52)	16,43 (8,87)	20,29 (8,48)
Asserção positiva	13,41	13,00 (2,10)	10,71 (4,31)	12,71 (4,39)
Autocontrole	15,22	4,67 (3,61)	6,57 (7,28)	8,14 (5,93)
Autodefesa	4,09	3,33 (1,37)	2,86 (2,27)	4,00 (2,00)
Cooperação com pares	5,41	3,67 (1,63)	3,43 (2,44)	5,29 (1,98)
Total habilidades sociais		39,67 (12,94)	41,5 (26,61)	53,33 (23,0)
Problemas externalizantes	4,05	14,83 (5,38)	14,57 (9,95)	14,14 (8,69)
Problemas internalizantes	1,44	1,83 (1,83)	3,57 (1,83)	2,86 (1,21)
Total probl. comportamento		16,67 (5,12)	17,17 (12,04)	15,67 (9,18)

Nota: Teste de Wilcoxon para amostras pareadas. $N = 9$.

Tabela 3 – Escores médios do Grupo de Intervenção em habilidades sociais autoavaliadas pelas crianças

Variável	Valores de Referência	Pré-Intervenção <i>M(DP)</i>	Pós-Intervenção <i>M(DP)</i>	Seguimento <i>M(DP)</i>
Responsabilidade	13,81	10,83 (3,30)	10,25 (3,33)	9,67 (2,01)
Empatia	6,09	5,00 (2,45)	4,83 (1,85)	5,58 (1,38)
Assertividade	10,94	8,17 (3,27)	9,33 (1,43)	10,25 (2,34)
Autocontrole	8,09	4,17 (1,95)	5,17 (1,59)	5,92 (2,54)
Evitação de Problemas	7,20	6,17 (2,79)	6,50 (2,35)	9,17 (1,64)
Expressão de Sentimento Positivo	7,09	5,25 (2,22)	6,00 (1,65)	5,83 (1,11)
Total habilidades sociais		39,58 (12,68)	42,08 (6,24)	46,42 (7,64)

Nota: Teste de Wilcoxon para amostras pareadas. $N = 12$.

Tabela 4 – Escores médios do Grupo de Comparação em Habilidades Sociais autoavaliadas pelas crianças.

Variável	Valores de Referência	Pré-Espera <i>M(DP)</i>	Pré-Intervenção <i>M(DP)</i>	Pós-intervenção <i>M(DP)</i>
Responsabilidade	13,81	11,33 (2,06)	11 (3,24)	11,44 (1,88)
Empatia	6,09	6,11 (1,69)	7,33 (2,29)	6,89 (0,78)
Assertividade	10,94	9,67 (2,55)	9 (2,55)	11,22 (1,09)
Autocontrole	8,09	5,56 (1,33)	6,33 (1,96)	6,78 (1,86)
Evitação de Problemas	7,20	6,78 (1,86)	7,67 (1,87)	9,22 (2,11)
Expressão de Sentimento Positivo	7,09	6,67 (1,58)	7,22 (2,33)	7,22 (0,97)
Total habilidades sociais		41,5 (15,78)	43,7 (16,32)	47,5 (17,04)

Nota: Teste de Wilcoxon para amostras pareadas. $N = 9$.

Discussão

A pesquisa teve como objeto de investigação um programa composto pelo currículo EPRP (Shure, 2006), que desenvolve habilidades de solução de problemas interpessoais, associado a um módulo de iniciação aos valores humanos (Borges & Marturano, 2009), utilizando histórias infantis e

desenhos animados educativos. Seu objetivo foi verificar o potencial do programa para aumentar habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento em crianças que frequentam um núcleo de convivência, situado em área com indicadores de pobreza urbana.

Confirmou-se a situação de risco para problemas de comportamento, associada à desvantagem econômica da região de moradia (Mrazek &

Haggerty, 1994). As médias de problemas externalizantes na amostra do estudo foram sensivelmente superiores ao esperado com base no valor de referência do SSRS-BR. Ainda que falte uma comprovação estatística, a constatação de médias até três vezes maiores que o esperado reitera a condição de vulnerabilidade da clientela atendida no núcleo, já que a presença de problemas de comportamento na infância é fator de risco para dificuldades adaptativas ao longo do desenvolvimento (Patterson et al., 2002).

A propósito dos principais resultados da pesquisa, ou seja, aqueles que apontam para ausência de mudanças significativas nas HS e nos problemas de comportamento das crianças, depois da intervenção, é preciso reconhecer inicialmente a menor probabilidade de sucesso de estratégias focadas exclusivamente na criança, quando comparadas a intervenções sistêmicas. O trabalho de Costa e colaboradores (Costa, 2010; Costa, Williams & Cia, 2012), único localizado na literatura nacional em instituição congênera, é um exemplo significativo da vantagem de um trabalho sistêmico, de alcance institucional, dando conta, entre outros, dos aspectos organizacionais que condicionam a atuação dos profissionais e as opções de participação das crianças.

No presente estudo, a possibilidade de se testar uma estratégia estava circunscrita ao uso do tempo em uma das oficinas oferecidas na instituição, portanto, com foco apenas nas crianças. A seleção da estratégia foi apoiada nos resultados de alguns estudos que indicavam efeitos positivos, no comportamento das crianças, de intervenções voltadas para a promoção de HSPI em contexto escolar (Borges & Marturano, 2002, 2009; Rodrigues, Dias & Freitas, 2010). Cabe então buscar explicações para o aparente insucesso da iniciativa descrita nesta investigação. Provavelmente, a ausência de detecção de efeitos decorreu de uma somatória de fatores.

Pode-se pensar em condições de implementação do programa, tais como dimensionamento e distribuição da carga horária, fidelidade de implementação e treinamento do aplicador. Também a oportunidade de generalização das habilidades e conceitos aprendidos para situações de vida real é um fator a ser considerado.

Quanto à carga horária, o programa foi administrado em 20 sessões de duas horas, em média duas vezes por semana, ou seja, teve carga horária total de 40 horas. Outros autores encontraram efeitos benéficos de intervenções com dimensionamento temporal semelhante ao empregado na presente investigação (Dias, 2012; Elias & Marturano, 2014). No entanto, não há como comparar os diversos estudos apenas em termos de carga horária da

intervenção, visto que eles diferem em outras condições relevantes para uma análise dos resultados, por exemplo, estratégias de administração dos programas, faixa etária dos participantes, grau de severidade dos problemas de comportamento e contexto de aplicação.

Desse modo, não se pode descartar a possibilidade de que a intervenção avaliada na presente pesquisa tenha sido insuficiente, no que se refere ao tempo, tendo em vista as características da clientela alvo. Pode ser que, em virtude de apresentarem níveis elevados de comportamento externalizante, as crianças do núcleo necessitassem de maior exposição a atividades promotoras de comportamentos pró-sociais para apresentarem mudanças. Essa possibilidade pode ser verificada empiricamente.

Um segundo conjunto de condições que pode afetar os resultados de uma intervenção se refere à fidelidade da implementação e ao treino do aplicador, aspectos intimamente relacionados. Quanto à implementação, a exposição das crianças ao programa pode ser considerada satisfatória, visto que 19 dos 22 participantes compareceram a pelo menos 85% das sessões de intervenção. Além dos dados de exposição, seria importante dispor de informações sobre a correspondência entre o que foi previsto e o que foi de fato implementado em cada sessão, em termos de detalhamento das atividades desenvolvidas. Como constatado por Borges e Marturano (2002), uma avaliação da fidelidade da implementação pode revelar um processo de aprendizagem do aplicador durante a administração do programa, apesar do treino prévio, o que sugeriria uma capacitação ainda incompleta. Infelizmente, não há registro para permitir tal análise, e isso constitui uma limitação do presente estudo.

O terceiro conjunto de condições a serem consideradas, relacionadas à intervenção em si, com possibilidade de afetar os resultados de uma intervenção, refere-se à oportunidade de generalização das habilidades e conceitos aprendidos para situações de vida real. Para examinar essa questão, é importante considerar as características da intervenção sob análise. Trata-se de um conjunto de dois módulos, ambos com apoio na reflexão sobre situações interpessoais. Ou seja, o programa promove habilidades que facilitam a compreensão empática, a reflexão promotora de autocontrole, o entendimento de situações sociais e a escolha do comportamento apropriado a cada situação, mas ele não treina diretamente as HS (ver, por exemplo, Lopes et al., 2013). Desse modo, a oportunidade para o grupo pensar em soluções alternativas para situações sociais problemáticas de vida real pode ser crítica para o sucesso da intervenção, visto que, quanto mais situações o

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

grupo analisar, maiores as chances de cada criança ampliar o seu leque individual de soluções (comportamentos socialmente habilidosos, pró-sociais) compatíveis com cada situação.

Neste estudo, o psicólogo passava apenas duas horas semanais com as crianças na fase de intervenção, diferentemente de outros, em que o aplicador era o professor de ensino fundamental, que passava cerca de 30 horas por semana com os participantes (Borges & Marturano, 2002, 2009). A convivência entre o aplicador e as crianças nos intervalos entre as sessões do programa não é usual nas propostas de intervenção encontradas na literatura, mas no caso do EPRP é um ingrediente importante para a generalização dos conceitos por parte das crianças, já que permite ao adulto aplicar o “Diálogo EPRP” às situações cotidianas envolvendo conflitos entre os alunos (Borges & Marturano, 2010; Shure, 2006).

Ainda com relação à oportunidade de generalizar o que foi aprendido no programa, uma dificuldade encontrada durante as sessões foi o relato, comum nas falas das crianças, sobre a dificuldade de aplicar em suas famílias os conhecimentos obtidos nas sessões, afirmando que não eram ouvidas e não conseguiam resolver os conflitos de maneira adequada. As crianças diziam que até mesmo na instituição alguns adultos não davam espaço para elas argumentarem ou buscarem uma solução para os problemas interpessoais que aconteciam nas atividades e espaços coletivos. Fatos como esse reforçam a necessidade de intervenções sistêmicas que envolvam todos os integrantes da instituição (Costa, 2010; Costa, Williams & Cia, 2012).

Sintetizando a discussão referente aos motivos pelos quais a intervenção não mostrou efeito benéfico sobre as HS e os problemas de comportamento dos participantes, deve-se reconhecer a impossibilidade de encontrar respostas definitivas a essa questão. É possível que cada um dos fatores citados tenha interferido nos resultados, além de outros, não citados nesta discussão.

Pode-se questionar, por exemplo, se o instrumento escolhido foi sensível para avaliar os comportamentos que foram alvos da intervenção. De fato, o principal alvo do programa, as HSPI, não foi objeto de avaliação. Em contrapartida, é preciso reconhecer a compatibilidade entre as HS avaliadas pelo SSRS-BR e aquelas facilitadas pela intervenção, no que se refere à responsabilidade/cooperação, empatia, autocontrole e cooperação com pares. Na mesma direção, Elias et al. (2012) reportam sensibilidade do SSRS-BR para detectar efeitos do EPRP em contexto escolar (Elias et al., 2012). No entanto, é preciso considerar, em contrapartida, o envolvimento do avaliador na

intervenção. No estudo citado por Elias e colaboradores, as próprias professoras avaliaram as HS e aplicaram o programa, o que pode ter induzido um viés positivo nas suas avaliações, o que não ocorreu no presente estudo, em que a monitora não participou da intervenção. Desse modo, não há elementos para uma resposta conclusiva à questão da sensibilidade do instrumento para avaliar os comportamentos que foram alvo da intervenção.

O estudo relatado neste artigo foi uma tentativa de estender a aplicabilidade de uma intervenção escolar ao contexto de um núcleo de convivência, com crianças em situação de risco para problemas de comportamento. Foi possível observar que alguns dos comportamentos avaliados apresentaram melhora ao longo do tempo, sem relação direta com a intervenção.

Na visão da monitora e também na autoavaliação dos alunos, em ambos os grupos, houve aumento significativo no escore total das HS entre a primeira e a última avaliação. Na perspectiva da monitora, esse incremento se explicaria por uma elevação significativa nos escores de responsabilidade/cooperação e cooperação com os pares, em ambos os grupos, entre a segunda e a terceira avaliação, que correspondem às avaliações pós-intervenção e de seguimento no GI e às avaliações pré e pós-intervenção no GC. A cooperação foi um dos temas trabalhados no módulo de iniciação a valores humanos, onde foram realizadas atividades com histórias infantis (desenhos animados e livros). Essas histórias podem ter contribuído para maior compreensão da perspectiva do outro, como afirmado anteriormente por Kalyva e Agaliotis (2009).

O aumento das HS na autoavaliação dos alunos pode ser creditado, em parte, à percepção de melhora no autocontrole, observada em ambos os grupos entre o início e o término da coleta de dados. Na instituição onde o estudo foi conduzido, são perceptíveis as dificuldades de crianças e jovens para prestar atenção nas atividades devido ao seu baixo autocontrole, sendo comum monitores recorrerem aos profissionais da equipe técnica solicitando apoio para lidar com essa situação. Durante as intervenções, o pesquisador buscou dar a maior ênfase possível a esse tema, procurando sensibilizar as crianças para os benefícios de melhorarem seu autocontrole. Apesar de as crianças se perceberem com maior autocontrole, tal fato não foi notado pela monitora. Possivelmente ela percebeu maior autocontenção das crianças e analisou esse fato como um aumento dos problemas internalizantes, resultado significativo para o GI.

Diversas interpretações podem ser dadas aos resultados de aumento das HS ao longo do tempo, sem relação direta com a intervenção. A

possibilidade a ser considerada em primeiro lugar, por sua relevância, é a de uma influência positiva da participação nas atividades do núcleo. Ou seja, a frequência regular ao núcleo pode estar proporcionando às crianças oportunidades de aprimorarem suas HS no contato cotidiano com colegas e adultos, por meio de mecanismos de aprendizagem tais como modelação, seguimento de instruções, prática, feedback positivo, etc. Desse modo, ao propiciar o desenvolvimento de HS, a instituição supre as crianças com um importante fator de proteção contra a ocorrência de dificuldades de aprendizagem (Del Prette et al., 2012) e de comportamentos antissociais (Baraldi & Silveiras, 2003; Marinho, 2003; Fariz, Mias & Moura, 2005; Koch & Gross, 2005), contribuindo, talvez, para trajetórias mais favoráveis ao sucesso pessoal e profissional, bem como ao exercício da cidadania (Del Prette et al., 2012; Gresham & Elliot, 1987).

Uma circunstância que pode ter contribuído para melhores resultados em HS na última avaliação está relacionada à época em que os dados foram colhidos. Depois de duas semanas de recesso no período das festas de fim de ano, é possível que tanto as crianças como os adultos tenham retornado às atividades do núcleo com melhor disposição geral em relação a si e aos outros; essa disposição pode ter influenciado as avaliações com um viés positivo. Trata-se de mera conjectura, até porque há um problema que impede a aplicação dessa hipótese explicativa ao conjunto dos resultados: seria preciso explicar por que apenas a avaliação de HS foi sensível a uma possível disposição mais otimista da monitora na volta do recesso, já que a avaliação dos problemas de comportamento não mudou nesse momento. Desse modo, a segunda explicação não exclui a primeira, que atribui as melhoras observadas a um efeito positivo da permanência das crianças na instituição.

Considerações Finais

O presente estudo foi conduzido a fim de avaliar a efetividade de um programa para aumentar o repertório de HS e reduzir os problemas de comportamento em crianças que frequentam um núcleo de convivência. Devido à ausência de efeitos relacionados ao programa, foram feitas algumas suposições sobre as condições que poderiam ter contribuído para a falta de efetividade da intervenção.

A essas condições devem ser acrescentadas as limitações metodológicas, algumas já mencionadas na discussão, visto que podem ter afetado a sensibilidade dos procedimentos para capturar eventuais efeitos da intervenção. Cabe mencionar a não equivalência entre GI e GC, em termos de idade e escolaridade. Essa circunstância pode ter

contribuído para as diferenças observadas nos níveis de HS autoavaliadas pelas crianças dos dois grupos, desde a primeira avaliação, no sentido de autoavaliações mais positivas das crianças do GC, mais velhas e com mais escolaridade. No contexto da pesquisa, não teria sido possível alterar o quadro, visto que os grupos foram constituídos com base na organização das turmas nos períodos matutino e vespertino.

Outra limitação importante diz respeito ao fato de que as HS foram avaliadas somente pela monitora e pelas próprias crianças. O estudo teria sido enriquecido com o julgamento dos familiares, outros monitores e os pares, mediante o uso de instrumentos apropriados, ou mesmo por observação direta das crianças durante as atividades na instituição.

Um fator que pode ter impactado diretamente os resultados foi a impossibilidade de realizar uma intervenção sistêmica na instituição. Provavelmente, uma capacitação e assessoramento das pessoas que acompanham as crianças teriam facilitado a ocorrência de momentos em que as crianças pudessem utilizar os conteúdos apreendidos nas sessões, generalizando seu conhecimento; também propiciaria que os educadores tivessem uma postura e linguagem equivalentes. O treinamento dos monitores e o acompanhamento da intervenção poderiam ser complementados com a organização de cursos de capacitação a fim de suprir lacunas na formação dos educadores, no que tange a dificuldades para lidar com os problemas de relacionamento das crianças.

Tem-se, também, como sugestão futura, a possibilidade de aplicar novamente o programa em um prazo maior de tempo, conjugando-o com intervenções que visem ao desenvolvimento de outras habilidades infantis, de modo a ampliar os benefícios para as crianças.

Por fim, é necessário levar em consideração a escassez de estudos desse gênero no contexto de OnGs que oferecem atividades no contraturno escolar. É exceção, em nosso meio, a intervenção realizada por Costa (2010) com monitores, com resultados positivos na redução de comportamentos problema nas crianças. Salienta-se, assim, a importância de novas pesquisas com crianças em núcleos de convivência, pois, segundo evidência empírica, padrões comportamentais precoces tendem a se perpetuar ao longo da meninice, principalmente quando marcados por agressividade (Ladd & Troop-Gordon, 2003).

Esta pesquisa traz pelo menos duas contribuições ao trabalho em instituições congêneres. Em primeiro lugar, ela demonstra a adequação da proposta ao contexto de instituições que oferecem programas de atividades no contraturno escolar. Essa adequação pôde ser

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

demonstrada, por um lado, na própria concretização da proposta, evidenciando sua exequibilidade nas condições de vida real de uma instituição; e, por outro lado, no intenso interesse que as atividades despertaram nas crianças, um dado não trabalhado na pesquisa, mas altamente significativo. Tendo em vista a forma de organização desse tipo de instituição, baseada na oferta de oficinas, não é desprezível a demonstração de que o uso do EPRP associado a um módulo de iniciação aos valores humanos pode constituir uma modalidade de oficina, altamente motivadora para crianças de seis a nove anos e ao mesmo tempo exequível em termos das rotinas, organização e limites financeiros das instituições que oferecem ensino alternativo.

Em segundo lugar, o estudo possibilitou identificar que, durante o período em que ocorreu a intervenção, as crianças avaliadas demonstraram melhora ao longo do tempo, o que sugere a potencialidade educativa das OnGs para atender demandas específicas da população-alvo. Essa é uma contribuição que vem fortalecer o segmento. Em conjunto, as duas principais contribuições do estudo abrem caminho para iniciativas de aprimoramento dos serviços prestados a crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial, em instituições que oferecem ensino alternativo no contraturno escolar, em núcleos de convivência.

Referências

- Bandeira, M., Del Prette, Z. A. P., Del Prette, A. & Magalhães, T. (2009). Validação das escalas de habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica (SSRS-BR) para o ensino fundamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 271-282.
- Baraldi, D. M. & Silveiras, E. F. M. (2003). Treino de habilidades sociais em grupo com crianças agressivas, associado à orientação dos pais: Análise empírica de uma proposta de atendimento. In A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Eds.). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp. 235-258). Campinas, SP: Alínea.
- Bolsoni-Silva, A. T., Marturano, E. M., Pereira, V. A. & Manfrinato, J. W. S. (2006). Habilidades sociais e problemas de comportamento de pré-escolares: Comparando avaliações de mães e de professoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 460-469.
- Borges, D. S. C. & Marturano, E. M. (2002). Desenvolvendo habilidades de solução de problemas interpessoais no ensino fundamental. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 12(24), 185-193.
- Borges, D. S. C. & Marturano, E. M. (2009). Aprendendo a gerenciar conflitos: um programa de intervenção para a 1ª série do ensino fundamental. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 19(42), 17-26.
- Borges, D. S. C. & Marturano, E. M. (2010). Melhorando a convivência em sala de aula: responsabilidades compartilhadas. *Temas em Psicologia*, 18(1), 123-136.
- Burt, K. B. & Roisman, G. I. (2010). Competence and psychopathology: cascade effects in the NICHD Study of Early Child Care and Youth Development. *Development and Psychopathology*, 22, 557-567.
- Chen, X., Huang, X., Chang, L., Wang, L. & Dan, L. (2010). Aggression, social competence, and academic achievement in Chinese children: a 5-year longitudinal study. *Development and Psychopathology*, 22, 583-592.
- Costa, C.S.L. (2010). Efeitos de uma intervenção com monitores de organização não-governamental para minimizar problemas de comportamento em crianças. Tese de doutorado não publicada. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos.
- Costa, C. S. L., Williams, L. C. A. & Cia, F. (2012). Intervenção com monitores de Organização Não-Governamental: diminuindo problemas de comportamento em crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(3), 411-421.
- Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., Del Prette, A., Oliveira, L. A., Gresham, F. M. & Vance, M. J. (2012). Role of social performance in predicting learning problems: Prediction of risk using logistic regression analysis. *School Psychology International*, 33(6), 615-630.
- Dias, J. P. (2012). *Literatura e desenvolvimento sociocognitivo: avaliação e implementação de um programa na educação infantil*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de

Batista, Saulo Valmor; Marturano; Edna Maria. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em núcleo social

Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Elias, L. C. S. & Marturano, E. M. (2014). “Eu posso resolver problemas” e oficinas de linguagem: intervenções para queixa escolar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 35-44.
- Elias, L. C. S., Marturano, E. M. & Motta-Oliveira, A. M. A. (2012). Eu posso resolver problemas: um programa para o desenvolvimento de habilidades de solução de problemas interpessoais. *Temas em Psicologia*, 20(2), 521-535.
- Fariz, M. D., Mias, C. D. & Moura, C. B. (2005). Comportamento agressivo e terapia cognitivo-comportamental na infância In V. E. Caballo & M. A. Simón (Eds.), *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente* (pp. 57-75). São Paulo, SP: Santos.
- Gresham, F. M. & Elliot, S. N. (1987). Social skills deficits of students: issues of definition, classification and assessment. *Journal of Reading, Writing and Learning Disabilities International*, 3(1), 131-148.
- Guará, I. M. F. R. (2009). Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. *Em Aberto*, 22(80), 65-81.
- Kalyva, E. & Agaliotis, I. (2009). Can social stories enhance the interpersonal conflict resolution skills of children with LD? *Research in Developmental Disabilities*. 30(1), 192-202.
- Koch, L. M. & Gross, A. M. (2005). Características clínicas e tratamento do transtorno da conduta. In V. E. Caballo & M. A. Simón (Eds.), *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente* (pp. 23-38). São Paulo, SP: Santos.
- Ladd, G. W. & Troop-Gordon, W. (2003). The role of chronic peer difficulties in the development of children’s psychological adjustment problems. *Child Development*, 74(5), 1344-1367.
- Lopes, D. C., Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2013). Recursos Multimídia no Ensino de Habilidades Sociais a Crianças de Baixo Rendimento Acadêmico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 451-458.
- Marinho, M. L. (2003). Comportamento anti-social infantil: Questões teóricas e de pesquisa. In A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Eds.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp. 61-82). Campinas, SP: Alínea.
- Motta, A. M. A. (2003). *Programa de Habilidades de Solução de Problemas Interpessoais para crianças com dificuldades de aprendizagem e de comportamento*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, São Paulo.
- Mrazek, P. J. & Haggerty, R. J. (1994). *Reducing risks for mental disorders: frontiers for preventive intervention research*. Committee on Prevention of Mental Disorders, Division of Biobehavioral Sciences and Mental Disorders, Institute of Medicine. Washington: National Academy Press.
- Murta, S. G. (2005). Aplicações do treinamento em habilidades sociais: análise da produção nacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 283-291.
- Patterson, G., Reid, J. & Dishion, T. (2002). *Antisocial boys: Comportamento anti-social*. Santo André, SP: ESETEC.
- Rodrigues, M. C., Dias, J. P. & Freitas, M. F. R. L. (2010). Resolução de problemas interpessoais: promovendo o desenvolvimento sociocognitivo na escola. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 831-839.
- Shure, M. B. (2006). *Eu posso resolver problemas. Educação infantil e ensino fundamental: Um programa de solução cognitiva para problemas interpessoais* (E. M. Marturano, A. M. A. Motta & L. C. S. Elias, Trans.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schutz, L. E., Rivers, K. O. & Ratusnik, D. (2008). The role of external validity in evidence-based practice for rehabilitation. *Rehabilitation Psychology*, 53(3), 294-302.

Recebido em: 2/05/2014
Aprovado em: 27/08/2015

Pereira; Marcelo Sant' Anna. A utilização da matriz lógica em projetos sociais

A utilização da matriz lógica em projetos sociais

Using the logical framework in social projects

Uso del marco lógico en proyectos sociales

Marcelo Sant' Anna Pereira¹

Resumo

Dentre as várias ferramentas de gestão de projetos utilizadas hoje no Brasil e no mundo, o Logical Framework Approach (Enfoque Matriz Lógica) se destaca pela maneira como ajuda, desde o início da concepção do projeto, a focar o objetivo a atingir e a criar condições de gerenciar, de maneira clara, a eficiência, eficácia e efetividade do projeto, além dos riscos externos para a sua realização. Esse artigo busca conhecer a Matriz Lógica por meio de revisão bibliográfica, ele demonstra sua aplicabilidade em um projeto real proposto por uma Organização Não-Governamental para captação de recursos através do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e discute sua utilização, seus efeitos, suas virtudes e seus vícios no contexto das Políticas Públicas e, mais especificamente, do Terceiro Setor.

Palavras-chave: Enfoque Matriz Lógica. Projetos e Programas Sociais. Políticas Públicas.

Abstract

Among the various project management tools used today in Brazil and worldwide, the Logical Framework Approach (LFA) stands out for the way that it helps, from the beginning of the project design, to focus on the goal to be achieved and to create conditions to clearly manage the efficiency, efficacy, and effectiveness of the project, also pointing out the external risks to its conduction. This article seeks to learn the Logical Framework through literature review, it demonstrates its applicability in a real project proposed by a non-governmental organization to raise funds through the National Program to Support Health Care of the Person with Disabilities (PRONAS / PCD) and discusses its use, its effects, its virtues and its defects within the context of the Public Policies and, more specifically, of the Third Sector.

Keywords: Logical Framework Approach. Social Programs and Projects. Public Policies.

Resumen

Entre las distintas herramientas de gestión de proyectos utilizados en la actualidad en Brasil y en todo el mundo, el Logical Framework Approach (Enfoque del Marco Lógico) destaca por la forma en que ayuda, desde el inicio del diseño del proyecto, enfocar la meta a alcanzar y crear las condiciones para gestionar con claridad la eficiencia, eficacia y efectividad del proyecto, también señalando los riesgos externos para su realización. En este artículo se busca conocer el Marco Lógico través de revisión de la literatura, demuestra su aplicabilidad en un proyecto real propuesto por una organización no gubernamental para recaudar fondos a través del Programa Nacional de Apoyo a la Atención de Salud de la Persona con Discapacidad (PRONAS / PCD) y discute su uso, sus efectos, sus virtudes y sus vicios en el contexto de las políticas públicas y, más concretamente, en el Tercer Sector.

Palabras clave: Enfoque del Marco Lógico. Programas y Proyectos Sociales. Políticas Públicas.

¹ Psicólogo Clínico, Trabalha no Centro de Atendimento e Inclusão Social (CAIS), Contagem (MG).

Nos últimos anos, no Brasil, ocorre uma tendência, por parte de organizações não governamentais, a buscarem se tornar mais transparentes, responsáveis e profissionais em relação a seu trabalho e sua gestão. No entanto, o trabalho realizado, a organização, as concepções teóricas e as relações com a causa e com o público defendido marcam as especificidades que devem ser levadas em conta na escolha da maneira de gerenciar.

Este artigo busca conhecer e analisar os pontos fortes e fracos da utilização da Matriz Lógica, ferramenta de gestão que, muitas vezes, é utilizada no contexto de projetos ou programas sociais. Na primeira parte dele, procura-se conhecer a Matriz Lógica, seu surgimento, utilização e fundamentação teórica. Na segunda parte, propõe-se utilizar a Matriz Lógica em um projeto real, apresentado por uma instituição do Terceiro Setor para captação de recursos no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (*Pronas/PcD*). Nas considerações finais, busca-se avaliar o antes e o depois do projeto com a utilização da ferramenta de gestão, procurando avaliar seus efeitos, suas virtudes e seus vícios.

Matriz Lógica

Em 1969/70, a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional² (USAID), por meio dos consultores Rosenberg, Lawrence e Posner, desenvolveu uma metodologia para monitorar os projetos que financiava e, ao mesmo tempo, auxiliar os administradores, ou gestores, a desenvolver e mostrar a efetividade de seus projetos de cooperação internacional. No contexto em que os proponentes tinham dificuldades em focar suas ações e demonstrar seus resultados efetivos, surgiu o método *Logical Framework Approach* (Enfoque Matriz Lógica),³ utilizando conceitos do Gerenciamento por Objetivos (MBO / *Management by Objectives*), importante método utilizado na época (Pfeiffer, 2000).

Atualmente várias organizações internacionais adotam obrigatoriamente a Matriz Lógica: a Organização das Nações Unidas (ONU), a União

Européia (EU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Pereira, 2009; Brasil, 2001). Dessa forma, a Matriz Lógica é utilizada, principalmente, no contexto de projetos sociais, com a imposição de sua utilização pelos financiadores internacionais. No Brasil, alguns órgãos utilizam essa metodologia como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Tribunal de Contas da União (TCU) (Pereira, Conceição, Caballero Nunez, 2009).

Ortegón, autor que utiliza a Matriz Lógica no planejamento de projetos e programas no Chile, escreve:

A Metodologia Matriz Lógica é uma ferramenta para facilitar o processo de conceituação, desenho, execução e avaliação de projetos. Sua ênfase está centrada na orientação por objetivos, a orientação frente a grupos beneficiários e facilitar a participação e comunicação entre as partes interessadas⁴ (Ortegón; Pacheco; Prieto, citados por Pereira, Conceição, Caballero Nunez, 2009, p. 69)

Camacho (2001) aponta que, para se ter a visão a mais precisa possível da realidade que se pretende intervir e para garantir uma melhor comunicação da equipe, deve-se ter em mente que, a cada passo de construção realizado, deve ser feita a formalização de acordos. Todas as partes interessadas devem participar do processo de desenho do projeto. O ideal é que representantes do público-alvo, ou beneficiários do projeto, toda a equipe envolvida e os representantes dos financiadores participem. “Cada passo do método se constrói sobre as bases dos acordos alcançados no passo anterior,”⁵ escreve Camacho (2001, p. 22).

O resultado do processo de construção participativa do projeto pode ser sintetizado em forma de uma matriz ou um quadro de quatro colunas por quatro linhas (Quadro 1), em que a primeira coluna aponta os objetivos, resultados e atividades, a segunda, os indicadores, a terceira os meios de verificação dos indicadores e a quarta os riscos ou pressupostos.

² Em inglês: United States Agency for International Development.

³ Existem outras traduções para o termo “Logical Framework”: “Matriz Lógica”, “Quadro Lógico” e “Marco Lógico”. Essa última é influenciada pelo idioma espanhol, “marco” correspondendo a “quadro” em português. Opta-se pelo termo “Matriz Lógica”, neste artigo.

⁴ Tradução livre feita pelo autor. Em espanhol, no original: “La Metodología de Marco Lógico es una herramienta para facilitar el

proceso de conceptualización, diseño, ejecución y evaluación de proyectos. Su énfasis está centrado en la orientación por objetivos, la orientación hacia grupos beneficiarios y el facilitar la participación y la comunicación entre las partes interesadas”.

⁵ Tradução livre feita pelo autor. Em espanhol, no original: “Cada paso del método se construye sobre la base de los acuerdos alcanzados en el paso anterior”.

Quadro 1
Matriz Lógica

OBJETIVO GERAL	INDICADOR DE IMPACTO		
OBJETIVO DO PROJETO	INDICADOR DE EFETIVIDADE	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RISCOS OU PRESSUPOSTOS
RESULTADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA		
ATIVIDADES	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		

Fonte: O autor, com base em Pfeiffer, 2000.

Peter Pfeiffer escreve:

O Quadro Lógico (ou Matriz Lógica) é uma matriz que é elaborada sucessivamente num processo de estruturação daqueles elementos considerados os mais importantes de um projeto e que permitem a sua apresentação sistemática, lógica e sucinta. O que sempre tem que anteceder o planejamento de um projeto é uma análise do que se deseja mudar com a intervenção, de modo geral, uma situação-problema. (Pfeiffer, 2000, p. 82-3).

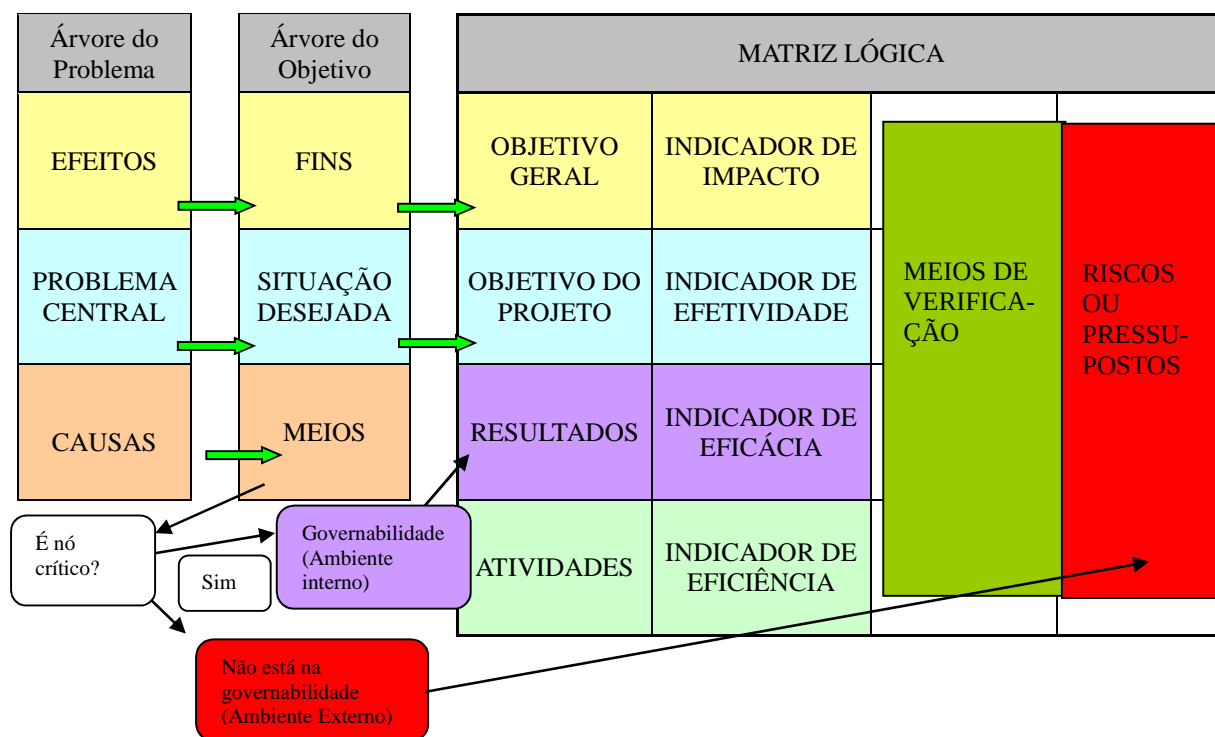
É interessante notar que Pfeiffer aponta duas interessantes características da Matriz Lógica: primeiro, ela propicia uma apresentação sistemática, lógica e sucinta, útil para o que se apresentará na segunda parte deste artigo; segundo, ela dá atenção especial à análise do que se deseja mudar com a intervenção e antecede ao planejamento. Nesse momento, propõe-se, por meio de um processo de *brainstorming*, elaborar uma “árvore de problemas” (causas, problema central, efeitos), “tendo-se como intuito a percepção de um conjunto de deficiências, dentre as quais uma é identificada como problema central” (Pereira, Conceição, Caballero Nunez, 2009, p. 69). Mais uma vez, aponta-se a característica participativa dessa metodologia, uma vez que *brainstormings* favorecem a participação de outros atores, contribuindo para que o diagnóstico

inicial seja bem elaborado e aumentando as chances de sucesso do projeto.

Resumidamente, observa-se que, com a definição do problema central, suas causas e seus efeitos, pensa-se a Árvore de Objetivos. Do problema central define-se a situação desejada – aonde se quer chegar – e os efeitos se tornam fins e as causas os meios. Então, temos elementos suficientes para a construção de alguns quadros da Matriz Lógica. A finalidade definida é transformada em Objetivo Geral; a situação desejada é transformada em Objetivo do Projeto; os meios tornam-se nós críticos. “Nó crítico é a causa principal, aquela que, se atacada, resolve o problema ou tende a diminuí-lo”, afirma Silva (2001, p. 172). Nesse sentido, se podemos ter governabilidade e gerenciar os nós críticos, eles entram como os Resultados da Matriz Lógica. Mas, se não há governabilidade e os nós críticos são de ordem externa ao projeto, eles entram como fatores de risco, ou pressupostos, na última coluna.

A Matriz Lógica, então, é utilizada tanto para desenhar projetos por meio de um processo estruturado de maneira participativa quanto como um instrumento de apresentação, gerenciamento e avaliação de projetos. O esquema a seguir (Quadro 2) demonstra como a ferramenta da Árvore de Problemas ajuda na construção e definição de objetivos e resultados da Matriz Lógica.

Quadro 2
Árvore do problema na construção da Matriz Lógica



Fonte: O autor, com base em Pfeiffer, 2000.

A apresentação da Matriz Lógica, ou sua leitura segue três lógicas. Uma, é a leitura vertical da primeira coluna, ou lógica de intervenção. Pfeiffer (2000, p. 90) afirma que, por meio de uma “dupla checagem”, averigua-se a consistência da Lógica de Intervenção. Assim, será observado o como, ou o porquê da intervenção. Queremos atingir o Objetivo Geral. Como? Atingindo o Objetivo do Projeto. Como? Atingindo tais Resultados. Como? Realizando tais Atividades. Ou, realizam-se tais Atividades por que se quer atingir tais Resultados. Têm-se esses resultados porque se quer atingir tal Objetivo do Projeto. Tal é o Objetivo do Projeto porque se quer atingir tal Objetivo Geral. Ou seja, do sentido de cima para baixo temos a expressão “como” e, de baixo para cima, a expressão porque como conexão lógica entre os níveis da intervenção.

Já na lógica horizontal, cada nível da intervenção é seguido por seus indicadores e meios de verificação. Dessa forma, esclarece-se de que forma o projeto será acompanhado e avaliado pelos gestores do projeto.

A terceira lógica, que complementa as duas outras, é a leitura em ziguezague, em que a primeira coluna, de baixo para cima, apresenta uma ligação com a quarta coluna (riscos ou pressupostos) levando ao próximo nível de intervenção. Ou seja, as

Atividades mais o Pressuposto confirmado levam à realização dos Resultados; os Resultados mais a confirmação dos pressupostos, do seu nível de leitura, levam à realização do Objetivo do Projeto; o Objetivo do Projeto mais a confirmação dos pressupostos do seu nível de leitura levam à realização do Objetivo Geral; e, por fim, o Objetivo Geral mais os seus pressupostos levam à continuidade ou sustentabilidade do projeto. Assim, podemos pensar que os Riscos ou Pressupostos, dentro da Matriz Lógica, fazem parte da leitura horizontal e fazem uma ligação com o nível seguinte de intervenção.

Em relação aos “indicadores”, para que se possa pensá-los e escolher os que melhor traduzem o que se quer medir com a execução do projeto, é importante que seja feita uma clara diferenciação dos termos “eficiência”, “eficácia”, “efetividade”, uma vez que “o que garante a sobrevivência da organização é uma gerência comprometida com eficiência, eficácia e efetividade” (Tenório, citado por Frasson, 2001, p. 79).

No entanto, pelo espaço que este artigo oferece, será indicada apenas uma conceituação simplificada desses termos. Assim, seguimos Frasson (2001) em sua conceituação inicial:

Eficiência: otimização na aplicação dos recursos financeiros e materiais em relação aos resultados alcançados pelo projeto.

Eficácia: capacidade demonstrada pelo projeto de atingir os objetivos e metas previamente estabelecidos.

Efetividade: capacidade que os resultados do projeto têm de produzir mudanças significativas e duradouras no público beneficiário (Frasson, 2001, p. 3).

Até mesmo a forma da escrita relaciona-se com a lógica que essa metodologia traz. Pfeiffer (2000) apresenta a maneira de escrever da seguinte forma:

Se um objetivo é entendido e definido como uma

situação futura desejada, ele é descrito na ML como se já estivesse alcançado. Igualmente são descritos os resultados como se tivessem obtido esses produtos ou serviços. Já as atividades são descritas com um verbo no infinitivo. Desta forma, é mais fácil para o leitor da proposta do projeto entender aonde se pretende chegar e o que é preciso fazer (Pfeiffer, 2000, p. 89).

No Quadro 3, apresenta-se um resumo das considerações de Pfeiffer (2000) e do TCU (Brasil, 2001) a respeito de como pensar cada campo do quadro, para que se aumente a precisão no desenvolvimento do planejamento.

Quadro 3

OBJETIVO GERAL	INDICADORES DE IMPACTO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RISCOS OU PRESSUPOSTOS
Este objetivo é principalmente de orientação. Ele é necessário porque orienta de forma geral a atuação do projeto dentro do contexto organizacional (Pfeiffer, 2000, p. 86).	Medem o impacto geral do projeto/programa e devem ser especificados em termos de quantidade, qualidade e tempo (grupo social e local, quando apropriado) (Brasil, 2001, p. 10).	São as fontes de informação que se pode utilizar para verificar se os objetivos foram alcançados. Podem incluir material publicado, observação direta, pesquisas de opinião, etc. (Brasil, 2001, p. 10).	Indicam acontecimentos, condições ou decisões importantes para a sustentabilidade (continuidade no tempo) dos benefícios gerados pelo programa (Brasil, 2001, p. 10). Utilizados, principalmente, para Programas.
OBJETIVO DO PROJETO	INDICADORES DE EFETIVIDADE	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RISCOS OU PRESSUPOSTOS
Visa explicitar o propósito da intervenção. Em vez de descrever o que se pretende fazer, descreve-se a nova situação que se visa alcançar. Devem-se expressar as mudanças que serão provocadas no público-alvo com os resultados. Para evitar um problema frequente em projetos complexos, o método exige que se defina apenas um Objetivo do Projeto (Pfeiffer, 2000, p. 87).	Descrevem as consequências da realização do objetivo, podendo também indicar que existe um problema e sugerir a necessidade de mudanças nos componentes projeto/programa. Devem incluir metas que reflitam a situação ao finalizar o projeto/programa. Cada indicador deve ser expresso em termos de quantidade, qualidade e tempo dos resultados a serem alcançados (Brasil, 2001, p. 10).	São as fontes que o gestor e o avaliador podem consultar para ver se os objetivos estão sendo alcançados. Podem incluir material publicado, observação direta, pesquisa, etc. (Brasil, 2001, p. 10).	Indicam os acontecimentos, as condições ou as decisões que têm que ocorrer para que os projeto/programa contribuam significativamente para o alcance da finalidade (Brasil, 2001, p. 10).

RESULTADOS	INDICADORES DE EFICÁCIA	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RISCOS OU PRESSUPOSTOS
Resultados são aqueles bens ou serviços produzidos pelo projeto. Os resultados descrevem o escopo do projeto, ou seja, descrevem aquilo que é gerenciável pelo projeto e o que é da responsabilidade de sua gerência (Pfeiffer, 2000, p. 88).	Descrições concisas e claras de cada um dos produtos que devem ser concluídos durante a execução. Devem ser expressos em termos de trabalhos terminados (sistemas instalados, pessoal capacitado, etc.) e especificados pela sua quantidade, qualidade e oportunidade (Brasil, 2001, p. 10).	Indicam onde o gestor ou avaliador pode encontrar as fontes de informação para verificar se os resultados planejados foram realizados. As fontes podem incluir observação direta, relatórios de auditoria interna, etc. (Brasil, 2001, p. 10).	Indicam os acontecimentos, as condições ou as decisões que têm que ocorrer para que os produtos previstos no projeto/programa alcancem o objetivo para o qual foram realizados (Brasil, 2001, p. 10).
ATIVIDADES	INDICADORES DE EFICIÊNCIA	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RISCOS OU PRESSUPOSTOS
Para cada Resultado, uma série de Atividades Principais é elaborada. A relação entre o nível delas e o nível dos Resultados é também uma relação lógica: devem existir atividades suficientes e necessárias a fim de alcançar os Resultados e, portanto, o planejamento delas é também responsabilidade da gerência do projeto (Pfeiffer, 2000, p. 89).	A maioria dos formatos não inclui os insumos ou recursos. Do ponto de vista da lógica, este nível poderia ser incluído na ML, já que é fundamental considerar os recursos. De todo modo, a relação Insumos/Atividades precisa ser estabelecida de forma lógica e realista (Pfeiffer, 2000, p. 89).	Indicam onde o gestor ou avaliador pode obter informação para verificar se o orçamento foi executado como previsto. Normalmente constitui o registro contábil da unidade executora (Brasil, 2001, p. 10).	Indicam os acontecimentos, as condições ou as decisões (fora do controle do gestor do projeto/programa) que têm que ocorrer para que os produtos possam ser gerados (Brasil, 2001, p. 10).

Fontes: Pfeiffer, 2000 e Brasil, 2001.

Utilização da Matriz Lógica em um projeto social

Nesta segunda parte do artigo, será analisado um projeto de uma instituição de Minas Gerais com grande experiência em atendimento clínico e educacional, pesquisa e inclusão da pessoa com deficiência ou com autismo. Em um momento de maior atuação e profissionalização de seus funcionários, essa instituição vem buscando um posicionamento de referência nos órgãos públicos, privados e do terceiro setor em relação à pessoa com deficiência e com autismo. Ao mesmo tempo, a instituição aumenta a proposição de projetos com parceiros, com o intuito de captar recursos para manter e ampliar os serviços prestados.

O projeto apresentado ao Ministério da Saúde para captação de recursos por intermédio do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (*Pronas/PcD*) foi o escolhido para a finalidade deste artigo. Sua demanda social foi delimitada de maneira participativa, com envolvimento da equipe e de atores interessados (profissionais da maternidade, pais das crianças e profissionais da instituição). A equipe da instituição participou efetivamente no desenho do projeto, pois a participação é fundamental na construção de propostas de projetos sociais. No entanto, o que se quer neste artigo é demonstrar como a utilização da Matriz Lógica traz mais clareza e objetividade na construção e apresentação de um projeto.

O resumo do projeto apresentado ao Ministério

da Saúde é colocado da seguinte maneira:

O projeto propõe a ampliação da atuação da instituição com a rede do SUS⁶ de Contagem e outros cinco municípios (municípios que já apresentam demanda à instituição, através da busca espontânea de usuários), desenvolvendo ações de saúde complementares e ações preventivas através do *follow-up* de bebês e intervenção precoce para usuários com deficiência ou autismo, ou com risco de desenvolvê-las. Prestar serviços de apoio à saúde, vinculados à adaptação, inserção e reinserção para jovens/adultos com deficiência e ou autismo. Executar curso de educação permanente e aperfeiçoamento de profissionais das maternidades e profissionais afins da rede de saúde de Contagem e municípios vizinhos para ampliar a atuação preventiva. Realizar pesquisa: uma sócio-antropológica sobre o impacto preventivo, na inclusão social e relações familiares de crianças que realizaram o acompanhamento (*follow up*); uma segunda pesquisa sobre inovação na metodologia da reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e autismo com o atendimento clínico compartilhado e transdisciplinar e outra socio-antropológica sobre o impacto do atendimento aos pais e sua influência na reabilitação e inclusão de seus filhos.

Com a apresentação desse resumo, nota-se que o projeto propõe vários objetivos. Temos uma variedade de linhas de intervenção: 1. Acompanhamento (*follow up*) de bebês; 2. Continuidade de atendimento na intervenção

precoce para os bebês indicados; 3. Prestação de serviços de apoio à saúde, vinculados à adaptação, inserção e reinserção para jovens/adultos com deficiência ou autismo; 4. Execução de curso de educação permanente e aperfeiçoamento de profissionais das maternidades e profissionais afins da rede de saúde de Contagem e municípios vizinhos para ampliar a atuação preventiva; 5. Efetivação de uma pesquisa socioantropológica sobre o impacto preventivo na inclusão social e relações familiares de crianças que realizam o acompanhamento (*follow up*); 6. Efetivação de uma segunda pesquisa sobre inovação na metodologia da reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e autismo com o atendimento clínico compartilhado e transdisciplinar; 7. Efetivação de uma terceira pesquisa socioantropológica sobre o impacto do atendimento aos pais e sua influência na reabilitação e inclusão de seus filhos.

Em outro fragmento do documento original, o Objetivo Geral é proposto da seguinte maneira: “Contribuir para a promoção da saúde, a reabilitação e a inclusão das pessoas com deficiência intelectual e autismo atuando nos municípios limítrofes a Contagem e que fazem parte da região metropolitana de Belo Horizonte”.

No Quadro 4, pode-se ver de que maneira os objetivos, indicadores e metas, são apresentados no projeto analisado.

Quadro 4
Objetivos, indicadores e metas do projeto social

1. ESTRUTURA ANÁLITICA DO PROJETO	2. INDICADORES OBJETIVAMENTE COMPROVÁVEIS	
	Descrição dos Indicadores	Descrição das Metas
1.1. Objetivos do Projeto		
Objetivo 1: Prestar serviços de apoio à saúde a bebês de 0 a 2 anos, durante os dois primeiros anos de vida por meio do Programa <i>Follow Up</i> , na busca do diagnóstico diferencial de doenças neurodegenerativas, neuromusculares, degenerativas genéticas e do autismo, oriundos dos municípios da grande BH, próximos a Contagem (bairros de Belo Horizonte, Betim, Ibirité, Esmeraldas e Ribeirão das Neves).	Número de bebês atendidos no <i>Follow Up</i> .	Prestar serviços de apoio à saúde a 80 bebês de 0 a 2 anos, durante os dois primeiros anos de vida através do Programa <i>Follow Up</i> .

⁶ Sistema Único de Saúde

Objetivo 2: Prestar serviços de apoio à saúde de bebês de 2 a 5 anos através da Intervenção Precoce (IP), na busca do diagnóstico diferencial de doenças neurodegenerativas, neuromusculares, degenerativas genéticas e do autismo.	Número de bebês atendidos na IP.	Prestar serviços de apoio à saúde de 60 crianças de 2 a 5 anos por meio da Intervenção Precoce.
Objetivo 3: Prestar serviços de apoio à saúde, vinculados à adaptação, inserção e reinserção para jovens/adultos com deficiência.	Número de jovens atendidos na Educação Profissional.	Prestar serviços de apoio à saúde, vinculados à adaptação, inserção e reinserção para 80 jovens/adultos com deficiência.
Objetivo 4: Executar curso de aperfeiçoamento e formação continuada a profissionais das maternidades e da rede de saúde do SUS dos municípios de Contagem, Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas, Ibirité e Ribeirão das Neves.	Proporção de aproveitamento do conteúdo do curso; número de profissionais da rede participantes do curso.	Executar curso de aperfeiçoamento para 45 profissionais das maternidades e profissionais da rede do SUS de Contagem, Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas, Ibirité e Ribeirão das Neves.
Objetivo 5: Realizar uma pesquisa socioantropológica sobre o impacto do acompanhamento (<i>follow up</i>) de bebês no diagnóstico precoce e prevenção do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e deficiência intelectual (debilidade).	Pesquisa socioantropológica sobre o impacto do acompanhamento de bebês no diagnóstico precoce e prevenção do TEA e da deficiência intelectual – % bebês incluídos na pesquisa.	Realizar uma pesquisa tendo como base os atendimentos realizados mensalmente para 40 bebês, podendo chegar a 150 bebês ao final do projeto, no Programa Acompanhamento de Bebês e na Intervenção Precoce, para a criação de uma metodologia de diagnóstico precoce da debilidade e do autismo.
Objetivo 6: Realizar pesquisa de inovação sobre a metodologia do atendimento clínico compartilhado e transdisciplinar na reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e TEA.	Pesquisa de inovação sobre metodologia do atendimento clínico compartilhado e transdisciplinar – % crianças incluídas na pesquisa.	Realizar pesquisa de inovação sobre a metodologia do atendimento clínico compartilhado e transdisciplinar na reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e autismo na intervenção com 60 crianças atendidas na IP.
Objetivo 7: Realizar pesquisa de inovação sobre o atendimento aos pais e sua influência no processo de reabilitação de seus filhos.	Pesquisa de inovação sobre a influência do atendimento às famílias no processo de reabilitação – % pais incluídos na pesquisa.	Realizar pesquisa sobre o efeito do atendimento aos pais e sua influência na reabilitação de deficiências das crianças atendidas na IP.

Fonte: O autor, com base em Pfeiffer, 2000.

Para um melhor entendimento, nesse momento, mostra-se importante diferenciar os conceitos de projeto e programa. Camacho (2001, p. 14) conceitua “projeto” como a “unidade básica de intervenção na cooperação para o desenvolvimento”.⁷ Outro conceito de “projeto”, apresentado por Maximiano (1997), é: “um empreendimento finito, com objetivos claramente

definidos em função de um problema, oportunidade ou interesse de uma pessoa ou organização” (Maximiano, citado por Moura, 2006, p. 22). No entanto, Camacho (2001, p. 36) comenta que “o objetivo específico deve ser único; cada objetivo específico justifica a realização de outra matriz e, portanto, de outro projeto”.⁸ Dessa forma, pode-se pensar um projeto como uma intervenção pontual e

⁷ Tradução livre feita pelo autor. Em espanhol: “El proyecto es la unidad básica de intervención en la cooperación para el

desarrollo” (Camacho, 2001, p. 14).

⁸ Tradução livre feita pelo autor. Em espanhol: “El objetivo

definida em um único objetivo, com certa duração de tempo (início, meio e fim).

Ao escrever sobre o “Gerenciamento de Programas”, Cropper (2010, p. 85) indica que ele é um “processo de gerenciamento de um grupo de projetos correlacionados” (Cropper, 2010, p. 5). Assim, pode-se entender que o projeto apresentado acima tem características mais de um “programa” que, de fato, de um “projeto”. Pfeiffer (2000, p. 85) afirma que é frequente encontrar projetos com vários objetivos. Entretanto, ele adverte que se corre o risco de o projeto ficar sem foco e, assim, não deixar claro aonde se pretende chegar com a intervenção proposta.

Assim, para exemplificar como a Matriz Lógica pode ajudar a focar e criar possibilidade de uma gestão mais clara e para que se possa realizar uma comparação entre as apresentações antes e depois da proposta dessa ferramenta, definiu-se que será construída uma Matriz Lógica somente a partir do primeiro objetivo, a saber: “Prestar serviços de apoio à saúde a bebês de 0 a 2 anos, durante os dois primeiros anos de vida através do Programa *Follow Up*, na busca do diagnóstico diferencial de doenças neurodegenerativas, neuromusculares,

degenerativas genéticas e do autismo, oriundos dos municípios da grande BH, próximos a Contagem (bairros de Belo Horizonte, Betim, Ibirité, Esmeraldas e Ribeirão das Neves)”. Aqui, apresenta-se a primeira dificuldade para se construir a Matriz Lógica, pois, o objetivo do projeto é apontado como “o que se quer fazer” e não como “a nova situação que se visa alcançar com a realização do complemento “prevenir e minimizar sequelas das deficiências e patologias com início do atendimento a tempo” – e essa parece ser a realidade que se quer modificar com o projeto, certamente ligada ao problema central que se quer atacar. Em outra parte do texto é apontado que, “por receber crianças com deficiência intelectual encaminhadas tardiamente para o tratamento”, é necessário realizar um acompanhamento das crianças que podem ter sequelas ou desenvolver patologias com o nascimento de risco (prematuridade, baixo peso, etc.).⁹

No Quadro 5, a seguir, é apresentada a construção possível da Matriz Lógica para o “Objetivo 1” do Projeto.¹⁰

Quadro 5
Matriz lógica para o objetivo 1 do projeto social

OBJETIVO GERAL	INDICADOR DE IMPACTO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS/RISCOS
Inclusão das pessoas com deficiência intelectual e autismo atuando nos municípios limítrofes a Contagem e que fazem parte da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).	Aumento do número de crianças com deficiência matriculadas nas escolas da região atendida.	Censo escolar.	
OBJETIVO DO PROJETO	INDICADOR DE EFETIVIDADE	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS/RISCOS
Sequelas das deficiências e patologias diagnosticadas, prevenidas e minimizadas de crianças de 0 a 2 anos, oriundos dos	Diminuição do número de crianças com quadros graves de deficiência intelectual em bebês de 0 a 2 anos com vivência de UTI Neonatal,	Data SUS	Profissionais da Intervenção Precoce que atuam em direção à Inclusão da Pessoa com Deficiência na escola.

específico debe ser uno; cada objetivo específico justifica la realización de otra matriz y, por lo tanto, de otro proyecto” (Camacho, 2001, p. 36).

⁹ Outras informações importantes do projeto original também foram consultadas para a construção da Matriz Lógica apresentada no Quadro 5. Eventualmente, assim como o objetivo

do projeto, essas informações sofreram alguma adaptação para a construção da Matriz Lógica.

¹⁰ Uma Árvore de Problemas simplificada foi utilizada para a construção da Matriz. Por problemas de espaço, não é apresentada neste artigo.

municípios da RMBH, próximos a Contagem (bairros de Belo Horizonte, Betim, Ibirité, Esmeraldas e Ribeirão das Neves) com início do atendimento a tempo.	devido ao atendimento precoce e diagnóstico precoce de TEA. ¹¹ Diminuição de encaminhamentos futuros a consultas especializadas.		
RESULTADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS/RISCOS
80 bebês de 0 a 2 anos acompanhados, durante os dois primeiros anos de vida. Encaminhamentos à Intervenção Precoce realizados.	Número de bebês acompanhados nos dois primeiros anos de vida. 40% dos bebês encaminhados à Intervenção Precoce.	Prontuários dos bebês atendidos. Prontuários dos bebês atendidos.	Pais confiam nas recomendações dos profissionais do Projeto Família com recursos para o deslocamento dos 12 encontros e/ou para seguir tratamento da Intervenção Precoce.
ATIVIDADES	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS/RISCOS
Realizar consultas com a equipe multiprofissional (8 profissionais). Divulgar Projeto aos profissionais das maternidades das cidades da Ampliação.	96 consultas, em 12 encontros, em dois anos, para cada bebê. 40% de bebês de outros municípios, além de Contagem, no programa <i>Follow Up</i> .	Prontuários dos bebês atendidos. Relatórios anuais da Instituição. Custo do projeto: R\$240.000,00 R\$3.000,00/bebê.	Maternidades informam bem sobre o projeto e encaminham o perfil correto do público acordado.

Fonte: O autor, com base em Pfeiffer, 2000

Para a construção do quadro acima (Quadro 5), foram necessárias certas adaptações do projeto original. Alguns campos, como Objetivo Geral e Objetivo do Projeto foram modificados, buscando maior clareza e, assim, demonstrar como a Matriz Lógica pressupõe que um projeto seja descrito. Pfeiffer (2000) afirma que

poucos instrumentos de gerenciamento se preocupam tanto com a operacionalização dos objetivos. Isso não diz respeito apenas à busca de formulações mais precisas possíveis, mas também à utilização de indicadores que tornam as visões mensuráveis. A sua elaboração é um processo difícil, mas necessário e, quando bem realizado, um investimento valioso para a implementação. (Pfeiffer, 2000, p. 112).

Outros campos foram criados para demonstrar a metodologia. Entretanto, no Projeto utilizado, foram

encontrados, descritos ao longo do texto, vários campos da Matriz. Isso demonstra como essa metodologia pode ajudar na organização, clareza e foco na apresentação do Projeto. Pois, diluídos no texto, pontos importantes perdem sua força e interligação.

Por exemplo, o Projeto justifica que, durante os dois anos de acompanhamento, haja somente 12 encontros, para que as famílias não se desloquem tantas vezes, deixando de participar desse tipo de serviço por não terem recursos ou tempo. Esse exemplo demonstra que houve uma discussão ou, pelo menos, uma observação das condições externas ao projeto. Entretanto, volta-se a dizer, esse ponto perde sua força sem o entrelaçamento lógico dentro do projeto.

¹¹ Transtorno do Espectro Autismo.

Considerações Finais

É importante dizer que a Matriz Lógica, por si só, não garante o sucesso do projeto e deve ser utilizada com outras metodologias, como o planejamento estratégico “bem como integrada num sistema mais amplo de gerenciamento” (Pfeiffer, 2000, p. 106). Pelo fato de esse tipo de metodologia ser imposta por várias agências de financiamento, algumas vezes ela é elaborada simplesmente para a captação do recurso e, no decorrer do processo, abandonada; nessa situação, ela deixa de ser pensada como um método de gestão de projetos (Camacho, 2001, p. 20). Apesar de imposta, ela “traduz em uma visão futura do projeto, seus benefícios e mudanças esperadas. A partir do planejamento do projeto, a Matriz Lógica continua tendo grande importância para o gerenciamento, especialmente para o monitoramento e a avaliação” (Pfeiffer, 2000, p. 110).

Pfeiffer (2000) aponta, ainda, que, se essa metodologia deve ser levada a cabo segundo sua lógica, é preciso levar em consideração as especificidades de cada projeto e, mesmo, ser flexível nesse sentido. Dessa forma, pode-se dizer que nenhuma teoria, técnica ou ferramenta, ajusta-se perfeitamente a uma situação real sem a flexibilização dos seus pressupostos, pois essas construções, diante da realidade, apontam vantagens e desvantagens de sua utilização. Felizmente, é dessa forma que as boas teorias, técnicas ou ferramentas se constroem, na tensão entre o que se observa, ou escuta, e o previsto, ou já elaborado.

Penteado (citado por Pereira, Conceição & Caballero Nunez, 2009, p. 72) apresenta as seguintes vantagens da utilização da Matriz Lógica: ela induz à objetividade na elaboração e descrição de programas e projetos; propicia rápida e sintética visualização dos programas e projetos; possibilita uma rápida e fácil visualização dos principais fatores para acompanhamento e avaliação dos programas e projetos; tende a clarificar os fatores que dependem do desempenho do órgão executor e aqueles que estão fora de seu controle; padroniza uma linguagem comum para as diversas fases de diferentes programas e projetos, independentemente de sua natureza. As desvantagens apontadas pelo mesmo autor são: a Matriz Lógica ignora o grau de inter-relacionamento entre diferentes programas e projetos e ignora a dificuldade de se estabelecer objetivos superiores unívocos para programas e projetos na área pública.

No processo de construção da Matriz Lógica apresentado neste artigo, o que se quis fazer e aonde se quis chegar foi, de fato, mostrando-se mais claro e, de maneira simples, criar uma visão micro e macro

do projeto, aumentando-se a possibilidade de geri-lo melhor. Conseguiu-se visualizar o projeto de forma mais sintética e assim, apresentar mais claramente como medir as ações, tanto do gestor como dos profissionais que estão na ponta do processo, propiciando uma comunicação melhor e mais rápida e aumentando a capacidade de decisão da equipe. Pode-se adicionar, aqui, outra vantagem da utilização da Matriz Lógica. Poucos projetos pensam sobre os riscos externos que poderiam interferir na sua realização. Pressupor que esse é um dos elementos essenciais do projeto e criar possibilidades de geri-lo é uma grande vantagem.

Em relação às desvantagens apresentadas por Penteado (2007), não foi possível observá-las, uma vez que se construiu apenas um dos objetivos do projeto original. Entretanto, para que o uso dessa metodologia ocorra de maneira mais efetiva, deve-se indicar outra desvantagem. Ao ler o Quadro 5, apresentado na seção anterior, percebe-se uma forte interligação entre os campos, entre os objetivos e o que é feito para alcançá-los; mas, percebe-se que um ponto forte desse projeto, e mesmo diferencial, não aparece na Matriz Lógica, a saber: a concepção teórica por trás das escolhas das atividades, e mesmo dos objetivos.

De fato, o referencial teórico adotado no projeto proposto pela Organização não Governamental – a psicanálise – aponta a importância de trabalhar precoce e preventivamente a saúde psíquica da criança, no momento em que ela se constitui como sujeito, etapa crucial na sua formação. O sujeito se constitui a partir do Outro e esse Outro é representado em primeiro lugar por aquela pessoa que faz a função de mãe. É necessário estabelecer uma relação dual e alienante entre mãe e filho para, em seguida, com a entrada de um terceiro, representado pela figura paterna, permitir a entrada da criança no mundo simbólico, o estabelecimento de novas relações e a apropriação do uso da linguagem. Essa constituição, aqui descrita de maneira simples, é um processo complexo e primordial que determina a formação e todo o futuro psíquico do sujeito.

A prematuridade de um filho ou a constatação de que ele padece de algum problema físico ou mental é uma vivência, na maioria das vezes, dolorosa para os pais. É comum que em um primeiro momento a mãe não consiga olhar seu bebê, dirigir-lhe a palavra, ou até mesmo dar-lhe um nome e, assim, a primeira relação entre mãe e filho se vê comprometida. Em função disso, uma dinâmica maléfica pode se instalar nesse primeiro momento, cristalizando ou fragilizando a relação dual mãe-filho. Os reflexos são muitos. Como exemplo, pode-se perceber um “excesso” na relação mãe-bebê, com atitudes de superproteção, sentimento de culpa e, por vezes,

distanciamento entre o par parental (marido-mulher) ou, ao contrário, dificuldade e até mesmo ausência dessa primeira relação entre mãe e bebê.

Para os pais, o bebê que traz no corpo a marca da deficiência e da fragilidade orgânica os afasta do ideal esperado do filho perfeito. O diagnóstico médico é experiência traumática que interfere na relação entre pais e filho. O trabalho da equipe do projeto na escuta dos pais visa estabelecer outro lugar e outro estatuto para o filho que não seja o de um objeto de cuidados. Essa atuação propicia ao bebê e seus pais um futuro que não se encerra diante das primeiras experiências vividas e permite uma forma de inclusão da criança na própria família.

Além da saúde orgânica e psíquica, a inclusão social é um fator que também pode ser trabalhado desde o início. Muitas vezes os familiares atuam de forma preconcebida com um bebê frágil e os próprios pais respondem a essa discriminação social se isolando. É importante salientar que a experiência do programa social ao longo dos anos aponta que as crianças, quando atendidas nos três primeiros anos de vida, no programa de Intervenção Precoce, em sua maioria, saem do programa com matrícula na escola comum ou em uma creche, além de participar da vida social familiar. Quanto mais precocemente ela é incluída, menos preconceitos ela sofre, tanto por parte dos adultos quanto por outras crianças e, conseqüentemente, existe maior chance de se construir uma verdadeira inclusão. Os trabalhos com os pais e um atendimento da família favorecem essa primeira relação e a inclusão social.

A presença ou não de um referencial teórico é, também, um fator primordial para se levar em conta ao se pensar as chances de sucesso de um projeto. Apesar da construção bem feita e do encadeamento lógico perfeito, um projeto talvez possa indicar retrocessos na execução das políticas públicas a que ele se destina. Dessa forma, para as instituições que buscam recursos para suas ações, a Matriz Lógica não deve ser pensada como uma mera etapa burocrática para se obter recursos, assim como, para os atores financiadores, essa metodologia não deve dizer respeito ao todo do projeto.

Na verdade, o que parece ocorrer, é uma dificuldade de comunicação, se é que se pode assim dizer, entre os atores financiadores e instituições do terceiro setor e, talvez, se deva incluir, aqui, também, os atores governamentais. As lógicas desses setores impõem lógicas de trabalho, compromisso e de definição das prioridades diferentes e, assim, uma agência internacional, uma grande empresa multinacional, uma secretaria municipal ou uma instituição social sem fins lucrativos buscam atingir finalidades diferentes, mesmo com a aglutinação dos esforços para se realizar um projeto de desenvolvimento social. Nem sempre é fácil ou clara

essa percepção, pois os discursos empresariais, políticos e dos movimentos sociais são, às vezes, parecidos, mas, muitas vezes, difíceis de conciliarem.

As implicações das relações entre esses atores é assunto para trabalhos futuros. Por ora, é importante ressaltar que, com vantagens e desvantagens, as organizações que buscam empreender um projeto de desenvolvimento social podem ganhar muito, em relação à gestão e comunicação, com a utilização da Matriz Lógica na elaboração de seus projetos. E, até mesmo, estabelecer uma relação diferente com seus financiadores, público atendido, ou seja, com todos os envolvidos.

Referências

- Brasil. (2001). *Tribunal de Contas da União. Técnicas de Auditoria: marco lógico*. Brasília: Tribunal de Contas da União – TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo.
- Camacho, Hugo; Cámara, Luis; Cascante, Rafael & Sainz, Héctor. (2001). *El Enfoque del marco lógico: 10 casos prácticos Cuaderno para la identificación y diseño de proyectos de desarrollo*. Madrid: Fundación CIDEAL y Acciones de Desarrollo y Cooperación – ADC.
- Cropper, John; Berg, Eric; Culligan, Michael; Radstone, Leah. (2010). *Guia para o PMD Pro 1: Gerenciamento de Projetos para Profissionais de Desenvolvimento – Nível 1*. Disponível em: <http://eficiencialtda.com.br/gallery/guia_pmd_pro_1.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2013.
- Frasson, Ieda. (2001). *Crítérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade adotadas pelos avaliadores de Instituições Não-Governamentais financiadoras de Projetos Sociais*. Dissertação de Mestrado: UFSC – Florianópolis.
- Moura, Dácio G.; Barbosa, Eduardo F. (2006). *Trabalhando com projetos: Planejamento e gestão de projetos educacionais*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- Ortegón, E.; Pacheco, J.F.; Prieto, A. (2005). *Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas*. Santiago de Chile:

- CEPAL/ILPES, 2005. p. 124 (Serie manuales; 42).
- Penteado, P. (2013). *Elaboração de programas e projetos*. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~paulopen/logtex.html>>. Acesso em: 8 dez. 2013.
- Pereira, Edmeire C.; Conceição, Ronald J. da; Caballero Nunez & Blas, Enrique. (2009). A metodologia do marco lógico e a gestão da informação: um estudo de caso para Tunas-PR. *TransInformação*. Campinas, 21(1): 63-75, jan./abr.
- Pfeifer, Peter. (2000). O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. *Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública*, 51(1): 81-124, jan/mar.
- Silva, Marcos José Pereira da. (2001). Onze passos do Planejamento Estratégico Participativo. (p. 161-176). In: Brose, Markus (Org.). *Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Recebido em: 08/06/2014
Aprovado em 30/05/2015

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

Participatory process among health care providers to integrate the assistance to the child who was a victim of violence

Proceso participativo para la práctica integrada de profesionales de la salud en cuidado de la víctima de la violencia infantil

Yara Aparecida Martini Klippel¹

Denise de Camargo²

Resumo

Este trabalho apresenta o relato de uma pesquisa participante desenvolvida com profissionais de saúde em um Hospital Infantil. Tem como objetivo identificar as contribuições dessa metodologia para a integração das diversas atividades desenvolvidas pelos diferentes profissionais quando do atendimento à criança vítima de violência. Adotou-se a metodologia participante para propiciar uma aprendizagem coletiva e comprometida. Este enfoque visou, ainda, promover a integração interdisciplinar para facilitar a prática de procedimentos implicados e ajustados à situação atendida, às políticas públicas e à realidade do hospital. Formou-se um grupo de discussão onde os profissionais identificaram as dificuldades do trabalho, refletiram sobre as implicações de cunho ideológico, cultural e psicológico que interferem nas suas práticas. Como resultado, elaboraram um esboço de protocolo de atendimento com a descrição das ações que cada profissional deveria realizar. Concluíram que os encontros precisavam continuar para colocarem em ação o protocolo e alcançarem a multidisciplinariedade no atendimento.

Palavras-chave: Criança; Violência; Profissionais de saúde; Protocolo de atendimento; Pesquisa participante.

Abstract

This paper presents the report of a participatory research developed with health professionals in a Children's Hospital. It aims at identifying the contributions of this methodology to the integration of the various activities carried out by different professionals assisting children who were victims of violence. The participant methodology was adopted in order to promote collective and committed learning. This approach aimed also at providing interdisciplinary integration that would facilitate practical procedures that are involved with and adjusted to the situation found, to public policies, and to the hospital reality. A discussion group was formed where professionals identified work challenges and reflected on the implications of the ideological, cultural, and psychological nature that interferes with their practices. As a result, a management protocol outline was developed describing the actions that each professional should perform. They concluded that the meetings needed to be continued to put into action the protocol and to achieve multidisciplinarity in the assistance.

Keywords: Children; Violence; Health care professional; Assistance protocol; Participatory research.

Resumen

En este trabajo se presenta el informe de una investigación participativa desarrollada con profesionales de la salud en un Hospital de Niños.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade São Marcos (1985). Mestre em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2013). Atualmente é Professora Titular, Supervisora de Estágio Clínico/Institucional e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade SantAna. E-mail: yaraklippel@gmail.com

² Graduada em Formação de Psicólogos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). Atualmente é aposentada da Universidade Federal do Paraná e professora titular da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: denisedecamargo@uol.com.br

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

Tiene como objetivo identificar las contribuciones de esta metodología para la integración de las diversas actividades llevadas a cabo por diferentes profesionales en tratamiento a los niños víctimas de la violencia. La metodología participante se ha dirigido hacia proporcionar un aprendizaje colectivo y comprometido. Este enfoque ha, todavía, sido seleccionado para promover la integración interdisciplinaria para facilitar los procedimientos prácticos involucrados y ajustados a la situación que se presentad, a las políticas públicas y a la realidad del hospital. Un grupo de discusión fue formado donde los profesionales han identificado las dificultades del trabajo y han reflexionado sobre las implicaciones de naturaleza ideológica, cultural y psicológica que interfieren en sus prácticas. Como resultado, han desarrollado un esquema de protocolo de gestión que describe las acciones que cada profesional debe realizar. Llegaron a la conclusión de que las reuniones tenían que seguir para poner en marcha el protocolo y lograr la multidisciplinariedad en la asistencia.

Palabras clave: niño; violencia; profesionales de la salud; protocolo de tratamiento; investigación participativa.

Introdução

Pesquisadores da área da infância (Phebo, 1996; Azevedo & Guerra, 1998; Faleiros, 2000; Guerra, 2011; Azevedo, 2005) expressam preocupações com os altos índices da violência contra a criança. De acordo com Faleiros (2000), a Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância (Sipani) tem divulgado ano a ano um índice muito alto de crianças vítimas de violência doméstica por dia no Brasil. Os registros desses maus tratos são diversos, sendo que 29,1% de meninos e meninas são vítimas de violência física; 16,3% de violência psicológica; 28,9% de violência sexual cometida, na grande maioria, por um membro da própria família, geralmente o pai ou o padrasto da vítima; e 25,7% sofreram de algum tipo de negligência. Os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef/2009) salientam que 80% das agressões físicas contra crianças são causadas por parentes próximos e que, de hora em hora, morre, no mundo, uma criança queimada, torturada ou espancada pelos próprios pais.

Em relação à confiabilidade dos dados, os números desse tipo de violência são questionáveis. Os números da violência contra a criança são difíceis de serem contados por metodologias clássicas de coleta de dados. A maioria dos casos acontece em espaços privados e muitas vezes não chegam a ser notificados e computados. Os índices que apontam aumento de casos também podem ser interpretados como relacionados ao aumento da visibilidade do fenômeno. No Brasil, a visibilidade tornou-se maior a partir da vigenciada lei relacionada à proteção da criança e da veiculação dos textos legais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.609, 1990) e as Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda –, 2009). As ações voltadas para a implementação do ECA e o processo de democratização do Brasil favoreceram a participação política de segmentos importantes da sociedade que propagaram novas ideias sobre educação e cidadania. Assim, abriu-se a possibilidade de questionamento das práticas violentas consideradas educativas na cultura brasileira e cresceu sua visibilidade.

Considera-se, portanto, que toda intervenção em relação à violência contra a criança deve assumir que a maioria dos casos não são conhecidos porque não são detectados e/ou não são notificados.

A violência contra a criança desafia saberes hegemônicos no campo da saúde. Deslandes (1999)

situa essa violência em um estado doentio da pessoa, que não tem origem em ação invasiva de micro-organismo, não advém de nenhuma desordem orgânica, ou seja, aparentemente não apresenta nada que exija saberes da atuação médica e da pesquisa biológica. Essa falsa aparência é denunciada por Algeri & Souza (2006), que assinalam que, por muito tempo, considerou-se a violência um caso a ser tratado pela saúde, recebendo atenção somente quando havia lesões e traumas visíveis, ou seja, apenas os casos que necessitavam de cuidados médicos. Descuidava-se, portanto, da violência que não deixava marcas visíveis, mas que trazia consequências para a saúde física e mental do paciente, como, por exemplo, os maus-tratos emocionais, negligências físicas e emocionais e, em alguns casos, o abuso sexual.

Convencionou-se designar no Código Internacional das Doenças (CID) as consequências da violência como uma doença de “causas externas”. Talvez por isso, persista uma expressiva dificuldade de promoção do tratamento adequado às crianças que sofrem violência que não deixa traços visíveis. Muitos autores, incluídos entre eles Mello Jorge (1979) e Minayo (1994), entendem que há uma imprecisão da categoria da violência como doença de “causa externa”, pois essa expressão abrange uma extensão de eventos como: todo tipo de acidentes; lesões autoprovocadas; agressões; complicações médicas e cirúrgicas; e outras mais que levam à conclusão de que a violência, pela Classificação Internacional de Doenças (CID), enquadra-se como evento acidental, mas na realidade é um fator de muito maior gravidade na área de saúde. Várias são as pesquisas que confirmam essa gravidade, como é o caso dos trabalhos realizados na Organização Pan-Americana de Saúde (OPS, 1994), quando foi constatado que simplesmente tratar das lesões e dos traumas causados pela violência não é suficiente para realmente devolver a saúde ao paciente que a sofreu.

Assim, violência passa a exigir, no campo da saúde, a intervenção de uma equipe multidisciplinar e de vários setores da sociedade civil e das organizações governamentais. A intervenção multidisciplinar desejada para as vítimas da violência é apontada pela literatura (Souza, Assis & Alzuir, 2002; Gonçalves, Ferreira & Marques, 1999) como aquela que terá como resultado final a melhoria do bem-estar psicossocial dessas vítimas, bem como o atendimento dos agressores.

Entende-se que a violência contra a criança apresenta-se de diversas formas, e que a criança agredida e o agressor necessitam de cuidados especiais e singulares para que possam participar plenamente de sua comunidade. A intervenção

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

psicossocial na proteção infantil pode ser organizada de diferentes maneiras, dependendo das condições concretas. Defende-se que as ações preventivas e programas de acolhimento familiar devem ser prioritários.

Outra questão que precisa ser problematizada é a explicação da transmissão intergeracional dos maus-tratos e agressões de adultos contra crianças. A partir da perspectiva da aprendizagem social, tem-se explicado a possível transmissão da violência pelo argumento de que os pais e mães agressores não haviam aprendido habilidades para o manejo das condutas dos filhos. Ao contrário, haviam aprendido que a utilização do castigo físico era a única estratégia eficaz. Segundo esse modelo explicativo, as experiências infantis de maus-tratos constituiriam a predisposição para que a relação com os próprios filhos fossem inadequadas ou constituintes de sujeitos agressores. Essas explicações de repetição do ciclo dos maus-tratos não são uma evidência empírica. Desde os anos oitenta, Kaufman e Zigler (citado por De Paúl & Madariaga, 2011) identificaram que unicamente um subgrupo dos sujeitos com história de maus-tratos na infância repetia o ciclo. Isso implica admitir que existem outros fatores que diferenciam os sujeitos com histórias de maus-tratos, que reproduzem esse comportamento, dos sujeitos que não reproduzem. Também, existem fatores que evitam que sujeitos com história de maus-tratos se constituam em agressores de seus filhos (De Paúl & Madariaga, 2011).

Outros modelos explicativos procuram compreender a questão da violência contra a criança como um fenômeno social. Trabalho como o de Gracia (citado por De Paúl & Madariaga, 2011), que relaciona a rede deficitária de apoio social dos pais como fator importante na possibilidade destes se tornarem agressores. Do ponto de vista da Psicologia Comunitária, a ausência de apoio social constitui um importante fator de risco para muitos problemas psicológicos e sociais, entre eles a violência contra a criança. Um sistema de apoio implica num padrão duradouro de vínculos sociais que desempenham importância significativa na manutenção da integridade física e psicológica das pessoas, ao promover compartilhamento de sentimentos, de pensamentos, de experiências, de informações e de ajuda material (Ornelas, 2008). O apoio social é também considerado importante ferramenta na capacitação das pessoas para enfrentar os problemas da vida diária e manejar as situações estressantes. Estudos (De Paúl & Madariaga, 2011) consideram que o mau trato infantil, em muitos casos, deriva de uma incapacidade para manejar as situações estressantes. A incapacidade de manejar o nível de

estresse experimentado e a qualidade da rede de suporte social do sujeito agressor explicariam muitos casos de violência de adultos contra crianças (De Paúl & Madariaga, 2011).

Ainda temos que considerar os impactos provenientes das condições extremamente adversas e injustas de sociedades (tais como a má distribuição de renda, elevadas taxas de desemprego e pobreza) na produção de vidas segregadas e acesso aos bens materiais, aos bens simbólicos, à saúde, à educação e às condições mínimas para que as pessoas possam ser integradas à sua comunidade. Nesse contexto, percebe-se o surgimento de setores da população que se tornam socialmente mais vulneráveis a sofrerem violência e a se tornarem agressores.

Aqui também é necessário problematizar e ter clareza de que pobreza e padrões diferentes de arranjos familiares não são justificativas para a retirada definitiva da criança do convívio familiar em caso de violência. Como lembra Moreira (2014), a retirada das crianças e dos adolescentes de casa é para protegê-los dos riscos imediatos, e precisa ser compreendida como uma estratégia para que as relações familiares sejam trabalhadas e revistas.

As dificuldades relatadas nos artigos científicos relacionados anteriormente também são enfrentadas pelos profissionais de saúde, no momento do atendimento às crianças vítimas de violência.

Nunes, Sarti e Ohara (2009) realizaram um estudo de caso para compreender o modo como os profissionais de saúde abordam as situações envolvidas na violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. Concluíram que os profissionais de saúde frequentemente recriminam e priorizam a punição em lugar do atendimento das vítimas. Perceberam, ainda, que a estrutura de trabalho dos equipamentos de saúde não permite que as vítimas expressem, no atendimento, suas reações e seus sentimentos. O modo de abordar as famílias, submetidas a uma situação de estresse causada pela vivência da violência, pode configurar outro ato violento para com elas. Para as autoras referenciadas, a maneira como é realizada a maioria das abordagens reflete a falta de integração entre os diferentes profissionais e os diversos setores responsáveis no enfrentamento dos casos.

O trabalho de Thomazine, Oliveira e Viera (2009) identificou de que forma acontece o atendimento de enfermagem às crianças e aos adolescentes vítimas de violência intrafamiliar nos serviços de pronto atendimento de instituições de saúde conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), no município de Cascavel-Paraná, no que diz respeito à identificação dos casos e às medidas de notificação. Os resultados da pesquisa mostraram que os enfermeiros conseguiram suspeitar e

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

identificar casos de violência intrafamiliar no atendimento de crianças vitimadas, porém poucos realizaram a notificação, mesmo sendo um dever legal e ético. Para as autoras, é necessário implementar um protocolo de atendimento que defina claramente o papel de cada membro, instituição, órgão governamental, setor da sociedade civil e profissional no atendimento e na prevenção da violência, construindo-se uma rede hierarquizada, articulada e consecutiva de ações, além de capacitar continuamente a equipe e promover possíveis mudanças na rotina, estrutura e no ambiente de atendimento.

Outra contribuição é o artigo de Gonçalves e Ferreira (2002). No trabalho referenciado, discutiram as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde e sugeriram possíveis soluções a serem aplicadas no caso brasileiro. A pesquisa concluiu que há necessidade de esclarecimento da noção legal de maus-tratos, da concepção de suspeita, da preparação de manuais técnicos de orientação, de melhoria da infraestrutura de serviços e da realização de outros estudos sobre as consequências do ato de notificar, especialmente sobre a concepção de justiça que a notificação transmite à família brasileira.

Chega-se à conclusão que, em relação à violência contra a criança, são muitos os desafios. O conteúdo deste trabalho centra-se na gestão do atendimento às crianças, vítimas de violência que chegam a um hospital infantil. Narra um processo de intervenção de caráter participativo entre profissionais de saúde que teve como objetivo problematizar a prática de atendimento às crianças e aos seus acompanhantes, tendo como meta a criação de um protocolo de atendimento adequado às necessidades da prestação do serviço. Neste artigo, pretende-se demonstrar como a metodologia participativa contribuiu para que os diferentes profissionais de saúde percebessem a necessidade de integrar suas ações e garantir um espaço na rotina de trabalho para continuarem a troca de experiências e a aplicação do protocolo de atendimento.

A escolha de uma intervenção a partir do enfoque da metodologia participativa está ancorada em alguns pressupostos de “como se entende o processo do aprender” assumidos nesse trabalho. Aprender implica participar de uma comunidade e imprimir significado às suas experiências no mundo. Comunidade é a configuração social da qual participamos, desenvolvendo nossas atividades em interação e interdependência com outras pessoas (Norbert Elias, 1980).

Partilha-se da concepção de Lave e Wenger (citado por Matos, 2005) de que a aprendizagem é “um aspecto integral e inseparável da prática social”

(p. 13). O conceito de prática significa fazer algo em um contexto histórico e social que confere uma estrutura e um significado ao que fazemos. Assim, prática é sempre social. Segundo Wenger (2001):

O conceito de prática inclui tanto aspectos explícitos como implícitos. Inclui o que se diz e o que se cala, o que se apresenta e o que se supõe. Inclui a linguagem, os instrumentos, os documentos, as imagens, os símbolos, os papéis definidos, os critérios específicos, os procedimentos codificados, as regulações e os contratos que as diversas práticas determinam para uma variedade de propósitos. Também inclui todas as relações implícitas, as convenções tácitas, os sinais sutis, as normas não escritas, as instituições reconhecíveis, as percepções específicas, as sensibilidades afinadas, as compreensões encarnadas, os pressupostos subjacentes e as noções compartilhadas da realidade que, na sua maior parte nunca se chegam a expressar, são sinais inequívocos da afiliação a uma comunidade de prática e são fundamentais para o êxito de suas empresas (p. 71).

Nessa perspectiva, a aprendizagem não é uma atividade separada da vida cotidiana. Ela faz parte da experiência e é produzida na participação das pessoas no mundo.

Segundo Matos (2005):

Numa visão de natureza sociocultural, a aprendizagem ocorre num contexto social, a cognição é partilhada socialmente entre os membros de uma comunidade e o conhecimento existe no seio das comunidades em que as pessoas participam. Esta visão da aprendizagem como um fenômeno situado e construído socialmente representa uma mudança fundamental na forma de analisar a aprendizagem e tem potencialidades importantes nos modos como é encarada a aprendizagem [...] (p. 67).

Esses pressupostos orientaram a metodologia da nossa intervenção no hospital, que teve como objetivo discutir como os profissionais de saúde desenvolviam suas práticas com a criança vítima e, assim, contribuir para melhorar o atendimento a essas crianças e seus cuidadores e atender os preceitos da cidadania.

No Brasil, a concepção de criança como cidadã, sujeito de direitos, é homologada como lei em julho de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA dispõe sobre a proteção integral da criança, ou seja, estabelece o que a criança, o adolescente, os pais ou responsáveis, a comunidade, as instituições e o Estado podem ou não, devem ou não fazer.

Como se pode perceber, o ECA aponta alguns responsáveis específicos pela notificação dos maus-tratos, que assim são listados devido à sua atuação

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

perante a sociedade e seu dever profissional de assegurar o tratamento digno à criança e ao adolescente. Dessa forma, notificar as autoridades tidas como competentes – Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário e Polícia – é exercício de cidadania, sendo incumbido a todos esse dever que decorre da proteção integral à infância e à juventude garantida pelo ECA.

O ECA prevê ainda a implantação de Redes de Proteção Integral da Criança e do Adolescente (RPICA). Essas redes são políticas afirmativas construídas e alicerçadas em objetivos comuns e no trabalho em parceria com o Estado, com a sociedade em geral e com a família. A rede de serviços é entendida como a atuação articulada entre diversas instituições, organizações e grupos que já realizam ou possam realizar ações voltadas para a erradicação de um problema. No caso desta rede, ela visa ao combate à violência, à melhoria na qualidade do atendimento e ao desenvolvimento de estratégias de prevenção, com base em um trabalho coletivo que deve otimizar as competências dos participantes, estabelecer fluxos e dinamizar ações que vão possibilitar a orientação sobre o tema e o encaminhamento das vítimas aos serviços. A rede deve ser democrática e informativa, caso contrário, ela se desfaz (Oliveira, 2001).

A rede visa sensibilizar, por meio de informações, os atores envolvidos – pais ou responsáveis, profissionais e mesmo as crianças – para que possam atuar ou ajudar os envolvidos a tomar decisões nas diferentes etapas da prevenção: identificação e reconhecimento dos sinais de risco, notificação, acompanhamento transdisciplinar da criança, do adolescente e da família, incluindo, se possível, o agressor e fornecendo apoio legal (Oliveira, 2001). De acordo com Brasil (2010, p. 82-83), a estruturação da atenção integral à criança e a sua família em rede é um passo importante para assegurar o cuidado e a proteção social desse público.

Contexto da Pesquisa Participante

O trabalho foi desenvolvido em um hospital localizado em um município de médio porte do interior do Estado do Paraná que atende crianças de 0 a 12 anos, e onde são realizados, em média, mensalmente, 250 internações, 3.000 consultas, 4.000 exames laboratoriais e 90 cirurgias. O quadro funcional tem cerca de 160 funcionários.

O projeto desta pesquisa foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (Coep) da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (PR), tendo sido aprovado por meio do parecer de número

5.433/11. Caracteriza-se como pesquisa participante por visar atender às necessidades do homem de atuação, criação, expressão, realização, e autoafirmação, quando contribui e se percebe como ator da história. Entende-se que um processo participativo implica numa aprendizagem mútua, envolvendo todos os que possam contribuir, seja conceitualmente, seja pela sua experiência de vida (Haguette, 1999).

A proposta de fazer uma pesquisa-intervenção com os profissionais de saúde do hospital surgiu da observação de que o atendimento não estava de acordo com as necessidades do momento traumático vivenciado pela criança e seus familiares. Observou-se que não existia um padrão específico no atendimento dessas crianças. Nem sempre se cumpriam as determinações legais e cada profissional desenvolvia suas funções de forma independente. O que se percebeu foi um trabalho não integrado em que as ações de um profissional não se conectavam e não davam continuidade às do outro. Ficou evidente que não havia interação entre os profissionais nem capacitação atualizada de acordo com os novos desafios colocados pela realidade. O que se presenciou foi uma prática individualizada, fragmentada, descompromissada com as ações exigidas pelas políticas voltadas à criança. Observou-se que os profissionais atendiam prioritariamente à saúde física e descuidavam dos aspectos psicossociais e jurídicos. Isso levava a uma tomada de decisão equivocada que continuava a produzir danos à criança, como a volta à situação de vulnerabilidade e ao sofrimento psíquico.

Após essa observação inicial, apresentou-se à direção do hospital a proposta de uma intervenção psicossocial com os profissionais de saúde que desenvolvem suas atividades de atendimento às crianças vítimas de violências. O objetivo principal foi criar um espaço para problematizar suas atuações com a criança vítima de violência e a seus familiares, espaço que possibilitasse a reflexão conjunta em que as diferentes percepções e experiências pudessem ser compartilhadas, integradas e dirigidas para a formação de uma equipe interdisciplinar.

As questões geradoras da problematização consistiram: a) no debate sobre as ações intervencionistas realizadas pelos profissionais de saúde durante o expediente de trabalho quando são deparados com situações de violência contra a criança; b) nos conceitos de violência que orientam suas práticas; c) nas formas de atuação desenvolvidas pelos profissionais em questão; d) nas ações intervencionistas realizadas nos casos de violência contra a criança e seus cuidadores.

O enfoque do trabalho se orientou pelos princípios da Psicologia Social Comunitária no

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

sentido de fortalecimento dos profissionais de saúde envolvidos nos atendimentos. Compreende-se que o aumento de autonomia e a constituição do sentimento de autodeterminação passam, necessariamente, pela participação dos profissionais na organização do seu trabalho. Assim, mais do que obter resultados imediatos, tem-se a preocupação com o processo de participação-reflexão e implicação das pessoas que serão os responsáveis pelo trabalho.

O enfoque participativo aconteceu em encontros de grupo realizados no próprio hospital infantil, respeitando-se a disponibilidade de tempo dos profissionais. Os profissionais que atuam no hospital no atendimento à criança vítima de violência são: recepcionista, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem (equipe de enfermagem), médicos, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, musicoterapeuta e terapeuta ocupacional. Esses profissionais foram primeiro convidados a participar de uma entrevista semiestruturada, com questões abertas. A entrevista foi realizada com o objetivo tanto de conhecer qual a compreensão de saúde sobre as questões envolvidas no trabalho com as crianças vítimas de violência como de motivá-los e convidá-los para a participação do grupo de discussão sobre o atendimento no hospital.

A análise das entrevistas revelou que todos os profissionais entrevistados demonstraram preocupação com aspectos subjetivos e emocionais da violência. A maioria conceituou violência como algo que machuca e que irá afetar o futuro da vítima. Muitos relataram que a violência infantil é o descaso e falta de cuidado dos pais e dos familiares, como, a falta de cuidado higiênico e de alimentação. Pode-se observar na fala dos profissionais de saúde, a violência física, psicológica (emocional), sexual e principalmente a negligência.

As falas dos profissionais revelaram certa fragilidade do atendimento à criança vítima de maus-tratos, visto que não notificam os casos de violência aos órgãos competentes. A falha em notificar compromete todo o procedimento, uma vez que a criança fica sem acompanhamento e vulnerável a continuar sofrendo violência. Outros pontos identificados na fala dos profissionais foram a precariedade das condições de trabalho que refletem na qualidade do serviço e a falta de proteção para denunciar. Revelaram inúmeras dificuldades para lidar com a questão da violência, como o medo de se envolver com pessoas criminosas. Sentem a falta de guarida nas unidades de saúde e a falta de comprometimento dos familiares. Por se sentirem ameaçados, os profissionais acabavam se omitindo no envolvimento mais decisivo com os casos de violência detectados. Pode-se ainda sugerir que um

dos motivos da dificuldade de denúncia seria a reprodução de padrões culturais da população em que se aceita a punição física como uma prática educativa.

Eu morro de vontade (risos), mas não... a gente é um pouco egoísta. A gente fala que acontece na casa do fulano, do cicrano, mas isso acontece na família da gente... Tem vários tipos de agressão... por exemplo, assim... o fato de você não dá um banho na criança na hora certa, não dá a alimentação na hora certa, deixa em casa sozinha... com quem não é o próprio pai e a mãe já é um tipo de violência, né? Você priva a criança de lazer, quando bate na criança pra educá, dizendo que é para ela aprender a não fazê mais isso. Então, tem muita coisa você tem na tua família então como que você vai... denuncia? Como que você vai tomá partido contra a tua própria família? Você fica tipo entre a cruz e a espada (E19).

O depoimento acima de uma participante do encontro revela a propagação da cultura da educação pela violência física. Essa prática imperou nas famílias brasileiras durante séculos e ainda podemos ver que ela permanece. Segundo Habigzang e Koller (2012, p. 14), “não é raro que a agressão física conduza à morte de crianças e adolescentes. Estas agressões são infligidas às crianças, geralmente, como forma de castigar e educar”. A violência era tida como uma maneira correta de educar a criança. Culturalmente surravam a criança para que ela aprendesse a não fazer mais alguma coisa que o adulto não queria. Observa-se nas falas dos entrevistados que eles não denunciam porque essa prática ainda está muito presente em suas famílias. Expressam que não denunciam por sentirem medo das consequências desse envolvimento, pois, não há, no País, uma efetiva proteção ao denunciante. Grande parte dos profissionais de saúde acaba não denunciando os maus-tratos contra a criança, preferindo não se envolver, não denunciando os agressores, abafando, dessa forma, a violência existente no País. Esses podem ser alguns dos fatores que impedem a maior visibilidade e encobrem a violência contra a criança no Brasil.

A fala dos entrevistados revela que o enfrentamento da violência contra a criança e a falta de um acompanhamento adequado dos casos é resultado do precário conhecimento e/ou fortalecimento para identificação dos casos de violência e principalmente a falta de uma rede de apoio efetiva para proteção da criança, das famílias e do profissional de saúde.

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

Os Encontros

As entrevistas indicaram que os profissionais do hospital estavam disponíveis e sentiam necessidade de um espaço para dialogar sobre os problemas que enfrentavam no atendimento às crianças vítimas de violência. Assim, foram convidados a participar de

encontros realizados no próprio hospital. Foram realizados seis encontros com duração de duas horas cada. Nesses encontros, pediu-se que os profissionais expusessem os seus conhecimentos sobre as leis, normatizações, políticas públicas e as redes de apoio social destinadas às crianças vítimas de violência.

Quadro demonstrativo dos encontros realizados

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
16/04/13	1º encontro: necessidade de padronizar o atendimento à criança vítima de violência.	Assistente Social, Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Técnicas de Enfermagem, a Pesquisadora e Acadêmicas de Psicologia.
18/04/13	2º encontro: o cotidiano das ações no atendimento à violência contra a criança.	Técnicas de Enfermagem, a Pesquisadora e Acadêmicas de Psicologia.
26/04/13	3º encontro: dramatização dos casos de violência e trabalho preventivo nas ações de violência.	Psicóloga, Assistente Social, Recepcionista, Técnicas de Enfermagem, a Pesquisadora e Acadêmicas de Psicologia.
02/05/13	4º encontro: ações intervencionistas dos profissionais de saúde.	Enfermeira, Técnicas de Enfermagem, Psicóloga, a Pesquisadora e Acadêmicas de Psicologia.
24/05/13	5º encontro: construção do Protocolo de Atendimento (fluxograma).	Técnicas de Enfermagem, Assistente Social, Psicóloga, a Pesquisadora e Acadêmicas de Psicologia.
29/05/13	6º encontro: apresentação do Protocolo de Atendimento (fluxograma).	Assistente Social, Psicóloga, a Pesquisadora e Acadêmicas de Psicologia.

Necessidade de padronizar o atendimento à criança vítima de violência

No primeiro encontro, a pesquisadora informou que a análise das entrevistas revelou a falta de um trabalho de equipe. Propôs a realização de encontros de grupo com objetivo de refletir sobre as ações desenvolvidas no atendimento às crianças. Dessa reflexão nasceu a necessidade de padronizar o atendimento à criança vítima de violência.

As falas dos participantes revelaram a falta de trabalho em equipe e a identificação da necessidade da construção de um protocolo. “É importante o trabalho em equipe desde a chegada da criança para ir verificando como evolui o caso. Quantos casos passaram por aqui e nada foi feito, os médicos têm medo. O protocolo entrará na rotina” (P1). “Toda equipe trabalhando junto, cada um com o seu olhar. Todos serão acionados, irão pesquisar enquanto a criança estiver aqui no hospital. A partir dessa pesquisa, virá um protocolo e todos terão que seguir, vira rotina” (P2). “Na realidade a equipe fica presa a resolver apenas os problemas clínicos e isso, muitas vezes, impede os demais profissionais de darem um atendimento com maior qualidade e o paciente acaba voltando. Por isso eu concordo que um protocolo seria muito bom” (P3).

Nesse encontro, tendo como referência as orientações de Turra, Almeida, Doca e Costa Junior (2012), a pesquisadora informou que o protocolo é o termo que se refere a um modo de atuar, de abordar, de pensar a assistência à criança vítima de violência. O protocolo precisa “ser coeso, global, inclusivo, humanizado, maleável e adaptável às circunstâncias” (p. 501). Por esse motivo, um protocolo não pode ser imposto por técnicos que sejam de fora do serviço a que ele se propõe. Um protocolo de atendimento precisa ter sentido prático, ser coerente com as bases filosóficas de atuação de cada profissional e ser ético. Assim, é uma construção dos sujeitos que desenvolvem as ações a que o protocolo se refere. Nas palavras do referido autor, “o protocolo imprime à assistência o caráter acolhedor, compreensivo, receptivo, de consideração primordial e atenção refinada à pessoa em sofrimento” (2012, p. 501). O protocolo deve ter como diretriz a busca pelo atendimento integral, a saúde da criança, o diálogo contínuo com a equipe de saúde, a interface de ações e a construção permanente de interdisciplinaridade, tendo a criança em tratamento como centro (Turra et al., 2012, p. 503).

Os participantes do grupo deduziram que, para o enfrentamento das dificuldades encontradas por uma equipe multidisciplinar, a construção da proposta de

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

protocolo de atendimento somente funcionaria se fosse elaborado por eles, pois são eles que recebem e atendem a criança vitimada. Pouco valor têm protocolos que vêm prontos e acabados, pois são estanques, feitos por pessoas que estão de fora do serviço, que não conhecem a rotina e os problemas de cada instituição.

Relatos de vários pesquisadores, citando Deslandes (1999), Turra et al. (2012), Gebara e Lourenço (2008) entre outros, têm demonstrado que esse tipo de protocolo não funciona, ficando somente no papel. Nesse primeiro encontro, foi decidido pelo grupo elaborar um protocolo de atendimento padrão à criança vítima de violência, voltado à realidade do hospital.

Destacou-se que, para a funcionalidade de um protocolo, há necessidade de idealizar um processo que deve ser sempre revisto, avaliado e aprimorado pela equipe multidisciplinar, pois, para haver uma integração coerente com as necessidades do atendimento, todos os envolvidos são importantes e devem ser ouvidos. A fala de dois participantes são indicadores que revelam a expectativa gerada na primeira reunião: “Com o protocolo, vai ser possível acionar o Conselho Tutelar, outras instituições, e com o trabalho em equipe tem mais apoio” (P4).” Toda a equipe trabalhando junto não fica deixando espaço para que o caso não fique resolvido. Teve um caso recente que desde a recepção todos se uniram para resolver” (P5). Nessa mesma perspectiva, um dos profissionais presentes (P9) salienta a importância do seu trabalho para que a criança supere seus traumas. Expressa que entende que sua ação está vinculada ao trabalho em conjunto, respeitando o olhar de cada profissional.

Outro participante do encontro (P6) ilustra as discussões com um caso de violência contra uma criança que ocorreu recentemente. Relata que (P6) a médica que acompanhou o caso não teve medo e a equipe se uniu e encaminhou denúncia às autoridades responsáveis. Finaliza sua fala comentando que esse foi apenas um caso, mas que com certeza outros casos não foram notificados. E que, se houvesse um protocolo, essa tomada de decisão e encaminhamento seria uma rotina do hospital e todos teriam que cumpri-la, o que melhoraria o atendimento e o acompanhamento às crianças vítimas de violência.

Em relação à previsão de como seria a padronização de um trabalho articulado entre os setores e os profissionais que prestam atendimento, a psicóloga se posiciona dizendo que: “as responsabilidades serão divididas, pois sem uma padronização, os encaminhamentos são muito morosos e isso faz com que os casos sejam reincidentes. A padronização de um protocolo pode

acabar com tantos procedimentos errados” (P5). Outra profissional (P3) destaca que, se houvesse um protocolo de atendimento, não haveria mais casos como o acontecido recentemente no hospital. Lembra de um caso em que o médico liberou, sem notificar o caso, uma criança vítima de violência. Indignada, menciona que “nenhuma providência foi tomada”. Continua relatando que “após uns dias esta mesma criança voltou ao hospital tendo sofrido outra violência, mas desta vez foi encaminhada ao Conselho Tutelar que decidiu pelo distanciamento da criança da casa em que morava e sua ida para um abrigo onde estaria melhor protegida” (P8). De acordo com outra participante (P4), “a partir do momento em que realmente existir a padronização de um protocolo de atendimento, toda a equipe terá que segui-lo, pois será uma rotina do hospital”.

Os profissionais se julgam despreparados para o trato com a criança vítima de violência

As falas dos profissionais revelam que se julgam despreparados para o trato com a criança vítima de violência. No segundo momento desse 1º encontro, a pesquisadora e também moderadora do grupo apresentou os resultados da pesquisa que tinha realizado sobre as atividades e ações desenvolvidas por cada profissional do hospital.

Logo no início desse encontro, a recepcionista do hospital falou: “Os funcionários da recepção não estão preparados para detectar um quadro de violência, no caso de terem que colocar no cadastro”. Mencionou ainda a preocupação sobre o sigilo dos atendimentos.

Os participantes reafirmam a importância dos encontros para que todos os profissionais aprofundem conhecimento sobre o fenômeno da violência, e adquiram as condições para que detectem e façam os devidos encaminhamentos.

O cotidiano das ações no atendimento à violência contra a criança

No segundo encontro, o técnico de enfermagem descreveu o cotidiano de suas atribuições relacionadas à violência contra a criança. Mencionou um caso de violência sexual contra uma criança com deficiência física e mental em que foi feita denúncia. A criança, por meio de brincadeiras, contou os atos sofridos e, por gestos (colocando as mãos no rosto), relatava que estava com vergonha.

Nesse encontro, foi citada a importância da família para prevenir a violência, especialmente a sexual. Também foram discutidas as ações intervencionistas necessárias para o atendimento e o recolhimento de informações sobre a família e a

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

situação da criança: saúde, escola, proteção, etc. Lembraram da necessidade da troca de informações entre os profissionais para evitar que os casos de violência sejam ignorados. Identificaram que uma das razões das ações não serem eficazes é a falta de comunicados entre todos os profissionais, (prática recorrente até o momento no hospital pesquisado). Mencionaram a falta de conhecimento para abordar adequadamente a vítima e a família.

Nesse encontro, foram apresentadas as ações interencionistas que cada profissional desenvolvia atualmente e foi solicitado que cada um se posicionasse de forma crítica diante de suas ações. Colocou-se em pauta a sensibilização dos casos, que proporcionam paciência e cuidado no atendimento para não aumentar o traumatismo da criança violentada e, além disso, adquirir sua confiança para relatar o fato. Foi relatado que, entre os técnicos de enfermagem, muitas situações de violência são percebidas, mas não são informadas para os outros profissionais, pois não há orientação quanto à abordagem das vítimas de violência dentro do hospital. Assim, o profissional se depara com uma série de desafios e não consegue dar encaminhamento adequado. Por exemplo, os casos em que as mães ocultam a violência contra os filhos. Os técnicos de enfermagem lembram que muitos casos de violência são identificados por eles e não pelos médicos. Isso se deve ao fato de que alguns médicos não tocam o corpo da criança, contentando-se em diagnosticar pelas narrativas das mães.

Na atividade de levantamento das ações que, na opinião dos participantes desse encontro, não poderiam faltar no caso de atendimento às crianças vítimas de violência, as sugestões apresentadas foram: a) intensificação do trabalho da psicóloga para superar os desafios colocados pelo grande número de atendimentos no hospital e pela diferença do seu trabalho em relação ao da equipe de enfermagem; b) superação das dificuldades trazidas pela falta de tempo para brincar com as crianças e dar a atenção que elas requerem; c) alocação de estagiários em todas as áreas que são necessárias para o atendimento à criança vítima de violência, com a finalidade de facilitar as ações interencionistas.

Todos os participantes demonstraram sensibilidade e conhecimento tácito sobre como devem abordar a violência contra a criança. Reafirmam que estão de acordo com a necessidade de alcançarem um trabalho integrado e articulado por uma equipe multidisciplinar. Lembram, entretanto, que, para um funcionamento adequado das ações, é necessário um quadro maior de funcionários. Salientam que a tentativa de instituir o uso de um protocolo de atendimento pode contribuir

para unificar as ações. No final do encontro, falaram que sentiram alívio ao revelar as situações que causam sofrimento, principalmente aquelas em que os encaminhamentos cabíveis não foram verificados nos casos do fenômeno da violência contra a criança.

Dramatização dos casos de violência e trabalho preventivo nas ações contra a violência

Nesse encontro, foi observado que a criança que convive com a violência em seu lar acha normal o que ocorre com ela. Dessa forma, seria importante trabalhar com essa questão de uma forma lúdica, por meio de teatro, para expor à criança que a violência não é algo normal e que ela pode buscar meios para mudar essa situação. “A criança que convive com a violência, acha que é normal. Se fizer teatro pra mostrar que a violência não é uma coisa normal, ela pode crescer pensando que pode mudar essa realidade, ela vai se abrir, contar o que está acontecendo com ela” (P18).

A dramatização de um caso de violência contra crianças

No segundo momento desse encontro, foi sugerida a realização de uma dramatização sobre um caso de violência contra a criança para melhor compreensão das ações que possam ser desenvolvidas com a criança vítima de violência. As técnicas de enfermagem se dispuseram a realizar a dramatização. Foi dramatizado um caso referente à violência sexual, iniciando pela chegada da família com a criança no hospital, sendo atendida pela auxiliar administrativa (recepcionista) que fez o encaminhamento para a equipe de enfermagem e esta encaminhou à consulta médica.

Foi dramatizado um caso real de violência em que a mãe chegou ao hospital com a queixa que a criança havia “dado mau jeito” e a técnica de enfermagem, na hora que examinou a criança, levantou a hipótese de que havia ocorrido uma agressão. Comunicou para a enfermeira, mas não obteve resposta. Posteriormente, insistiu com o médico para que solicitasse Raios X da parte lesada, mas ele pareceu não perceber a necessidade; contudo, ela não desistiu e conseguiu que fosse feito o exame, tendo sido diagnosticada a fratura de fêmur. Quando foi revelado o resultado do exame, a mãe contou que a criança havia sido agredida pelo padrasto.

A reconstrução de um caso concreto possibilitou que dimensões e problemas fossem revelados e que o atendimento habitual do hospital fosse problematizado. Concluiu-se que a sensibilização da equipe de enfermagem não é suficiente para a

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

tomada de decisões relacionadas à verificação da violência e que cada situação que chega ao hospital é singular, cada uma é diferente da outra. Foi observado que a equipe que atende a criança vítima de violência deve ser acionada imediatamente após a entrada da criança no hospital, para que as medidas cabíveis sejam tomadas adequadamente.

Os participantes do encontro concluíram que, para ocorrer um atendimento satisfatório, todos deverão passar por treinamento, para que assim adquiram um olhar diferenciado em relação à criança vítima de violência.

A psicóloga reforçou que a equipe de enfermagem deveria sempre acionar o setor de psicologia e de serviço social para atender os casos de violência. A assistente social lembrou que para que isso ocorra, a equipe deverá ser maior. Acrescentou, também, a importância de se obter um retorno dos casos de violência atendidos no hospital, como cobrar do Poder Judiciário para que as ações sejam mais efetivas e que os atendimentos sejam urgentes. As medidas devem ser mais extremas para apressar o processo no Ministério Público.

Ao término da dramatização, verificou-se a necessidade de uma preparação da equipe para atender a vítima de violência e, principalmente, da área médica, que demonstra relutância em se envolver e se integrar com os outros profissionais. Concluiu-se que as ações intervencionistas, seguindo um protocolo padrão, são essenciais para que ocorra um atendimento com mais qualidade e transparência.

Desde o primeiro encontro, verificou-se uma grande expectativa em relação à construção e implantação do protocolo. A equipe de enfermagem enfatizou, em vários momentos, que esses procedimentos fortaleceriam a equipe, fazendo com que as responsabilidades fossem divididas entre todos os envolvidos no processo e geraria uma união na busca de solucionar os problemas no atendimento. O pedido era sempre por um protocolo que fosse simples, realista e que de fato funcionasse.

Avaliou-se que a preparação para a implantação do protocolo estava gerando motivação para a busca de conhecimento em relação à violência infantil. Os encontros possibilitaram que os profissionais falassem sobre suas dificuldades, que compartilhassem suas experiências e que se sentissem os verdadeiros responsáveis pelo enfrentamento dos problemas.

Ações Intervencionistas dos Profissionais de Saúde

No primeiro momento do quarto encontro, foi realizado o acolhimento da equipe, dando as boas vindas àqueles que estavam comparecendo pela

primeira vez. Devido à demanda do hospital, não foi possível a participação de toda a equipe em todos os encontros.

Em seguida, foi realizada a leitura das ações intervencionistas montada com a equipe de enfermagem com o objetivo do delineamento do protocolo. Percebe-se que, na maioria das situações, a atuação do profissional de enfermagem é solitária, pois quando deveria ocorrer uma ação multiprofissional, nem sempre há participação dos outros profissionais, como o da psicologia, do serviço social, da terapia ocupacional, que dificilmente estão presentes no momento do atendimento à vítima. A carga horária desses profissionais é de 6 horas diárias e os demais, principalmente os da área da enfermagem, fazem 12 horas. Constatou-se que, em muitos casos de violência contra a criança, alguns profissionais nem ficam sabendo do caso, não ocorrendo, portanto, uma ação articulada entre eles.

Construção do Protocolo de Atendimento (Fluxograma)

No primeiro momento do quinto encontro, retomaram-se os encontros anteriores, enfatizou-se a importância da troca de experiência e o quanto a própria pesquisadora estava aprendendo por meio dos encontros. Os participantes também se pronunciaram, valorizando o trabalho de grupo desenvolvido. Disseram que isso nunca havia acontecido no hospital. “Eu acho que esses encontros estão me fazendo repensar e aprender muito sobre a violência contra a criança. Quem não está participando, está perdendo a oportunidade de aprender” (P6). “Realmente é muito bom essa troca que tem acontecido. Pena que toda a equipe não esteja participando, mas por ser um hospital é difícil contar com a participação de todos” (P12).

A partir dessas avaliações sobre o andamento do trabalho, a pesquisadora propôs aos participantes a construção coletiva do protocolo (fluxograma) de atendimento à criança. Formaram-se grupos para que, a partir do discutido nos encontros e das experiências de cada um, formassem como deveriam ser os encaminhamentos e procedimentos de atendimento da criança com suspeita ou confirmação de maus-tratos. Nessa reunião, foi realizado um esboço dos procedimentos contendo as ações de cada profissional.

Apresentação do Protocolo de Atendimento (Fluxograma)

No último encontro, a pesquisadora apresentou o esboço do protocolo (fluxograma). As ações foram

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

apresentadas e foram perguntados quais profissionais deveriam ficar responsáveis por cada ação. A pesquisadora levantou questões a respeito das funções que cada profissional deveria desempenhar a partir do momento em que o hospital adotasse o protocolo de atendimento, por exemplo, a quem compete fazer a notificação dos casos de violência contra a criança? Um membro do grupo responde que é a enfermeira (P16). “É a enfermeira quem faz a notificação, porque é ela que faz o exame físico e passa as informações para a vigilância epidemiológica” (P16). Todos os presentes aprovaram o protocolo de atendimento.

Considerações Finais

Durante o processo de pesquisa, surgiu a proposta de construção de um protocolo de atendimento às crianças vítimas de violência. Um esboço do protocolo foi elaborado ao longo dos encontros e resultou em um fluxograma que indica a ordem de encaminhamento que a vítima percorre no processo de atendimento à violência sofrida, esclarecendo-se à parte as ações intervencionistas que cabem a cada profissional realizar.

Destaca-se que o protocolo é direcionado para o atendimento específico neste hospital. Buscou-se construir um modelo de protocolo funcional, prático, realista e aplicável. Daí a importância de que as ações fossem elaboradas por aqueles que convivem com os problemas das crianças atendidas, que estão habituados com a rotina e os problemas do hospital.

A pesquisa participante revelou ser uma metodologia com grande potencial para desenvolver a integração de equipes multidisciplinares nas instituições de saúde. Nessa modalidade de pesquisa, por meio da ação e participação dos atores envolvidos com a ampliação e mudança de significados, é possível a construção de conhecimentos e modificação de práticas consolidadas nessas instituições.

A pesquisa participante favoreceu a criação de um espaço democrático que interveio na ação dos profissionais de saúde. As discussões em grupo favoreceram a construção coletiva de um mecanismo de atendimento – protocolo de atendimento –, cujo intuito foi melhorar a assistência à criança vítima de violência.

O procedimento participativo dos encontros também possibilitou que o objeto – a forma de atendimento às crianças vítimas de violência – fosse modificado a partir da problematização, da expressão de diferentes pontos de vista, da revelação de conhecimentos tácitos e da aprendizagem e desenvolvimento das pessoas envolvidas no

atendimento das crianças. Os participantes consideram o diálogo e a colaboração de todos fundamentais para a identificação dos problemas que todos vivenciavam diariamente no hospital.

O conteúdo principal dos encontros foi o relato das práticas desenvolvidas pelos profissionais. A introdução de conceitos e fundamentos teóricos decorreu tão somente das reflexões sobre a prática. Assim, a teoria foi introduzida para possibilitar a abertura para outras práticas possíveis. Desse modo, a moderadora (pesquisadora) dos encontros buscou revelar contradições e confrontá-las com os sujeitos praticantes, para possibilitar a transformação, o desenvolvimento e a inovação, pela construção de novos procedimentos com o propósito de resolver os problemas identificados.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade de fazer com que alguns profissionais, principalmente os médicos, participassem dos encontros. Dessa forma, sugere-se que sejam promovidos novos encontros entre os profissionais de saúde para que a ação multidisciplinar se concretize. Muitas dificuldades apareceram ao longo do desenvolvimento da intervenção. Práticas de poder, em vários momentos, dificultaram a comunicação entre os diferentes profissionais. Os profissionais de saúde com cursos superiores revelaram em diversas situações dificuldade para aceitar os conhecimentos tácitos expressos pelos outros profissionais com grau de instrução formal inferior. Importante revelar que nenhum médico participou dos encontros. Esse fato provavelmente é um fator que pode impedir a continuidade das reuniões para a construção de uma verdadeira equipe multidisciplinar e, principalmente, ser um impedimento para a consolidação da aplicação do esboço de protocolo elaborado pelos outros profissionais.

Referências

- Algeri, Simone, & Souza, Luccas Melo de. (2006). Violência contra criança e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(4), 625-631.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. de A. (1998). Com licença vamos à luta. São Paulo: In: Azevedo, M. A. (2005) *Pesquisa qualitativa e violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA): Por que, como e para que investigar testemunhos de sobreviventes*. LACRI. Retirado em 30 de março de 2014 do

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

<http://www.usp.br/ip/laboratorio/lacri>.

- Brandão, C. R. (1985). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.
- De Pau, J. O.; Madariaga M. I. A. (2011). La intervención psicosocial con menores en situación de desprotección. In: Fernández, I. , Morales, J.F., Molero, F. *Psicología de la Intervención Comunitaria.*, (pp.173-210), Bilbao: Desclée De Brouwer.
- Deslandes, S. F. (1999). O atendimento às crianças vítimas de violência na emergência: “prevenção numa hora dessas?”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1), 81-94.
- Elias, N. (1980). *Introdução à Sociologia*, 2. ed. Lisboa: Edições 70.
- Faleiros, V. de P. (2000). *Para Combater a Violência: o papel da família e da assistência social na ação junto a crianças e adolescentes*. Brasília: MPAS/SEAS. São Paulo: FUNDAP.
- Garcia, M. R. C. (2002). Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In: Ferrari, D. C. A. & Vecina, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.
- Gebara, C. F. P. & Lourenço, L. M. (2008). Crenças dos Profissionais de Saúde sobre Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. *Psicologia em Pesquisa*, 2(01), 27-39.
- Gonçalves, H. S. & Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Caderno de saúde Pública*. 1, 315-319.
- Guerra, V. N. A. (2011). Prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Retirado em 30 de março de 2011 do LACRI. Disponível em: <http://www.usp.br/ip/laboratorio/lacri>.
- Gomes, R. et al. (1999). A saúde e o direito da criança ameaçados pela violência. *Rev. Latino-am. Enfermagem*. 7(3), 5-8.
- Gonçalves, H. S., Ferreira, A. L. & Marques, M. J. V. (1999). Avaliação de serviço de atenção a crianças vítimas de violência doméstica. *Revista Saúde Pública*. 33(6), 547-53.
- Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2012). *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Haguette, T.M.F. (1999). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Matos, J. (2005). Aprendizagem e prática social. Contributos para a construção de ferramentas de análise da aprendizagem matemática escolar. Retirado em 20 de julho de 2014 do <http://www.spce.org.pt/sem/9900%20Matos.pdf>.
- Mello, J. M. H. P (1979). *Mortalidade por causas violentas no Município de São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Minayo, M. C. S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 (1), 7-18.
- Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 28-37.
- Nunes, C. B., Sarti, C. A. & Ohara, C, V, da S. (2009). Profissionais de saúde e violência intrafamiliar contra a criança e adolescente. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*. 22 (7), 903-908.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Phebo, L. (1996). Violência como fato epidemiológico. Saúde em Foco. *Violência social: o olhar da saúde*. Apresentado no relatório do encontro da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.
- Souza, E. R. de, Assis, S. G. de & Alzguir, F. de C. V. (2002). Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico. *Revista Brasileira Saúde Materno Infantil*. 2 (2), 105-116.

Klippel, Yara Aparecida Martini; Camargo, Denise. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência

Thomazine, A. M., Oliveira, B. R. G. de & Viera, C. S. (2009). Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar por enfermeiros em serviços de pronto-atendimento. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 11 (4), 830-840.

Turra, V, Almeida, F. F., Doca, P. F. N. & Costa Junior, A.L. (2012). Protocolo de Atendimento Psicológico em Saúde Orientado para o Problema. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, 43 (4), 500-509.

Oliveira, F. (2001). Redes: o desafio da democratização dos saberes e poderes, limites e possibilidades. In: Seminário Combate à

violência contra a mulher, Minas Gerais: Conselho Estadual da Mulher.

Wenger, E. (2001). *Comunidades de Práticas: Aprendizaje, significado e identidade*. Madrid: Espasa Libros, S.L.U.

Recebido em: 21/07/2014
Aprovado em: 30/04/2015

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

Use of anxiolytics and antidepressants by bankers: a study of social representations

El uso de ansiolíticos y antidepressivos por los banqueros: un estudio de las representaciones sociales

Sara Fernandes Picheth¹

Elisa Yoshie Ichikawa²

Resumo

Atualmente a sociedade vive sob uma crença de que a felicidade deveria ser eterna. As pessoas, ao enfrentarem o sofrimento, a angústia e a dor, recorrem aos ansiolíticos e antidepressivos que são vistos como recurso legítimo para responder ao mal-estar. Diante deste cenário, objetivou-se desvendar as representações sociais do uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários, uma vez que estes são conhecidos por enfrentarem ambientes de alta pressão e, assim, estarem mais propícios ao uso desta medicação. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva e teve seus dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com bancários de uma instituição privada da cidade de Maringá-PR. A análise dos dados permitiu concluir que, apesar de estarem cientes de alguns malefícios dos ansiolíticos e antidepressivos, os bancários visualizam neles um alívio à dor sentida. Assim, ao vivenciarem situações de sofrimento, estresse e depressão, os bancários adotaram ou estariam dispostos a adotar o seu consumo.

Palavras-chave: Representação Social; Ansiolíticos; Antidepressivos; Bancários.

Abstract

Nowadays, the society lives with a belief that happiness should be endless. As people face suffering, agony, and pain, they resort to anxiolytics and antidepressants that are seen as a legitimate resource to respond to the malaise. Given this scenario, it was aimed at discovering the social representations of the use of anxiolytics and antidepressants by bankers, since these professions are known for facing high pressure environments and thus are more susceptible to use this medication. This research is characterized as qualitative and descriptive and it had its data collected through semi-structured interviews with bankers from a private banking institution in the city of Maringá-PR. The data analysis showed that, despite being aware of some harm caused by anxiolytics and antidepressants, bankers visualize them as a relief to the pain felt. Therefore, once they face situations of suffering, stress, and depression, bankers adopted or would be willing to adopt its consumption.

Keywords: Social representation; anxiolytics; antidepressants; bankers.

Resumen

¹ Mestranda em Administração, Organização, Estratégia e Trabalho, Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: sarafpicheth@gmail.com

² Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutora no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG).

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários:
um estudo de representações sociais

Atualmente la sociedad vive bajo una creencia de que la felicidad debería ser eterna. Las personas, al afrontar el sufrimiento, la angustia y el dolor, recurren a ansiolíticos y a antidepressivos que son considerados como un recurso legítimo para afrontar el malestar. Ante este escenario, el objetivo es investigar las representaciones sociales a respecto de la utilización de ansiolíticos y antidepressivos hecha por bancarios, puesto que son conocidos por enfrentar ambientes de alta presión y así, están más susceptibles a la utilización de este medicamento. La investigación se caracteriza como cualitativa y descriptiva y los datos fueron obtenidos por medio de entrevistas semiestructuradas en una institución bancaria privada, en la ciudad de Maringá-PR. El análisis de los datos demostró que, aunque los usuarios son conscientes de algunos de los peligros de los ansiolíticos y de los antidepressivos, ellos ven en estas medicinas un alivio para el dolor que sienten. De este modo, al encontrarse en situaciones de sufrimiento, estrés y depresión, los bancarios adoptaron o estarían dispuestos a adoptar su consumo.

Palabras clave: Representación social; Ansiolíticos; Antidepressivos; Bancarios.

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

Introdução

Inserido no atual contexto social influenciado pela globalização, disseminação de maior competitividade e exigência das pessoas, e maior alcance da mídia, vive-se uma época em que se acredita que a felicidade deveria ser eterna, em que as pessoas não podem mais se permitir viver momentos de angústias ou sofrimento, devendo buscar soluções nas indústrias farmacêuticas por meio das “pílulas da felicidade” (Margarido, 2012). O consumo dessas pílulas se tornou mais comum, visando combater o sofrimento, a tristeza, o insucesso, a depressão e as pressões sofridas, uma vez que, ainda segundo o autor, tem-se a premissa de que, existindo sofrimento psíquico, a possibilidade de uma vida bem-sucedida é reduzida, pois o sofrimento é contrário à vida, ao desenvolvimento e ao amadurecimento das pessoas. Assim, “ansiolíticos e antidepressivos aparecem como um recurso legítimo capaz de responder satisfatoriamente ao mal-estar e ao sofrimento, na medida em que aprisiona estes a resistência e as linhas de fuga, impedindo-os de se manifestar” (Carvalho & Dimenstein, 2004, p. 125).

Os ansiolíticos são remédios indicados para controle de ansiedade e tensão e, apesar de serem de uso controlado, estão entre os medicamentos mais consumidos no País nos últimos anos, muito mais do que medicamentos que não exigem receita médica (Rodrigues, 2012). Eles atuam acentuando processos inibitórios do Sistema Nervoso Central, levando à diminuição da ansiedade, indução do sono, relaxamento muscular e redução do estado de alerta, deixando as pessoas mais tranquilas (Carlini, Nappo, Galduróz & Noto, 2001). Portanto, tais medicações são vistas atualmente como cura e alívio, possibilitando o controle de angústia e a proteção contra tribulações, isto é, como fornecedoras de felicidade.

A política de medicalização dispõe o desamparo, conferindo aos indivíduos a fantasia do controle absoluto da vida psíquica (Margarido, 2012). Diante de situações que fogem desse controle, ou seja, diante de sofrimento, estresse ou angústia, as pessoas têm aderido a esses comprimidos para erradicar todo desconforto. Segundo Lefèvre (1983), a função simbólica do medicamento pressupõe que a enfermidade seja considerada um fato orgânico, enfrentável com o uso da mercadoria remédio, único modo válido de se obter o estado de saúde desejado, ou seja, a felicidade e a tranquilidade.

Diante desse cenário, algumas profissões são reconhecidas como sendo mais estressantes e, conseqüentemente, mais afetadas por doenças laborais. Entre elas encontra-se a profissão dos bancários (Viana, Andrade, Back & Vasconcello, 2010). Segundo pesquisa realizada pela psicóloga Ana Maria Rossi, os bancários ocupam a terceira posição de profissões mais estressantes, em virtude da alta cobrança, demanda e metas extremamente elevadas que envolvem a profissão (Pesquisa, 2013). Mudanças geradas no trabalho e no contexto de trabalho dos bancários levaram ao aparecimento de queixas de assédio moral e conseqüências sérias na saúde desses trabalhadores, como depressão e suicídio (Maciel, Cavalcante, Matos & Rodrigues, 2007). Os bancários enfrentam intensas cobranças de metas a serem cumpridas, pressão pela produção e controle estrito sobre os tempos de trabalho, o que gera grande tensão e nervosismo entre os funcionários e um maior número de afastamentos do trabalho por LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e por estresse decorrente de sofrimento mental (Maciel et al., 2007), sendo que a LER não é mais vista apenas em relação à repetitividade de movimentos, mas também, no caso dos bancários, a essas mudanças que podem estar relacionadas a sofrimentos emocionais (Pennella, 2000).

Ademais, a classe de bancários apresenta alta incidência de Síndrome de Burnout, transtorno grave de tensão emocional de caráter depressivo relacionado ao trabalho em que o estresse leva o indivíduo ao esgotamento por exaustão. Tal síndrome apresenta como tratamento principal o psicoterápico, com uso de ansiolíticos ou antidepressivos (Cruz, 2011). Esse fato ratifica o posicionamento de Pennella (2000) de que a problemática entre saúde-trabalho é tratada como uma questão individualizada, como, no caso da Síndrome de Burnout, com medicação. Segundo a autora, tem-se uma extensão do indivíduo biológico, em que o adoecimento no trabalho é visto como decorrente de contatos do indivíduo com agentes químicos, físicos ou psicológicos. Por conseguinte, privilegiam-se as análises individuais e negligencia-se o funcionamento do processo capitalista de produção, conseqüentemente, levando a um deslocamento do foco de análises e soluções (Pennella, 2000).

O uso de medicamentos, em especial de ansiolíticos e antidepressivos, se torna então uma estratégia defensiva, em que as pessoas recorrem a essas medicações com a intenção de escapar ou ao menos tornar mais toleráveis as pressões sociais, familiares ou do trabalho (Carvalho & Dimenstein,

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

2004), isto é, individualizando a maneira de lidar com os problemas sociais. Nesse contexto, o presente artigo pretende desvendar a representação social do uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários, uma vez que são conhecidos como profissionais que enfrentam ambientes de alta pressão, com alta incidência de sofrimento e adoecimento no trabalho, sendo assim, mais propícios ao uso daquelas medicações. A utilização das representações sociais permite identificar esse conhecimento do senso comum, da vida cotidiana dos indivíduos, no sentido de interpretar e agir sobre a realidade (Bonfim & Almeida, 1991/92).

O uso de ansiolíticos e antidepressivos

Atualmente, compartilha-se a premissa de que, em face de um problema, este deve ser abolido de forma mais rápida, sendo a medicalização vista como o meio mais adequado que possibilita a concretização de tal objetivo, na velocidade necessária, uma vez que está vinculada ao bem-estar, à saúde ou mesmo à felicidade (Carvalho & Dimenstein, 2004). A medicalização contribui com a fantasia de que o sofrimento é impossível e transmite a ideia de que seu uso possibilita anular o sofrimento gerado pela sociedade (Margarido, 2012). Por conseguinte, antidepressivos e ansiolíticos, conhecidos como a pílula da felicidade, já são o sexto medicamento mais vendido em todo o mundo (Junqueira, 2000).

Segundo Margarido (2012), um dos fortes agravantes para essa problemática encontra-se nas informações midiáticas. Por meio da mídia, difundem-se discursos da lógica do mercado e de compra e satisfação, os quais pregam que tudo é possível de ser comprado, incluindo a calma, o amor e a felicidade. Dessa forma, momentos de angústia, tristeza e sofrimento podem ser alterados com a compra da felicidade, adquirida por meio de pílulas. Outrossim, além do sofrimento, a medicação busca suprir também tudo aquilo que o indivíduo deseja, principalmente o que é oferecido pela mídia e propaganda, mas que ele não pode possuir. A sociedade atual promove a ideia de que sempre é possível, com o consumo de alguma mercadoria, encurtar ou mesmo eliminar a distância entre o desejo e a sua realização e, não admitir essa distância, constitui um comportamento caracteristicamente infantil ou imaturo (Lefèvre, 1983), gerando um grande desconforto.

A medicação, dessa forma, remove do indivíduo sua capacidade de perceber a angústia e fornece-lhe aceitação incondicional aos ditames postos pela

sociedade (Margarido, 2012). Percebe-se, assim, que não apenas as pessoas com sofrimento emocional estão tomando tais medicações, mas seu uso tem sido generalizado para melhorar a rotina das pessoas.

Os antidepressivos ultrapassaram a barreira das doenças nervosas e atualmente não são usados apenas em casos de distúrbios psicológicos, mas também para casos de enxaquecas, dores crônicas e reumáticas, bulimias, anorexias, de modo que passaram a se constituir numa saída para tudo que aflija de alguma maneira o ser humano. Além disso, muitas receitas também são prescritas por pressão do paciente no intuito de utilizá-las para outros fins, como em regimes de emagrecimento (Junqueira, 2000, s.p.).

De acordo com a segunda edição do Boletim do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), divulgado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), alguns ansiolíticos como Clonazepam, Bromazepam e Alprazolam, conhecidos no mercado como Rivotril, Lexotan e Xanax, foram as substâncias controladas mais consumidas pela população brasileira no período de 2007 a 2010 (Amaral, 2012). A venda legal de Rivotril saltou de 29,46 mil caixas em 2007 para 10,59 milhões em 2010. A Anvisa estima que só em 2010 os brasileiros gastaram ao menos R\$92 milhões com a compra do medicamento Rivotril (Rodrigues, 2012).

A Proteste, associação de consumidores, em pesquisa realizada sobre uso de ansiolíticos, antidepressivos e hipnóticos, revelou que os brasileiros demonstraram um uso crônico significativamente mais alto do que em outros países pesquisados, como Bélgica, Itália, Espanha e Portugal (Brasileiros, 2013). De acordo com a pesquisa, 45% dos entrevistados brasileiros já fizeram uso de ansiolíticos ou antidepressivos, 35% apresentam sinais de dependência de ansiolíticos e hipnóticos, 45% disseram se sentir mais seguros se tiverem o remédio à mão, sendo que uma parte significativa afirmou ficar nervosa com sua falta e um quarto dos usuários aumenta suas doses para manter a sua eficácia (Brasileiros, 2013).

Cabe mencionar que tais medicamentos muitas vezes são obtidos por meio de outras pessoas que não psiquiatras. Nove por cento dos participantes da pesquisa da Proteste admitiram adquirir os medicamentos por meio de parentes ou amigos (Brasileiros, 2013). O SNGPC divulgou que há um grande volume de receituário de controle especial prescrito por médicos veterinários e odontólogos. Os médicos utilizaram notificação de receita especial

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

em 8% de suas prescrições, contra 16% dos médicos veterinários e 15,4% dos odontólogos (Amaral, 2012). A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que todos os médicos, de qualquer especialidade, já tenham receitado, em alguma situação, antidepressivos (Junqueira, 2000).

Por conseguinte, Silva (2007) salienta que a introdução de substâncias psicoativas na vida das pessoas não é um fenômeno alheio à sociedade, mas, pelo contrário, é produzido por ela. O modo de produção, a distribuição de renda, a busca por lucros a qualquer preço, as ambições descontroladas e o controle feito pelas leis de mercado fazem com que o funcionamento social seja tão doentio quanto as doenças que produz (Silva, 2007). Assim, a sociedade de consumo, ao mesmo tempo em que promove a ideia de que qualquer sofrimento, dor ou estado que fuja daquilo que ela institui como padrão, inclusive estético, constitui algo insuportável para o indivíduo, também oferece a solução mágica para contornar tais situações, os comprimidos (Lefèvre, 1983).

Nesse contexto, Foucault (1984) destaca que o primeiro objeto socializado pelo capitalismo foi o corpo como força de trabalho. Para o autor, o controle exercido pela sociedade sobre os indivíduos começa no corpo e com o corpo. O controle não é operado apenas pela consciência ou pela ideologia, mas também no biológico, no somático e no corporal, nos quais a sociedade capitalista investiu primeiramente. O corpo é visto como uma realidade biopolítica e a medicina como uma estratégia biopolítica (Foucault, 1984).

Dessa forma, é possível observar a relação do corpo com o uso de ansiolíticos. O contexto socioeconômico atual, ao exigir a exploração do corpo a fim de obter o desempenho desejado, dispõe as substâncias psicoativas como atributo facilitador do trabalho (Margarido, 2012). O corpo só é visto como força útil de trabalho se for simultaneamente corpo produtivo e submisso (Foucault, 1987). O homem para ter utilidade como força de trabalho precisa estar inserido em um sistema de sujeição, isto é, precisa tornar-se um corpo dócil, que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado (Foucault, 1987). Assim, a função dos antidepressivos e ansiolíticos se destaca como meio de propiciar essa sujeição, livrando o homem de situações que fogem às normas da sociedade e permitindo seu assujeitamento.

Teoria das representações sociais

A Teoria das Representações Sociais foi inicialmente desenvolvida pelo autor francês Serge Moscovici. O estudo surgiu de uma crítica aos modelos positivista e funcionalista que reduziam a participação do sujeito e tinham uma visão parcial da realidade (Guareschi, 1997). Dessa forma, as representações sociais, por meio de suas significações, possibilitaram aos atores sociais compreender suas experiências e realidades. Elas agem como guias nos modos de nomear aspectos da realidade diária e de interpretá-los a fim de fornecer sentidos que possibilitem a tomada de decisão e posicionamento nesses aspectos (Jodelet, 2001).

Segundo Minayo (1997, p. 89), as representações sociais são “um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais, são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Complementarmente, Jodelet (2001, p. 22) define representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ela compreende toda organização social de imagens e linguagem e tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos (Moscovici, 1978). Assim, constitui-se como um processo ativo e dinâmico, marcado pela interação entre os atores, seu contexto e valores. O objeto, ao tornar-se familiar, transforma e é transformado (Moscovici, 1978), trata-se de uma construção social, na qual a ação não apenas reproduz, mas também modifica.

A função das representações consiste em tornar familiar o que não o é, transferindo o que é estranho e perturbador do universo exterior para o interior, deslocando-o para uma categoria e contexto conhecidos (Leme, 1995). Busca-se então atenuar as estranhezas e introduzi-las a um espaço comum, de modo que expressões e visões diferentes se encontram, constituindo-se em um trabalho duplo de tornar familiar o insólito e insólito o familiar (Moscovici, 1978). Nesse sentido, as representações sociais se constroem sobre símbolos, que têm a capacidade de invocar a presença mesmo na ausência, já que os símbolos significam uma outra coisa; eles criam o objeto representado a partir da construção de uma nova realidade para a realidade já existente (Jovchelovitch, 1997).

Por conseguinte, uma representação social é elaborada com base em dois processos fundamentais: a objetivação e a ancoragem ou

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

amarração. Esses processos possibilitam que as representações sociais estabeleçam mediações, trazendo uma concreticidade das representações sociais na vida social; possibilitam que a produção simbólica de uma comunidade chegue a um nível quase material (Jovchelovitch, 1997). A objetivação busca trazer a questão abstrata ao seu domínio de referência, trazer para mais próximo, remover a estranheza. “Objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as (e adotando assim certa distância a seu respeito). É também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo” (Moscovici, 1978, p. 111). Assim, esse processo condensa significados diferentes buscando uma realidade familiar, transformando o desconhecido em uma realidade já institucionalizada (Jovchelovitch, 2000).

Já o segundo processo, como o próprio nome diz, busca ancorar, enraizar a representação e seu objeto (Sá, 1995). Consiste em trazer para categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado nem rotulado (Guareschi, 1997; Leme, 1995), integrar ao universo de pensamento preexistente (Jodelet, 2001). Durante a ancoragem, insere-se o objeto em uma hierarquia de valores, uma escala de preferências das relações sociais já existentes (Moscovi, 1978). Dessa forma, segundo o autor, enquanto a objetivação transfere a ciência para o domínio do ser e evidencia como os elementos representados se integram à realidade social, o processo de ancoragem delimita o domínio do fazer, permitindo compreender o modo como os elementos representados modelam as relações sociais.

Ademais, as representações sociais perpassam dois universos que interagem simultaneamente, o reificado e o consensual. Uma realidade social é criada apenas quando o novo passa a ser incorporado ao universo consensual, do senso comum, passando a ser familiar e perdendo a novidade (Sá, 1995). Já o universo reificado corresponde aos mundos restritos, onde circulam as ciências e são marcados pela objetividade e teorizações abstratas (Guareschi, 1997). Segundo o autor, o não familiar, produzido e situado dentro do universo reificado, deve ser transportado ao universo consensual, às práticas do dia a dia, para que se produzam as representações sociais, as teorias do senso comum, fundadas no consenso e dentro de uma lógica.

Na medida em que as representações sociais se constroem e constituem as práticas do dia a dia, elas modelam as relações sociais, entre os atores e os mundos e também direcionam as condutas. As representações sociais atuam como uma preparação para a ação, uma vez que não apenas guiam o

comportamento, mas também remodelam e incutem sentido a ele (Moscovici, 1978). Observa-se que as representações sociais correspondem às situações reais e cotidianas da vida e, portanto, podem ser manifestadas por meio das palavras e condutas e, ao serem institucionalizadas, podem ser analisadas a partir da compreensão dos comportamentos e da interação social (Minayo, 1997). Assim sendo, conforme explanado na próxima seção, a presente pesquisa procurou identificar a representação social do uso de ansiolíticos e antidepressivos por meio da interação e comunicação com os bancários, buscando compreender como essas representações sociais direcionaram suas ações quanto ao uso ou não desses medicamentos.

Percurso metodológico

Delineamento da pesquisa e escolha dos participantes

Para o alcance do objetivo proposto, esta pesquisa fez uso de técnicas qualitativas. Segundo Godoy (1995, p. 58), a pesquisa qualitativa “procura compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”. Neste caso, buscou-se compreender a representação social do uso de ansiolíticos e antidepressivos sob a ótica de bancários da cidade de Maringá-PR. Tal metodologia se mostrou adequada ao objetivo do estudo pelo fato de possibilitar o delineamento da complexidade de certos problemas e da interação de variáveis, além do entendimento das peculiaridades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 1999). Esta pesquisa caracteriza-se ainda como estudo descritivo por buscar observar, relacionar e analisar fenômenos sem manipulá-los, trabalhando com dados coletados da própria realidade (Cervo & Bervian, 1996).

Segundo Spink (1997), duas perspectivas se tornam possíveis para serem trabalhadas para o estudo das representações: uma perspectiva mais tradicional, de estudar muitos para entender a diversidade; e, por outro lado, o estudo de casos únicos para buscar na relação representação-ação, os mecanismos cognitivos e afetivos da elaboração das representações. O presente trabalho optou por adotar a segunda perspectiva, tendo como sujeitos de pesquisa, bancários de uma instituição privada da cidade de Maringá-PR. A análise nessa perspectiva centrada na totalidade do discurso é demorada e, por isso, esses estudos têm utilizado poucos sujeitos. Trata-se, assim, de acordo com Spink (1997), de

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

“sujeitos genéricos” que, se devidamente contextualizados, têm o poder de representar o grupo no indivíduo. Assim, ao todo, foram entrevistados dez bancários. A seleção dos profissionais teve como requisito profissionais que tivessem entre suas funções vendas e atendimento ao cliente, por serem consideradas profissões que enfrentam maior estresse e, portanto, são mais propícias ao uso de ansiolíticos e antidepressivos.

A participação dos entrevistados foi de caráter voluntário. Inicialmente, entrou-se em contato com o responsável pela instituição para apresentar a pesquisa e solicitar sua autorização. Após a concessão desta, a pesquisa foi apresentada individualmente aos profissionais e solicitada sua participação; em caso positivo, era solicitada autorização para gravação das entrevistas. A adesão foi total entre os profissionais. Os entrevistados foram citados durante a exposição da análise de dados por meio das identificações Bancário 1 (B1), Bancário 2 (B2) e assim sucessivamente.

O perfil dos entrevistados da presente pesquisa pode ser assim descrito: a) em relação ao sexo, seis eram mulheres e quatro eram homens; b) em relação à idade, três pertenciam à faixa de 20 a 30 anos, dois estavam na faixa de 31 a 40 anos, três estavam na faixa de 41 a 50 anos e dois tinham mais de 50 anos; c) em relação ao grau de instrução, oito possuíam ensino superior completo e os outros dois estavam cursando.

Procedimentos de coleta e análise de dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas de natureza semiestruturada, pois, conforme Spink (1997), a coleta de dados exige longas entrevistas semiestruturadas acopladas a levantamentos paralelos sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos como sujeitos sociais. Além disso, as entrevistas semiestruturadas permitem a utilização de questões flexíveis, o que possibilita abordar assuntos que, embora não compreendidos inicialmente no roteiro de entrevista, podem oferecer também grande contribuição à pesquisa. Essa flexibilidade ajuda a “revelar os aspectos afetivos e carregados de valor das respostas da pessoa, bem como a verificar a significação pessoal de suas atitudes” (Sellitz, Jahoda, Deutsch & Cook, 1975, p. 295). Assim, ainda segundo a autora, esse tipo de entrevista não apenas permite que a resposta do entrevistado se exprima de forma mais completa e minuciosa, mas que também expresse o contexto social e pessoal de suas crenças e valores.

Dessa forma, o roteiro de entrevista abordou questões que identificassem o perfil dos participantes, o tipo de trabalho empregado, a adesão ao uso dos medicamentos e as representações sociais quanto a estes. As entrevistas foram conduzidas nos dias que tiveram jogos do Brasil da Copa do Mundo 2014, em função de, nesses dias, a instituição financeira ter recebido um menor fluxo de clientes e, conseqüentemente, ter maior disponibilidade dos bancários para participarem da pesquisa. A condução destas foi realizada individualmente, no próprio local de trabalho.

Após coletados os dados, a análise adotada seguiu o modelo proposto por Spink (1997). Inicialmente, todas as entrevistas foram transcritas e, na seqüência, realizou-se uma leitura flutuante do material, intercalando a escuta do material gravado com a leitura do material transcrito. Buscou-se assim, conforme salienta a autora, mapear o discurso a partir das dimensões internas da representação, seus elementos cognitivos e práticas do cotidiano. Por fim, foi construído um mapa pontuando essas relações entre as dimensões internas, ilustrado na próxima seção.

Representações sociais dos atores

Por meio da análise dos relatos, buscou-se desvendar as representações sociais dos atores investigados. Apresentam-se aqui alguns comentários-chave a respeito das representações, para ilustrar e facilitar a interpretação geral da investigação realizada, que se segue.

A maioria dos entrevistados (60%) relatou já ter utilizado ansiolíticos em momentos de alto nível de estresse e tensão pelos quais haviam passado, conforme pode ser exemplificado pelos trechos transcritos abaixo:

Eu já usei, eu tive um período em que eu tava (“ahhh”) sabe? Faltando ar, aí eu tive que usar. (B2)
Eu já tomei, já tomei. Teve época em que sentia os nervos do corpo rígidos, aí fui ao médico, ele me passou remédio e eu tomei. (B3)
Eu já usei, momento de muito estresse do trabalho, ficava ansiosa, chorava muito, descontava em doces, aí o médico receitou. (B8)

Os trechos acima vão ao encontro do estudo de Brant e Minayo-Gomez (2004) que aponta a existência de um processo de transformação do sofrimento em adoecimento no âmbito de trabalho, o que leva à medicalização das manifestações de sofrimento por meio de prescrição indiscriminada,

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

principalmente de antidepressivos e ansiolíticos, como relatado pelos entrevistados.

De todos os entrevistados que utilizaram a medicação, apenas B3 relatou que não gostou de consumir ansiolíticos, uma vez que o remédio lhe gerava efeito de *dope*.

Eu tomei, só que assim, quando eu tomo esse remédio parece que eu estou dopado mesmo, então eu não gosto dele. Às vezes eu corto, tomo só metade, mas mesmo assim não é igual. Eu estou falando com você, eu sei que eu estou falando com você, está tudo normal. Mas, quando eu tomo remédio, eu não sinto isso, eu estou conversando com você e dá a impressão que eu estou pisando em nuvens. Não sei, pra mim, eu não gosto. (B3)

Já os demais entrevistados que usaram ansiolíticos enfocaram os benefícios do consumo dessa medicação. B2 relatou que atualmente as pessoas andam com o dia a dia tão corrido que têm que ter esse auxílio. Para ela, a ansiedade está envolvendo todas as áreas da vida das pessoas e não apenas o trabalho. Conseqüentemente, ela acredita ser benéfico às pessoas terem o “alívio” que os ansiolíticos proporcionam. Similarmente, B6 destacou que hoje a ansiedade afeta as pessoas em geral, muitas pessoas encontram-se constantemente ansiosas e, como o tempo delas é cada vez mais corrido, elas se perdem nos problemas. É desse modo que os ansiolíticos ajudam a quebrar barreiras que impedem ou dificultam a rotina e a resolução de problemas, deixando-as mais tranquilas e serenas.

Por outro lado, apesar de acreditarem que o uso é benéfico, os entrevistados B6 e B8 acreditam que este acaba sendo um jeito mais fácil de lidar com os problemas. As pessoas tomam a medicação para acabar com o sofrimento gerado em vez de procurarem resolver o problema:

Então eu tenho um problema, eu estou cansada, não consigo dormir, não vou tentar encontrar a solução para o problema, eu vou ao médico, ele vai dar alguma coisa pra me deixar mais tranquila. (B6)
Acaba sendo fraqueza nossa né? Procuramos um jeito mais fácil. Hoje está muito popularizado, muito fácil o acesso. (B8)

Relacionando especificamente com o ambiente dos bancários, 90% dos entrevistados afirmaram que vivem em um ambiente de alta pressão e cobrança que acarreta constantes preocupações e insônias:

A pressão está na vida do bancário. (B3)
A segunda pior pressão vem do cliente, não é só da organização, vem do cliente também. (B6)

Você tem que cumprir a sua meta para continuar no emprego né. (B1)

Se eu não estou vendendo eu fico preocupada, aí eu não consigo dormir, eu fico rolando na cama e não durmo. (B4)

Na verdade se você não vender você está com o seu trabalho comprometido. (B10)

A preocupação mencionada se reflete em alguns problemas físicos, conforme salientado por Junqueira (2000), que podem ser decorrentes do sofrimento emocional. Um desses problemas, citado pelos entrevistados, é em relação ao sono: muitos têm dificuldade para dormir ou acordam muito durante a noite, outros já querem dormir o tempo todo. Assim, justamente devido a esse ambiente de pressão e alta cobrança em que estão imersos, alguns bancários ressaltaram que o consumo de medicação é bem comum entre esses profissionais para os ajudarem a lidar com os desconfortos e problemas físicos gerados:

Eu acho que tem muitos bancários usando, devido exatamente a essa pressão [...] eu sei que tem muitos bancários por aí que vivem sob o poder de remédio” (B4).

Ademais, B9 comentou que, antes, os afastamentos ocorriam por problemas de saúde, principalmente pela doença de LER; já atualmente, os mesmos ocorrem devido a problemas emocionais, como o estresse e a depressão:

Eu vejo que já mudou o cenário. Antes, a maioria dos afastamentos que tinham era devido a LER e hoje já é pelo estresse, pela depressão. Então, pela pressão que o trabalho exige, percebe-se uma troca em que a maior parte dos afastamentos não é mais por problema físico né, é o emocional. (B9)

Nesse contexto, o entrevistado B4 acredita que o maior consumo de ansiolíticos atualmente ocorre em função de haver um nível maior de cobrança das pessoas em várias áreas e etapas de suas vidas, uma pressão que já se inicia na infância:

Eu acho que hoje em dia a cobrança está muito grande em todos e em tudo, tanto para os seus filhos na escola, tanto você cobrando dos seus filhos. Então eu acho que é por isso que as pessoas estão se tornando tão dependentes de comprimido, porque a cobrança é geral, tudo envolve cobrança, não é verdade? [...] Às vezes a criança começa a se encolher no seu mundinho porque ela não está se sobressaindo né? E de repente, no futuro ele vai ser

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

um adulto problemático. Então eu acho que tudo isso interfere. (B4)

Entre os entrevistados que afirmaram não terem consumido ansiolíticos, B1, B4 e B7, eles acreditam que o uso de ansiolíticos é benéfico dependendo da situação e do tipo de pessoa. Segundo eles, algumas pessoas são mais ansiosas ou emocionalmente mais fracas e necessitam de ansiolíticos:

Mas acho que tem gente que precisa né, tem gente muito ansiosa. (B1)

Então eu acho que vai muito da pessoa, de sua cabeça, estrutura e emocional. Se ela vai utilizar ou não, se vai precisar desse recurso ou não, acho que vai muito do emocional da pessoa [...] Eu acho que para determinadas pessoas faz muito bem. (B7)

Por outro lado, eles relataram que, atualmente, o consumo de ansiolítico está muito generalizado, as pessoas tomam sem ter realmente necessidade, o que acaba prejudicando a sua saúde, deixando-os mais frágeis e dependentes de medicação:

Eu não tenho esse hábito de usar remédio pra isso, acho que não é bom, né? Acho que a pessoa fica muito dopada [...] Hoje está mais comum. A gente ouve tanto falar, na academia, as pessoas tomam esses negócios para dar força. Agora tá mais normal, antigamente não tinha isso não hein, tomava um chá de camomila e ficava bom, né? (B1)

Mas eu acho que têm pessoas que não sabem utilizar e acabam utilizando por motivos fúteis. Aí eu acho que não faz bem não. Eu conheço gente que faz faculdade comigo, menina nova, de 18, 17 anos, que falam que estão muito estressadas com a faculdade, ou que os pais estão brigando com elas, e que então vão tomar um remédio, vão tomar Rivotril ou outro que conseguem, e tomam. Eu acho isso errado. (B7)

Similarmente, o entrevistado B5 relatou acreditar que o uso de ansiolíticos e antidepressivos é maléfico à saúde das pessoas, não devendo ser consumido:

Não deve fazer isso (tomar ansiolíticos/antidepressivos). Eu mesmo nunca usei, mas eu sei que tem gente que usa. Mas eu acho que não deve, porque faz mal né, vai piorando, a saúde

vai ficando mais frágil, aí hoje é a ansiedade, amanhã é outra coisa, porque uma coisa leva a outra. (B5)

É válido mencionar também que os entrevistados que relataram não utilizar ansiolíticos informaram que preferem utilizar outros recursos quando se encontram em momentos de estresse e ansiedade, tais como cerveja, remédio para dor e relaxante. Os trechos abaixo ilustram esse argumento:

Se eu estou nervosa, eu tomo um dorflex em gota, se eu estou com dor, tomo um dorflex. Trinta gotas de dorflex passa, aí eu durmo bem. (B1)

Mas eu não tomo nenhum antidepressivo, só um relaxantezinho de vez em quando, quando eu estou há muitos dias sem dormir, aí eu tomo um remedinho sim só [...] Eu tento contornar com outras coisas, eu tomo uma cervejinha para dormir; para relaxar (B4)

No meu caso eu gosto de tomar uma cervejinha quando chego em casa. Eu tomo uma cervejinha, converso com minha família e pronto. (B3)

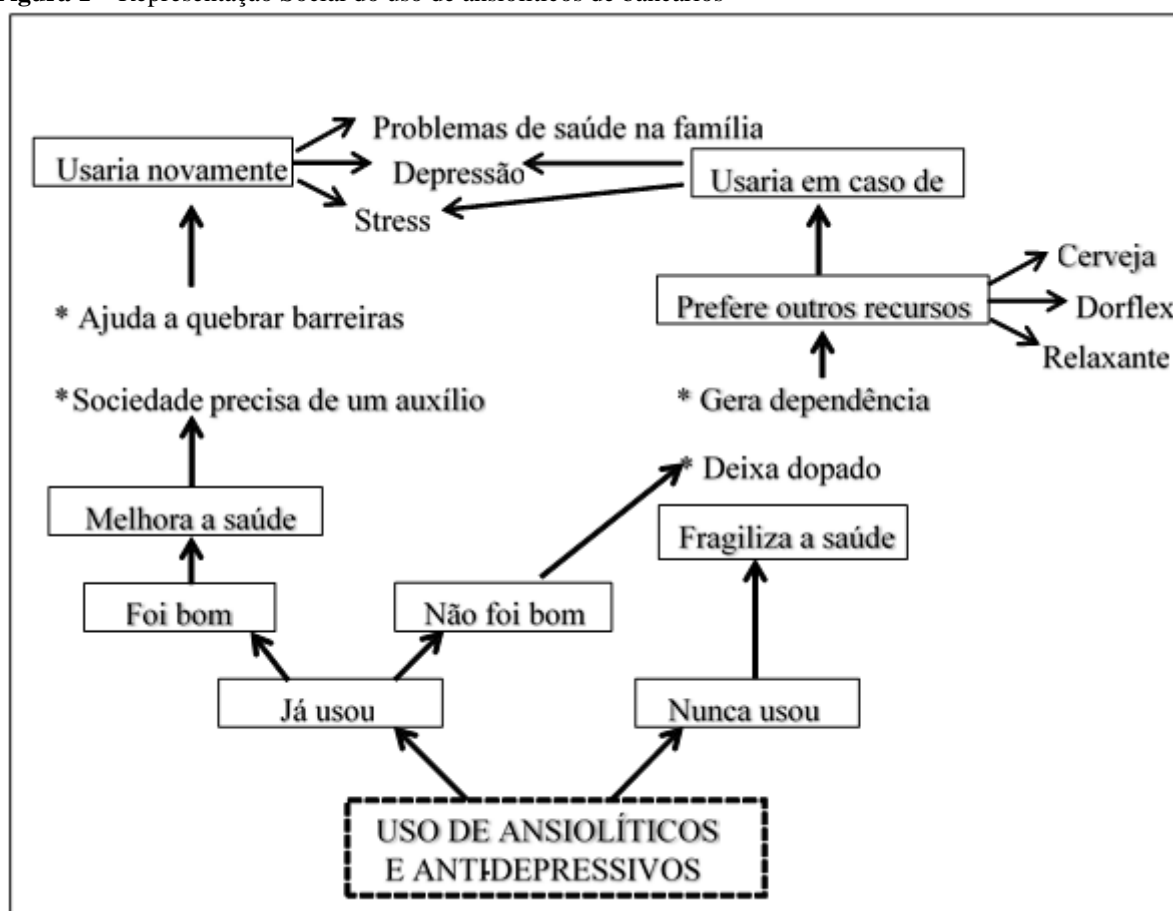
Apesar de esses entrevistados terem uma postura de que o consumo de ansiolíticos não é benéfico à saúde, percebe-se que os recursos alternativos que eles adotam também têm efeito de *dope* que os ansiolíticos causam, podendo gerar a mesma dependência e fragilidade relatada em relação aos ansiolíticos. Tal fato evidencia que a pressão gerada pela ocupação profissional dos entrevistados leva à busca por recursos que auxiliem a eliminar o sofrimento gerado.

Os entrevistados relataram que usariam ansiolíticos diante de situações de depressão e estresse, seja no trabalho, nos estudos ou com a família. Diferentemente, apenas o entrevistado B5 afirmou que tem certeza que nunca utilizará tais medicamentos: “Eu não, eu tenho certeza que eu nunca vou usar isso aí não, só se for remédio pra gripe. Isso aí eu tenho certeza que eu nunca vou usar” (B5).

Diante dos relatos, foi elaborado um esquema (Figura 1), que relaciona as representações dos bancários investigados, no intuito de mapear os discursos de acordo com as dimensões internas dos atores, conforme metodologia de Spink (1997), facilitando sua compreensão.

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

Figura 1 – Representação Social do uso de ansiolíticos de bancários



Fonte: elaborado pelas autoras.

A Figura 1 ilustra duas formas de representações: os entrevistados que veem o uso de ansiolíticos e antidepressivos como benéficos, um auxílio para enfrentar o sofrimento, e aqueles que os veem como maléficos, que fragilizam a saúde, isto é, o universo reificado dos atores – o universo da ciência, onde se produz o conhecimento e as teorizações abstratas, não familiares (Guareschi, 1997). A figura permite ainda visualizar a passagem do universo reificado para o consensual, ou seja, do não familiar para o familiar, processo fundamental para a formação de representações sociais (Guareschi, 1997). Assim, a percepção dos bancários entrevistados sobre o uso desses medicamentos passa pelo processo de familiarização a partir do momento que tiveram os ansiolíticos e/ou antidepressivos inseridos em seu cotidiano, seja por consumo próprio ou de colegas e conhecidos. Tal vivência favoreceu que esses profissionais discorressem sobre os motivos de uso e suas consequências.

Para a construção das representações sociais sobre o uso de ansiolíticos e antidepressivos, é necessário também, conforme apontado por Moscovici (1978), que elas passem sobre os processos de objetivação e ancoragem. A objetivação ocorre quando há uma materialização ou concretização de um objeto abstrato representado, quando as ideias recebem uma textura material (Yamamoto & Ichikawa, 2007). No caso em investigação, a objetivação ocorreu com os entrevistados associando o uso dos medicamentos ao seu dia a dia, destacando como os medicamentos influenciam suas vidas e as vidas de pessoas de seu convívio que usam ou usaram. O processo de ancoragem, por sua vez, aparece como uma extensão da objetivação, culminando na concretização de uma representação social. A ancoragem articula três funções: função cognitiva de integração da novidade, função de interpretação da realidade e, principalmente, a função de orientação de condutas e de relações sociais (Bonfim & Almeida, 1991/92).

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

De acordo com a Figura 1, o caso em análise corresponde ao último nível, em que os entrevistados relataram suas condutas ou propensões diante de situações de estresse e sofrimento. Pode-se observar que as representações sociais influenciam o comportamento em que, de um modo geral, partindo da percepção de alívio ao sofrimento, os entrevistados direcionariam para o consumo desses medicamentos, quando em face dessas situações. Tal fato pode ser considerado agravado quando relacionado com a afirmação da maioria deles de que trabalham em ambientes altamente estressantes e com constantes cobranças, geradores de sofrimento e desconforto emocional, estando, portanto, propícios a enfrentarem tais situações de desconforto apontadas.

Considerações Finais

A presente pesquisa destaca o estudo das representações sociais como meio para revelar o universo de interação entre bancários e o uso de ansiolíticos e antidepressivos, permitindo conhecer a realidade que é representada por esses sujeitos. A pesquisa abordou situações comuns a vários sujeitos e, uma vez que envolveu a precarização do trabalho e a medicalização como solução aos sofrimentos gerados, pode somar-se a outros estudos na ampliação do conhecimento sobre o tema.

As representações identificadas nas entrevistas propiciaram o entendimento do universo consensual de bancários que tiveram os ansiolíticos e/ou antidepressivos inseridos em seu cotidiano, seja por consumo próprio ou de colegas e conhecidos. Tal vivência favoreceu que os profissionais discorressem sobre os motivos de uso e suas consequências e identificassem tanto os efeitos benéficos quanto os maléficis. Os benefícios do consumo desses medicamentos correspondiam à sua potencialidade para eliminar ou aliviar o sofrimento e a angústia, seja por problemas gerados no trabalho, seja por problemas familiares e de saúde. Por outro lado, os efeitos negativos foram retratados quanto ao seu efeito de *dope* e dependência, fatores que, na visão deles, fragilizam ainda mais a saúde em vez de resolverem o problema.

É notório destacar, igualmente, que os entrevistados que nunca utilizaram ansiolíticos e/ou antidepressivos adotaram como recursos paliativos o consumo de álcool (cerveja) ou outros medicamentos (relaxante e *dorflex*). Percebe-se assim que, da mesma forma, esses bancários também

buscaram em outros agentes psicotrópicos o alívio ao seu sofrimento.

Ao mapear as representações sociais dos atores, percebeu-se que a maioria dos entrevistados (90%) diante de sofrimento, estresse ou depressão utilizaria a medicação. Ratifica-se, portanto, a discussão de Foucault (1987) e Lefèvre (1983) de que o ser humano não tem mais o direito de sofrer, não lhe é mais permitido vivenciar momentos de angústia. Em vez disso, ele deve buscar sempre a felicidade eterna. Diante de situações de controle e cobrança da empresa que geram ambientes prejudiciais à saúde e ao bem-estar, os funcionários agem como corpos dóceis, tomando medicamentos que eliminem esse desconforto e lhes permitam continuar agindo segundo os padrões e exigências da organização. Igualmente, a sociedade também tem contribuição para esse assujeitamento. Ao disseminar a individualidade, a competitividade, o sucesso e a busca da felicidade, contribui-se mais para o assujeitamento subjetivo, pois o estilo de vida difundido pela sociedade produz um sentimento de desamparo e falta de controle diante dos infortúnios e fracassos.

É válido ressaltar também que a problemática trabalho-adoecimento, apesar de ser um caso comum de vivência de muitos, ainda é vista como algo individualizado, conforme exposto nos relatos. Consequentemente, as estratégias adotadas também têm um enfoque apenas individual, como a busca por soluções psicotrópicas. O uso de medicamentos reflete uma visão biologizada apresentada como solução para os problemas orgânicos. Os sujeitos entrevistados, aparentemente, ou trabalham suas questões com o consumo de chás, cervejas e outros remédios, por não aceitarem ansiolíticos/antidepressivos, ou tratam com uso dessas medicações, ambas as soluções subjacentes à tradição orgânica de ordem apenas biológica. No entanto, não foi identificado nenhum entrevistado que tentasse compreender esses problemas a partir de aspectos complexos da subjetividade humana, buscando por meio de terapias, por exemplo, a solução para o seu sofrimento.

O conhecimento das representações dos bancários pesquisados possibilita compreender como o conhecimento consensual influencia nos comportamentos deles no que se refere aos medicamentos. Conforme assertiva de Moscovici (1978) de que as representações sociais guiam o comportamento, pode-se observar essa influência nos relatos analisados. Ao visualizarem nos ansiolíticos um alívio à dor sentida, quando inseridos nesses contextos, os bancários adotam ou estariam

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

dispostos a adotar o seu consumo. Isso é bem visível principalmente nos casos em que alguns bancários, mesmo enfocando os aspectos negativos dos remédios, afirmaram que os tomariam na tentativa de tirar a dor e o transtorno de si mesmos. Tais posicionamentos caracterizam, nesses casos, uma fuga do sofrimento, reforçando novamente a individualização no modo de lidar com os problemas que são sociais, como a cobrança no trabalho e o alto nível de estresse.

É válido mencionar a impossibilidade de se ter uma completa privação do sofrimento, incidindo no risco de viver na dependência psíquica da dopagem e num eterno assujeitamento. É necessário às pessoas uma maior conscientização de que esse “poder” ilusório da medicação também as enfraquece na busca por compreender os reais problemas que as levam a adoecer e, com isso, procurar as soluções efetivas que darão fim ao sofrimento, permitindo-lhes ser mais ativas e sujeitos de suas vidas. Esse estudo permitiu enriquecer o entendimento sobre a problemática adoecimento-no-trabalho e gerar algumas reflexões a respeito desse problema social, como a questão da individualização das soluções e a fuga por meio da medicalização. Percebeu-se que a questão da saúde mental do trabalho ainda não é percebida pelos próprios trabalhadores como uma temática que deve ser discutida ou trabalhada conjuntamente para uma solução mais eficaz e direta à sua causa.

Por fim, no intuito de aprofundar o estudo aqui desenvolvido, apontam-se algumas limitações e recomendações para futuras pesquisas. Como limitação, ressalta-se a dificuldade de contato e disponibilidade de tempo para entrevista com os bancários em virtude da movimentação nas suas instituições. E, como recomendações, sugere-se a condução de futuras pesquisas em outras ocupações profissionais e outras organizações, a fim de verificar se há diferenças nos ambientes de trabalho e se tais diferenças refletem nas representações sociais dos atores. Além disso, recomenda-se o aprofundamento desta pesquisa, abrangendo instituições bancárias públicas e cooperativas.

Referências

- Amaral, V. (2012). *Ansiolíticos são destaque em boletim da Anvisa*. Recuperado em 10 de junho, 2014, de <http://portal.anvisa.gov.br>.
- Bonfim, Z. A. C. & Almeida, S. F. C. D. (1991/92). Representação social: conceituação, dimensão e funções. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 9 (1/2), 75-89.
- Brant, L. C. & Minayo-Gomez, C. (2004). A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. *Ciência e saúde coletiva*, 9 (1), 213-223.
- Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (2013). *Brasileiros abusam dos ansiolíticos*. Recuperado em 10 de junho, 2014, de <http://www.proteste.org.br/saude/nc/noticia/brasileiros-estao-abusando-dos-ansioliticos>.
- Carlini, E. A., Nappo, S. A., Galduróz, J. C. F. & Noto, A. R. (2001). Drogas psicotrópicas: o que são e como agem. *Revista Imesc*, 3, 9-35.
- Carvalho, L. de F. & Dimenstein, M. (2004). O modelo de atenção à saúde e o uso de ansiolíticos entre mulheres. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 121-129.
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (1996) *Metodologia Científica*. São Paulo: Makron Books.
- Cruz, A. J. da, Jr. (2011). Questões/problemas em perícias médicas nos casos de depressão. *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, 10 (2), 66-77.
- Foucault, Michel. (1984). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, 35 (2), 57-63.
- Guareschi, P. A. (1997). “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os pentecostais. In P. A. Guareschi & S. Jovchelovitch, (Orgs.). *Textos em*

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários: um estudo de representações sociais

- representações sociais* (pp. 191-225). Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jovchelovitch, S. (1997). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In P. A. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em representações sociais* (pp. 63-85). Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2000) *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Junqueira, I. (2000). Pílulas da felicidade. *Extra Classe*, 5 (43). Recuperado em 11 de junho, 2014, de <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/jul00/comportamento1.asp>.
- Lefèvre, F. (1983). A função simbólica dos medicamentos. *Revista de Saúde Pública*, 17, 500-503.
- Leme, M. A. V. da S. (1995). O impacto da teoria das representações sociais. In M. J. P. Spink (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 46-57). São Paulo: Brasiliense.
- Maciel, R. H., Cavalcante, R., Matos, T. G. R. & Rodrigues, S. (2007). Auto relato de situações constrangedoras no trabalho e assédio moral nos bancários: uma fotografia. *Psicologia & Sociedade*, 19 (2), 117-128.
- Margarido, F. B. (2012). A banalização do uso de ansiolíticos e antidepressivos. *Revista de Psicologia*, 15 (22), 131-146.
- Minayo, M. C. de S. (1997). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In P. A. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em representações sociais* (pp. 89-111). Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pennella, I. (2000). *LER: uma jornada de sofrimento no trabalho bancário*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rossi, A. M. (2013). *Pesquisa aponta quais são as profissões mais estressantes*. Recuperado em 24 de abril, 2015, de <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2013/05/pesquisa-aponta-quais-sao-profissoes-mais-estressantes.html>.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, A. (2012). *Ansiolíticos estão entre remédios mais consumidos pela população brasileira entre 2007 e 2010*. Recuperado em 10 de junho, 2014, de <http://memoria.ebc.com.br>.
- Sá, C. P. de. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In M. J. P. Spink (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 19-45). São Paulo: Brasiliense.
- Selltiz, C., Jahoda M., Deutsch, M. & Cook, S. (1975). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: E.P.U.
- Silva, P. de L. (2007). *As representações sociais do uso de drogas entre familiares de usuários em tratamento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Spink, M. J. (1997). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In P. A. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em representações sociais* (pp. 117-145). Petrópolis: Vozes.
- Viana, M. S., Andrade, A., Back, A. R. & Vasconcellos, D. I. C. (2010). Nível de atividade física, estresse e saúde em bancários. *Motricidade*, 6 (1), 19-32.
- Yamamoto, J. M. & Ichikawa, E. Y. (2007). Representações sociais da ciência: o que dizem as mulheres pesquisadoras da Universidade

Picheth, Sara Fernandes; Ichikawa, Elisa Yoshie. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por bancários:
um estudo de representações sociais

Estadual de Maringá. *Revista Alcance*, 14 (1),
27-48.

Recebido em 26/08/2014
Aprovado em: 27/08/2015

Goulart, Maria Stella Brandão; Silva, Celso Renato; Silva, Eliane Rodrigues. A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios

A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios

The university and psychiatric reform: challenges and wires

La reforma de la universidad y psiquiátrica: fios y retos

Maria Stella Brandão Goulart¹

Celso Renato Silva²

Eliane Rodrigues da Silva³

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as relações entre universidade e Reforma Psiquiátrica dentro do enquadramento da Psicologia brasileira. Para tanto, evocaremos alguns dados relativos à atualidade e história da assistência/atenção em saúde mental e da formação em psicologia e algumas conclusões da pesquisa “As instituições universitárias e a construção da reforma psiquiátrica mineira nas décadas de 60, 70 e 80” (Goulart, 2007), finalizada em 2007. Seus resultados se pautaram em fontes documentais e orais mineiras. Assim, serão enfocadas as tensões e conexões possíveis entre os projetos de formação emergentes nos centros de formação em psicologia e a gestão da Reforma Psiquiátrica, procurando apontar para as possibilidades – já ocorridas e as atuais - de constituição de uma cultura profissional crítica que respalde a Reforma Psiquiátrica.

Palavras-chave: reforma psiquiátrica; universidade; psicologia; saúde mental.

Abstract

This article presents some reflections on the relationship between university and Psychiatric Reform within the framework of Brazilian Psychology. To this end, we will evoke some data pertaining to the current status and the history of assistance/care in mental health care and of the education in psychology and some conclusion of the research “The university institutions and the construction of the psychiatric reform in the state of Minas Gerais in the 60’s, 70’s, and 80’s” (Goulart, 2007), completed in 2007. Its results were based on documentary and oral sources in the state of Minas Gerais. Therefore, the tensions and possible connections between the education projects emerging from the educational centers in psychology and the management of the Psychiatric Reform will be emphasized, with an attempt to point out the possibilities – which have already occurred and the current ones – of constitution of a critical professional culture which supports the Psychiatric Reform.

Keywords: psychiatric reform; university; psychology; mental health care.

¹ É psicóloga social, com Doutorado em Ciências Humanas Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo realizado a pesquisa de tese durante estágio na Università degli Studi di Bologna e no Instituto Gian Franco Minguzzi (Bologna, Itália). Leciona atualmente na UFMG, onde exerce também a coordenação do Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental (PASME). E-mail: goulartstella2011@gmail.com.

² Possui graduação em Psicologia pela PUC Minas (2007). Especialização em Teoria Psicanalítica pela PUC Minas certificado pelo Conselho Federal de Psicologia (2010). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (2013). Atualmente é coordenador CERSAM Betim Central. Coordena também o curso de Pós-graduação *lato sensu* intitulado Saúde Mental: política, clínica e práxis ofertado pelo IEC PUC Minas.

³ Mestranda em Psicologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Psicologia pela PUC Minas (2008). Psicóloga e pesquisadora nas áreas de Saúde Mental e Medidas Socioeducativas. Trabalha atualmente na Prefeitura de Belo Horizonte, no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em consultório particular.

Goulart, Maria Stella Brandão; Silva, Celso Renato; Silva, Eliane Rodrigues. A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios

Resumen

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre la relación entre la universidad y la reforma psiquiátrica en el marco de Psicología de Brasil. Con este fin, evocar algunos datos relativos a la presente y la historia de la atención / cuidado de la salud mental y la formación en psicología y algunos resultados de la investigación "Las universidades y la construcción de la minería de la reforma psiquiátrica en los años 60, 70 y 80 años" (Goulart, 2007), finalizó en el año 2007. Sus resultados se basan en fuentes documentales y la minería oral. Por lo tanto, se centran en las tensiones y las posibles conexiones entre los proyectos de educación en los centros emergentes de la educación en la psicología y la gestión de la reforma psiquiátrica, tratando de señalar las posibilidades-que ya han ocurrido y la corriente - el establecimiento de una cultura profesional que apoya la reforma fundamental Psiquiatría.

Palabras clave: reforma psiquiátrica; universidad; psicología; salud mental.

Introdução

A Reforma Psiquiátrica é um tema sempre delicado e envolve, com os efeitos de um substantivo próprio, algo de natureza identitária que acusa um pertencimento a um território de engajamento antimanicomial. É um termo consagrado internacionalmente e que tem grande impacto retórico. Remete-se não apenas a mudanças de natureza técnico-administrativa, mas também a processos normativos, sociais, econômicos, políticos e culturais que têm como alvo ou objeto os chamados “doentes mentais” (pessoas em situação de sofrimento mental ou com transtornos psíquicos). Além disso, sua abordagem se desdobra em leituras que podem derivar da perspectiva do Estado, tanto quanto das iniciativas privadas (sejam estas entendidas como fenômeno de mercado ou como ação coletiva civil e autônoma). Mais relevante ainda, para este artigo, é a sua dimensão “psiquiátrica”. O processo de reestruturação da assistência ou atenção em saúde mental brasileiro ultrapassa, como sabemos, as fronteiras da psiquiatria. Ele remete à participação efetiva de outras especialidades, destacadamente a psicologia, mas também tantas outras que se fizerem necessárias e que estão para além do eixo da saúde, além de outros públicos, supostamente leigos. Interessa-nos particularmente a participação dos psicólogos, nesse veio tão pródigo e complexo, e a construção de uma cultura profissional e ética.

As polêmicas vinculadas à efetivação da Reforma Psiquiátrica são marcadas por polarizações e conflitos que nem sempre são tratados com clareza. Isso ocorre em função da permanente urgência da defesa dos princípios que sustentam a Reforma e que se veem às voltas com o enfrentamento de interesses contrastantes. Reconhecemos um hiato entre esse processo e a formação em Psicologia, que tende fortemente para um modelo consultorial, privado, inspirado na prática clínica individual, apesar da sua crescente aproximação das políticas sociais e públicas no contexto de democracia brasileiro (Yamamoto, 2003, 2010; Bastos & Godim, 2010).

Neste artigo, pretendemos retomar o cenário atual e também alguns encontros e desencontros ocorridos ao longo da primeira fase do processo de constituição da Reforma Psiquiátrica, tendo Minas Gerais como referência. Isso se justifica no reconhecimento da relevância paradigmática e do protagonismo das iniciativas políticas e societárias, atuais e históricas, ocorridas neste território. Nesse estado, pensando apenas os últimos cinquenta anos, se ancoram importantes iniciativas, que são indicadoras do processo que ocorria nacionalmente:

a constituição de aparatos ambulatoriais, de comunidades terapêuticas (de inspiração europeia); os estudos e pesquisas relacionadas ao uso de psicofármacos e às práticas clínicas; a estruturação de rede de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e fechamento de leitos (com esforços de reinserção de usuários na vida cotidiana e com o apoio ao seu processo de associação na forma de movimento social), entre outras. Esses elementos citados não são de exclusividade mineira, tendo ocorrido em outros estados e com processos específicos. Diversos foram os esforços empreendidos nos últimos cinquenta anos no Brasil. Os mais fecundos evocam os desdobramentos de iniciativas resultantes do Plano Integrado de Saúde Mental (Pisam), do Programa do Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária (Conasp Saúde Mental), do Sistema Único de Saúde (SUS).

O estudo do cenário mineiro tem a intenção de propiciar elementos comparativos que estimulem a discussão das demais regiões. No que concerne a essa realidade, remeter-nos-emos a uma descrição, em linhas gerais, da atualidade apontando para dois relevantes centros de formação profissional de nível superior em psicologia: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). São duas sólidas instituições que serão elucidativas de um cenário que contempla, na atualidade, 52 instituições de ensino superior. No que concerne à atenção à saúde mental, teremos em mente a dinâmica de Belo Horizonte, como uma expressão do cenário nacional.

A referência aos últimos cinquenta anos ressalta a coincidência entre as sequências históricas da construção da Psicologia como profissão regulamentada e o delineamento de inovações nas políticas de saúde mental. Não por acaso o nome de Halley Bessa se coloca como um elemento comum (Campos, 2001): médico sócio fundador da Sociedade Mineira de Psicologia (1957) e da Sociedade de Psicoterapia de Grupo de Minas Gerais (1966); professor de diversas disciplinas de psicologia em diversos cursos das áreas de humanidades e saúde (na UFMG, PUC e Faculdade de Ciências Médicas de MG); incentivador e proponente de cursos de formação, em parceria com Pedro Palafita Bessa (PUC Minas, FUMEC, Fundação Mineira de Educação e Cultura); e militante fundador do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), com notória defesa pela humanização do tratamento das doenças mentais e partidário da atuação profissional dos psicólogos nas áreas de clínica, jurídica e hospitalar, entre outras iniciativas. A ele, o CRP-MG dedicou um Centro de Documentação e Informação

(instalado em Belo Horizonte): CDI Halley Bessa. Ele testemunha, por si só, a vitalidade das articulações de caráter humanista e político entre os campos da psicologia e da saúde nos anos sessenta e setenta.

Os anos noventa, seguramente, sinalizam o início da paulatina e sólida constituição dos novos formatos assistenciais, em Minas Gerais e em muitos outros estados brasileiros, por meio de política de redução de internações hospitalares (psiquiátricas) e constituição da rede de serviços substitutivos em saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs). Porém, os marcos históricos, amplamente reconhecidos, da Reforma Psiquiátrica (Amarante, 1995; Goulart, 2007; 2006; 2004; 1993; 1992; Vasconcelos, 2000; 1992) dentre outros, nos projetam para o final dos anos setenta (1978/1979). Nessa década é possível identificar o alinhamento de atores que darão direção e efetividade ao processo que formatou a política nacional atualmente conduzida pela “Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas”, do Ministério da Saúde.

O estado de Minas Gerais possui, atualmente (2015), 87 CAPS I, 45 CAPS II, 10 CAPS III, 12 CAPS i, 22 CAPS ad, 1 CAPS Ad III, perfazendo um total de 177 serviços substitutivos, além de contar com 104 residências terapêuticas abrigando 518 moradores ao todo (Brasil, 2012). Trata-se de uma rede complexa e com permanente demanda de profissionais capacitados. Sua operacionalidade melhor se expressa em Belo Horizonte. Vale dizer que os primeiros serviços efetivamente substitutivos aos hospitais psiquiátricos em Minas Gerais surgiram, no início dos anos noventa, com terminologias específicas: Cersam (Centro de Referência em Saúde Mental) e Centros de Convivência e Cultura (Brasil, 2011).

Antes disso, houve outras iniciativas que tomaram a forma da criação de equipes de saúde mental nos Centros de Saúde, datadas do final dos anos oitenta. Essa foi uma resposta do sistema de saúde às proposições do “Conasp Saúde Mental”. Tratava-se de uma tentativa da implementação de trabalho multiprofissional, numa perspectiva ampliada de abordagem das questões relativas ao adoecimento mental, com equipes compostas por psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais (Goulart, 1993). Porém, essa resposta não produziu o impacto esperado de reorientação de demanda por internação em hospitais psiquiátricos, como era esperado.

Se recuarmos mais, aos anos setenta, identificaremos um período de aparente latência e de interrupção de iniciativas surgidas ainda nos anos sessenta e que já contavam com a participação dos primeiros psicólogos: esforços de constituição de

comunidades terapêuticas (como a realizada no Hospital Psiquiátrico Galba Velloso); de construção de dispositivos institucionais que pudessem produzir respostas político-administrativas específicas para as questões relativas à assistência psiquiátrica (como a Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica – Feap) e de formação de profissionais habilitados para o tema da saúde mental (duas residências em psiquiatria e diversos grupos de estudos). Os anos setenta foram os anos de chumbo da história da Reforma Psiquiátrica, com o aprofundamento da violência manicomial e da exclusão dos usuários dos serviços de saúde mental. Porém, três congressos de Psiquiatria, com participação de psicólogos, sinalizam a resistência do pensamento crítico nessa década. O mais conhecido deles foi o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, que consagrou o nome do psiquiatra italiano Franco Basaglia e lançou o famoso documentário “Em nome da razão”, do mineiro Helvécio Rattón, então estudante de psicologia da PUC Minas. Assim, nossa atenção se concentrou em Belo Horizonte, que foi palco desses acontecimentos deflagradores da Reforma. Além dos eventos citados, é memorável a publicação da série de reportagens do Jornal Estado de Minas “Nos porões da loucura”, de autoria de Hiram Firmino, que culminou no conhecido livro “Nos Porões da Loucura”. Estes são aspectos fundamentais que consagram o ano de 1979 como um marco histórico. No ano anterior, 1978, ocorreu a constituição do movimento dos trabalhadores em saúde mental e outras iniciativas que também repercutiram profundamente na história da superação dos modelos assistenciais asilares e cronificadores então hegemônicos no Brasil. Esse período que antecede e determina a eclosão da Reforma Psiquiátrica não pode ser sintetizado grosseiramente. Cada uma das três décadas merece um olhar mais atento.

A atualidade, por sua vez, dispensa mais comentários concernentes ao enraizamento da Reforma Psiquiátrica, que tomou a forma de Lei nº 10.216, em 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (Brasil, 2001). Muito embora haja polêmicas com relação ao processo de reestruturação do modelo preconizado, partimos da premissa de que é incontestável o avanço da atenção ao usuário dos serviços de saúde mental em perspectiva histórica e em complexidade e volume de ações – com expressiva participação dos psicólogos.

Resta saber como os centros de formação superior de psicologia se comportaram nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, assim como diante da consolidação da Reforma. A intenção que nos orienta é problematizar as tensões e os hiatos entre as

instituições de formação e credenciamento profissional que sustentam a atenção no campo da saúde mental.

A Universidade e seus Poréns

O título do artigo, e da pesquisa com a qual ele dialoga, sugere um estudo focado em universidades, tomado, genericamente, como objeto empírico de pesquisa. O termo “universidade” é, aqui, um mote que evoca as insuficiências na formação de profissionais de psicologia, para o trabalho em saúde mental em tempos antimanicomiais. Não se trata de discutir seu formato organizacional e sim sua dimensão estratégica e política. Quando nos referimos às instituições de credenciamento profissional, entendemos um espaço polissêmico e contraditório em sua funcionalidade e estrutura. Assim, as instituições de formação superior são, por nós, entendidas tanto como espaço de emergência de cultura crítica, quanto como espaço reprodutivista e de negação das iniciativas reformistas e emancipadoras.

São inúmeras as contradições dessas instituições, mas podemos sintonizá-las em três grandes eixos (Santos, 2003). O primeiro estaria entre a produção de “conhecimentos exemplares” e os “funcionais”, ou seja, entre a produção de alta cultura, requerida pelas elites, e a de conhecimentos “médios” e aplicáveis aos desafios de transformação e reprodução social. O segundo eixo nos remete à contradição entre a “hierarquização” dos saberes especializados (de acesso restrito) e a “democratização” de oportunidades associada ao credenciamento de competências. Finalmente, o terceiro, se daria entre a autonomia institucional e a pressão por eficácia e produtividade. Um conhecimento contra-hegemônico seria aquele capaz de superar as disjunções diante das novas demandas societárias, respondendo a elas com agilidade. Seria também, aquele que se abre a concepções e ideias que exijam o contato com fontes “informais” de produção de cultura: populares, pragmáticas, exógenas e outras. Finalmente, tomando o último dos três eixos, se situa a possibilidade de se produzir um relativo equilíbrio e automonitoramento, capaz de distinguir entre demandas de mercado e as de natureza ética e política.

Procurando traduzir isso em elementos identificáveis, nos perguntamos se houve ou não uma oferta de conteúdo curricular e de práticas diversas de formação (extensão e ensino) que tiveram ou tenham pertinência em relação ao processo de mudança das políticas de saúde mental estaduais e nacional. Nossa atenção se dirige para o

posicionamento de professores e estudantes, que teriam ou não criado condições para a constituição de uma cultura profissional crítica e sintonizada com as demandas societárias.

Não se pretende, aqui, supor que as universidades, especialmente nos cursos de psicologia, tenham protagonizado o processo de Reforma. Sabemos que isso não ocorreu. Mas, no caso mineiro, nos perguntamos se o processo de mudança da política de saúde mental teria sido possível sem a participação da universidade, tomados seus atores e iniciativas críticas contra-hegemônicas, ao longo dos anos sessenta, setenta e oitenta. Temos como premissa que não existe uma sintonia ou correspondência imediata entre as exigências da realidade e a capacidade reflexiva e interpretativa da cultura acadêmica (Santos, 2003). No processo de construção de “cultura crítica e antimanicomial”, interessa-nos refletir sobre a forma como essas instituições participaram no enfrentamento dos desafios do sofrimento mental na forma de: ensino, extensão e pesquisa.

Destacamos, ao reportarmos-nos à ideia de cultura crítica e antimanicomial, uma maior e crescente preocupação com o tratamento em liberdade, ganhando força tanto a dimensão de cidadania do usuário quanto a prática clínica psicoterapêutica e psicanalítica: características marcantes da assistência preconizada em Minas Gerais (Goulart, 1992; 2004; Lobosque, 2001). A Reforma Psiquiátrica se apoiou em modos de interpretação e em informações críticas que instrumentalizaram o processo de transformação social e política que se configurou com a ação dos profissionais de saúde mental e, posteriormente, dos próprios usuários desses serviços. A cultura crítica e antimanicomial, emergente e instituinte, seria, de alguma forma, tributária da cultura formal que era ofertada contra-hegemonicamente nas instituições de credenciamento profissional? Caso possamos sustentar que sim, isso ocorria lado a lado ou, em contradição, com uma cultura convencional ou tradicional que produzia uma competência técnica reprodutivista que não se comprometia com a crítica aos manicômios, à segregação dos doentes mentais, ou ao autoritarismo no âmbito das instituições psiquiátricas e sociais. Essa maneira de compreender procura colocar em discussão os processos de legitimação das transformações sociopolíticas, enfatizando a dimensão cultural dos processos de transformação social.

O referido distanciamento das intuições formadoras e dos serviços públicos de saúde tem sido enfrentado por meio das várias reformulações das diretrizes de educação e de outros programas que serão listados a seguir. Todas as críticas versam sobre

Goulart, Maria Stella Brandão; Silva, Celso Renato; Silva, Eliane Rodrigues. A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios

a necessidade de produção de conhecimentos e ações que sustentem práticas pluralistas e integralizadas. Tomemos como fonte as seguintes críticas apresentadas nos encontros do coletivo autodenominado “Fórum de Formação de Saúde Mental de Minas Gerais”, em 2009. Estas foram remetidas e incorporadas às Conferências Estadual e Federal de Saúde Mental realizadas em 2010:

a) as questões teóricas e práticas relativas à Reforma Psiquiátrica e ao SUS não encontram espaço adequado na pauta política e conceitual das instituições formadoras; b) o trato do sofrimento mental tem reduzido os aspectos subjetivos, históricos e culturais apenas a dimensão psicopatológica; c) desconhecimento das novas formas de atendimento ao portador de transtorno mental por parte da maioria dos professores e alunos; d) deve-se valorizar experiências voltadas para o reconhecimento da singularidade e conquista da cidadania dos portadores de sofrimento mental; e) os serviços públicos tem dificultado a entrada de estudantes e professores para realização de práticas formativas. (Fórum de Formação em Saúde Mental de Minas Gerais, 2010).

Os estudantes, especificamente, evocaram essa questão sistematicamente. Nasceu em 2009 um movimento que se nomeou “Estudantes Antimanicomiais” e que promoveu encontros sistemáticos intitulados “Encontro Nacional de Estudantes Antimanicomiais (Eneama)” realizados em 2010, 2011 e 2012 para discutir o assunto, nas cidades de Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte. Mesmo que não se possa reduzir, equivocadamente, o movimento estudantil a uma expressão do espaço acadêmico, deve-se considerar que as insurgências universitárias sinalizam as contradições e conflitos que ocorriam exatamente onde se realizava (ou não) a adequada formação em saúde mental. Elas são, muitas vezes, propositivas e assertivas.

Some-se a isso que, em 2005, o Governo Federal buscou potencializar uma série de ações (Brasil, 2005), como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), que visariam reorientar a formação profissional da área da saúde, mediante práticas articuladas às instituições de ensino superior e aos serviços públicos de saúde. Isso também sinaliza o reconhecimento de lacunas e a constituição de pressão para sua superação. Os serviços públicos procuram e devem ampliar suas interconexões com os campos de saberes diversos, presentes no território em que estão inseridos. As universidades são talvez o mais importante deles. Estas, por sua vez, deveriam direcionar suas estratégias pedagógicas e de produção de conhecimento acolhendo a realidade dos serviços públicos de saúde

que compõem o SUS (as questões específicas e as que estão para além da dimensão sanitária e epidemiológica, a saber: política, consumo, ética, estética, artes, ecologia e demais temas.

Reavivar alguns percursos de história pode, no entanto, colaborar nessa construção, retomando esforços já configurados no campo da formação em Psicologia.

Metodologia

No processo de construção de cultura crítica e antimanicomial inerente aos anos sessenta, setenta e oitenta, interessa-nos, como já foi dito, a forma como as instituições estudadas, formadoras de cultura profissional e formal em Psicologia, teriam respondido ao enfrentamento dos desafios do sofrimento mental na forma de ensino, práticas de extensão e pesquisas (Goulart, 2007). A investigação que sustenta este artigo é intitulada: “As instituições universitárias e a construção da reforma psiquiátrica mineira nas décadas de 1960, 1970 e 1980”. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, no campo da história social. Apoiou-se em fontes documentais e orais: foi empreendida uma análise de cinco espaços de formação por meio do levantamento de disciplinas, eventos, projetos de investigação e iniciativas de extensão universitária e pesquisa.

Esse esforço investigativo se concentrou em cinco instituições de formação profissional de nível superior em Psicologia e Psiquiatria: Curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (1962); Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas (1959); Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura, Fumec (1969); Residência em Psiquiatria do Hospital de Ensino Instituto Raul Soares, HEIRS (1969); e Curso de especialização em Saúde Mental da Escola de Saúde de Minas Gerais – Esmig (1986) – atual Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP).

Confeccionamos, a partir da análise temática dos conteúdos de programas de curso e ementas de disciplinas da PUC Minas, primeiro espaço focado, uma lista de temas, sendo destaques: antipsiquiatria, psiquiatria, psicopatologia, normalidade e anormalidade, doença mental, saúde mental, hospital psiquiátrico. Foram realizadas entrevistas com ex-estudantes e professores, além de levantamento de documentos relativos ao período focado. Para o artigo que ora apresentamos, realizamos também o levantamento de informações acerca da atualidade do projeto de formação, referente a parte dos resultados da pesquisa finalizada em 2007.

Goulart, Maria Stella Brandão; Silva, Celso Renato; Silva, Eliane Rodrigues. A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios

Trabalharemos os resultados da pesquisa, nos limites deste artigo, enfocando os cursos da PUC Minas e da UFMG.

O curso de psicologia na Puc Minas

Em 1958, foi criado o Instituto de Psicologia Aplicada na PUC Minas, ofertando cursos de Orientação Profissional e Psicologia até 1963. O curso de Psicologia da PUC Minas, especificamente, começou a funcionar no ano de 1961, sendo o primeiro de Minas Gerais e o terceiro no Brasil. É uma iniciativa que antecedeu a regulamentação da profissão. Posteriormente, essa iniciativa privada, de uma instituição católica, se estenderia em outras unidades: PUC Betim em 1999, PUC São Gabriel em 2000 e PUC Poços de Caldas e Arcos em 2003.

No desenvolvimento da pesquisa nessa instituição, além do estudo das ementas e planos de ensino das disciplinas, alguns professores foram entrevistados, considerando a relevância de seus nomes na construção do pensamento crítico no âmbito da formação. São eles: Ana Maria Sarmiento, Escípio da Cunha Lobo, William César Castilho Pereira, Eduardo Mourão Vasconcelos, Marcos da Silva Vieira, Vânia Franco e Wagner Siqueira Bernardes.

Na década de 1960, a formação privilegiava a área de orientação profissional e não foram identificadas atividades de extensão. O corpo de professores era composto por médicos e pedagogos. As disciplinas tratavam do tema de saúde mental de forma pontual, em poucas disciplinas: Sociologia; Antropologia; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia da Personalidade; Psicologia Social, Psicopedagogia; Psicopatologia; Dinâmica de grupos e relações humanas.

Ainda nessa década, segundo o professor Escípio da Cunha Lobo, funcionava na PUC o Centro de Estudos de Psicologia Profunda, sustentado pelo professor e padre Malomar Lund Edelweiss, vindo da Europa. Esse espaço teria formado os primeiros psicanalistas de Belo Horizonte.

Na década de 1970, o curso assumiu uma orientação mais comportamentalista (com expansão na utilização de laboratórios de análises experimentais do comportamento). No entanto, ampliou-se o espaço da saúde mental, com referências e conteúdos de crítica à assistência psiquiátrica em disciplinas como: Antropologia; Cultura Religiosa I; Diagnóstico Psicológico; Ética Profissional; Iniciação Filosófica; Perspectivas Filosóficas; Psicanálise; Psicofisiologia; Psicologia Clínica; Psicologia da Adolescência; Psicologia da Personalidade; Psicologia do Desenvolvimento;

Psicofisiologia; Psicologia Geral e Experimental; Psicologia Social; Teoria e Técnicas Psicoterápicas; Psicopatologia Geral e Infanto-juvenil; Fisiologia; Psicoterapia Analítica, Psicoterapia Centrada no Cliente; Sociologia; Cultura Religiosa; Técnicas do Exame da Personalidade; Teorias e Técnicas Psicoterápicas; e Terapia Comportamental.

Essa diversidade de disciplinas acusa uma penetração difusa da temática de saúde mental e em uma dinâmica específica de problematização. Ainda nos anos setenta, havia oferta de estágio no Hospital (psiquiátrico) Espírita André Luiz, que então se inspirava no modelo de Comunidade Terapêutica e chegou a oferecer formação especializada para profissionais de saúde mental nos mesmos moldes do anteriormente citado Hospital Galba Velloso.

Como iniciativa estudantil, o nome de Helvécio Ratton destaca-se como o responsável pela produção do documentário “Em nome da razão” (1979), no qual as violações de direitos e violências diversas, cometidas no Hospital Colônia de Barbacena, são denunciadas. Foi na disciplina de psicopatologia, ministrada pelo professor Wagner Siqueira Bernardes, que o então estudante se deparou com fotografias do referido hospício e decidiu com alguns amigos ligados ao cinema, realizar o famoso documentário.

Na década de 1980, com a difusão e consolidação da Psicanálise em Belo Horizonte, o discurso clínico, passou a ser privilegiado no curso de Psicologia, mesmo que o discurso crítico em saúde mental ainda permanecesse no mesmo conjunto heterodoxo de disciplinas descrito acima. O destaque se faz para as de Psicopatologia e Psicologia Social, com destaque para os professores Francisco Paes Barreto, César Rodrigues Campos, Feliciano de Abreu Leite, Wagner Siqueira Bernardes, Morethson, Flávio Neves, Clóvis Bicalho e Arlindo Pimenta, na disciplina de Psicologia. Eles vinham, em sua maioria, do grupo do Hospital Galba Velloso, que, nos anos 1960, ensejou experiência de comunidade terapêutica e *open door*. E na Psicologia Social destaca-se: Vânia Franco, William César Castilho Pereira e transversalmente, da UFMG, forte influência das contribuições de Célio Garcia. Também contribuíram, por meio do curso de Serviço Social e de Psicologia, os professores Eduardo Mourão Vasconcelos e Marcos da Silva Vieira: psicólogos sociais comunitários.

No que concerne aos projetos de extensão, foi a partir da década de oitenta que se identificaram algumas iniciativas relevantes para a formação em saúde e saúde mental: o “Projeto Cabana”, coordenado pelo professor William César Castilho Pereira, que enfocava a discussão sobre a saúde mental na comunidade (classe trabalhadora) ensejou

as primeiras atividades de acompanhamento terapêutico em Minas Gerais e capitaneou iniciativas de pesquisa participante e outras investigações que resultaram no livro *O adoecer psíquico do subproletariado* (Pereira, 1990) na perspectiva da Psicologia Comunitária, em concomitância com o Projeto de Saúde Mental, na cidade mineira de Ibirité, que foi uma atividade pioneira de clínica psicanalítica para população de baixa renda em Centros de Saúde.

Ainda nos anos oitenta, surgiu o Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental, em convênio com a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, com o projeto de pesquisa intitulado “Estado da Arte da produção de trabalhos em Saúde Mental no Brasil” (1986), constituído por professores dos cursos de Psicologia, Enfermagem e Serviço Social (Goulart & Silva, 1988) que realizaram levantamento nacional de práticas e teorias no âmbito da assistência psiquiátrica. Assim, o curso de Psicologia da PUC Minas não ficou à margem das discussões sobre a assistência pública em saúde mental, nesse período. Participaram desse grupo os professores da PUC Eduardo Mourão Vasconcelos, Marcos Vieira, Maria Stella Brandão Goulart e Juliana Meirelles Motta, essa última do curso de Enfermagem.

Posteriormente, identificamos que houve um declínio nas atividades de extensão articuláveis à saúde mental e à Reforma Psiquiátrica que começava a se delinear. A análise de oferta das disciplinas da Psicologia da PUC Minas indicou uma crescente discussão dos temas relacionados à saúde mental apenas até os anos oitenta, quando se consolidou uma discussão mais ativa e crítica sobre as questões que envolviam a saúde mental. O curso de Psicologia tendeu a se consolidar com uma forte tradição no campo da clínica individual, consultorial e privada.

No entanto, a partir de 2007, a Psicologia passou a integrar o chamado Pró-Saúde II (Brasil, 2007b). O objetivo foi o de integralizar ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional com uma abordagem integral do processo saúde-doença, enfatizando a atenção básica e transformando as formas de geração de conhecimentos, ensino e aprendizagem e de prestação de serviços (Brasil, 2007a). Nesse contexto, a PUC Minas elaborou um projeto interdisciplinar visando a ações que almejavam a integralidade na assistência desde a formação dos alunos (Martins & Kind, 2011). Gradativamente, foram ampliados os números de projetos de pesquisas vinculados a diversos serviços públicos, a saber: Vigilância em Saúde do Idoso e Violência contra Mulheres; e, destacadamente, o projeto que se intitulava “A construção do caso clínico como potencializador dos projetos

individuais nas ações integralizadas junto aos usuários de drogas”, que foi implantado na PUC Betim desde 2011. Nesse mesmo local também fora implementado, em 2002, um programa de estágio de extensão em saúde mental na rede de saúde mental pública, que realizava práticas interdisciplinares e a assistência integralizada. Esses programas da PUC Minas caminham, atualmente, em direção de uma renovada sintonia com as políticas de saúde e saúde mental atuais (Silva, 2009).

O curso de psicologia na UFMG

O curso da UFMG foi criado em 1962, concomitante à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, responsável pela descrição básica dos cursos de formação em Psicologia e que regulamentava a profissão. Os primeiros professores vieram do antigo Serviço de Orientação e Seleção Profissional (Sosp), órgão do Instituto de Educação de Minas Gerais; e do Banco da Lavoura de Minas Gerais, mais especificamente do então avançado Departamento de Orientação e Treinamento (DOT).

Nos anos sessenta, já se delineava uma colaboração entre a equipe do Hospital Galba Velloso (anteriormente referido como experiência de Comunidade Terapêutica) em algumas intervenções institucionais de espírito democratizante. Essas atividades, envolvendo estudantes de Psicologia, foi uma realização do Setor de Psicologia Social da UFMG, sob a liderança do professor e psicanalista Célio Garcia, que tem sido objeto de atenção e estudos (Rodrigues, 2006). Nele se realizava: consultorias e promoção de seminários de estudos e pesquisas inovadores (com o suporte teórico da Análise Institucional e Psicossociologia norte-americana e francesa, Teoria de Grupos, estudos em Antipsiquiatria e Psicanálise, entre outros). A temática da saúde mental, portanto, já se sinalizava com alguma perspectiva crítica.

Nos anos de 1968 e 1969, respectivamente, Max Pagés e André Levy foram convidados pelo Setor de Psicologia Social para discutir os temas da intervenção psicossociológica e das teorias de grupo de corte clínico. Isso acontecia em um ambiente cuja cultura profissional dominante se orientava para a formação em análise comportamental, metodologia experimental e ênfase na prática de avaliação psicológica individual. O Setor de Psicologia Social funcionou como uma verdadeira incubadora de projetos participativos e que foram se politizando paulatinamente, em direção inversa ao endurecimento da ditadura militar.

Na década de 1970, enquanto degenerava a prática psiquiátrica mineira, ocorriam, sempre no Setor de Social, grupos de estudos de Saúde Mental,

e articulou-se, no curso de Psicologia, as visitas de Georges Lapassade (1972) e Michel Foucault (1973), em clima de ampla participação, que redundaram em cursos, seminários e palestras (inclusive em hospitais psiquiátricos), profundamente críticos às instituições sociais, à Psiquiatria e ao próprio conceito de ciência. Era o que havia de mais arrojado na época.

Como consequência do ambiente de crítica às instituições sociais (em plena ditadura militar), aconteceu a reforma curricular do curso de Psicologia de 1974, com a fundamental participação do movimento estudantil, do qual participaram ativamente os então estudantes e futuros professores da PUC Marcos Vieira Silva e Eduardo Mourão Vasconcelos e do Setor de Social, que pode ser entendida como consequência dessa efervescência cultural e política. Foram implantadas disciplinas de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana e de Intervenção Psicossociológica, Psicolinguística, Psicanálise e Linguagem, Economia Política e Ética. Preconizava-se a luta pelos Direitos Humanos e pela Saúde Pública, enfatizando a Saúde Coletiva e a Cultura Popular. Outros protagonistas do Setor de Psicologia Social que merecem destaque são: Marília Novais Mata Machado, Romualdo Dâmaso, Cornelis van Stralen e Sônia Fleury.

Entre outras atividades, o “Setor” enfocava prevenção e participação em políticas públicas, como o Projeto Capim Branco, de 1973 (Goulart, 2007), que operava em áreas de risco epidêmico de esquistossomose e o Projeto Montes Claros, de 1974. Esse último é considerado precursor do Sistema Único de Saúde, implantando uma extensa rede pública de serviços de saúde e incentivando a participação comunitária por meio dos profissionais de saúde (Passos et al., 2009a).

A Reforma Psiquiátrica propriamente dita, desencadeada no final dos anos 1970, também não passou despercebida pela UFMG. A vinda de Franco Basaglia e seus seminários repercutiram na formação em Psicologia Social, em concomitância com a penetração do paradigma psicanalítico lacanianiano que trazia elementos disruptivos no que concernia à formação e à prática clínica (concepção de sujeito e de prática). O Projeto Guimarães Rosa, desenvolvido por alunos do curso de Psicologia (com supervisão multidisciplinar) no hospital psiquiátrico Instituto Raul Soares, entre 1979 e 1983, evidenciou uma conexão com o Projeto de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica e realizou uma prática terapêutica baseada na reconstituição cultural dos ali internados, focando sua reinserção social, mais uma vez inspirada pelo modelo de Comunidade Terapêutica europeu.

Na década de 1980, sob a coordenação do

professor Cornelis van Stralen, destacou-se a implantação do Projeto de Integração Docente Assistencial (1983) na região metropolitana de Belo Horizonte e no norte de Minas. Foram as primeiras práticas de saúde mental em comunidades, Centros de Saúde (com equipes de saúde mental) e Internato Rural de Psicologia em cidades do norte de Minas como atividade de extensão.

O paradigma delineado na UFMG, ao longo de trinta anos, comportava o alinhamento entre a Psicologia Comunitária, a Análise Institucional e a Clínica Psicanalítica (especialmente a lacanianiana). A UFMG penetrou os serviços de saúde e saúde mental, estruturados a partir do trabalho das equipes multidisciplinares operantes na rede básica de saúde do município de Belo Horizonte e Betim. Isso se desdobrou em ativismo profissional, especialmente por meio da constituição da regional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), pela participação no Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e pela inserção nas associações psicanalíticas (especialmente as de orientação lacanianiana, como o Colégio Mineiro de Psicanálise de 1980). Assim, a concepção que pulsa ao longo desses 30 anos é a de que o hospital psiquiátrico não deva servir mais como um aliviador de tensão social com a violenta reclusão de pessoas indesejáveis. Os hospitais gerais, por sua vez, não deveriam ser o centro e o âmago da assistência em saúde como um todo. As definições de critérios de internação são colocadas em questão nesse período, configurando preocupação com as tendências hospitalocêntricas.

No entanto, não se pode supor um aprofundamento dessa configuração nas décadas seguintes e nem até recentemente. Não há indicativos de que a Psicologia da UFMG tenha realizado, posteriormente aos anos 1980, nos seus espaços de ensino, pesquisa e extensão, um fortalecimento dos laços com a Reforma Psiquiátrica que ganhou contornos mais vigorosos justamente após os anos 1990 e certamente fez vicejar a cultura crítica que se desviou das proposições de inspiração comunitária.

No entanto, os anos noventa projetam a Psicologia da UFMG na consolidação das pós-graduações (mestrado e doutorado). A pauta da saúde mental perdeu a vitalidade e se fragilizou na graduação, apesar dos frutos que derivaram para as dissertações de mestrado e, posteriormente, para as teses de doutorado. As práticas comunitárias e grupais perderam sua ênfase diante do fortalecimento da prática consultorial privada psicanalítica, que se afirmou crescentemente, mas também perdeu a sintonia com a clínica lacanianiana que tendeu a se consolidar na rede de saúde mental.

Atualmente, a formação em Psicologia na

UFMG ainda não esboçou uma efetiva retomada da pauta da Reforma Psiquiátrica – apesar de sua ausência na grade curricular. Não têm sido ofertados estágios na rede de serviços substitutivos, e os eventos se desdobraram em iniciativas de programas de extensão: o “PET Saúde Mental – Crack, Álcool e outras Drogas”, que teve duração de apenas um ano, e o “Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental – PASME”, que tem ofertado regularmente uma disciplina interdepartamental de saúde mental e realiza evento comemorativo do dia de luta antimanicomial. Não existe, no entanto, oferta regular de disciplinas obrigatórias. A formação em saúde mental se delinea nas disciplinas optativas, sem conexão com a rede de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos.

Alinhando: Fios e Desafios

Há conclusões que devem ser assinaladas, uma vez que traçar percursos históricos reaviva questões que circundam as barreiras de uma possível prática profissional compromissada política e socialmente com os avanços da democracia brasileira no direito à saúde.

A UFMG e a PUC têm elementos importantes em comum: a relevância da Psicologia Social para a formação, especialmente ao estabelecer uma interface com os processos de mudança pertinentes naquela época, com destaque para o paradigma da Psicologia Comunitária. Porém, devemos salvaguardar que o paradigma da Psicologia Comunitária teve desdobramentos, nos dois casos, de grande monta e que ambos caíram em desprestígio no que concerne às expectativas de formação de psicólogos que pudessem fortalecer o projeto da Reforma Psiquiátrica. De todos os projetos delineados, dois se destacam em função dos seus desdobramentos históricos: as iniciativas de trabalho nos serviços de saúde pública, em sintonia com o pensamento sanitário e de participação popular. Pensamos, aqui, na frente de trabalho que se constituiu nas equipes de saúde mental que se formavam nos anos oitenta, sabendo que a UFMG teve penetração maior na municipalidade, orientando o planejamento das ações do Programa de Saúde Mental pela via das orientações do Conasp Saúde Mental. A PUC, por sua vez, ficou mais circunscrita à ação comunitária e de iniciativa popular de caráter autogestionário, com destaque para o projeto “Cabana do Pai Tomás”. O trabalho nas equipes de saúde mental de inspiração sanitário foi descartado, no início dos anos noventa, com a justa alegação de que não conseguia reorientar a demanda por internação e sim ampliar a demanda, sem a

correspondente resposta aos casos de maior gravidade que passaram a congestionar a rotina dos Centros de Saúde. O trabalho desenvolvido pela UFMG recrudesciu. No segundo caso, a comunidade Cabana do Pai Tomás, não teve o investimento público esperado. A gestão de esquerda da PMBH optou pela implantação da rede de serviços substitutivos, orientando os recursos para a construção de Cersams e Centros de Convivência. O projeto de saúde mental do Cabana não sinalizava a priorização dos usuários em risco de internação e não focava, particularmente, a meta de fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos. Isso deve ser observado para que se possa colocar em questão a inexistência de iniciativas por parte da universidade. A produção de discontinuidades muitas vezes é tecida em uma cena mais complexa que reorienta expectativas e demandas. Cabe acrescentar aqui que a Psicologia Social, que se mobilizou em torno do tema da saúde coletiva e saúde mental, abriu-se para inúmeras frentes de atuação que tomaram a forma de outras demandas societárias no contexto democrático e outras possibilidades de exercício no âmbito das políticas sociais que foram sendo construídas sob a égide dos direitos humanos e para além deles. Inclusão e exclusão, política, cultura, escola, trabalho, violência, sexualidade, gênero etc.: a pauta se ampliou e aprofundou consideravelmente. A sintonia com a Reforma Psiquiátrica, no entanto, se perdeu.

A Psicologia como um todo também se desdobrou em temáticas que desafiam os projetos de formação e dilapidaram as possibilidades generalistas, refratando pensamento e prática ainda mais do que já se sinalizava nos idos dos anos oitenta. O crescimento exponencial dos centros de formação expõe o campo aos desafios de regulação e de formação com maiores ou menores exigências que sintonizam as instituições com os desafios sociais locais.

Um segundo ponto a destacar nos dois cenários rapidamente descritos é o destino da formação clínica. De fato e a rigor, tanto a UFMG quanto a PUC Minas têm formado, desde os anos oitenta, um profissional que tem capacitação para atender clinicamente no paradigma psicanalítico laciano. É um fenômeno mineiro. E lacianos eram e são a grande maioria dos psicólogos que foram integrados à rede de serviços substitutivos mineiros. A insuficiência aqui ganha outros contornos. Devemos admitir que não basta a visão clínica psicanalítica para o enfrentamento da Reforma Psiquiátrica. Ela diz respeito a uma formação política e a necessidade de defesa permanente do projeto de desinstitucionalização. A universidade é capaz de formar clínicos, mas revelou-se incapaz de formar

pensamento crítico capaz de tensionar as instituições psiquiátricas. Arriscaríamos que a necessária ideologização da Reforma Psiquiátrica produziu afastamentos e desconfiança de ambas as partes: as instituições formadoras e os militantes. A polarização da discussão muitas vezes exige ainda mais polarização e não necessariamente a construção de convergências apaziguadoras. O ativismo político tem razões que desafiam a democracia, mesmo enquanto a constroem.

Nesta história de refrações que se delineiam e tomando os desafios perfilados anteriormente nas contradições apontadas (Santos, 2003), é importante acrescentar que, na ausência da mítica continuidade entre gestor/militante e professor/estudante, os serviços de saúde mental tiveram que optar por estratégias de formação alternativas que produziram todo um conhecimento específico e tácito. Como compartilhar as estratégias para contornar os enormes desafios que se colocam no dia a dia do profissional de saúde mental? Vale retomar a epígrafe deste artigo: “A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até as raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento” (Santos, 2003, p. 225). As instituições prestadoras de serviços públicos de saúde mental não têm esse privilégio, nem podem se expor excessivamente a incursões avaliativas. Isso aprofunda o suposto hiato entre a Reforma Psiquiátrica e a formação em Psicologia. Além disso, a universidade não pode se ater aos desafios da atenção em saúde mental e aos problemas locais, territoriais, quando é sistematicamente pressionada pelo Estado a internacionalizar-se e produzir cultura formal numa perspectiva produtivista: isso seria inimaginável nos anos sessenta, setenta e oitenta.

Ao pensar os casos apresentados neste artigo, vale a pena perguntar se, quando a Psicologia oferece formação, ela é ou não satisfatória? Ainda: qual destaque esperamos para a temática da saúde mental e da Reforma Psiquiátrica nas universidades? Como superar o modelo consultorial, clínico, privado e individual, quando não se tem mais as ferramentas grupais e participativas? A superação desse modelo individualista desemboca necessariamente na ênfase na atual política de saúde mental ou estaria sendo incorporado em outras possibilidades de exercício da profissão, por exemplo, nos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? Sabemos perfeitamente da distância que se estabeleceu entre o Movimento Sanitarista e a Reforma Psiquiátrica: seriam reconciliáveis se considerado o enquadre clínico psicanalítico que vem sinalizando uma resposta consistente para a clínica da psicose?

Não se pode assegurar que essas reflexões

seriam sugestivas para se pensar as diversas dinâmicas ocorridas nos demais estados e regiões. Há concentração e dispersão na oferta de conhecimento e formação em Psicologia no Brasil. Fizemos uma descrição de uma situação relativa a um período que já envolvia muitas transformações e possibilidades de mudança que poderíamos nomear como “Pré-Reforma Psiquiátrica”. Entendemos que no início dos anos 1990, outro modelo de assistência estava em vias de ser estabelecido, com o surgimento dos modelos substitutivos e isso se fez com a devida autonomia. Esses novos modelos, que ganharam terminologias diferenciadas, se fundamentavam na radicalização à crítica aos hospitais psiquiátricos, com a emergência do Movimento de Luta Antimanicomial. O enfoque universitário era fundamentalmente de Psiquiatria Social, com o desenvolvimento de projetos de Comunidade Terapêutica, e comunitário.

Porém, trabalhamos, na pesquisa realizada, com o pressuposto de que a Reforma Psiquiátrica mineira não era uma pragmática empiricista, construída às cegas, intuitivamente, nem com elementos exclusivamente exógenos. Identificamos, sim, uma construção que se apoiava em uma cultura crítica que fora disponibilizada por um amplo movimento de questionamento das instituições sociais – hospitais psiquiátricos incluídos. A cultura crítica que eclodiu extrapolou o cenário sociopolítico: o pós-guerra europeu. Ela chegou até nós por intermédio de agentes concretos e produtos específicos universitários, tais como acordos e convênios que permitiram a vinda de notáveis pensadores, entre os quais se destacam Michel Foucault e George Lapassade. O acesso à literatura viabilizou o conhecimento de obras estratégicas como a de Franco Basaglia. Sem esses elementos seria impensável a Reforma Psiquiátrica atual. Nosso trabalho de investigação capturou, dentro dos centros de formação ou credenciamento profissional de nível superior, a emergência dessa cultura crítica e de práticas sintônicas com seu tempo.

Esse discurso crítico se apoiava, num primeiro momento, anos 1960, na sintonia com a Antipsiquiatria anglo-saxônica, que pertencia ao campo da Psiquiatria Social, e com a Psicossociologia americana e francesa. A Psicologia era uma profissão recentemente reconhecida e os cursos (da PUC e da UFMG) formavam os primeiros estudantes que se tornavam professores, em um cenário de escassez de especialistas. Os conteúdos da área de saúde mental apareciam em disciplinas tão diversas como ensino religioso e sociologia. Muitos cientistas sociais ocuparam a tarefa de formar psicólogos, apesar da tendência de época em enfatizar os estudos vinculados à área de seleção e

recrutamento. Essa geração não se reproduziu. Em Belo Horizonte, nas disciplinas investigadas e nos cursos estudados, emergiu também, a contrapelo, as perspectivas de formação sintonizadas com a contracultura e com a clínica. As instituições de ensino abrigaram, num cenário de singular informalidade e de estruturação, esses discursos, que ocupavam um lugar marginal, mas potente, já que ali resistiram ao longo de três décadas, à custa de luta e pressão permanentes.

Nos anos 1970, identificamos a emergência de outro paradigma de pensamento e ação que foi a Psicologia Comunitária, na qual se abrigava o discurso de esquerda. A relevância dos conteúdos vinculados a essa corrente de pensamento dispensaria comentários, na medida em que ela traz a questão do direito social, da participação dos setores de baixa renda e da democratização das relações societárias para o centro da discussão, relacionando-se com o movimento sanitarista brasileiro e o processo de construção da Reforma no campo da saúde. O famoso III Congresso Mineiro de Psiquiatria, 1979, foi um momento de articulação entre os diversos grupos com posicionamento crítico nos centros universitários e de credenciamento profissional, que teve tantas consequências justamente por encontrar um ambiente crítico receptivo e que envolvia os setores de esquerda da academia, professores e estudantes.

Os anos 1980 podem, por sua vez, ser interpretados como um período de busca de respostas, de esforço de construção de um modelo de atenção que pudesse afrontar o modelo assistencial hospitalocêntrico. A direção tomada pelas diversas instituições estudadas parece tomar duas direções: o trabalho dentro dos hospitais psiquiátricos e o trabalho ambulatorial e comunitário. Identificamos ambientes intelectuais informados por referências teóricas muito semelhantes e que sinalizam colaboração entre a academia e a Reforma Psiquiátrica. Belo Horizonte foi palco de experimentação de ações comunitárias e de trabalho clínico.

A cultura acadêmica identificada, apesar de crítica, não foi capaz de afrontar a tendência hospitalocêntrica da política de saúde mental de então. Resta muito a resgatar no que concerne à memória e aos conflitos do período estudado. Talvez possamos preencher algumas lacunas existentes considerando atual a ênfase dada pelo governo federal e pelas instituições universitárias à reorientação da formação profissional dos profissionais de saúde. Certos de que não há como concluir como irá se estruturar o paradigma pedagógico que se delineia a partir dos anos 90 do século XX, cabe-nos assinalar que já não há mais

como pensar a formação em saúde mental sem alguns elementos norteadores básicos: compromisso com a prática e conhecimento da rede de serviços substitutivos, interdisciplinaridade, integralidade e compromisso social que se expressa na superação dos espaços asilares. Isso só nos será possível graças também ao esforço de muitos que nos antecederam nesse esforço em vincular a formação e a política de saúde mental. Mesmo com todos os desafios existentes nessa tentativa de qualificação da formação, mesmo cientes de que há muitos fios a serem tecidos nesse campo polissêmico e contraditório que envolve uma assistência qualificada, seguimos questionando sobre como podemos construir espaços em que haja uma formação crítica e ciente dos atuais impasses.

Referências

- Amarante, P. (Org.). (1995). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Bastos, A. V. B; Godim, S. M. G. (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Saúde Mental em Dados – II* (ano VII, nº 11). Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado em 17 de abril de 2012 do Portal Saúde: <http://psiquiatriabh.com.br/wp/wp-content/uploads/2015/01/Dados-da-rede-assistencial-brasileira-2012-Ministerio-da-Saude.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, DAPES, Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. (2011). *Saúde Mental no SUS: as novas fronteiras da Reforma Psiquiátrica*. (Relatório de Gestão 2007-2010). Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2007a). Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde. Edital n. 13, de 11 de dezembro de 2007. (2007b). *Diário Oficial da União*, Seção 3, Brasília, DF.

Goulart, Maria Stella Brandão; Silva, Celso Renato; Silva, Eliane Rodrigues. A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios

- Brasil. Portaria Interministerial n.º 2.101, de 03 de novembro de 2005. (2005). Institui o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde – para os cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Campos, R. H. F. (2001) Bessa, Halley Alves (1915-1994) In: Campos, R. H. F. (Org.). *Dicionário bibliográfico da psicologia no Brasil: pioneiros* (vol. 1, pp. 84-85). Rio de Janeiro: Imago.
- Firmino, H. (1982). *Nos porões da loucura* (Jornal Estado de Minas). Rio de Janeiro: CODECRI.
- Fórum de Formação em Saúde Mental de Minas Gerais. (2010). *Cartilha de propostas retiradas da I Plenária do Coletivo de Docentes e Discentes, Profissionais, Usuários, Gestores e Associações Profissionais de Saúde Mental para a IV Conferência Estadual de Saúde Mental de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Prisma, UFMG. Recuperado em 17 de abril de 2012 do Prisma UFMG: www.fafich.ufmg.br/prisma/images/doc%20forma%20E7%E3o%20iv%20confer%20Eancia%20estadual%20sa%20FAd%20mental%20mg.pdf.
- Goulart, M. S. B. (1992). *O ambulatório de saúde mental em questão: desafios do novo e reprodução de velhas fórmulas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Goulart, M. S. B. (1993). Equipe de saúde mental: a Torre de Babel da saúde pública. *Cadernos de Psicologia*, 2 (1), 49-56.
- Goulart, M. S. B. (2004). Os descaminhos da política de saúde mental: um estudo sobre os serviços ambulatoriais dos anos 80. In: Ferrari, I. F. & Araújo, J. N. (Org.). (2004), *Psicologia e Ciência na PUC Minas* (pp. 291-312). Belo Horizonte: PUC Minas.
- Goulart, M. S. B. (2006). A construção da mudança nas instituições sociais: a reforma psiquiátrica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1 (1), 1-19.
- Goulart, M. S. B. (2007). *As instituições universitárias e a construção da reforma psiquiátrica mineira nas décadas de 60, 70 e 80*. (Relatório final de pesquisa). Belo Horizonte: UFMG, Laboratório de Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.
- Goulart, M. S. B. & Silva, M. V. (1988). O estado da arte da produção de trabalhos em saúde mental no Brasil: considerações preliminares. *Psicologia e Sociedade*, 3 (4), 173-177.
- Passos, I.C.F.; Goulart, M.S.B.; Braga; F.M., Abreu, M.A. & Vasconcelos, E.M. (2009a). A formação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e o processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais, nas décadas de 60, 70 e 80. *Memorandum*, 17, 149-168.
- Brasil. Presidência da República. *Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001*. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 04 de maio de 2012: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm
- Lobosque, A. M. (2001). *Experiências da Loucura*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Martins, E. M. & Kind L. (2011). O Pró-Saúde PUC Minas. In Kind L., Batista, C. B. & Passos, I.C.F.; Goulart, M.S.B.;Braga; F.M., Abreu, M.A. & Vasconcelos, E.M. (2009a). A formação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e o processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais, nas décadas de 60, 70 e 80. *Memorandum*, 17, 149-168.
- Pereira, W. C. C. (1990). *O adoecer psíquico do subproletariado*. Belo Horizonte: Segrac.
- Rodrigues, Heliana de Barros Conde. “Sejamos realistas, tentemos o impossível” Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In: Jacó-Villela, Ana Maria; Ferreira, Arthur Arruda Leal; Portugal, Francisco Teixeira. *História da Psicologia – rumos e percursos*. RJ: NAU, 2006.
- Santos, B. S. (2003). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. SP: Cortez.

Goulart, Maria Stella Brandão; Silva, Celso Renato; Silva, Eliane Rodrigues. A universidade e a reforma psiquiátrica: fios e desafios

Silva, C. R. (2009). A Presença-ausência do Estagiário: uma discussão sobre a formação no CAPS Santa Luzia-MG. In. *XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica: às solidariedades... vínculos sociais contemporâneos em análise* (pp. 236-238). BH, MG: UFMG.

Vasconcelos, E. M. (1992). *The new alienists of poor – developing community mental health services in Brazil – 1978/1989*. Tese de Doutorado, London School of Economics and Political Science, University of London, London.

Vasconcelos, E. M. (2000). Breve periodização histórica do processo de reforma psiquiátrica no Brasil recente. In Vasconcelos, E. M. (Org.). *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade* (pp. 19-34). São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In Bock, A. (Org.). *Psicologia e o compromisso social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O. H. (2010). Pesquisa em Psicologia: reflexões sobre a formação. In *Anais do XIII Simpósio de Pesquisa e intercambio científico em Psicologia*. Fortaleza, CE.

Recebido em: 07/08/2014
Aprovado em: 09/03/2015

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

The role of public squares in the active aging from the point of view of the experts

El papel de las plazas públicas para el envejecimiento activo de acuerdo con el punto de vista de expertos

Eduardo Alexandre Ribeiro da Silva¹

Gleice Azambuja Elali²

Resumo

Estudos que investigam o comportamento humano em espaços abertos ressaltam que estar ao ar livre favorece o bem-estar físico e mental, refletindo positivamente na saúde e na qualidade de vida, notadamente dos idosos, devido à variedade de estímulos e às oportunidades de socialização oferecidas por esses ambientes. A fim de investigar o papel das praças públicas para o envelhecimento ativo, foi realizado um painel de *experts*, em que sete profissionais que trabalham com idosos na cidade de Natal/RN foram entrevistados. O roteiro de entrevista envolveu temas ligados ao envelhecimento ativo, socialização e suporte ambiental. As respostas foram trabalhadas por meio da análise de conteúdo e indicaram que os especialistas consideram as praças locais com grande potencial para a promoção do envelhecimento ativo, desde que disponham dos elementos que ofereçam o suporte necessário à permanência de idosos nela.

Palavras-chave: idosos, Psicologia Ambiental, interação social, praças, ambiente construído.

Abstract

Studies that investigate the human behavior in open spaces emphasize that outdoor living promotes physical and mental well-being, reflecting positively on the health and on the quality of life, especially of the elderly, due to the variety of stimuli and socialization opportunities offered by these environments. In order to investigate the role of public squares in active aging, and panel of experts was formed, in which seven professionals who work with the elderly in the city of Natal/RN were interviewed. The script of the interview involved themes linked to active aging, socialization, and environmental support. The answers were treated by means of content analysis and they indicated that experts consider that the public squares can be suitable places with great potential to promote active aging, since they have the necessary elements to support the older people's permanence there.

Keywords: Elderly, Environmental Psychology, social interaction, public squares, built environment.

Resumen

Los estudios que investigan el comportamiento humano en los espacios abiertos enfatizan que la práctica de actividades al aire libre promueve el bienestar físico y mental, lo que refleja positivamente en la calidad de vida especialmente en los ancianos, debido a la variedad de estímulos y oportunidades de socialización que estos ambientes ofrecen. Con el fin de investigar el papel de las plazas públicas para el envejecimiento activo, se realizó un panel de expertos a través de entrevistas con siete profesionales que trabajan con ancianos en Natal/RN. La entrevista involucró cuestiones relacionadas con el envejecimiento activo, socialización y apoyo ambiental. Las respuestas se analizaron mediante análisis

¹ Psicólogo. Mestre em Ciências Ambientais. Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Psicóloga. Arquiteta. Profa. Dra. na Pós-Graduação em Psicologia e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

de contenido y indicaron que las plazas pueden ser locales adecuados para los fines de envejecimiento activo, cuando hay elementos básicos que fomenten el apoyo necesario para la permanencia de los ancianos en ella.

Palabras-clave: Ancianos, Psicología Ambiental, interacción social, plazas públicas, medio construido.

Introdução

Dentre as contribuições teóricas que apresentam modelos explicativos da relação do idoso com seu ambiente, as mais destacadas foram propostas por Mortimer Powell Lawton (1986) que, no decorrer de sua produção intelectual, demonstrou que a qualidade de vida na velhice está associada a diversos fatores em constante interação ao longo da existência do indivíduo. Esses fatores estão relacionados às condições objetivas (ambiente físico, contexto social, rede de apoio social, amizade e relações de parentesco e capacidade funcional) e a condições subjetivas (vinculadas a aspectos afetivos ligados ao bem-estar).

Ambientes que não oferecem o suporte necessário às atividades cotidianas afetam negativamente o bem-estar objetivo e subjetivo de seus usuários. Quando possuem autonomia funcional, os próprios idosos costumam providenciar arranjos para que seus ambientes se tornem seguros, confortáveis e interessantes (por meio da modificação da disposição dos móveis, objetos e acessórios, cuidados com plantas e outras iniciativas). Por outro lado, quanto maiores forem as dificuldades físicas e cognitivas das pessoas menos elas terão autonomia para atuar nas condições ambientais, de modo que um ambiente desfavorável poderá impor uma influência maior sobre elas, limitando suas possibilidades de uso do espaço.

O modelo da pressão-competência (ou modelo ecológico) considera que, à medida que as pessoas envelhecem e têm suas competências reduzidas, os ambientes passam a exercer uma pressão maior sobre seu comportamento, sendo necessário recorrer a adaptações nos elementos ambientais de acordo com os níveis de competências dos indivíduos para atingir níveis ideais de ajustamento, conforto e desempenho (Nahemow & Lawton, 1973). Nesse sentido, os indivíduos com capacidades funcionais mais comprometidas seriam os que mais sentiriam a influência da pressão ambiental, adaptando-se a uma variedade menor de ambientes. Contudo, a criação de ambientes “amigáveis” por meio de adaptações, princípio da hipótese da *docilidade ambiental* (Nahemow & Lawton, 1973), atua como função protetiva, compensando os efeitos da pressão do ambiente sobre o comportamento do idoso e garantindo seu desempenho comportamental (Moore, Van Haitsma, Curyto & Saperstein, 2003).

Acatando esse tipo de argumentação, ao instituir a perspectiva do envelhecimento ativo (*active ageing*), a Organização Mundial da Saúde (OMS) – World Health Organization, 2005 (WHO) – incluiu o ambiente como fator determinante para o

envelhecimento saudável. Segundo a organização, as características do ambiente influenciam o comportamento humano de modo significativo, podendo representar a diferença entre a independência e a dependência para todos os indivíduos, mas especialmente para pessoas em processo de envelhecimento. Pessoas idosas que moram em ambientes ou áreas de risco com múltiplas barreiras físicas saem de casa com menos frequência e, por isso, estão mais propensas ao isolamento, depressão, menor preparo físico e mais problemas de mobilidade (WHO, 2005).

Para que o ambiente físico possa proporcionar mais benefícios do que dificuldades aos idosos, isto é, para que seja mais dócil e propicie apoio adequado às suas necessidades, as proposições do envelhecimento ativo (EA) recomendam que as opções de atividades mais saudáveis também sejam as de mais fácil execução, estimulando-os a serem mais ativos diante das situações da vida cotidiana. Com a finalidade de alcançar esses objetivos, o programa do EA recomenda:

- oferta de serviço de transporte público acessível e barato;
- ausência de obstáculos que possam causar lesões por quedas, acidentes e incêndios;
- moradia apropriada e adaptada para suas necessidades de saúde e de segurança;
- vizinhança segura que favoreça uma interação social positiva;
- ruas bem iluminadas para caminhadas seguras, banheiros públicos acessíveis e semáforos com mais tempo para os pedestres;
- fornecimento de água limpa, ar puro e alimentos seguros;
- programas de exercícios para ajudar as pessoas idosas a manter sua mobilidade.

O EA foi proposto como forma de incentivo à promoção da expectativa de vida com saúde e qualidade para todas as pessoas que estão em processo de envelhecimento, visando a incentivá-las a perceber o próprio potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo da vida (WHO, 2005), indicando a concordância com os pressupostos da perspectiva *life-span* (Neri, 2001), tais como os de *multidimensionalidade*, *multidirecionalidade* e *plasticidade*.

No Brasil, esse programa está inserido nas ações do Programa “Brasil Saudável” (Brasil – Ministério da Saúde, 2005), que fomenta iniciativas nacionais para criar políticas públicas que promovam modos de viver mais saudáveis em todas as etapas da vida, com ênfase na atividade física no cotidiano e no lazer, na reeducação alimentar e no controle do tabagismo, consideradas iniciativas básicas para o envelhecimento saudável, por proporcionarem um

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

ganho substancial em qualidade de vida e saúde, em consonância com as indicações da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2005, 2008).

Ao comparar as recomendações para a promoção de um ambiente adequado ao envelhecimento ativo com as funções do ambiente para idosos indicadas por Lawton (1986) (manutenção, estimulação e apoio/suporte), percebe-se que as últimas, mesmo que de forma não sistemática, foram incluídas na perspectiva do EA. Assim, a função *manutenção*, que diz respeito à constância e previsibilidade do ambiente em termos de satisfação e ao apego aos lugares, pode ser notada na crítica da OMS ao fato de alguns idosos serem forçados a viver em lugares que não são de sua escolha (como a casa de parentes e em lares já superlotados), o que, quando somado a outros fatores, pode acarretar maior risco de isolamento social e saúde precária.

A *estimulação* refere-se à importância de sair do usual, favorecendo novos arranjos de estímulos que possam levar a novos comportamentos na vida diária por meio de atividades que proporcionem lazer e incentivem as relações sociais. Essa função pode ser identificada quando a OMS recomenda a criação de oportunidades acessíveis, baratas e agradáveis para os idosos permanecerem ativos em áreas seguras para andar e em parques.

O *apoio* ou *suporte* é o potencial do ambiente para compensar competências reduzidas ou perdas e pode ser aplicado mediante a eliminação de barreiras físicas e outras formas de facilitação de acesso aos ambientes. Constata-se essa função quando a OMS afirma ser necessário que os ambientes de apoio façam com que “as opções saudáveis sejam as mais fáceis” (WHO, 2005).

Assim, ao recomendar que sejam considerados os aspectos ambientais que podem favorecer uma postura ativa do idoso durante o uso e a permanência nos espaços que frequentam, a proposta do EA abre perspectivas para a investigação de associações entre condições ambientais e envelhecimento saudável por meio do incentivo à realização de atividades.

Devido ao fato de as pessoas de idade mais avançada geralmente apresentarem uma redução na mobilidade, o ambiente doméstico e seus arredores tornam-se os espaços mais utilizados da vida cotidiana (Lawton, 1986; Mollenkopf et al., 2004). Nas imediações das residências, as praças estão entre os espaços abertos urbanos públicos (EAUPs) de acesso livre e gratuito que mais favorecem o encontro e a formação de laços sociais na comunidade, possibilitando a realização de diversas atividades como exercícios físicos, jogos, atividades recreativas, leitura, contemplação, entre outras.

Os EAUPs são ruas, praças, parques e outros locais abertos à livre escolha e às ações espontâneas dos indivíduos, dotados de acessibilidade pública e designados, construídos ou apropriados para atividades funcionais, sociais ou de lazer que possibilitam a convivência e a permanência (Lynch, 2007). Eles têm sido utilizados em diversas partes do mundo como locais para a promoção de atividades físicas, recreativas, de cultura e lazer para todas as idades por serem acessíveis, possibilitando o encontro das diferenças sociais (Cattell, Dines, Gesler & Curtis, 2008). Especificamente no caso dos idosos, vários grupos de pesquisa têm apresentado indicativos consistentes com relação a esses espaços estimularem a permanência física, cognitiva, social e afetiva, resultando em benefícios para a saúde e o bem-estar (Active Living Research, 2010; Inclusive Design for Getting Outdoors, 2007; OPENSspace Research Centre, 2010).

Em Natal/RN, uma constatação que evidencia o uso desses espaços públicos pelos idosos na cidade é a prática da caminhada e o uso das chamadas Academias da Terceira Idade (ATIs), conjunto de aparelhos para a prática de atividades físicas de baixo impacto, cujo acesso é público e gratuito, geralmente instaladas em praças, parques e locais de passagem de pedestres (Ideias saudáveis, 2009). Essas e outras formas de uso dos EAUPs são marcadas pela dinâmica do conjunto urbano onde estão inseridas e se caracterizam pelos seus valores ambientais, funcionais, estéticos e simbólicos, correspondendo a um arranjo complexo de limitações e exigências do ambiente físico e geográfico, todos direta ou indiretamente relacionados aos diferentes usos que ali ocorrem (Liberalino, 2011).

Ao entender que os profissionais envolvidos diretamente no cuidado e atenção às necessidades das pessoas idosas podem consentir, sugerir ou recomendar/estimular sua participação em praças públicas, oportunizando o exercício de suas capacidades funcionais, interessou-nos identificar a concepção dos especialistas a respeito do papel que esses espaços podem representar para a promoção do EA.

Procedimentos Metodológicos

O estudo realizado na cidade de Natal/RN correspondeu a um painel de *experts* (Pinheiro, Farias & Abe-Lima, 2013; Taylor, Zube & Sell, 1987), técnica que consiste na consulta a um grupo de especialistas selecionados devido ao potencial de sua contribuição para o tratamento de questões relativas ao objetivo da pesquisa em andamento. A

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

escolha dos participantes pode ser motivada por sua competência no que diz respeito aos ambientes em questão, às situações trabalhadas ou aos fenômenos/conceitos que interessam à pesquisa. O tipo de conhecimento necessário à pesquisa é justamente o que define os membros do grupo (Elali & Pinheiro, 2013). No caso da investigação em curso, optou-se por trabalhar com profissionais atuantes na cidade e que lidam com idosos a partir de 60 anos. Partindo de dois nomes que, em âmbito local, se distinguem na área, o grupo foi composto pela indicação dos próprios participantes, que foram solicitados a sugerir outros profissionais com atuação direta e reconhecida com a população idosa. A constituição final do grupo deu-se a partir da constatação de que todos os indicados já haviam sido entrevistados, totalizando sete indicações.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos e utilizou entrevista semiestruturada, tendo como base um roteiro construído a partir do referencial bibliográfico, enfocando os temas: envelhecimento ativo, socialização e suporte ambiental, por serem elementos frequentemente presentes na literatura. As entrevistas, realizadas individualmente e nos horários e locais de atuação de cada profissional, tiveram duração média de uma hora e dez minutos. As respostas foram registradas com um gravador de áudio e anotações em diário de campo e

posteriormente transcritas e analisadas por meio da análise temática, com a interpretação lógico-semântica das ideias prevaletentes no *corpus* dos depoimentos (Campos, 2004).

A maioria dos profissionais participantes foi do sexo feminino (6), sendo que três também se enquadravam na condição de idosos (mais de 60 anos). A média de idade situou-se em 57 anos, e a média de atuação com o público idoso de 23,9 anos. A formação profissional dessas pessoas incluiu Assistência Social, Geriatria, Gerontologia, Advocacia, Antropologia, Pedagogia e Sociologia, verificando-se que alguns apresentaram mais de uma graduação. Na ocasião da pesquisa, os entrevistados ocupavam cargos de coordenação em associações, conselhos e instituições voltadas para a faixa etária de idosos.

Resultados e Discussão

Os temas utilizados no roteiro de entrevista (envelhecimento ativo, suporte ambiental e socialização) foram facilmente assimilados pelos participantes, de modo que, a partir deles, construímos as categorias analíticas das respostas (Quadro 1), com base nas quais analisamos as concepções dos entrevistados ligadas à relação entre EAUPs e envelhecimento ativo.

Quadro 1
Síntese dos resultados das entrevistas com os especialistas

Part.	Envelhecimento Ativo	Suporte Ambiental	Socialização
P.1	- Ocorre quando o idoso tem boa saúde, autoestima e qualidade de vida.	- Acessibilidade física. - Estrutura para permanência. - Estrutura para atividades.	- Ver e ser visto por outras pessoas, encontrar amigos, conversar, realizar atividades em grupo.
P.2	- Estilo de vida que resulta em benefícios funcionais, sociais, intelectuais, físicos e psicológicos. - Postura que permite descobertas e realização do potencial.	- Acessibilidade física. - Estrutura para permanência. - Estrutura para atividades.	- Conversar, realizar atividades em grupo, encontrar amigos.
P.3	- Decisão de estar ativo e envolvido em seu meio social gozando de boa saúde ou que possa compensar doenças a partir de um suporte material, afetivo e informativo.	- Acessibilidade física. - Estrutura para permanência. - Estrutura para atividades. - Aproximabilidade.	- Realizar atividades em grupo, encontrar amigos.
P.4	- Ações pessoais que permitem o idoso a manter sua autonomia e independência.	- Acessibilidade física. - Estrutura para permanência. - Estrutura para atividades.	- Conversar, realizar atividades em grupo.
P.5	- É a prática do envelhecimento saudável por meio de atividades que envolvam socialização e preservem a	- Acessibilidade física. - Estrutura para permanência. - Estrutura para atividades.	- Ver e ser visto por outras pessoas, encontrar amigos, conversar.

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

	qualidade de vida. A família pode interferir nesse processo.	- Apazibilidade.	
P.6	- Envelhecimento participativo e permanente. - Prática de atividade física para manter a saúde. - Recusar-se a ter hábitos sedentários.	- Acessibilidade física. - Estrutura para permanência. - Estrutura para atividades.	- Conversar.
P.7	- É o estilo de envelhecimento que valoriza a realização de atividades que promovam satisfação. Estas podem ser entendidas como ativas ou sedentárias.	- Acessibilidade física. - Estrutura para permanência. - Estrutura para atividades. - Apazibilidade.	- Realizar atividades em grupo e interagir com familiares.

Envelhecimento ativo

As respostas dos participantes, de um modo geral, indicam que os profissionais relacionam o EA à aquisição ou manutenção da saúde e qualidade de vida, na qual se inclui competência para manter a autonomia, aperfeiçoar as capacidades funcionais e utilizar seu potencial para realizações pessoais respeitando seus limites. Os participantes P.2 e P.7 foram os que mais se aproximaram da definição oficial da OMS ao afirmarem que se trata de um estilo de vida que valoriza a realização de atividades físicas e ou psicossociais que promovem satisfação ao praticante, permitindo descobertas e a realização do potencial, resultando em benefícios funcionais, sociais, intelectuais físicos e psicológicos. Nesse aspecto, nota-se que os especialistas não se limitaram a relacionar o termo “estar ativo” a estar apenas fisicamente ativo, empregando o conceito de modo mais abrangente. Apenas um participante (P.6) deu maior ênfase ao aspecto físico, ressaltando a importância da prática da atividade física para a manutenção da saúde.

Suporte ambiental

Referindo-se ao suporte ambiental, termo utilizado para designar as diversas formas de apoio que os recursos do ambiente podem oferecer para que seu uso seja facilitado (Sugiyama & Thompson, 2007), os especialistas entrevistados consideram ser necessário haver no ambiente elementos cuja qualidade e atributos permitam a presença, permanência e o uso adequado às necessidades dos

usuários idosos. Segundo Sugiyama e Thompson (2005), a existência de suporte ambiental adequado é fundamental para que os idosos permaneçam ativos e independentes. Essa concepção é compatível com os resultados de pesquisas que indicam que espaços com carência de recursos ambientais podem ser um dos fatores que desencorajam os idosos a serem mais ativos (Humpel, Owen & Leslie, 2002).

Os recursos mencionados nas entrevistas foram resumidos no Quadro 2, atendendo à classificação das funções básicas do ambiente sugerida por Lawton (1986). Evidenciou-se, assim, que os especialistas consideram importante atender às necessidades dos idosos quanto às condições de uso e permanência em ambientes externos. Acessibilidade física, estrutura para permanência e estrutura para atividades foram elementos mencionados por todos, enquanto apazibilidade foi considerada importante para três participantes (P.3, P.5 e P.7).

Na estrutura para permanência e na apazibilidade, foram agrupados os recursos que podem favorecer a permanência no ambiente, relacionados à função de manutenção, enquanto que na categoria estrutura para atividades foram reunidos os recursos que podem incentivar a diversidade de uso, ligados à função de estimulação. Na acessibilidade física estão os elementos que minimizam as barreiras físicas e facilitam a mobilidade e acesso ao local, que foram vinculados à função de suporte/apoio.

Quadro 2

Relação entre os recursos citados pelos especialistas e as funções do ambiente

Função	Categoria	Recursos
Manutenção	- Estrutura para permanência - Apazibilidade	Bancos, mesas, banheiro, água potável, abrigos, sentimento de segurança e sombreamento, paisagismo, chafariz.
Estimulação	- Estrutura para atividades	Espaços para apresentações culturais, jogos, atividades recreativas, exercícios físicos e orientação de profissionais

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

		para prática de exercícios físicos nas Academias da Terceira Idade (ATIs).
Suporte/Apoio	Acessibilidade física	Transporte público gratuito e adequado, condições de conservação das vias públicas, ruas e calçadas, proximidade da praça em relação à residência do usuário.

Acessibilidade física

A ausência ou precariedade da acessibilidade física pode restringir ou até mesmo inibir a presença dos idosos nos EAUPs, especialmente a dos que apresentam mobilidade reduzida (Almeida Prado, 2005; Wennberg, Hydén & Ståhl, 2010; WHO, 2005, 2008). Genericamente definida como a capacidade de o ambiente construído oferecer segurança e autonomia a qualquer pessoa que o utilize, independentemente de suas limitações (Juncà Ubierna, 1997), a acessibilidade, quando deficitária, pode comprometer a experiência de bem-estar proporcionada por estar ao ar livre. Provavelmente devido a sua relevância, todos os participantes citaram a necessidade de elementos para esse item do suporte ambiental.

Nessa categorização enquadraram-se as respostas que continham expressões como: transporte público gratuito e adequado, estado de conservação das vias públicas, ruas e calçadas, proximidade da praça em relação à residência, considerados elementos importantes para a efetividade de uso dos EAUPs. A respeito das condições de uso das praças, os entrevistados ressaltaram:

É necessário que os espaços abertos da cidade sejam adaptados para o uso do idoso, para que este possa ter opções acessíveis e baratas de sair de casa e ter uma atividade no seu próprio bairro, sem que tenha que se deslocar grandes distâncias, muitas vezes com dificuldades de acesso seja pela distância, pelas condições de transporte e mobilidade que são inadequados para os idosos (P.1).

A acessibilidade é muito deficitária. As ruas e os calçamentos representam barreiras à sua mobilidade. Buracos, desníveis nas calçadas já vitimaram muitos idosos (P.2).

De uma forma geral, deixa a desejar [a praça]. Não tem conforto. Os bancos ou são baixos demais ou altos, inclinados demais. Falta manutenção, calçamento, presença de lixo e entulhos que dificultam a mobilidade (P.5).

A acessibilidade é essencial. A pessoa idosa que tenha condições de mobilidade reduzida precisa ter condições para poder subir rampas. É preciso ter degraus, barras de apoio, bancos na altura suficiente para sentar-se sem cair, iluminação para a participação no período noturno (P.7).

Esses comentários apontam a necessidade de cuidados para com a mobilidade dos idosos, tais como treinamento ou postura profissional por parte dos motoristas de ônibus ao conduzir pessoas que apresentam condições de mobilidade mais reduzidas, e algumas adaptações para o uso adequado do espaço construído. Além disso, mencionou-se que muitas ocorrências de fraturas em idosos nos setores de traumatismo dos hospitais da cidade se devem a acidentes por quedas relacionados às péssimas condições de mobilidade para os pedestres. As vias públicas apresentam graves problemas à segurança e à integridade física de seus usuários por diversas irregularidades, tais como pisos escorregadios, desnível de altura de uma calçada para outra, buracos (muitas vezes abertos por empresas que prestam serviços públicos), veículos estacionados, entre outras.

O participante P.1 mencionou a importância de adequar o suporte ambiental para a permanência e o uso das praças que estão próximas à moradia dos idosos como forma de motivá-los a realizar atividades. Com essa medida, o idoso não precisaria ter de se deslocar até locais mais distantes da cidade que oferecem o suporte necessário à sua permanência e atividades. A esse respeito, McCormack, Rock, Toohey e Hignell (2010) relataram que a proximidade foi o item da acessibilidade mais frequentemente relatado, seus resultados mostraram que a existência de EAUPs locais, acessíveis a uma caminhada de curta distância, foi positivamente associado ao seu uso frequente. Contudo, a acessibilidade isolada dos outros elementos do suporte ambiental pode não ser o fator predominante para estimular a participação das pessoas nesses locais.

Ao tratar do sentimento de segurança em ambientes externos, Jones, Hillsdon e Coombes (2009) mencionam que, embora áreas mais carentes de suporte como algumas áreas públicas possam ser mais acessíveis à presença, as percepções negativas que podem vir de sinais de vandalismo, aparência de abandono, pichações, entre outros, inibem o seu uso. Nesse sentido, pode-se entender que a acessibilidade permite a presença, mas não garante a permanência. A permanência e seu uso concomitante estão relacionados à existência de outros elementos do suporte ambiental, tais como estrutura para

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

permanência, estrutura para atividades, apazibilização e a possibilidade de contatos sociais.

Estrutura para permanência

As necessidades dos idosos são em geral as mesmas das pessoas de outras idades. Contudo, os idosos estão em uma condição física que requer uma atenção maior a fim de que sua permanência no local seja convidativa, agradável e proporcione mais bem-estar do que incômodos e preocupações. Segundo WHO (2008), a disponibilidade de bancos e áreas para sentar é uma característica urbana necessária para os idosos, pois para muitos deles é difícil andar pela cidade se não houver algum lugar para descansar. A organização cita também que a existência de banheiros limpos, convenientemente localizados, bem sinalizados e acessíveis a deficientes é, em geral, considerada uma característica importante e amigável. É preciso lembrar que uma parcela significativa da população idosa faz uso de tratamento medicamentoso para doenças como diabetes e hipertensão, sendo necessário facilitar acesso a tais recursos. As respostas mais frequentes relativas a esse tema foram relativas à necessidade de haver nas praças bancos, mesas, banheiro, água potável, abrigos, sentimento de segurança e sombreamento.

Sentimento de segurança

Os participantes indicaram a segurança como uma condição indispensável para que os idosos possam participar de atividades nas praças. Independentemente do nível real de perigo, preocupações quanto à segurança foram mencionadas em todas as entrevistas e incluem aspectos como iluminação urbana, violência, crimes, drogas e sem-teto morando em lugares públicos. Ressaltam ainda que, embora não existam ocorrências explícitas de crimes ou delitos em certas praças, o sentimento de insegurança pode ser responsável pela ausência de participação nas atividades ao ar livre.

A percepção do risco no espaço público pode ser influenciada pelas características do ambiente físico e social, sendo, em diversos países, considerada uma das principais barreiras contra a frequência das pessoas em EAUPs, principalmente de idosos, crianças e mulheres (Austin, Furr & Spine, 2002; Booth, Owen, Bauman, Clavisi & Leslie, 2000; Cattell et al., 2008; King, 2008; Krenichyn, 2006). Os estudos relatam que muitos idosos deixam de participar de atividades em ambientes externos às suas residências por falta de segurança. Segundo a OMS, a sensação de segurança no local onde se mora afeta grandemente a vontade das pessoas de saírem à rua, o que, por sua vez, influencia na sua

independência, saúde física, integração social e bem-estar emocional (WHO, 2008).

Para os especialistas, muitos idosos deixam de frequentar ambientes externos como praças e parques por medo de serem atacados ou sentirem-se humilhados perante pessoas ou grupos intimidantes. Nesse sentido, uma forma de se encorajar a presença dos idosos nas praças foi apresentada pelo participante P.7 nos seguintes termos: “A participação familiar junto com o idoso nas praças pode incentivar a participação. O idoso sente-se mais seguro, mais protegido, não se sentiria intimidado por outros grupos se estivesse presente com a família”.

Sombreamento

O outro elemento citado com frequência foi o sombreamento. Excetuando-se P.5, os participantes mencionaram a necessidade da existência de sombreamento natural (proporcionado por árvores, arbustos ou outro tipo de vegetação) e artificial (proporcionado por abrigos construídos para proteção contra as intempéries da chuva e do sol) para que os idosos possam estar ao ar livre. Essa ênfase na recomendação ocorreu provavelmente devido às características climáticas da cidade, que possui elevados índices de radiação solar.

A menção desse aspecto reforça a necessidade de se alertar a respeito da falta ou da inadequação de elementos que proporcionem sombreamento nas praças natalenses, por se tratar de uma condição essencial às pessoas que frequentam espaços ao ar livre em cidades tropicais, como ilustra o trecho de entrevista a seguir.

O Brasil é um país tropical e o nordeste é uma região quente. Este tipo de lugar dificulta a participação dos idosos durante o dia. As nossas praças não estão projetadas com o entendimento de que Natal é uma cidade quente. As praças precisavam ser muito mais arborizadas. Os idosos não podem ir para lá para ficar sofrendo no calor. Precisa ter espaços com cobertura para facilitar a climatização (P.7).

Alguns estudos que investigam os recursos necessários para incentivar a permanência em ambientes externos associaram maior uso e frequência das pessoas à existência de sombreamento em ambientes ensolarados (Tucker, Gilliland & Irwin, 2007; Veitch, Bagley, Ball & Salmon, 2006). Outros recursos que os especialistas entrevistados consideraram importantes para a participação dos idosos no ambiente das praças foram: estrutura para atividades e apazibilização.

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

Estrutura para atividades

Este elemento referiu-se a recursos que permitem realizar diversas atividades nos EAUPs e envolveu menções de: espaços para apresentações culturais, jogos, atividades recreativas, exercícios físicos e orientação de profissionais para prática de exercícios físicos na ATI. De acordo com a literatura, ambientes cujas instalações e arranjos espaciais convidam à atividade proporcionam estímulo para que o idoso possa adotar uma postura mais ativa. Manter-se ativo e produtivo, segundo a Teoria da Atividade, faz com que o idoso sinta-se útil, propicia o sentimento de felicidade e bem-estar, resulta em reconhecimento social e beneficia a construção de uma imagem positiva de si mesmo e de satisfação em relação à vida (Siqueira, 2001).

Os efeitos das atividades físicas, recreativas e de lazer incluem, como consequência natural, a estimulação das interações sociais, comumente associadas à melhora ou manutenção da qualidade de vida e do bem-estar físico e psíquico (Almeida et al., 2008; Butler, Forette & Greengross, 2004; Jenkins, Pienta & Horgas, 2002).

Evidências sugerem que pessoas que se exercitam com continuidade apresentam redução do risco de doenças cardiovasculares, aumento da força muscular, melhoria na mobilidade, diminuição de quedas e fraturas, diminuição do uso de medicamentos, prevenção do declínio cognitivo e melhoria na autoestima (Cirpiano & Medalha, 2007; Elward & Larson, 1992).

Segundo os entrevistados, opções de recursos que estimulam a realização de atividades como as ATIs representam uma forma de tornar o ambiente das praças mais atrativo aos idosos, diversificando as possibilidades de uso desse espaço de forma saudável. Percebem que os que se envolvem em atividades demonstram ter mais disposição, são mais participativos e relatam sentimento de bem-estar mais frequentemente. Para que os benefícios possam ser maximizados, recomendam, ainda, que o uso dos aparelhos seja orientado por profissionais da educação física, de modo a evitar que o uso inadequado acarrete prejuízos à saúde e à integridade física dos usuários.

Além das ATIs, as estruturas mais mencionadas pelos *experts* foram: espaços para apresentações culturais, para jogos, caminhadas e atividades de lazer. Houve o entendimento dos participantes de que as atividades ao ar livre que proporcionam benefícios aos idosos não se restringem às que envolvem exercícios físicos. As que são consideradas típicas do lazer passivo, estruturado ou não, também contribuem para o aprimoramento da qualidade de vida. O lazer passivo ocorre quando as

atividades não demandam movimento, tornando o indivíduo um espectador, como ocorre nas ações de conversar, descansar, apreciar o movimento ou a paisagem, refletir, lanchar, esperar etc. (Macedo, 2003). A esse respeito, os entrevistados comentaram: “Sem estrutura não tem motivação para o idoso ir ao local. Faltam opções de lazer, esporte e cultura” (P.1). “É preciso propiciar atividades que sejam do interesse dos idosos, tais como jogos e outras opções de cultura e lazer. As atividades não podem se restringir a caminhadas e exercícios físicos” (P.2). “Muitas vezes se pensa que ter uma ATI é o que vai melhor atender aquela comunidade de idosos, mas nem sempre é assim. Outras opções podem atender melhor o idoso, como espaço para jogar dama, xadrez, dominó, buraco, sueca” (P.7).

Para esses especialistas, estar ativo tem o significado de abranger todo tipo de atividade, de acordo com as condições e limites de cada pessoa. Desse modo, é possível estar ativo conversando, praticando esportes, fazendo leituras, exercícios físicos, visitando amigos, dançando, cantando, auxiliando nos afazeres domésticos, realizando trabalhos voluntários, participando de eventos religiosos e viajando.

A literatura que discute o tema de idosos em EAUPs indica que a diversidade de opções e o contato intergeracional auxiliam na motivação para sair de casa e realizar atividades de forma satisfatória, o que revela uma aplicação direta para a execução das propostas do EA que incentivam a participação do indivíduo em questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis (WHO, 2005). Complementando essa ideia, Sugiyama e Thompson (2005) afirmam que, para se beneficiar da interação social que ocorre nos EAUPs, basta sair e permanecer no ambiente por alguns instantes. Além disso, o usuário pode vir a participar de outras atividades, alternando entre as formas ativas e passivas, a partir dos estímulos e das possibilidades de socialização que o ambiente propicia.

Apazibilidade

Uma das formas de se praticar o lazer passivo é a apreciação dos elementos estéticos presentes no ambiente. Ambientes com a capacidade de transmitir uma sensação agradável pelo fato de simplesmente neles se estar, podem estimular a participação e o seu uso mais frequente. Por outro lado, ambientes que provocam percepções desagradáveis podem constituir uma barreira à presença e participação. Estudos têm relatado que a presença de lixo, entulho, fezes caninas, falta de conservação e manutenção, sinais de vandalismo e grafite podem diminuir o sentimento de bem-estar e inibir a presença e a

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

participação (Gearin & Kahle, 2006; Hoehner, Ramirez, Elliott, Handy & Brownson, 2005; WHO, 2008).

Para os participantes, a apazibilidade refere-se à ideia de estímulos estéticos que remetem à beleza cênica, como esculturas, paisagismo, chafariz, estado geral de limpeza, manutenção e conservação das praças e seus equipamentos. Esse item envolveu as respostas relacionadas ao sentimento de bem-estar psicológico pela contemplação de cenários, paisagens, espaços, eventos, pessoas e atividades em geral, tornando o ambiente agradável àquele que observa. Essas e outras características do entorno natural têm sido mencionadas como sendo amigáveis ao idoso em muitas cidades. Por outro lado, a percepção da sujeira tem um impacto negativo na qualidade de vida (WHO, 2008).

Os profissionais entrevistados conceberam a apazibilidade das praças como uma forma de incentivo ao uso e à participação da comunidade. Entretanto, relatam que a quase totalidade das praças da cidade não proporcionam essa sensação aos seus frequentadores, pois, de uma forma geral, percebe-se a falta de conservação, gerando uma sensação de abandono e de risco à segurança pessoal.

Socialização

De acordo com a literatura na área de envelhecimento humano, os laços sociais estimulam e reforçam o senso do significado da vida e em muitos casos é o que motiva as pessoas a saírem de suas casas e reunirem-se para realizar atividades. Nesse sentido, a interação social tem sido relatada como importante elemento motivador de atividades em idosos, estimulando-os a abandonar hábitos sedentários e exercitar suas habilidades físicas, mentais, emocionais e sociais (Bennett, 2002; Butterworth, 2000; House, Landis & Umberson, 1988; McAuley et al., 2000; Sugiyama & Thompson, 2005; Ybarra et al., 2008). Por outro lado, isolamento e baixos níveis de engajamento social na velhice estão correlacionados com o declínio da saúde física, mental e a um alto risco de mortalidade (Pillai & Verghese, 2009; Saczynski et al., 2006).

Ao serem questionados quanto à relevância das praças para a interação social dos idosos, os especialistas responderam que esses locais têm grande potencial para a socialização do público da terceira idade por serem espaços de uso comum que permitem uma integração à vida da comunidade por meio da troca de ideias e informações sobre os acontecimentos na vizinhança. Conforme P.3, ao referir-se à praça: “É muito importante, mantém o idoso em contato com sua comunidade, ela permite

a realização de atividades entre idosos sem segregação social ou etária”.

De acordo com os grupos de pesquisa que investigam a participação dos idosos nos EAUPs, o acesso gratuito, irrestrito e universal, somado à possibilidade da participação de pessoas de diferentes condições sociais, faixas etárias e origens étnicas, permite maior possibilidade de trocas afetivas, sociais e culturais para todos os usuários. Para os especialistas, essas características dos EAUPs permitem aos idosos interagir com outras pessoas, encontrar amigos, ver e serem vistos, conversar e realizar atividades em grupo, sendo as duas últimas as mais citadas. A seguir, alguns trechos das entrevistas ilustram as respostas referentes aos motivos pelos quais os idosos frequentam as praças da cidade.

Encontrar as pessoas, conversar e ser ouvido, reforçar laços de amizade, preencher seu tempo, se distrair, realizar atividades de jogos, esporte, cultura e lazer (P.1).

Caminhadas com amigos, atividades físicas, convivência social. Os idosos se sentem muito isolados, alguns dentro da própria família, mesmo dando atenção a eles. Atualmente as famílias estão em um ritmo de atividades que os afastam de casa... Nesses espaços ocorre também a integração de pessoas de diversos grupos socioeconômicos, de outras idades porque o espaço é aberto e isso favorece a socialização... Como esses espaços geralmente são públicos e abertos à presença de qualquer pessoa, o idoso pode ter um contato intergeracional. Nas caminhadas, os idosos acabam formando grupos, encontrando amigos, fazendo novas amizades, tem um encontro com a natureza (P.2).

Principalmente para a finalidade de socialização. A solidão prejudica muito o idoso. A família sai para o trabalho, para o estudo, deixa o idoso isolado... São ambientes de extrema importância por serem espaços que permitem a participação. Nesses locais o idoso pode andar ao ar livre sem se preocupar com o trânsito, carros em alta velocidade. A possibilidade dos idosos de conviverem sem barreiras sociais. Cada instituição tem suas propostas, atividades e acabam por selecionar as pessoas que são atendidas. As instituições são por assim dizer, fechadas para certo público. Nos espaços abertos não há essa separação (P.4).

A utilização das ATIs é a atividade de interação social mais comum praticada por idosos nas praças de Natal atualmente... Vejo grande potencialidade das praças enquanto espaço de coletividade, de solidariedade entre as pessoas se a cultura do respeito às diferenças estiver internalizada nas pessoas (P.7).

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

Conversar, encontrar amigos e interagir socialmente realizando atividades físicas, recreativas ou de lazer foram atividades frequentemente mencionadas nos estudos que investigam idosos em EAUPs, indicando que as necessidades de socialização nesses ambientes se assemelham aos públicos de diferentes nacionalidades (Almeida Prado, 2005; Aspinall, Bell & Thompson, 2007; Ishii, Shibata & Oka, 2010; Müller, Freitas & Ely, 2007; Oliveira, 2005). Embora os itens ver e ser visto por outras pessoas e interagir com familiares tenham sido menos frequentes, também figuram na literatura investigada como elementos de prática dos idosos nos EAUPs (Rosenbaum, Ward, Walker & Ostrom, 2007).

Da mesma forma que os demais, o participante P.7 entende que o ambiente das praças é propício para atividades de socialização. Entretanto, observa a necessidade de o idoso sentir-se aceito pelas pessoas que frequentam as praças, uma vez que, em algumas situações, sentir que há preconceito em relação ao envelhecer faz com que as pessoas com mais idade evitem frequentar esse tipo de espaço. Os outros *experts* identificaram a precariedade dos recursos de suporte do ambiente como o fator de maior obstáculo à realização de atividades. Nenhum especialista mencionou a discriminação a partir de motivações étnicas.

Alguns entrevistados relataram que o uso das praças na rotina de vida diária pode atuar como fator compensatório para os idosos que se sentem solitários. O participante P.4 comenta que, pelo fato de os familiares precisarem ir para o trabalho ou para os estudos, o idoso muitas vezes passa o dia só em casa e alguns desenvolvem sentimentos de solidão e isolamento.

Outra reflexão oportuna apontou diferenças na qualidade entre ambientes domésticos e externos, defendendo que os externos permitem uma vivência social mais rica em relação ao doméstico:

Esses espaços têm um significado muito grande para os idosos no sentido da interação social. Os resultados das atividades externas que os idosos realizam são muito melhores do que as que são realizadas dentro de casa. As atividades que os idosos desenvolvem no lar passam a ser uma atividade rotineira em função dos outros, filhos, netos, marido. A atividade externa, fora de casa é em benefício próprio e envolve a interação com pessoas diferentes. Desta forma, a ocupação em atividades dentro de casa tem um significado, fora de casa tem outro (P.2).

Apesar dos benefícios relatados, conforme afirma um dos participantes, “Na cidade de Natal existem poucos espaços abertos que oferecem as condições mínimas para essas possibilidades de

interação social para os idosos. Algumas praças são extremamente inadequadas para uso e permanência de qualquer faixa etária” (P.7). Complementando essa opinião, outro participante relata que esses espaços estão nessa situação porque “Não estão sendo cumpridas as recomendações das políticas públicas voltadas para os idosos” (P.4).

Para reverter essa situação e promover adequações nos EAUPs, P.2 aponta algumas possibilidades de enfrentar esse desafio citando a importância do suporte ambiental nas praças (condições de segurança, acessibilidade adequada, diversidade de opções para atividades, estrutura para permanência como bancos, mesas, abrigos, sombreamento e instrutores para os exercícios nas ATIs) para incentivar o idoso a explorar suas capacidades e possibilidades de realização pessoal. Essas recomendações assemelham-se a de outros estudos que abordam o mesmo tema, indicando sua relevância. Segundo Dorneles (2006), medidas como a instalação de bancos, localizados em área de sombra durante o dia e com iluminação adequada durante a noite, em certos arranjos espaciais, podem incentivar a permanência. A instalação de equipamentos de ATI, bem como a existência de calçamento, pode estimular a prática de exercícios físicos e o fortalecimento de laços sociais devido à frequência de contato entre os praticantes (Cipriani, 2013; Liberalino, 2011).

Considerações Finais

Diante da valorização da prática de atividades para uma vida diária com mais qualidade, a OMS instituiu o EA com a intenção de implantar uma ação mais abrangente, para além da saúde física, que promovesse o envelhecimento da população com sucesso. A perspectiva do EA apresenta-se como uma proposta de incentivo à adoção de um estilo de vida saudável e desfaz o conceito antigamente difundido de que a velhice é uma etapa de repouso e descanso. Na nova concepção, o idoso é um ser ativo que se realiza no exercício de suas habilidades mentais, afetivas, físicas e sociais, resultando em uma condição de extensão de suas capacidades, como apregoa o conceito de plasticidade da teoria *Life-Span* (Baltes, Lindenberger & Staudinger, 2007). Uma vida ativa melhora a saúde mental, promove contatos sociais e ajuda as pessoas idosas a ficarem mais independentes por um período de tempo mais longo.

Segundo a OMS, os EAUPs representam uma excelente opção de baixo custo financeiro para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida para a população em geral (WHO, 2008). Nesse

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

sentido, a utilização adequada desses espaços pode contribuir para a diminuição da proporção de idosos que levam uma vida sedentária, que é acentuada na maioria dos países (WHO, 2005).

De forma geral, os *experts* consultados indicaram conceber as praças como locais propícios para que os idosos possam usufruir do lazer ativo e passivo, compreensão que possui grande compatibilidade com os objetivos da perspectiva do envelhecimento ativo, mostrando estarem basicamente alinhados com a orientação institucional mais ampla. Para os participantes, esses espaços são propícios para a realização de atividades diversas, tendo grande potencial para exercer um papel decisivo na promoção do bem-estar, saúde e qualidade de vida na terceira idade, auxiliando tal população a preencher o tempo livre, efetuar contatos intra e intergeracional e a diminuir o sentimento de solidão e a carência afetiva, constituindo espaços de convivência importantes para essa faixa etária.

Corroborando os pressupostos da pesquisa em desenvolvimento, os participantes evidenciaram que, no entanto, tais benefícios somente são possíveis na medida em que os EAUPs ofereçam condições de suporte ambiental para o uso e permanência (que se aplicam a pessoas de todas as idades que se interessem por atividades em ambientes externos), o que inclui: condições de segurança pessoal; estruturas adequadas para permanência e realização de atividades no local; condições de acessibilidade no trajeto e no local de uso; elementos que favoreçam as funções básicas do ambiente, no caso das pessoas idosas, relacionados à manutenção, estimulação e apoio.

Assim, mesmo havendo a necessidade de requisitos de ordem pessoal – que incluem o interesse e iniciativa para se envolver nas atividades, recusa de hábitos sedentários, saúde e capacidades funcionais compatíveis com atividade –, os especialistas indicam que, na cidade Natal/RN, o estado de precariedade, insuficiência e inadequação desses espaços são os maiores responsáveis pela baixa participação dos idosos nas praças, o que aponta a necessidade de aprimoramento das políticas públicas nesse campo.

Referências

- Active Living Research. (2010). Parks, playgrounds and active living. San Diego: Robert Wood Johnson Foundation.
- Almeida, G. J. M., Silva, A. D., Cassilhas, R. C., Cohen, M., Peccin, M. S., Tufik, S. et al. (2008). Equilíbrio, coordenação e agilidade de idosos submetidos à prática de exercícios físicos resistidos. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 14, 88-93.
- Almeida Prado, A. R. D. (2005). *A cidade para o idoso – envelhecer em nossas cidades é um grande desafio*. Recuperado em 15/08/2013, de <http://goo.gl/IgxQgc>
- Aspinall, P., Bell, S. & Thompson, C. W. (2007). *Open space: people space 2*. Trabalho apresentado no Innovative approaches to research excellence in landscape and health, Edinburgh.
- Austin, D. M., Furr, L. A. & Spine, M. (2002). The effects of neighborhood conditions on perceptions of safety. *Journal of Criminal Justice*, 30(5), 417-427.
- Baltes, P. B., Lindenberger, U. & Staudinger, U. M. (2007). Life span theory in Developmental Psychology. In W. Damon & R. M. Lerner (Orgs.). *Theoretical models of human development* (6 ed., Vol. 1, pp. 569-664). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Bennett, K. M. (2002). Low level social engagement as a precursor of mortality among people in later life. *Age and Ageing*, 31(3), 165-168.
- Booth, M. L., Owen, N., Bauman, A., Clavisi, O. & Leslie, E. (2000). Social-cognitive and perceived environment influences associated with physical activity in older australians. *Preventive Medicine*, 31(1), 15-22.
- Brasil – Ministério da Saúde. (2005). *Programa Brasil Saudável*. Brasília, DF: Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde.
- Butler, R. N., Forette, F. & Greengross, B. S. (2004). Maintaining cognitive health in an ageing society. *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, 124(3), 119-121.
- Butterworth, I. (2000). The relationship between the built Environment and wellbeing: a literature review. *The Built Environment and Wellbeing*. Melbourne: Victorian Health Promotion Foundation.

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista brasileira de enfermagem*, 57(5), 611-614.
- Cattell, V., Dines, N., Gesler, W. & Curtis, S. (2008). Mingling, observing, and lingering: Everyday public spaces and their implications for well-being and social relations. *Health & Place*, 14(3), 544-561.
- Cipriani, P. (2013). *Acessibilidade espacial do idoso ao espaço público: o caso das ATIs em Natal/RN*. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN.
- Cirpiano, D. d. N. & Medalha, J. (2007). *A dança de salão como lazer e interação social para idosos*. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP, Guarujá/SP.
- Dorneles, V. G. (2006). *Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Elali, G. A. & Pinheiro, J. d. Q. (2013). Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In S. B. Villa & S. W. Ornstein (Orgs.). *Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação* (pp. 15-35). São Paulo: Oficina de Textos.
- Elward, L. & Larson, E. B. (1992). Benefits of exercise for older adults: a review of existing evidence and current recommendations for the general population. *Clinical Geriatric Medicine*, 8(1), 35-50.
- Gearin, E. & Kahle, C. (2006). Teen and adult perceptions of urban green space Los Angeles. *Children, Youth and Environments*, 16, 25-48.
- Hoehner, C. M., Ramirez, L. K. B., Elliott, M. B., Handy, S. L. & Brownson, R. C. (2005). Perceived and objective environmental measures and physical activity among urban adults. *American Journal of Preventive Medicine*, 28(2), 105-116.
- House, J. S., Landis, K. R. & Umberson, D. (1988). Social relationships and health. *Science*, 241(4865), 540-545.
- Humpel, N., Owen, N. & Leslie, E. (2002). Environmental factors associated with adults' participation in physical activity: A review. *American Journal of Preventive Medicine*, 22(3), 188-199.
- Ideias Saudáveis. (2009). *Academia na Praça Augusto Leite – Natal/RN*. Recuperado em: 07/11/2013, de <http://idsaudaveis.blogspot.com.br/2009/05/academia-na-praca-augusto>
- Inclusive Design for Getting Outdoors. (2007). *How does the outdoor environment affect older people's quality of life?* Recuperado em 08/02/2011, 2011, de <http://goo.gl/gwE4M7>
- Ishii, K., Shibata, A. & Oka, K. (2010). Environmental, psychological, and social influences on physical activity among Japanese adults: structural equation modeling analysis. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 7(61), 1-8.
- Jenkins, K. R., Pienta, A. M. & Horgas, A. L. (2002). Activity and health-related quality of life in continuing care retirement communities. *Research on Aging*, 24(1), 124-149.
- Jones, A., Hillsdon, M. & Coombes, E. (2009). Greenspace access, use, and physical activity: Understanding the effects of area deprivation. *Preventive Medicine*, 49(6), 500-505.
- Juncà Ubierna, J. A. (1997). *Diseño universal: factores clave para la accesibilidad integral*. Castilla-La Mancha, España: COCEMFE.
- King, D. (2008). Neighborhood and individual factors in activity in older adults: Results from the neighborhood and senior health study. *Journal of Aging and Physical Activity*, 16, 144-170.
- Krenichyn, K. (2006). The only place to go and be in the city: women talk about exercise, being outdoors, and the meanings of a large urban park. *Health & Place*, 12(4), 631-643.

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

- Lawton, M. P. (1986). *Environment and aging*. Albany: Center for the Study of Aging. <http://arq.ufsc.br/petarq/wp-content/uploads/2008/02/cicau-43.pdf>
- Liberalino, C. C. (2011). *Praça: lugar de lazer*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Lynch, K. (2007). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Macedo, C. F. d. (2003). *Avaliação dos atributos determinantes na escolha de ambientes de permanência em espaço livre público a partir do método da grade de atributos*. Dissertação de Mestrado, Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- McAuley, E., Blissmer, B., Marquez, D. X., Jerome, G. J., Kramer, A. F. & Katula, J. (2000). Social relations, physical activity, and well-being in older adults. *Preventive Medicine*, 31(5), 608-617.
- McCormack, G. R., Rock, M., Toohey, A. M. & Hignell, D. (2010). Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. *Health & Place*, 16(4), 712-726.
- Mollenkopf, H., Marcellini, F., Ruoppila, I., Széman, Z., Tacken, M. & Wahl, H.-W. (2004). Social and behavioural science perspectives on out-of-home mobility in later life: findings from the European project MOBILATE. *European Journal of Ageing*, 1(1), 45-53.
- Moore, K. D., VanHaitsma, K., Curyto, K. & Saperstein, A. (2003). A pragmatic environmental psychology: A metatheoretical inquiry into the work of M. Powell Lawton. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 471-482.
- Müller, L. M., Freitas, E. G. & Ely, V. H. M. B. (2007). *O uso dos espaços urbanos centrais de Florianópolis pelos idosos: percepção de intervenientes ambientais*. Trabalho apresentado no VII Congresso de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis-SC. Recuperado em 22/08/2013, de <http://arq.ufsc.br/petarq/wp-content/uploads/2008/02/cicau-43.pdf>
- Nahemow, L. & Lawton, M. P. (1973). Toward an ecological theory of adaptation and aging. *Environmental Design Research*, 1, 24-32.
- Neri, A. L. (2001). Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em Psicologia e em Sociologia. In A. L. Neri, (Org.). *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (pp. 200). Campinas/SP: PAPIRUS.
- Oliveira, C. V. d. (2005). Lugares favoritos de idosos no Distrito Federal. *Textos de Psicologia Ambiental* (pp. 5). Brasília: Laboratório de Psicologia Ambiental.
- OPENspace Research Centre. (2010). *Community Green: using local spaces to tackle inequality and improve health*. England: CABE.
- Pillai, J. A. & Verghese, J. (2009). Social networks and their role in preventing dementia. *Indian Journal of Psychiatry*, 51(5), 22-28.
- Pinheiro, J. d. Q., Farias, T. M. & Abe-Lima, J. Y. (2013). Paineis de especialistas e estratégia multimétodos: Reflexões, exemplos, perspectivas. *Psico*, 44(2), 184-192.
- Rosenbaum, M. S., Ward, J., Walker, B. A. & Ostrom, A. L. (2007). A cup of coffee with a dash of love: An investigation of commercial social support and third-place attachment. *Journal of Service Research*, 10, 43-59.
- Saczynski, J. S., Pfeifer, L. A., Masaki, K., Korf, E. S. C., Laurin, D., White, L. et al. (2006). The effect of social engagement on incident dementia. *American Journal of Epidemiology*, 163(5), 433-440.
- Siqueira, M. E. C. d. (2001). Teorias sociológicas do envelhecimento. In A. L. Neri (Org.). *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (pp. 73-112). Campinas/SP: PAPIRUS.

Silva, Eduardo Alexandre Ribeiro; Elali, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas

- Sugiyama, T. & Thompson, C. W. (2005). Environmental support for outdoor activities and older people's quality of life. *Journal of Housing for the Elderly*, 19 3(4), 167-185.
- Sugiyama, T. & Thompson, C. W. (2007). Outdoor environments, activity and the well-being of older people: conceptualising environmental support. *Environment and Planning*, 39(8), 1943-1960.
- Taylor, J. G., Zube, E. H. & Sell, J. L. (1987). Landscape assessment and perception research methods. In R. B. Bechtel, R. W. Marans & W. Michelson (Orgs.). *Methods in environmental and behavioral research* (pp. 361-393). New York: Van Nostrand Reinhold.
- Tucker, P., Gilliland, J. & Irwin, J. D. (2007). Splashpads, swings, and shade: parents' preferences for neighbourhood parks. *Canadian Journal of Public Health*, 98(3), 198-202.
- Veitch, J., Bagley, S., Ball, K. & Salmon, J. (2006). Where do children usually play? A qualitative study of parents' perceptions of influences on children's active free-play. *Health & Place*, 12(4), 383-393.
- Wennberg, H., Hydén, C. & Ståhl, A. (2010). Barrier-free outdoor environments: Older peoples' perceptions before and after implementation of legislative directives. *Transport Policy*, 17(6), 464-474.
- WHO – World Health Organization. (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde* (1ª ed.). Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde.
- WHO – World Health Organization. (2008). *Guia global: cidade amiga do idoso*. Genebra: World Health Organization.
- Ybarra, O., Burnstein, E., Winkielman, P., Keller, M. C., Manis, M., Chan, E. et al. (2008). Mental exercising through simple socializing: Social interaction promotes general cognitive functioning. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34(2), 248-259.

Recebido em: 08/07/2014
Aprovado em: 2/03/2015

Oliveira; Gisele Gonçalves Melles. A sucata como avesso complementar da contemporaneidade

A sucata como avesso complementar da contemporaneidade

Scrap as the complementary reverse of contemporaneity

El material de desperdicio como el reverso complementario de la contemporaneidad

Gisele Gonçalves Melles de Oliveira¹

Resumo

Este artigo objetiva discutir os significados da sucata na contemporaneidade, apresentando o relato de uma experiência com sucata em oficina de criação espontânea, realizada em uma universidade, como parte de uma investigação sobre os sentidos atribuídos à sucata. Propõe-se, então, a sucata – cujo significado etimológico é objeto sem valor – e as relações que ela mantém, tanto no plano econômico quanto no plano das relações sociais, como objeto e, também, como método de investigação científica. Observamos que a sucata deixa de ser apenas um objeto sem valor para se tornar um meio, um caminho que abre possibilidades de leituras de mundo, de interferências no mundo, de desdobramentos, de vias de escape. Conclui-se, assim, que em toda sua complexidade, a sucata da história (história pessoal e social), pode proporcionar, por meio de sua característica maior – a falta de significado –, a possibilidade de ressignificação, tornando-se um modo, um método, às avessas, em negativo, do contemporâneo.

Palavras-chave: Sucata; Método; Ressignificação; Contemporâneo.

Abstract

The main objective of this article is to discuss the meanings associated to refuse/scrap nowadays, presenting a report about an experience conducted in a university campus, exploring scrap workshop spontaneous creation, as part of an investigation into the meanings assigned to it. We focus on the concept of refuse/scrap - whose meaning is associated with worthless material- and the relationships it maintains, both on the economic level and in terms of social relations, and also as object and scientific research method. We can observe that scrap metal ceases to be just worthless object, to become a means and a path, which enables world readings, interference and escape routes in world developments. We conclude, therefore, that in all its complexity, scrap history (personal and social history), despite being considered worthless as its greatest feature, can provide - considering its lack of meaning - the possibility of reframing, becoming a method in reverse, as a negative, of the contemporary.

Keywords: Scrap; Method; Reframing; Contemporary.

Resumen

Este artículo objetiva discutir los significados de la chatarra en la contemporaneidad, presentando el relato de una experiencia con la chatarra en un taller de creación espontánea, realizada en una Universidad, como parte de una investigación sobre los sentidos atribuidos a la chatarra. De ahí, se propone la chatarra – cuyo significado etimológico es objeto sin valor – y las relaciones que ella mantiene, tanto en el plano económico como en los planos de relaciones sociales, como objeto y también como un método de investigación científica. Observamos que la chatarra deja de ser apenas un objeto sin valor para convertirse en un medio, un camino que abre posibilidades de lecturas de mundo, de interferencias en el mundo, de desdoblamiento, de despliegue. Se concluye, por lo tanto, que en toda su complejidad, la chatarra, chatarra de la historia (historia personal y social), puede proporcionar por medio de su mayor característica – la falta de significado – la posibilidad de ressignificación, convirtiéndose en un método, al revés, en negativa, de lo contemporáneo.

Palabras clave: Chatarra; Método; Resignificación; Contemporáneo.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

No contexto contemporâneo, a força impetuosa de uma economia essencialmente consumista que se espalha por todo o canto imprime um novo valor e um novo significado aos objetos, já que passam a representar, explicitamente, como nunca antes, o novo dinamismo da conformação social. Consumir, nos séculos XVII, XVIII ou XIX, tem um sentido totalmente diferente de consumir no final do século XX e começo do século XXI. Ao analisarmos o que significa consumir, quais são os objetos que consumimos e em que circunstâncias históricas consumimos, vemos que o sentido de consumo muda completamente em relação àqueles tempos iniciais. Desde as últimas décadas do século XX, vivemos uma época denominada *hiperconsumo*, caracterizada como a fase em que o consumo se associa de forma cada vez mais forte a parâmetros radicalmente individuais.

Nesse recente cenário, para Baudrillard (1995), o objeto é consumido pelo que representa. Os objetos de consumo são compreendidos como lugares de trabalhos simbólicos, isto é, não são consumidos pela sua utilidade, mas pela sua capacidade de remeter o consumidor a um determinado *status*. Featherstone (1995) acrescenta, na discussão sobre o consumo, o conceito estilo de vida, o qual conota individualidade, autoexpressão e uma consciência de si estilizada. Pelo estilo de vida, as pessoas manifestam sua individualidade e têm consciência de que se comunicam por meio do que se apropriam. Criam-se novas relações emocionais entre indivíduos e mercadorias. As marcas se fortalecem de forma independente dos produtos, o produto deixa de ser vendido e dá lugar a um conceito, um estilo de vida associado à marca.

Para Lipovetsky (1997), pode-se caracterizar empiricamente a atual “sociedade de consumo” por diferentes traços: elevação do nível de vida, abundância das mercadorias e serviços, culto dos objetos e dos lazeres, moral hedonista e materialista. Entende Lipovetsky (1997) que, estruturalmente, é a generalização do processo da moda que a define propriamente:

A sociedade centrada na expansão das necessidades é, antes de tudo, aquela que ordena a produção e o consumo de massa sob a lei da obsolescência, da sedução e da diversificação, aquela que faz passar o econômico para a órbita da forma da moda. (Lipovetsky, 1997, p. 159).

Além da moda em mercados de massa – de roupas, ornamentos, decoração, atividades de recreação, esportes, músicas, jogos, produtos infantis, entre outros –, os serviços disponíveis também deram uma contribuição inestimável ao incremento do consumo. Segundo Mancebo (2002,

p. 329), o campo da produção do conhecimento também não se apresenta imune a essa dinâmica, pois

A leitura apressada do último lançamento, o imediatismo das pesquisas que se sucedem, o aligeiramento dos cursos, a formação de mais alunos em menos tempo, podem ser consideradas como práticas que advêm da lógica consumista, reduzindo um tempo de convivência, um campo coletivo de criação – com o texto, o tema, os colegas, os professores – necessário para que o circuito de ressonâncias do pensamento possa se instaurar.

Desse modo, não se compram apenas mercadorias, aqui compreendidas como produção para o mercado no qual predomina o valor de troca, e não o de uso. Buscar avidamente novos modelos e “receitas de vida” também se constitui num tipo de compra. Os efeitos dessa dinâmica consumista são múltiplos. Mancebo (2002) destaca dois aspectos que dizem respeito a essa dinâmica. Primeiro, a acentuação da velocidade, da volatilidade e efemeridade de produtos, modos e técnicas de produção e também de ideias, valores, ideologias, práticas e relações sociais: a fluidez ou “liquidez”, conforme Bauman (2001). Muito mais do que a durabilidade e a confiabilidade do produto, hoje, o que traria lucro seria a velocidade atordoante da circulação, o rápido envelhecimento do novo, a reciclagem, a substituição do “entulho”. Um segundo aspecto, apontado por Mancebo, teria a ver com o fato de as pessoas serem forçadas a lidar com a ideia de descartabilidade, de obsolescência programada e de se comprarem com o consumo efêmero e instantâneo dos produtos.

Atualmente, a estética relativamente estável do modernismo, cede espaço a um novo dinamismo, no qual a capacidade técnica de produção, a proliferação das mercadorias e a fragmentação crescente do mercado induzem à instabilidade, à velocidade. Nos tempos globais, comemora-se a diferença, a efemeridade, a moda, a determinação do mercado nas formas culturais e uma pluralidade de sentidos e significados. Para Canclini (1999), o consumo poderia ser analisado como uma forma de tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora. Assim, adquirir objetos, organizá-los pela casa ou no próprio corpo, dar-lhes um lugar e uma ordem, designar-lhes atributos passíveis de estabelecer uma comunicação com os outros, são os recursos para se pensar a instável ordem social e as interações incertas com os demais. “A compulsão-transformadora-em-vício de comprar é uma luta morro acima contra a incerteza aguda e enervante e contra um sentimento de insegurança incômodo estupidificante” (Bauman, 2001, p. 95), que parece

trazer, pelo menos, uma promessa de segurança, para os incertos caminhos da pós-modernidade. Objetos fugazes, futuras sucatas, que tramam a ilusão de segurança, desenham o sujeito da “pureza”, em contraponto ao indivíduo que ocupa o lugar de lixo da sociedade. Lixo que nos pertence – individual e coletivamente –, que nos constitui como sujeitos desejanças, demasiadamente humanos.

Sucata: processo permeado por relações

Podemos pensar que, pela própria etimologia da palavra sucata, já temos indicação de que se trata de um objeto que se constitui por meio de processos e relações. Retomemos sua origem: está no termo árabe *sugât* e significa “objeto sem valor”.

A guisa de reflexão, levantaremos algumas características relativas ao objeto. Baudrillard (1972), ao se remeter às sociedades primitivas, indica que o consumo de bens não diz respeito a uma economia individual de necessidades, mas a uma função social de prestígio e de distribuição hierárquica, e que é preciso que bens e objetos sejam produzidos e trocados para que se manifeste uma hierarquia social. De acordo com Baudrillard (1972), podemos observar que, desde os registros de sociedades antigas, o objeto, entre outros elementos como o mundo dos signos e o mundo das situações, também caracteriza a cultura.

Desde o advento da industrialização, o objeto adquiriu uma importância maior, quando passou a ser produzido em larga escala, coincidindo com alguns fatores sociais como: a tendência à aquisitividade, característica da civilização burguesa; o desenvolvimento dos objetos em série, e o fator que liga pouco a pouco o estatuto social à posse de objetos, denominada por Moles (1972) como consumo conspícuo.

A princípio, para a sociedade tradicional, os objetos tinham por função inscrever o estatuto social em “dureza”. Por exemplo, a decoração hereditária, na sociedade tradicional, que testemunhava a realização social, e uma segurança de uma situação adquirida. Os objetos, dessa maneira, passam a constituir uma declaração, uma constatação do destino social, denominada por Baudrillard (1972) como simulacro funcional, atrás do qual os objetos continuam a desempenhar seu papel de discriminantes sociais.

O objeto, além de materialidade, caracterizado por ser independente, móvel e passivo (pelo menos submetido à vontade do homem), é mensagem em sua exterioridade. No sentido sociocultural do termo, o objeto é vetor de comunicações. Reiteramos aqui, com intuito de refletirmos sobre os objetos e as relações, a descrição de Moles (1972) quando indica que o objeto é a concretização de um grande número

de ações do homem na sociedade e se inscreve no plano da mensagem que o meio social envia ao indivíduo ou, reciprocamente, que o *Homofaber* subministra na sociedade global. O objeto, dessa maneira, como canal de comunicação, assume também outros aspectos, como o fato de ser portador de forma, no caso da perspectiva do criador das formas, como o artesão, o artista, o designer, ou, então, como o papel do objeto no contato que o homem mantém com os outros, também ocasião de contato interindividual.

Ao refletir sobre os objetos na atualidade, entendemos que estes refletem e dão visibilidade para modos de relações contemporâneos – afinal, caracterizam e refletem nossa cultura. Na atualidade, o consumo e, decorrentemente, o objeto, ganham um novo dinamismo no pensamento social. Observamos que os objetos, ao serem consumidos e descartados, dizem dos modos de subjetivação do sujeito no mundo atual. Afinal, a forma mercadoria, ao invadir a cultura e fundir-se com ela, transforma as relações sociais numa espécie de mercado, no qual o valor de troca predomina. Entendemos, assim, que o objeto seja o novo (que traz em si o devir sucata) ou o já descartado, diz das relações entre sujeitos, e da relação entre o sujeito e o mundo. A descartabilidade, dessa forma, transcende o que observamos com os objetos de consumo, e passa a designar um modo de relacionamento do sujeito com seu mundo, instaurado pela efemeridade e pelo imediatismo.

A sucata, portanto, caracteriza aquilo que pode ser descartado. Nesse sentido, amplia-se a perspectiva etimológica de “objeto sem valor”, sem valor de troca no sentido de mercadoria, atingindo também o sentido das relações interpessoais. Pensamos, também, que a sucata é intrinsecamente vinculada a um processo, que traz em si uma noção temporal: o passado que a antecede, o presente que é a sucata, e o futuro, o qual entendemos como um campo de possibilidades. Afinal, a sucata, entre outros fatores, pode significar o devir-poluição, o devir-entulho, mas também pode se apresentar como devir-criação-ressignificação-arte-poesia. A abertura dessas possibilidades é o que nos interessa; afinal, a sucata, em toda sua complexidade, pode proporcionar, por meio de sua característica maior – a falta de significado –, a possibilidade de resignificação, tornando-se um modo, um método, às avessas, em negativo, da paisagem contemporânea.

A Sucata como Objeto

Vivenciamos, no percurso de

pesquisa² realizada, situações que ampliaram o espectro que a sucata nos apresentava. Cada encontro do sujeito (criança ou adulto) com a sucata possibilitou o redimensionamento das perspectivas que tínhamos.

No início, para a elaboração do projeto dessa pesquisa, tivemos contato, entre vários autores, com dois livros que tratavam da sucata e sua utilização para a criatividade, são eles: *O brinquedo-sucata e a criança* (2001), de Marina Marcondes Machado, e *Brinquedos e Engenhocas* (1989), de Louise Weiss – referências que nos subsidiaram, teoricamente, e principalmente para a organização das primeiras oficinas.

Passamos, a partir dessas leituras, a montar nosso “sucatário” – termo utilizado por Machado (2001). Para recolher e organizar as sucatas, fez-se necessário redimensionar o que era lixo, quais objetos tinham valor ou não. Dessa forma, passamos a entender, como sugere Weiss (1989), que é necessário um olhar que recorte o objeto da realidade, um olhar que selecione o objeto – afinal, recolhê-lo, para o sucatário, já é o primeiro movimento de ressignificação.

Machado (2001) organiza uma lista em ordem alfabética, do que pode ser considerado “sucata”. Para Weiss (1989), existem dois tipos de sucata: as industrializadas e as naturais. Entendemos, nessa pesquisa, que os recursos naturais não têm o mesmo significado dos industrializados; afinal, os detritos naturais são processados pela própria natureza. Como exemplo, as folhas que caem, as sementes, etc. Mas reiteramos que utilizamos os recursos naturais em nosso sucatário, pois entendemos que também são passíveis de serem ressignificados.

A lista, proposta por Machado (2001), está em ordem alfabética, ainda que a referida autora reitere que esta poderia estar organizada a partir de outros critérios; por exemplo, agrupando tipos de sucata (madeira/tecido/plástico/sucata da natureza/latas etc.) ou separando a sucata relacionada a diferentes profissões e ambientes: sucata da costureira e do alfaiate; sucata de médicos, enfermeiros, farmacêuticos; sucata de padarias, restaurantes e pizzarias. Pode-se, também, de acordo com Machado (2001), fazer uma lista de sucata de acordo com as estações do ano – o que nos parece muito rico: voltarmos nossa atenção para os ciclos da natureza no decorrer do ano. Assim, os caroços de frutas secas, paina, pinhas, casca de nozes, enfim, a grande variedade de recursos naturais. Ou então,

sugere ainda, lista de sucata de acordo com as festas:

Carnaval (serpentina e confete, máscaras e fantasias inutilizadas); as festas juninas (restos de bandeirinhas de papel de seda, embalagens dos fogos e cartuchos de rojões, palitos de fósforo, retalhos de tecido e tranças e chapéus); a festa de Natal (papéis de embrulho, enfeites de árvore, de porta, de mesa que não servem mais, fantasias de Papai Noel e de anjos, tocos de vela, purpurina). (Machado, 2001, p. 70).

A autora propõe, dessa forma, “além da coleta de materiais de sucata, uma maior observação do meio ambiente e das pessoas, dos ritmos da cidade e da natureza, resgatando uma linguagem lúdica e poética associada ao trabalho” (Machado, 2001, p. 70), perspectiva essa que muito nos interessa.

Weiss (1989) ressalta que, além da separação e organização da sucata, é necessário providenciar o que chama de “materiais acessórios”. Em nossas oficinas, sempre tínhamos a cola, a tesoura sem ponta, fita crepe, barbante e tinta guache. Esses materiais acessórios auxiliam na junção, na cor, enfim, no processo de criação do sujeito com a sucata.

No que diz respeito, ainda, à coleta da sucata, entendemos, como relevante, o relato da ocorrência de um fato e, por isso, o descreveremos a seguir. Trata-se da procura por variadas sucatas para a realização de uma grande oficina que realizaríamos em uma universidade, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo (oficina que será descrita mais adiante). Fomos a diferentes escolas desse município, em busca de sucata. Para nossa surpresa, em uma das escolas particulares em que solicitamos a sucata, pudemos observar como os valores relativos ao descarte, ao que não serve mais, dizem dos modos de vida contemporâneos, principalmente relacionados ao consumo. Entregaram-nos uma grande quantidade de materiais, composta, de uma maneira geral, de lápis coloridos, pranchas de isopor, brinquedos novos ou relativamente novos que estavam sendo descartados como sucata. Esse fato nos levou a refletir sobre algumas questões como: seriam materiais solicitados nas listas para o início do ano letivo e não sendo usados estavam sendo descartados? Afinal, no próximo ano, haveria nova lista? Como pensar esse consumo-descarte na escola? Se não pegássemos esse material, o que seria feito dele? Jogado no lixo? Essas questões passaram a nos ocupar e nos garantiram uma postura perante a pesquisa: a de refletirmos sobre os modos de

² A dissertação *Brincando com Sucata: a contemporaneidade em jogo* (Melles de Oliveira, 2005) foi apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade), sob orientação da Dra.

Olga Ceciliatti Mattioli e objetivou demonstrar – por meio de experiências realizadas em oficinas de criação espontânea, com diferentes grupos: professores de educação infantil, alunos universitários, policiais militares e crianças –, como a sucata pode possibilitar a criatividade e a ressignificação.

consumo e de vida em nossa sociedade atual e também sobre a ausência de ressignificação. E assim a sucata, antes apenas vista como objeto tornado inútil, sem valor, passou a adquirir, para nós, valor de método, a saber, de meio para produção de conhecimento.

A Sucata Como Método

Procedimentos da pesquisa

Disponibilizar a sucata para um grupo é dispô-la no ambiente que estamos reunidos. Geralmente a colocamos no chão. Ao lado, organizamos os materiais acessórios. Independentemente da caracterização do grupo, apresentamos nossa proposta: a de utilizarmos a sucata criativamente, possibilitando a livre expressão. Assim, sem regras a serem cumpridas, a não ser a de ser criativo – o que, percebemos por meio de nossa prática, para algumas pessoas, é muito difícil –, temos a postura, perante o grupo, de não intrusão, não interferência, atuando, somente, quando solicitados.

Destacamos, aqui, a experiência realizada em uma universidade. Trata-se da “Oficina com Sucata”, realizada na *Semana do Psicólogo*. Esse Encontro teve três dias de duração e tinha, como público, estudantes de psicologia, psicólogos e interessados. Nossa oficina se realizou no período da tarde do terceiro dia. Especificamos esses dados para podermos relatar como a oficina foi organizada.

Podemos entender que essa oficina iniciou-se, na verdade, dois dias antes da data proposta. No início da programação do Encontro, pedimos aos participantes que colaborassem trazendo sucatas. Colocamos uma caixa no saguão de entrada do referido Encontro, ao lado do posto de inscrições, com o seguinte dizer: “DEIXE AQUI SUA SUCATA”.

Como os participantes passaram a trazer “suas sucatas”, entendemos que, de fato, essa oficina, teve início dois dias antes do proposto, pois os integrantes do Encontro traziam “seu lixo”, para, depois, ressignificá-lo. Não foram necessárias inscrições para a participação na oficina: participou quem teve interesse.

No dia da Oficina, antes de os interessados chegarem, organizamos, na quadra coberta da universidade, as sucatas até então arrecadadas. Dispusemos todas no centro da quadra. Eram muitos objetos que haviam sido descartados, trazidos por várias pessoas. Organizamos, também, em uma das extremidades da quadra, nossos materiais acessórios: cola, tesoura, fita crepe, barbante. Propositamente, esses materiais não eram em grande quantidade, pois pensamos que sabermos usar os recursos que temos já

diz do processo de ressignificação que realizamos.

Os participantes foram chegando, alguns com sacolas com mais sucata. Éramos aproximadamente, oitenta pessoas. A princípio, fizemos um grande círculo ao redor da sucata. Nesse momento, problematizamos o consumo e descarte desenfreados do contemporâneo, conversamos sobre a importância do gesto criativo em nossa atualidade e demos abertura à nossa tarde de criação. Alguns participantes, nesse curto período de fala, já haviam separado algumas “reliquias” no meio das sucatas. Outros, após a fala, correram para procurar o que podia lhes servir. Mais uma vez a sucata se apresenta, nesse momento, para o que tem “olhos para ver”, como o faz o poeta ao criar ou a criança ao brincar.

Após o término da oficina, combinamos montar uma exposição no saguão de entrada da universidade. Grande parte do grupo concordou. Seguimos para o saguão e, assim, demos visibilidade para nossas ressignificações. A exposição durou uma semana.

Análise e Reflexões sobre a Produção da Oficina

Destacamos algumas produções realizadas pelos participantes da referida oficina, produções decorrentes do encontro criativo com a sucata. Encontros de potência, de invenção, de processo criativo, de recriação.

Nosso interesse não é interpretar quem brincou com a sucata, ou de que maneira brincou. Interessamos a possibilidade de brincar espontaneamente, criar livremente, como forma de autoconhecimento e inserção criativa na cultura.

Sob esse aspecto, destacamos a proposição realizada por um dos participantes: trata-se de uma montagem feita com fragmentos de diversas bonecas Barbie, culminando em uma escultura de fragmentos de corpos esguios, longilíneos, reorganizados às avessas. Corpos fragmentados, fluidos, sem forma, como a estética atual, ritmada por um novo dinamismo, no qual a capacidade técnica de produção, a proliferação das mercadorias e a fragmentação crescente do mercado induzem à instabilidade, à velocidade. Afinal, buscar receitas de vida, de estética, assim como os produtos, também se constitui num tipo de compra e, decorrentemente, de descarte. Se observarmos, padrões de beleza “Barbie” são, atualmente, ditados pela indústria do consumo: são as mulheres usando silicone para obter uma estética do mercado de hoje, o desejo de ser magra, que ultrapassa os demais valores da vida, tornando-se uma patologia, que influi diretamente nas adolescentes, atingindo também as crianças.

Ao ressignificar com fragmentos de Barbie, lixo

da sociedade, o indivíduo reinventa a cultura, possibilitando, talvez, sua maior liberdade como sujeito, mais que consumidor do mundo contemporâneo.

Pensamos que o trabalho com a sucata não tem a pretensão de produzir obras de arte, mas tão somente oferecer possibilidades de criação e ressignificação. Tais produções nos interessam, na medida em que apontam para a multiplicidade de significados que podem representar, remetem-nos ao espaço aberto do “perene inacabamento dos significados” (Bauman, 1997, p. 136). Nesse mesmo sentido, Jamrozak (citado por Bauman, 1997), analista e intérprete da arte contemporânea, tem a seguinte indicação sobre as produções artísticas, diz ela:

prontas para absorver sentidos e significados, enfrentam o espectador contemporâneo como fantasmas: intrigantes e intensas, embaraçosas e sedutoras pelo que elas próprias são e pelas cadeias em que podem ser colocadas e em que aparecem graças a seus criadores e a seus receptores inclinados à interpretação. [...] (p. 135).

A analista reitera ainda que, mais do que um criador, o autor de imagens pós-modernas é um animador ou apresentador. Pois define que,

a autoria consiste no ato de montar o processo em movimento, enquanto o processo assim originado não tem em mira algum ponto de objetivação final numa forma reificada, funcionando, em vez disso, de maneira livre e desabrida, através de muitos caminhos – e continua incompleto e aberto [...]. (Jamrozak, citado por Bauman, 1997, p. 135).

No mesmo sentido, Bauman (1997) nos sugere que, em nosso mundo, os signos flutuam em busca de significados e os significados se deixam levar em busca dos signos. Para o referido autor, “o significado da obra de arte reside entre o artista e o espectador” (p. 134). No que diz respeito a nossa pesquisa, consideramos essa perspectiva proposta por Bauman mais interessante do que apenas uma única interpretação sobre o “objeto que foi ressignificado”. Interessa-nos, dessa forma, acatar as infinitas possibilidades de interpretação que podem ocorrer no processo que se dá entre quem fez e quem vê.

Assim, podemos compreender, baseando-nos nas ideias de Bauman (1997), que o campo de possibilidades de ressignificação, por meio da utilização da sucata, transcende o momento da criação. Tal qual a sucata, também o próprio objeto já ressignificado, metamorfoseado, criado, traz em si infinitas possibilidades de interpretação. Possibilidades que se constituem, no que se refere a essa oficina, entre o sujeito que agiu com a sucata e

o sujeito que viu os objetos transfigurados, ou aquele que visitou a exposição realizada no saguão da universidade.

No processo da pesquisa, na experimentação da ressignificação do objeto que já não serve, nosso objeto de estudo se revelava a cada encontro. Passamos, então, decorrente das experiências que observávamos, a entender a sucata como objeto e também como método. A própria sucata, no decorrer desta pesquisa, foi propondo os “novos caminhos”.

Considerações Finais

Julgamos ser importante explicar que, a princípio, no início do nosso percurso, procurávamos definir o mundo do “objeto que já não serve”, iluminando-o, desvelando-o. No caminhar da pesquisa, em busca de um maior entendimento, procuramos deslocar o objeto de seu “lugar comum” e, em vez de desvelá-lo, passamos a ter o interesse de “transfigurá-lo”, ou seja, retirá-lo de seu vazio significativo e inseri-lo num contexto abrangente de sentidos; assim, a sucata deixa de ser apenas o objeto sem valor para se apresentar multifacetada, espelhando os modos de subjetivação do mundo contemporâneo. A transfiguração nos remete, portanto, a desnaturalizar, criar meios, vias, enfim, a interferir no mundo. Nesse sentido, a sucata deixa de ser apenas o objeto sem valor (aliás, sua definição etimológica), para se tornar um meio, um caminho, abrindo possibilidades de leituras de mundo, possibilidades de interferência no mundo, de desdobramentos, de vias de escape.

A sucata, como lixo – lixo consentido, lixo com sentido –, permite conhecer a história da humanidade. Tanto a história da subjetivação do sujeito quanto dos modos impessoais da existência refletidos no assentamento humano que é a cidade (Sennett, 1989), ou onde quer que chegue nossa cultura globalizada. A sucata espelha o mundo contemporâneo. Tal fato pode ser contemplado, por exemplo, no poema de Bonvicino (2004), impresso em um domingo do ano de 2004, no jornal *Folha de S. Paulo*, um importante veículo de comunicação do Brasil, em nossa contemporaneidade. Juntamos mais esse “retalho” do cotidiano à trama que estamos tecendo:

O LIXO

*plásticos voando baixo
cacos de uma garrafa
pétalas
sobre o asfalto*

aquilo

Oliveira; Gisele Gonçalves Melles. A sucata como avesso complementar da contemporaneidade

*que não mais
se considera útil
ou propício*

*há um balde
naquela lixeira
está nos sacos
jogados na esquina*

*caixas de madeira
está nos sacos
ao lado da cabine
telefônica*

*o lixo está contido
em outro saco
restos de comida e cigarros
no canteiro, sem árvore,*

*lixo consentido
agora sob o viaduto
onde se confunde
com mendigos*

Podemos considerar que a história da civilização do século XX e início do século XXI é também constituída pela história da sucata: a sucata caracteriza o contemporâneo, pois, nos dias de hoje, não é um objeto qualquer, mas um elemento intrinsecamente ligado ao mundo globalizado atual, conquanto nossa sociedade não deixe de produzi-lo. Assim, pensamos que a sucata está na base do funcionamento desse mundo, em todos os sentidos: no plano econômico, nas relações sociais, na organização da sociedade e, inclusive, compõe os processos de subjetivação. Afinal, a sucata, caracterizada principalmente pela efemeridade e pelo descarte, diz da produção industrial, do consumo, da intimidade dos sujeitos, das famílias; enfim, a sucata diz do próprio sujeito. Como já mencionamos, dá-se um sucateamento do próprio sujeito, que fomenta as entranhas da exclusão social, o sucateamento dos vários setores da sociedade.

Pautados nessas reflexões, consideramos que refletir sobre a sucata é uma forma de estudar a contemporaneidade. Reconhecemos que pode ser um dos caminhos, obviamente não o único, mas um bom caminho, já que, afinal, a sucata está intrinsecamente ligada à constituição deste mundo. Mas, enfim, seja um caminho necessário e inevitável, visto que para compormos sentidos no contemporâneo, significamos, ressignificamos, ou não, a sucata desse mundo.

Referências

- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, F. (2001). *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.
- Baudrillard, J. (1972). A moral dos objetos. Função-signo e lógica de classe. In A. Moles, *Semiologia dos Objetos*. (L. C. Lima, trad.). Petrópolis: Vozes. (Seleção de ensaios da revista *Communications*).
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade do consumo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (1997). *O Mal-estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bonvicino, R. (2004, 23 de maio). O lixo. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais, p. 20.
- Canclini, N. G. (1999). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Featherstone, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Ferreira, A. B. de H. (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2a ed.). São Paulo: Nova Fronteira.
- Lipovetsky, G. (1997). *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Machado, M. M. (2001). *O brinquedo-sucata e a criança*. (4a ed.). São Paulo: Loyola.
- Mancebo, D. (2002). Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(1), 100-111.
- Melles de Oliveira, G. G. (2005). *Brincando com sucata: a espontaneidade em jogo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- Moles, A. (1972). *Semiologia dos objetos* Petrópolis:

Oliveira; Gisele Gonçalves Melles. A sucata como avesso complementar da contemporaneidade

Vozes. (Seleção de ensaios da revista *Communications*).

Weiss, L. (1989). *Brinquedos e Engenhocas*. São Paulo: Scipione.

Morin, E. (1989). *Cultura de massa no século XX: (o espírito do tempo)* (2a ed.). (M. R. Sardinha, trad.). São Paulo: Forense.

Sennett, R. (1989). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (L. A. Watanabe, trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Souza Santos, B. de. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Apontamento.

Recebido em: 01/12/2014
Aprovado em: 13/09/2015

Sampaio; Nirvana Ferraz Santos. Linguagem, memória e escrita

Linguagem, memória e escrita

Language, memory and writing

El lenguaje, la memoria y la escritura

Nirvana Ferraz Santos Sampaio¹

Resumo

Este texto apresenta resultados do acompanhamento longitudinal da linguagem de um sujeito após um traumatismo craneoencefálico. Para tanto, partimos dos pressupostos teórico-metodológicos da neurolinguística discursiva. Os resultados apontam que a leitura e a escrita podem ser eficazes na reestruturação da oralidade do sujeito, na reconstituição da sua identidade e na reinserção social.

Palavras-chave: Linguagem; Memória; Escrita; Traumatismo Craneoencefálico.

Abstract

This paper presents results of language intervention of a brain damaged subject. The theoretical and methodological basis is the neurolinguistic. The results show that reading and writing are effective in the restructuring of the subject and the social reintegration of the subject.

Keywords: Language; Memory; Writing; Craneoencephalic Trauma.

¹ Doutora em Linguística pelo IEL/Unicamp. Professora titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da UESB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Neurolinguística (GPEN/CNPq/UESB).

Considerações Iniciais

O objetivo deste artigo é apresentar resultados a respeito do acompanhamento de um sujeito que, após traumatismo craneoencefálico (TCE), procurou o Espaço de Convivência entre Afásicos e não afásicos (ECO), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), por encaminhamento de um neurologista, com dificuldades na memória, na sequenciação temporal, na atenção, na linguagem e na adaptação ao meio.

Para a realização do trabalho que ocorre no ECOA, que funciona no Laboratório de Pesquisa e Estudos em Neurolinguística da UESB, recorreremos à perspectiva discursiva da Neurolinguística. Nesse sentido, retomamos a proposta do Diário de Narciso (1986/1988), que aproxima a linguagem (na afasia) de processos dialógicos e que, atualmente, se encontra, ampliada com base em Freud (1891) período pré-psicanalítico.

De acordo com Coudry e Freire (2010), a teorização, no âmbito da Neurolinguística Discursiva (ND), parte de uma perspectiva discursiva que orienta tanto a prática clínica quanto a análise de dados de linguagem, ambas fundamentadas em diversos domínios da Linguística, bem como em estudos no campo da Neurologia, Neuropsicologia, Fonoaudiologia, entre outros.

Nesse embasamento, o ponto de partida teórico é a interlocução e tudo aquilo que a ela diz respeito, isto é, as relações que nela se estabelecem entre sujeitos falantes de uma língua, dependentes das histórias particulares de cada um, as circunstâncias histórico-culturais que condicionam o conhecimento partilhado, as condições em que ocorrem a produção e a interpretação do que se diz mediante o jogo de imagens que se estabelece entre os interlocutores. Assim, a linguagem é, conforme explicita Franchi (1977/1992), concebida como ação, trabalho e atividade constitutiva, preceitos ratificados por Coudry (1986).

Cabe ressaltar, também, que subjaz a fundamentação teórico-metodológica da ND, a leitura, entre outras, de Jakobson (1954; 1956), de Benveniste (1966), de Vygotsky (1934) e de Luria (1977), direcionando uma compreensão de hierarquia entre as unidades que compõem um sistema linguístico e a noção de um sistema funcional complexo em que partes do cérebro operam hierarquicamente, partilhando, assim, de uma visão do cérebro como um todo no qual as áreas são interdependentes e inter-relacionadas, funcionando comparativamente a uma orquestra, de acordo com Luria (1977), que depende da integração de seus componentes para realizar um concerto.

Assim, a ND permite a articulação de vários aportes teóricos, tendo como foco o estudo das relações entre cérebro e linguagem na vida em sociedade.

A ND articula-se com os preceitos de Vygotsky (1934) e Luria (1977), que se referem à instalação, perda e recuperação de funções no sistema nervoso central, considerando tanto as variáveis que interferem na filogênese – ou história evolutiva da espécie – como a partir das formações sociais histórico-culturalmente definidas, além da ontogênese ou história individual.

Com o trabalho de Freud (1891), há um direcionamento de questões relevantes para a ND, visto que o texto “Sobre as afasias” prevê uma contraparte funcional em vez do organicismo reinante no localizacionismo. Assim, de acordo com Coudry, Freire e Gomes (2006), o trabalho de Freud:

[...] introduz a noção de representação, e, portanto, um viés psíquico, criticando a noção de linguagem como descrição da realidade; redimensiona as concepções de normalidade e patologia, por reconhecer um continuum entre o funcionamento do afásico e o da pessoa normal frente a situações específicas; inclui aspectos discursivos na avaliação e observação do funcionamento do aparelho da linguagem, distanciando-se dos testes que focalizam usos descontextualizados da linguagem; parte da linguagem para entender o funcionamento orgânico (Coudry et al., 2006).

A partir da leitura de Franchi (1977), a ND olha para a linguagem como um processo, ou seja, como o trabalho pelo qual, histórica, social e culturalmente, o homem organiza e dá forma a suas experiências – considerando que é via linguagem que se produz o processo dialético entre o que resulta da interação e o que resulta da atividade do sujeito na constituição dos sistemas linguísticos, das línguas naturais de que nos servimos.

Para realizarmos as atividades no ECOA, recorreremos frequentemente a atividades escritas, visto que consideramos tanto a leitura quanto a escrita como suportes para acessar a linguagem verbal e a memória de sujeitos que se encontram com especificidades na linguagem, a fim de que eles voltem a se inserir em práticas sociais também com a oralidade.

Sabemos que há diferenças (formais e funcionais) entre a produção da oralidade e da escrita. Entre outras, podemos elencar algumas, vejamos: na oralidade, geralmente, há uma troca imediata de turnos, sobreposição de vozes e há uma interlocução em tempo real que se dá entre sujeitos fisicamente presentes nas situações comunicativas, enquanto, na escrita, isso nem sempre acontece, apesar de hoje termos exemplos como o das salas de bate-papo, em que, apesar da virtualidade, há um

tempo real e os interlocutores estão presentes à cena, embora apenas suas escritas sejam visualizadas. A escrita é um trabalho de muitos, visto que é uma construção que se processa na interação, assim como a oralidade. Deve-se levar em conta o uso, o valor e o papel de mediadora que a escrita tem nas interações sociais e culturais. A escrita se caracteriza, classicamente, como um processo de interlocução à distância. Nesse sentido, as condições de produção da escrita, quais sejam: o tempo, o lugar, os papéis representados pelos interlocutores, a construção imaginária de um possível leitor, as relações sociais, os objetivos, geralmente, se diferem das condições específicas da linguagem oral. Assim, há elementos exclusivos de cada uma delas, como a gesticulação, por exemplo, na linguagem oral e a reedição de texto, com apagamento do texto anterior, na linguagem escrita. Certamente, as pessoas não escrevem exatamente do mesmo modo que falam, uma vez que se trata de processos diferentes. Essas diferentes condições de produção para usos de diferentes intenções propiciam a criação de diferentes tipos de linguagem, que se agrupam nas duas modalidades da língua. Alguns fatores, como o contexto, a intenção do usuário e a temática, são responsáveis pelas diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita, que, nem por isso, são estanques.

A escrita neste trabalho ganha a relevância da necessidade de retomar a memória das experiências de um sujeito pós-TCE, como uma forma de auxiliar na seleção das palavras ou estruturas para expressarem suas ideias, proporcionando mais tempo para reproduzi-la e revisá-la, do que é o habitual na oralidade. Despertando, também, o envolvimento e o distanciamento que o processo de escrita permite, trabalhando com a memória de curto prazo do sujeito e focos de consciência do passado no momento de produção.

A memória e a linguagem (inter)atuam como processos cognitivos, isto é, como processos de conhecimento, porque a linguagem não é somente um instrumento de comunicação, ela é um instrumento socializador, um mediador das relações entre o ser humano e o mundo.

A linguagem é uma representação mental e simbólica das coisas no mundo. Nosso aprendizado, nossa percepção do mundo, é simbólico. Somos seres simbólicos e o tempo todo fazemos acordos simbólicos. Essa capacidade simbólica da linguagem é que nos permite interpretar, organizar, reorganizar e categorizar o que aprendemos. A linguagem é responsável pela construção dos nossos conhecimentos e ao mesmo tempo ela é

conhecimento. Nós reconstruímos discursivamente a memória com nossas práticas. Dessa forma, linguagem e memória são duas formas constituídas de conhecimentos. Tudo o que está conservado na memória ocorre por meio da linguagem e suas práticas sociais e interativas. Para recordarmos um evento, uma informação, um fato, ao evocar uma palavra ou usar uma estratégia cognitiva para realizar uma tarefa, a linguagem entra em ação porque estamos sempre utilizando os conhecimentos verbalmente, escrito ou não, para (re)significar aquilo que aprendemos.

Sobre o Sujeito GB e seu Acompanhamento

Partimos da perspectiva metodológica do acompanhamento longitudinal que envolve um sujeito que se manifesta por meio da linguagem, tem um papel ativo e reconstitui-se na interação, em meio a situações discursivas em que o trabalho de reconstrução dos objetos linguísticos perdidos. No caso específico via sequelas de TCE, é um trabalho em conjunto, rico de experiências recíprocas, de relações intersubjetivas e pessoais em que se criam os compromissos de uma cumplicidade, base para o estabelecimento das relações entre os interlocutores, nesse momento há uma simetria nas relações. Entretanto, a assimetria surge no momento das análises, em que há o distanciamento de um dos interlocutores em meio a um deslizamento de função (pesquisador) e posterior intervenção.

Neste texto, apresentamos alguns resultados referentes ao acompanhamento de GB. GB é casado, possui ensino médio completo e é técnico em contabilidade. Sofreu acidente automobilístico, em dezembro de 2009, com traumatismo cranencefálico (TCE), quando estava com 39 anos. Segundo relatório médico de 2012, foi evidenciado “edema cerebral difuso, hemorragia subaracnoidea e lesão axonal difusa [...] No momento, apresenta sequela neurológica como ataxia motora, incoordenação motora leve e bradipsiquismo com lentificação de todos os reflexos neurológicos”.² Desde 26/04/2012, GB vem sendo acompanhado no Espaço de Convivência entre Afásicos e não afásicos, que funciona no Laboratório de Pesquisa e Estudos em Neurolinguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ECO/LAPEN/UESB), autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESB – Protocolo nº 061/2010. Na tentativa de auxiliar esse sujeito a alcançar o maior grau de funcionalidade, de independência e qualidade de vida e retomada da sua história, diversas atividades

² Fonte: Prontuário do sujeito GB.

foram realizadas sistematicamente com GB, em sessões individuais e em grupo de acompanhamento direcionado pela leitura e escrita de textos de diversos gêneros. Inicialmente, a ênfase foi maior nas atividades de leitura, GB apresentou resistência para participar das atividades. Nesse sentido, as principais objeções eram: “não me lembro de nada”, “não sei”, “o meu cérebro está paralisado”, “a minha mente está paralisada” e “eu sou um inválido” (fruto, provavelmente, de uma transicionalidade que está no encontro entre o mundo psíquico e o mundo socialmente construído).

Observamos que GB, em situações não familiares, apresentava comportamentos específicos, por exemplo: rigidez para modificar uma opinião; dificuldade em entender o ponto de vista do outro; inabilidade para esclarecer uma informação; dificuldade em reconhecer o ponto principal de uma conversa; dificuldade em obedecer à troca de turnos durante o diálogo; dificuldade em dar ou receber e aceitar um “feedback”; dificuldade em mudar de um assunto para outro, o que era observado, principalmente, nas atividades realizadas em grupo e trabalhado nas atividades realizadas individualmente. Em se tratando das interações no

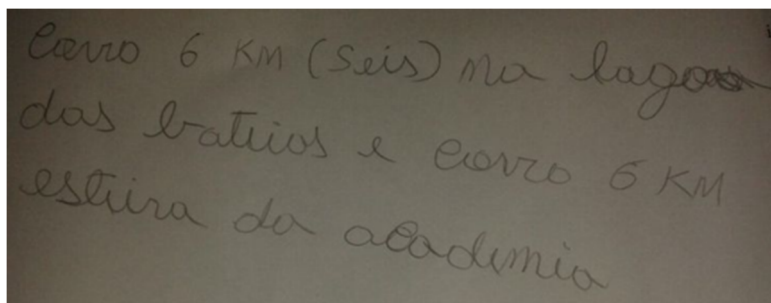
grupo, observamos, também, a dificuldade de GB em dar informações e se lembrar delas e dificuldade em nomear.

Ao longo desses dois anos, GB apresentou sempre resistência para realizar atividades relacionadas à escrita e à leitura. Entretanto, é importante ressaltar que GB não possuía o hábito de leitura e escrita antes do acidente, não eram atividades que faziam parte do seu cotidiano, segundo ele. Nesse sentido, durante as atividades de leitura e escrita, o sujeito tenta sempre mudar de assunto e fugir das atividades propostas. A seguir, apresentamos parte do acompanhamento realizado com GB a partir de produções textuais.

Produções Textuais de GB: Uma Amostra

Após a leitura de vários textos sobre saúde, alimentação e exercício físico, foi solicitado a GB a escrita de um texto sobre os tipos de exercício que ele realizava, ele se mostrou resistente, falou que não se lembrava, mas produziu o seguinte texto:

Figura 1 – Escrita 1



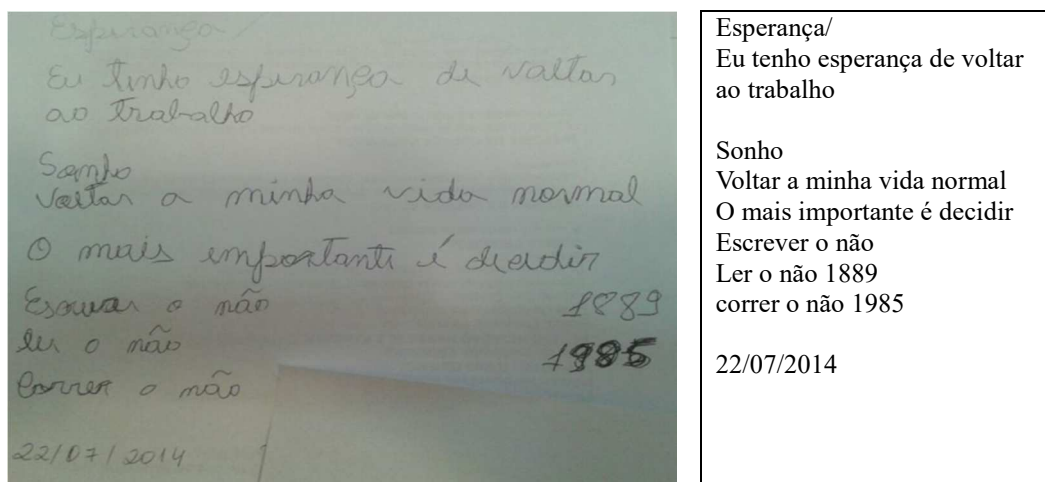
Corro 6 KM (Seis) na lagoa das bateias e corro 6KM esteira da academia

É possível verificar (na Figura 1) que GB rememorou os exercícios que realiza a fim de beneficiar a sua saúde. Apesar de reclamar que não sabia, que não se lembrava.

Apresentamos abaixo, nas Figuras 2 e 3, dois momentos de escrita e reescrita de GB. Após a leitura de textos, poesias e pensamentos de João Ubaldo Ribeiro, Ariano Suassuna e de Cora Coralina, da leitura, também, da biografia desses escritores, solicitamos que GB, primeiramente, Figura 2, escrevesse as três palavras que mais chamaram a sua atenção, ele selecionou: esperança, sonho e decidir. Em seguida, solicitamos que ele

escrevesse sobre o que cada palavra representava para ele. Observamos, no decorrer da leitura das biografias, o interesse de Gb pela biografia de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, que, ao completar 50 anos, após a morte do marido, passou por profunda transformação interior, que definira como “a perda do medo”, deixou de atender pelo nome de batismo e assumiu o pseudônimo Cora Coralina. Interessou-se pelo fato de Cora escrever poemas relacionados com a sua história pessoal, com a cidade em que nascera e com ambiente em que fora criada, pelo fato de Cora ter publicado o primeiro livro aos 50 anos.

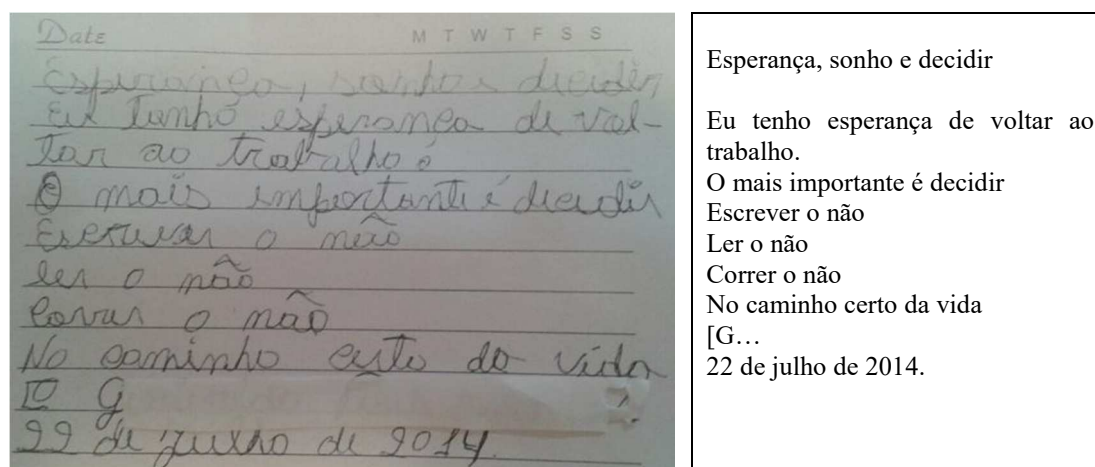
Figura 2 – Escrita 2



Em seguida, pedimos que GB, a partir das anotações, escrevesse um texto e desse um título, o que pode ser verificado, na Figura 3, “Esperança, sonho e decidir”, um texto escrito, com algumas

marcas da oralidade, por exemplo, “o” para “ou” e com pistas da singularidade do sujeito GB que (re)organiza a sua identidade e a importância da língua(gem).

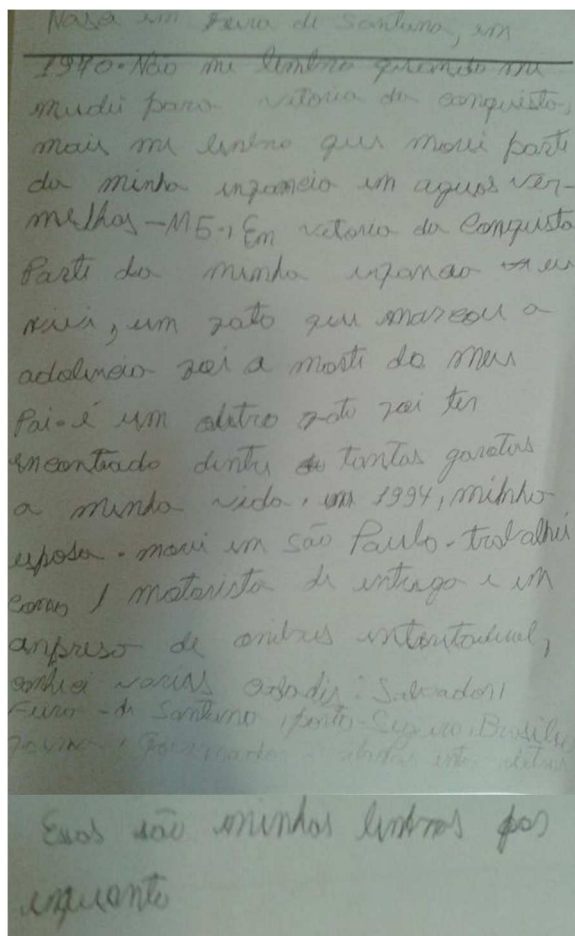
Figura 3 – Texto Esperança, sonho e decidir



Na semana seguinte, aproveitando as leituras realizadas nas sessões anteriores, solicitamos que GB escrevesse sobre a sua vida. Ele informou que não se lembrava de nada, conversamos com ele,

perguntando quando e onde ele nasceu, fatos que marcaram a vida dele e vejamos a produção realizada por ele na Figura 4.

Figura 4 – Biografia



Nasci em Feira de Santana, em 1970. Não me lembro quando me mudei para vitória da conquista, mais me lembro que morei parte da minha infancia em aguas vermelhas - MG. Em vitória da conquista parte da minha infancia eu vivi, um fato que marcou a adolescência foi a morte do meu pai. é um outro fato foi ter encontrado dentre tantas garotas a minha vida, em 1994, minha esposa. morei em São Paulo. trabalhei como motorista de entrega em empresa de ônibus interstadual, conheci varias cidades: Salvador, Feira di Santana, porto-Seguro, Brasília, Goiania, Governador-Valadas entre outros.

Essas são minhas lembranças por enquanto.

Na produção textual de GB, na Figura 4, verificamos que há relação entre suas partes, estabelecendo coerência e progressão temática. Percebe-se que GB estabeleceu uma sequência temporal na ordenação textual, tentando garantir uma progressão de eventos, nos quais aparecem o nascimento, a infância a adolescência e a vida adulta, rememorando fatos relevantes na sua história (entre eles, a morte do pai, o encontro com a esposa e o trabalho como motorista). Dessa forma, ao verificar o acompanhamento de GB, por meio da interação com a mediadora e a partir dos registros escritos, chegamos, mais uma vez, à concepção de linguagem como um trabalho pelo qual, histórica, social e culturalmente, o homem organiza e dá forma a suas experiências (re)significando-as. Nesse momento, é como se houvesse um gatilho para GB recordar (repetir) e elaborar a sua condição atual, “inválido para que tipo de atividade?”, essa foi a pergunta feita para ele.

GB, atualmente, está, relativamente, independente em suas atividades de vida diária, não

necessitando mais de ajuda para a higiene pessoal, escolhe a própria roupa, dirige o próprio carro e apesar de dizer sempre que a sua mente está paralisada, está mais centrado e mais “consciente” das coisas que fala. Chegando, assim, a uma maior autonomia enunciativa provocada, especialmente, pela interlocução.

Considerações Finais

Ressaltamos que o agrupamento de pessoas com dificuldades/especificidades semelhantes traz benefícios para todos os envolvidos, proporcionando oportunidades importantes para o processo de reorganização em meio à condição atual em que o sujeito se encontra, essa é a experiência que vivenciamos no ECOA. É evidente que a experiência de estar em contato com outras pessoas aumenta as possibilidades de interação social e de melhora da habilidade de monitoramento em um ambiente social. Auxiliando, nesse sentido, a reinserção do

sujeito à comunidade. Observamos influência positiva da intervenção no desempenho do sujeito, evidenciada na melhora da expressão linguística oral e escrita. O acompanhamento dos pesquisadores tem encorajado, motivado e, portanto, beneficiado GB, visto que é fato que o convívio no grupo ampliou o seu convívio social e o ajudou a aumentar a autoestima e a melhorar a habilidade de desenvolver objetivos realistas a curto e longo prazos.

Referências

- Benveniste, É. (1966/91) *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.
- Coudry, M.I.H. (1986) *Diário de Narciso – Discurso e Afasia*. Tese de Doutorado Campinas: IELIUNICAMP – Publicada em 1988, São Paulo: Martins Fontes.
- Coudry, M.I.H.; Freire, F.M.P.; Gomes, T.M. (2006) Sem falar, escrever e ainda sujeito da linguagem. In: *Estudos Linguísticos (São Paulo)*, 35, 1375-1384.
- Coudry, M.I.H.; Freire, F.M.P. (2010). Pressupostos teórico-clínicos da Neurolinguística Discursiva (ND). In: *Caminhos da Neurolinguística Discursiva: teorização e práticas com a linguagem*. Campinas: Mercado de Letras, 23-48.
- Franchi, C. (1977). Linguagem – Atividade Constitutiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos.*, 22 , 9-39.
- Freud, S. (1891). A interpretação das afasias. Tradução de Ramón Alcalde. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.
- Jakobson, R. (1954). Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia *Linguística e Comunicação*, (34-62), São Paulo: Cultrix, 1981.
- ___ (1956). El metalenguaje como problema lingüístico. *El marco del lenguaje*, 1981.
- Luria, A.R. (1977). *Neuropsychological Studies in Aphasia*.Amsterdan: Swets&Zeitlinger B.V.
- Vygotsky, L.S. (1934/84). *A formação social da mente*, São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em: 19/09/2014
Aprovado em: 11/03/2015

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

Vygotsky and Freire: the concepts of "consciousness" e "awareness acquisition"

Vygotsky y Freire: los conceptos de “conciencia” e “concientización”

Daniel Welton Arruda Cabral¹

Luciola Limaverde Ribeiro²

Débora Linhares da Silva³

Zulmira Áurea Cruz Bomfim⁴

Resumo

Este artigo traça um paralelo entre os conceitos de consciência, debatido por Vygotsky, e de conscientização, amplamente difundido por Paulo Freire. Esses conceitos foram trabalhados em diferentes épocas e contextos por autores que buscavam compreender o processo educativo. A possibilidade de aproximações entre essas categorias advém do fato dos dois autores adotarem um referencial materialista histórico-dialético e de terem projetos inovadores de mudança cultural e educacional, considerando o contexto social como essencial para a formação da consciência. Os dois autores buscaram, em suas obras, compreender a transformação dos sujeitos. A articulação entre esses saberes pode ser uma ferramenta poderosa e potencializadora para mudanças.

Palavras-chave: Consciência; Conscientização; Vygotsky; Paulo Freire; Educação.

Abstract

This article makes a parallel between the concepts of consciousness, discussed by Vygotsky, and awareness, widespread by Paulo Freire. These concepts were built in different times and contexts by these authors, who were trying to understand how the educational process happens. The possibility of links between these categories comes from the fact that both authors adopt a historical-dialectical materialist framework and both have innovative ideas about cultural and educational change, considering the social context as essential to the formation of conscience. In their works, the two authors had as target to understand the transformation of the individuals. The comparison between these concepts can be a powerful tool to open possibilities on the process of changes.

Keywords: Consciousness; Awareness; Vygotsky; Paulo Freire; Education.

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Responsável técnico pelo espaço Halasana: Psicologia, Yoga e Terapias Integradas.

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo também pela UFC.

³ Graduada em História e em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

⁴ Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela PUC-SP. Pós-doutora pela Universidade da Coruña, Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: zulaurea@uol.com.br.

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

Resumen

Este artículo traza un paralelismo entre los conceptos de conciencia, discutido por Vygotsky, y formación de la conciencia, ampliamente difundido por Paulo Freire. Estos conceptos fueron elaborados en diferentes épocas y contextos por autores que buscaban comprender el proceso educativo. La posibilidad de aproximaciones entre esas categorías viene del hecho que los dos autores adopten una referencia materialista histórico dialéctica y de tener proyectos innovadores de cambio cultural y educacional, considerando el contexto social como esencial para la formación de la conciencia. Los dos autores buscaron, en sus obras, entender la transformación de los sujetos. La articulación entre esos saberes puede ser una herramienta poderosa y potenciadora para cambios.

Palabras clave: Conciencia; Formación de la Conciencia; Vygotsky; Paulo Freire; Educación.

Introdução

Este artigo tem por objetivo a análise de conceitos de dois autores de grande relevância, tanto para o campo da educação quanto para o da psicologia: Paulo Freire e Lev Vygotsky. Os dois trabalharam, em suas épocas e no contexto de suas obras, respectivamente os conceitos de “conscientização” e “consciência”. Analisaremos o que esses conceitos distintos têm em comum e em divergência, tendo em vista a importância dessas ideias para compreender o processo educativo.

A categoria “conscientização”, embora não tenha sido criada especificamente por Paulo Freire, foi um ponto central que acompanhou todo o seu trabalho e foi por meio desse autor que a importância dessa temática se desenvolveu, ganhando uma visibilidade mundial. Já a obra de Vygotsky se tornou conhecida especialmente a partir de seus conceitos aplicáveis à educação, principalmente ao desenvolvimento infantil, como o de desenvolvimento proximal e o de mediação. Porém, alguns autores do Ocidente que se dedicam a um estudo de caráter teórico da obra vygotskiana, como David Bakhurst, Dorothy Robbins, Angel Riviere e James Wertsch, bem como pesquisadores brasileiros, destacam como praticamente indiscutível a centralidade do conceito de consciência na obra de Vygotsky (Castro & Alves, 2012).

Buscaremos, neste trabalho, traçar paralelos entre o pensamento de Vygotsky e o de Freire no que diz respeito especificamente a esses dois conceitos. Os dois autores produziram seus estudos em contextos bem diferentes: o primeiro teve seu auge na Rússia pós-revolução de 1917 e o segundo, no Brasil, teve seus primeiros textos conhecidos pouco antes da ditadura militar de 1964. Apesar dessas significativas diferenças históricas, acreditamos que possamos traçar algumas aproximações, especialmente porque ambos adotaram um referencial materialista histórico-dialético e tinham projetos ambiciosos de mudança cultural e educacional, exercendo uma enorme influência até os dias de hoje, tanto no campo da educação quanto no da psicologia.

Para realizar essa articulação, faremos antes uma breve contextualização histórica do surgimento e desenvolvimento do pensamento desses dois autores, articulando cada um com o conceito defendido e, só então, buscaremos algumas aproximações e articulações entre eles.

Vygotsky e a “Consciência”

Na segunda metade do século XIX, os seguidores de John Locke, na Inglaterra, enfatizavam, a partir de seus pressupostos empiricistas da mente, que a origem das ideias deveria ser explicada a partir das estimulações ambientais. No entanto, não tinham êxito em descrever como as sensações simples poderiam se combinar até se transformar em ideias mais complexas. Por sua vez, os discípulos de Kant os contradiziam, afirmando que ideias complexas não poderiam ser decompostas em elementos simples. Uns e outros tinham uma influência cartesiana e entendiam que o estudo científico do ser humano deveria estar restrito ao seu corpo físico, já que o estudo da mente estava a cargo da filosofia (Cole & Scribner, 1998). Por volta de 1860, diversas publicações passam a trazer estudos comparativos entre seres humanos e animais, corroborando a existência de uma continuidade entre eles. A mais famosa delas foi *A origem das espécies*, de Charles Darwin.

Três correntes psicológicas passaram a se contrapor nessa época. A primeira foi fundada por Wundt, em 1890, e buscava descrever o conteúdo da consciência humana relacionando-a com a estimulação externa, tendo como unidade básica as “sensações” e utilizando o método experimental. Vale ressaltar, porém, que o próprio Wundt declarava que os “processos psicológicos superiores” (ou seja, as funções complexas propriamente humanas) não poderiam, em princípio, ser compreendidos por sua metodologia, demonstrando assim seu não alinhamento com o pensamento positivista. Muitos dos que o sucederam no estudo experimental da psicologia não concordavam com esse pensamento e esperavam que o método experimental explicasse também os comportamentos humanos mais complexos a partir da mesma unidade básica, as sensações.

Enquanto essa primeira escola tinha a consciência como o centro dos seus estudos, surge uma nova teoria que entendia que o estudo da consciência não era suficientemente científico, tendo em vista a impossibilidade metodológica de se chegar diretamente até esse conteúdo – assim, eles acusavam a primeira escola de ser idealista. Eles se preocuparam especialmente com o estudo do comportamento, a partir de sua unidade mínima “estímulo-resposta” (Cole & Scribner, 1998). Nesse campo de pensamento, havia uma forte influência do pensamento que relacionava o comportamento do homem ao dos outros animais; dessa forma, seus seguidores se debruçaram muito em pesquisas em animais, o que em teoria serviria de indício para o melhor entendimento do comportamento humano.

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

Os estudos que abriram campo para essas pesquisas foram os experimentos de Pavlov, que conseguiram, a partir de uma prática ativa de condicionamento, transformar um estímulo não condicionado em condicionado. A partir de uma generalização dessa prática, estaria aberta a chave para o entendimento do comportamento humano. Para os estudiosos dessa corrente/época, era a combinação dos estímulos inatos e condicionados (somada à maturação natural do corpo), a partir de uma série de condicionamentos ocorridos no decorrer da vida do sujeito, que explicava todo o seu desenvolvimento e comportamento. Nas palavras de Vygotsky (2004), o sujeito era entendido como um “saco de estímulos”.

Ambas as correntes entendiam que a forma correta de se compreender os processos psicológicos era a partir dos seus constituintes elementares: para Wundt, as sensações; para os comportamentalistas, a unidade estímulo-resposta. Surge então a psicologia da gestalt, criticando as duas outras justamente nessa raiz. Para a gestalt, o maior erro da psicologia era o de tentar, por meio de processos psicológicos simples (ou inferiores), explicar os processos complexos (ou superiores).

Na Rússia pós-revolução, o Instituto de Psicologia de Moscou era chefiado por Chelpanov, adepto da psicologia introspectiva de Wundt e defensor de que o marxismo era incapaz de explicar as propriedades da consciência individual. Kornilov passa a lhe fazer oposição, defendendo que a psicologia soviética deveria se alinhar aos estudos da psicologia do comportamento, aprofundando-se na busca de uma psicologia de base marxista (Cole & Scribner, 1998). Para ele, os estudos dessa psicologia, para que fossem considerados verdadeiramente materialistas, deveriam estar restritos aos comportamentos observáveis. O estudo da consciência era considerado muito idealista para ser objeto de uma psicologia que buscava ser materialista-histórica e, dessa forma, passava a ser visto como de interesse burguês. Em 1923, Chelpanov é demitido e Kornilov passa à direção do Instituto.

Dentro desse contexto, em 1924, Vygotsky faz uma palestra intitulada “Consciência como um objeto da psicologia do comportamento”, na qual ele, contradizendo toda a influência intelectual e política de Kornilov, defende que a consciência não pode continuar sendo excluída dos estudos da psicologia do comportamento, e que, “ao fechar para si o problema da consciência, a psicologia está fechando para si o caminho da investigação de problemas mais ou menos complexos do comportamento humano” (Vygotsky, 2004, p. 56).

Para Luria (2010), esse foi o mais importante fórum da época para os cientistas que trabalhavam na área geral da psicologia. Segundo o autor, a explanação de Vygotsky sobre a relação entre os reflexos condicionados e o comportamento consciente do homem foi brilhante, além de ter sido apresentada sem nenhum texto para ler, nem sequer notas rabiscadas. Vygotsky defendeu que a consciência deveria permanecer como objeto de estudo da ciência psicológica, pois era possível ser estudada por meio objetivos.

Vygotsky tecia críticas às tentativas de imprimir uma leitura marxista para a psiquê que buscavam simplesmente transpor conceitos de uma área para outra. Para ele, era necessária uma incorporação dos pensamentos de base materialista-histórica para se criar uma nova psicologia, integrada aos postulados materialistas e que conseguisse superar as contradições dessa ciência na época.

Vygotsky (2004) compartilhava as críticas da psicologia da gestalt às abordagens comportamentais e introspectivas de promoverem um atomismo psicológico. Porém, para ele, a gestalt “fez do problema um postulado” (p. 175). Dessa forma, no entendimento do autor, seus adeptos só se preocuparam com a descrição dos fenômenos complexos, desconsiderando a explicação da formação deles.

Para ele, essas duas posturas evidenciavam a crise da psicologia, na qual havia uma ruptura na ciência psicológica, entre ciência natural e ciência mental, na qual a primeira apenas explicava os processos básicos, seja a partir das unidades “sensoriais” ou de estímulo-resposta, e a segunda apenas descrevia os processos psicológicos complexos.

Vygotskii mostrou que a divisão de trabalho entre os psicólogos da ciência natural e os psicólogos fenomenológicos havia produzido um acordo implícito, segundo o qual as funções psicológicas complexas, aquelas mesmas funções que distinguiam os seres humanos dos animais, não podiam ser estudadas cientificamente. Os naturalistas e os mentalistas haviam artificialmente desmembrado a psicologia. Era sua meta, e nossa tarefa, criar um novo sistema que sintetizasse estas maneiras conflitantes de estudo (Luria, 2010, p. 22).

Vygotsky criticou duramente a psicologia comportamental, que ganhava cada vez mais espaço em seu país, acusando-a de ser uma “psicologia sem consciência”, na qual os métodos acabavam privando qualquer investigação de reações não manifestas, como, por exemplo, a fala interna. Esse erro era gravíssimo especialmente porque Vygotsky

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

percebia que justamente essa fala interna, esse “pensar consigo mesmo”, está sempre orientando e dirigindo a ação humana.

O autor tecia uma crítica à forma indiscriminada com que parte das ciências da época tentava transpor as leis do domínio da psicologia animal para o ser humano. Para ele, a lei que explicava o comportamento a partir exclusivamente dos reflexos inatos e dos reflexos condicionados, utilizada pelos pesquisadores comportamentais de sua época, servia muito bem para dar conta de todo o comportamento animal, mas com os seres humanos tudo seria muito mais complexo.

Existem pelo menos três componentes relevantes na compreensão do comportamento humano que fogem à equação “reflexos inatos + reflexos condicionados = comportamento”: a experiência histórica, a experiência social e a experiência duplicada (Vygotsky, 2004). A experiência histórica é aquela passada de geração a geração por meio da cultura – ou seja, ela não é transmitida geneticamente. É com ela, por exemplo, que durante milhares de gerações os índios transmitiram os ensinamentos da fabricação de instrumentos de caça e pesca para as gerações mais novas.

O ser humano possui também a experiência social: é por meio dela que um sujeito não precisa necessariamente passar por uma experiência para aprender sobre ela, pois outro indivíduo pode lhe transmitir sua experiência pessoal e esse aprendizado pode ser útil para que o primeiro reorganize seu comportamento. Isso não acontece com os outros animais.

O ser humano tem também a capacidade de se adaptar ativamente ao seu meio. Nós transformamos a natureza para que ela se acomode a nossas necessidades e fazemos isso por meio de um planejamento anterior. Quando um sujeito constrói uma casa, ele primeiro a projeta interiormente e só depois executa. A esse tipo de experiência Vygotsky chamou de “experiência duplicada”.

Percebemos então que, por meio desses três tipos de experiência, Vygotsky demonstra por que não se pode simplesmente aplicar uma lei de comportamento animal para a esfera humana. O sistema humano é extremamente mais complexo, e a teoria dos reflexos condicionados, apesar de bastante útil na explicação de alguns comportamentos, não dá conta por si só de toda essa complexidade.

O reflexo é um conceito abstrato: metodologicamente tem grande valor mas não pode se converter no conceito principal da psicologia como ciência do comportamento do homem, porque esse

comportamento de homem não constitui de forma alguma um saco cheio de reflexos nem seu cérebro é um hotel para os reflexos condicionados que causalmente se alojam nele (Vygotsky, 2004, p. 63).

Para Vygotsky, existia uma diferença fundamental entre os seres humanos e os outros animais: essa diferença é o que marcava a aquisição humana das funções psicológicas superiores, enquanto os outros animais operavam apenas no nível das funções psicológicas inferiores. São justamente essas experiências exclusivamente humanas que formam e são formadoras das funções superiores e, em última instância, da própria consciência. Podemos ver a base desse pensamento em Marx (1984, p. 202):

A aranha executa operações que lembram as de um tecelão, e as caixas que as abelhas constroem no céu poderiam envergonhar o trabalho de muitos arquitetos. Mas mesmo o pior arquiteto difere da mais hábil abelha desde o princípio, pois antes de ele construir uma caixa de tábuas, já a construiu em sua cabeça. No término do processo de trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes que ele começasse a construir. O arquiteto não apenas muda a forma dada a ele pela natureza, dentro dos limites impostos pela natureza, mas também leva a cabo um objetivo seu que define os meios e o caráter da atividade ao qual ele deve subordinar sua vontade.

Vygotsky era um autor de base materialista-histórica. O pensamento de Marx trouxe no conceito de “instrumento” o elemento principal que permitiu o processo de hominização. Foram a capacidade de dominar o uso do instrumento e a possibilidade de transformar deliberadamente a natureza que nos tornaram humanos. O processo exclusivamente humano da experiência duplicada, que colocamos acima, evidencia isso.

Vygotsky traz o conceito de signo para a psicologia como análogo ao de instrumento para o marxismo. Da mesma forma que um instrumento pode ser utilizado para mediar uma atividade de transformação da natureza, um signo pode servir para solucionar um dado problema psicológico, como fazer lembrar alguma coisa. “O signo age como um instrumento de atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho. Mas essa analogia, como qualquer outra, não implica uma identidade desses conceitos similares” (Vygotsky, 1998, p. 70).

A principal analogia entre signo e instrumento está na função mediadora que ambos proporcionam. A diferença fundamental entre eles é que, enquanto o instrumento tem a função de orientador externo, ou

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

seja, de modificar o objeto, o signo possui a função de orientador interno, sendo voltado para o controle do funcionamento interno, o que é a base da formação da consciência.

Para Vygotsky, a palavra comporia os chamados “reflexos reversíveis”. “A palavra escutada é um excitante, a pronunciada, um reflexo que cria esse mesmo excitante. Aqui o reflexo é reversível porque o excitante pode se transformar em reação e vice-versa” (Vygotsky, 2004, p. 81). Dessa forma, esses são reflexos e excitantes, que podem, por sua vez, ser criados pelo homem. Assim, a palavra e o signo são definidos como excitantes sociais, ou seja, que provêm das pessoas, que criam a base do comportamento social, tendo em vista que servem de regulador do próprio sujeito.

[...] eles se destacam porque eu mesmo posso reproduzir esses excitantes, porque para mim se convertem prontamente em reversíveis e, por conseguinte, em comparação com os restantes, determinam meu comportamento de forma distinta. Eles fazem com que eu me pareça comigo mesmo, me identificam a mim mesmo. No sentido amplo da palavra, é na fala que reside a fonte do comportamento e da palavra (Vygotsky apud Martins, 2010, p. 348).

Dessa forma, se revela a origem da consciência e ao mesmo tempo do comportamento social. À medida que dominamos o mecanismo de conhecimento do outro, passamos a dominar o mecanismo de conhecimento de nós mesmos. “A linguagem é, por um lado, um sistema de ‘reflexos de contato social’, e por outro, um sistema de reflexos da consciência” (Vygotsky, 2004, p. 81).

Partiremos agora, da elaboração do conceito de consciência para Vygotsky, para o conceito de conscientização no pensamento de Paulo Freire. Posteriormente, voltaremos a debater o primeiro conceito, trazendo seus desdobramentos para o próprio Vygotsky, já podendo articulá-lo com o conceito freiriano.

Freire e a “Conscientização”

Paulo Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, em Recife. Sua família era de classe média, mas, com a crise de 1929, passaram por grandes dificuldades econômicas, chegando mesmo a viver momentos de miséria e fome. Freire, apesar de ter sido bacharel em direito, nunca chegou a exercer a profissão de advogado, tendo sempre se dedicado à sua paixão: a educação.

Trabalhou como diretor e posteriormente como

superintendente do setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (Sesi) de Pernambuco, entre os anos de 1947 e 1957, onde iniciou seu trabalho na luta pela alfabetização, já que essa instituição era voltada para a educação de adultos/trabalhadores (Gadotti, 1996, p. 33). A primeira experiência de educação popular massiva de adultos se deu durante os anos 1960 na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, e é um marco até os dias de hoje para a educação – não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Sob o governo popular de Jânio Quadros, iniciativas progressistas se espalhavam na educação no Brasil. O governo se empenhava para fazer reformas de base em uma tentativa de tornar a educação de qualidade acessível a mais brasileiros e a multiplicação de experiências iniciais como a de Angicos foi aprovada em um Plano Nacional de Alfabetização que previa a formação de educadores populares em mais de 20 mil núcleos no País, utilizando o chamado “Método Paulo Freire”, tendo por meta alfabetizar – e politizar – cinco milhões de adultos.

No Brasil e em boa parte da América Latina, movimentos tanto da educação como da psicologia comungavam do ideal de aproximação com as camadas populares a partir de um viés não mais assistencialista, mas sim emancipador, percebendo os sujeitos como ativos formadores de história política. Porém, em nosso país, um duro golpe adia boa parte desses projetos: parte da elite do Brasil, preocupada com as medidas de cunho popular que estavam sendo progressivamente realizadas e financiadas, articula juntamente com setores das forças armadas um golpe militar que retira do poder o presidente João Goulart (que tinha assumido a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, motivada por “forças ocultas”), instalando um período de perseguição a intelectuais, artistas, políticos e cidadãos que de alguma forma discordassem do recém-instalado governo. A imprensa passa a ser censurada e não há espaço para o diálogo. Não há espaço também para nenhum tipo de iniciativa popular de empoderamento das comunidades mais pobres de nosso país.

O projeto de alfabetização popular de Freire, por ser também formador de uma consciência política cidadã e pela sua ligação com o projeto político vinculado ao nacionalismo desenvolvimentista de João Goulart, é acusado de subversão, sendo Freire preso por 72 dias e depois exilado. Ele passou todo o período da ditadura no exterior, boa parte dele no Chile, e só voltou na época de anistia e de abertura política do País, em 1980.

O conceito de conscientização não foi cunhado

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

por Freire, mas sim por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, por volta de 1964 (Freire, 1979). Entretanto, esse conceito se tornou internacionalmente conhecido a partir da obra de Freire.

O método de alfabetização de Freire não visava apenas à alfabetização do sujeito, mas também à construção de uma consciência crítica, política, comunitária; buscava que o sujeito, a partir do diálogo, atingisse uma maior autonomia pessoal e comunitária. Essa construção fazia parte de um processo chamado de “conscientização”.

O método de Freire era composto por cinco fases diferentes. Não exploraremos aqui a totalidade delas por não ser esse o objetivo deste artigo, porém é necessário destacar que o método se iniciava do universo vocabular do sujeito: a partir do educando é que seria formado o universo vocabular a ser explorado, no qual era relevante a riqueza silábica e fonética, mas especialmente o conteúdo prático da palavra – ou seja, a primeira fase era a descoberta do universo vocabular do sujeito. Por exemplo: em um grupo de camponeses, palavras como “enxada”, “arado” e “terra” iriam provavelmente surgir e seriam trabalhadas foneticamente, no lugar de frases importadas de outras realidades. A partir daí seriam dialogadas não só as questões fonéticas, mas também as questões da realidade social circundante. A partir dessas palavras, iriam se abrir discussões mais amplas sobre seu contexto social. O método busca não explorar os fonemas de palavras aleatórias como os métodos tradicionais, mas sim “procurar o maior compromisso possível da palavra numa realidade de fato, social, cultural, política [...]” (Freire, 1979, p. 24).

O diálogo era gerado de forma circular a partir de “temas geradores”, advindos do universo vocabular dos sujeitos. Um pedreiro, por exemplo, poderia querer aprender a escrever “tijolo”, e com isso a palavra era trabalhada silábica e foneticamente. Além disso, entretanto, a palavra era também problematizada a partir de questionamentos circulares, como: “Você trabalha construindo casas? Mas você tem sua própria casa? Por que você não tem sua casa, mas vive fazendo casa para os outros?” Dessa forma, mais do que ensinar o sujeito a aprender a ler e a escrever, o viés do trabalho era ajudar no processo de conscientização ou tomada de consciência crítica da realidade.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. [...] O

trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (Freire, 1979, p. 15).

Freire apresentava a existência de três tipos diferentes de sociedade: as sociedades fechadas, as sociedades em transição e as sociedades abertas. A cada tipo de sociedade correspondia um tipo de consciência prevalente: a consciência semi-intransitiva, transitiva ingênua e transitiva crítica (Freire, 1979). Nas sociedades fechadas, existe uma estrutura social rígida, uma profunda dependência de outros países, o que acaba gerando subserviência e um verdadeiro *apartheid* entre ricos e pobres. Acontece o predomínio da consciência semi-intransitiva: nela, os sujeitos estão completamente imersos apenas naquilo que gravita em sua órbita. Existe uma tendência ao conformismo e à passividade, e a explicação para os fenômenos é naturalizada ou atribuída a instâncias superiores. Temos o que Freire chamava de “cultura do silêncio”, não existindo uma atividade na luta pela efetivação e ampliação dos direitos (Freire, 1979). Acreditamos que tanto o Brasil como a maior parte dos países latino-americanos ainda se constituam como sociedades fechadas, com um grande número de sujeitos no estágio da consciência semi-intransitiva. Talvez tenhamos nos aproximado da consciência popular transitiva ingênua na década de 1960, com a emergência dos movimentos populares, processo que foi duramente impactado pela ditadura.

Não cabe aqui uma análise aprofundada de nossa sociedade em relação a esses conceitos, mas talvez, agora, passadas várias décadas do desenvolvimento desses conceitos por Freire, possamos supor que o Brasil tem se encaminhado para uma sociedade em transição, com um número maior de sujeitos de consciência transitiva-ingênua. A grande onda de manifestações que estamos acompanhando hoje no Brasil pode ser reflexo desse processo. Porém, não é fácil precisar se estamos em uma sociedade fechada ou em transição, até porque entendemos que Freire coloca essas diferenciações em um campo didático, mas na prática esses processos são dialéticos e não lineares.

Nas sociedades em transição, na qual prevalece a consciência transitiva ingênua, os sujeitos começam a sair da condição de imersão absoluta. “Quando as fendas começam a aparecer na estrutura e quando as sociedades entram no período de transição, imediatamente as massas, que até este momento estavam submersas e silenciosas, começam a sair de seu estado” (Freire, 1979, p. 68). Embora, segundo Freire,

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

nem sempre na consciência transitiva ingênua os sujeitos consigam romper automaticamente com a “cultura do silêncio”, podemos refletir que as atuais ondas de manifestação no Brasil podem indicar que muitos sujeitos estão saindo de um estado de latência absoluta e começando a se movimentar, a se dar conta, embora de forma incipiente, de sua condição.

Nas sociedades em transição, as contradições vão se tornando cada vez mais evidentes, provocando muito conflitos. Nela, mesmo estudantes e intelectuais pertencentes à elite percebem a sua condição e passam a querer não mais fazer parte desses esquemas, buscando uma alteração das regras do jogo. As artes deixam de ser acessíveis apenas à burguesia e passam a ser um instrumento do povo. A política deixa de ser restrita aos líderes populares e passa a fazer parte da vida das pessoas comuns.

Da mesma forma que há um momento de surpresa nas massas quando começam a ver o que antes não viam, há uma surpresa correspondente nas elites quando começam a sentir-se desmascaradas pelas massas. Esse duplo “desvelar-se” provoca inquietudes tanto nuns como noutros. As massas chegam a sentir-se desejosas de liberdade, desejosas de superar o silêncio no qual sempre haviam permanecido. As elites sentem-se desejosas de manter o “status quo” não permitindo senão transformações superficiais para impedir a mudança real em seu poder de dominar (Freire, 1979, p. 69).

Nessas sociedades, existe a tendência a uma interpretação dos problemas de forma bastante simplista, pela tendência de julgar que o tempo passado foi melhor, com um grande teor emocional e uma forte polarização de opiniões: os sujeitos não se deixam guiar pelo diálogo, e sim pela polêmica. Esse estágio é muito propício a golpes militares como o que aconteceu em 1964 no Brasil.

Já nas sociedades abertas, a predominância é a da consciência transitiva crítica, que consegue analisar os fatos com maior profundidade e sem tanta passionalidade. É o diálogo, e não a polêmica que as conduz. Nelas, existe uma maior aproximação e diálogo entre as classes mais pobres e as mais favorecidas, os sujeitos se sentem autônomos e comprometidos com sua realidade e os processos de conscientização podem ser percebidos com facilidade.

Articulações entre o pensamento de Freire e Vygotsky

Sobre a consciência no pensamento desses dois autores, podemos dizer que, para Vygotsky, ela estava relacionada, em um primeiro plano, à aquisição das funções psicológicas superiores,

enquanto para Freire ela estava além disso: dizia respeito a um tipo específico de consciência, ou seja, a consciência política, de sujeito construtor e modificador da realidade concreta. Porém, Vygotsky não se referia à consciência apenas como sinônimo de psiquismo humano. O autor utilizou duas palavras distintas em russo para se referir à “consciência”: a primeira é *Soznanie*, que possui a consciência em si, e a segunda é *Osoznanie*, que significa o despertar da consciência crítica, uma tomada de consciência (Castro & Alves, 2012). Esse último significante traz uma maior relação com o conceito freiriano de conscientização e está presente em várias obras de Vygotsky.

Algo que salta aos olhos como uma consonância no pensamento dos dois autores é a importância do contexto social para a formação da consciência. No pensamento de Vygotsky, o que permite a formação de nossa consciência é a palavra, o signo, que é apreendido no contato com o social, ou seja, é só a partir do outro que o sujeito pode ter consciência de si mesmo. A palavra é o orientador interno que permite a formação da consciência.

Para Freire, como vimos, o outro é fundamental no processo de conscientização, pois a base desse processo é o diálogo. Assim, tanto na formação da consciência que nos torna humanos como na formação da consciência crítica necessitamos da mediação de outros sujeitos. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em co-comunhão” (Freire, 1970, p. 27).

Podemos dizer que os dois pensadores buscaram entender e promover o desenvolvimento humano. Vygotsky focou o estudo da formação dos processos psicológicos superiores, como a criança aprende a partir do universo simbólico que a cerca. Ele estava especialmente preocupado com as fases iniciais do desenvolvimento. Já Freire, um educador de adultos, estava mais interessado em momentos subsequentes desse desenvolvimento, quando o sujeito já está ambientado com os códigos culturais que o formaram. Os dois focaram momentos diferentes, porém complementares, do desenvolvimento; talvez por isso um e outro sejam tão relevantes no estudo e na pesquisa de educação.

Ambos foram fortes críticos do sistema educacional em sua época. Os dois faziam oposição a uma educação baseada na simples transmissão de conhecimento. Para Vygotsky, a velha escola tsarista não tinha condições de enfrentar as tarefas da nova escola, pois vivia isolada e distante das penúrias do povo russo, que necessitava muito de educação, sendo 90% deles analfabetos (Prestes, 2013).

Freire criticava a forma de educação que ele chamava de “bancária”, na qual o sujeito é

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

considerado como agente passivo no qual o conhecimento deve ser “depositado”. Percebemos que, para os dois autores, a melhor forma de potencializar a consciência dos sujeitos era por meio de uma educação contextualizada, que levasse em consideração as necessidades específicas daqueles sujeitos (Freire, 1970).

A análise do contexto sócio-histórico era profundamente relevante para os dois autores. Talvez a base marxista tenha dado a ambos uma noção de relevância para uma análise aprofundada desses aspectos. No processo de análise e principalmente no estímulo ao desenvolvimento humano, havia, tanto na análise genética de Vygotsky quanto no método freiriano, uma disposição à análise contextual.

Vygotsky fazia muitas críticas aos cientistas de sua época que tentavam isolar o fenômeno estudado laboratorialmente. Para ele, quando o fenômeno era isolado, perdia completamente as suas características e passava a ser artificial. Eram justamente os caracteres ambientais e o contexto que faziam com que o fenômeno fosse autêntico. Vygotsky focava a análise dos processos, e não dos objetos. Ele criticava a ciência da época, que eliminava o caráter dinâmico dos processos, como se fossem estáticos.

Uma das múltiplas características do trabalho de Vigotskii foi sua insistência no fato de que a pesquisa psicológica nunca deveria limitar-se a uma especulação sofisticada e a modelos de laboratório divorciados do mundo real. Os problemas centrais da existência humana, tais como são sentidos na escola, no trabalho ou na clínica, serviam como contextos nos quais Vigotskii lutava para formular um novo tipo de psicologia (Lúria, 2010, p. 33).

Freire, por sua vez, estava sempre situando os sujeitos em sua realidade histórica e social concreta. Ele fazia muitas críticas à importação de metodologias educativas que não traziam consonância com a realidade do local para onde eram importadas. As cartilhas de educação traziam frases como “Eva viu a uva”, mas nunca como “Sebastião pegou na enxada”. O contexto social e as implicações políticas dos educandos nunca eram explorados. “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (Freire, 1991, p. 56).

No estudo da psicologia histórico-cultural, especialmente nos trabalhos de Leontiev, a consciência e a atividade aparecem como instâncias fundamentalmente conectadas. Vimos acima que, no

pensamento de Marx, é a partir do uso do instrumento e da modificação deliberada da natureza que o homem se diferencia dos demais animais. Enfatizamos aqui a palavra “deliberadamente” porque a utilização do objeto está estreitamente relacionada à consciência do fim da ação. “É o instrumento que é de certa maneira portador da primeira verdadeira abstração consciente e racional, da primeira generalização consciente racional” (Leontiev, 1978, p. 82). Assim, a atividade cumpre a função de mediadora, proporcionando o desenvolvimento da consciência. (Ximenes & Vieira, 2008).

Vygotsky, inspirado no materialismo histórico-dialético, também aponta para a relação da ação com a formação da consciência, especialmente quando relata a “experiência duplicada”. O sujeito, a partir da consciência, projeta aquilo que irá construir na natureza, diferente dos demais animais, que o fazem por instinto. Vygotsky (2004) traz de Marx a ideia de que há algo que o pior mestre de obras leva vantagem, logo de início, sobre a melhor abelha: o fato de que, antes de executar a construção, projeta-a em seu cérebro. A atividade consciente, que surge em decorrência do trabalho, traz no seu interior também o componente social: ela é coordenada não de forma individual, e sim de forma coletiva. No trabalho, a atividade de um sujeito tem de estar completamente articulada com a dos demais.

Para Freire, na conscientização era necessário que a consciência estivesse vinculada com a atividade. Ele enfatiza o fragmento final “ação” na palavra. Para o autor, as atitudes deveriam estar vinculadas ao discurso, o que demonstra um comprometimento ético do sujeito e aponta para um maior nível de conscientização. Por utilizar um referencial marxista, Freire estava implicado com a necessidade de uma mudança social, e essa transformação em sua concepção só poderia ocorrer quando houvesse uma consonância entre a consciência e a ação, tanto dos sujeitos como das comunidades.

Consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. [...]. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Freire, 1980, p. 26).

Vygotsky (1998) descreve dois níveis de desenvolvimento: o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial. O primeiro é aquele que já foi consolidado pelo sujeito. O segundo é

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

determinado pelas habilidades que o indivíduo já construiu, mas que estão em processo. Entre o primeiro e o segundo, existe algo que Vygotsky chamou de zona de desenvolvimento proximal: nela o sujeito consegue resolver determinado problema, mas necessita de ajuda externa. Pedagogicamente, isso significa que os educadores devem estar atentos às habilidades de cada educando, considerando-as no processo da educação.

Vimos que, no método de educação freiriano, era fundamental se partir do universo vocabular dos educandos, pois, no processo de conscientização, era a partir das ideias deles que o diálogo se iniciava. Para os dois autores, era fundamental entender o conhecimento do educando para que, a partir dele, a consciência pudesse atingir níveis cada vez mais altos. A educação conteudista, que apenas utiliza o estudante como depósito de conhecimento, sem compreender seu nível de desenvolvimento, que trata a educação como uma via de sentido único e que não analisa o conhecimento prático do educando, era alvo de ambos, embora Freire tenha sido mais enfático nesse sentido. Freire tinha um profundo respeito pelo conhecimento de todos os sujeitos: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (Freire, 1989, p. 16).

Podemos refletir que os sujeitos se encontram em diferentes zonas de desenvolvimento de diferentes aspectos da conscientização política. É muito relevante a compreensão do universo de conhecimento desses sujeitos, pois devem ser estimulados justamente em sua zona de desenvolvimento proximal, para serem capazes de transformar seu desenvolvimento potencial em real – e isso, no método freiriano, se faz por meio do diálogo.

A partir dos processos de conscientização mediados pelo diálogo, os sujeitos vão desenvolvendo sua autonomia. A autonomia é um conceito central no pensamento de Freire. No livro *Pedagogia da autonomia* (1996), o autor enfatiza a necessidade de levar em conta o conhecimento do aluno em qualquer processo educativo. É papel do educador incentivar a curiosidade e a capacidade questionadora dos educandos e, para isso, deve estimulá-los a partir de sua realidade prática, da sua vida cotidiana, partir de coisas sobre as quais os sujeitos já têm conhecimento para buscar novos saberes. É importante que a teoria e a prática caminhem lado a lado – e quanto mais concreto esse conhecimento se apresentar para o sujeito, pautado em sua realidade, mais essas duas dimensões estarão próximas.

Petronia e Souza (2009) traçam paralelos entre o conceito de autonomia em Freire e de autorregulação em Vygotsky. Eles relatam que, para Vygotsky, “a autorregulação é a função psicológica mais importante, já que ela permite que o sujeito tenha controle sobre outras funções psicológicas ao dominar sua conduta” (Petronia & Souza, 2009, p. 356). A autorregulação é o resultado das mediações realizadas pelas interações sociais demarcadas pela cultura e internalizadas pelo sujeito, permitindo que ele controle a própria conduta. Para Freire, a autonomia é a capacidade de agir por si, de escolher e sustentar suas próprias decisões de forma ativa, de expor suas opiniões e argumentar. Percebemos que os conceitos trazem muitas aproximações. Podemos supor que a conquista da autonomia faça parte do processo de autorregulação – um tipo específico de autorregulação, profunda e complexa, construída historicamente a partir do diálogo, a partir de um enraizamento na própria história do sujeito.

Considerações Finais

Baseado no que foi exposto, podemos refletir que a própria conscientização é um tipo específico de “tomada de consciência”, conceito utilizado por Vygotsky. Podemos dividir, apenas para fins didáticos, três momentos diferentes. No primeiro momento, o contato social permite a formação da própria consciência a partir da palavra, ou seja, do aparato psíquico do sujeito, o que torna possível, em um estágio posterior, situações de “tomada de consciência” pelos sujeitos.

Na tomada de consciência, o sujeito tem uma ampliação do seu conhecimento: segundo Vygotsky, quando o indivíduo percebe seu erro, ele aumenta a possibilidade de ter mais acertos em uma nova tentativa. No contexto da consciência política, essa tomada de consciência pode incluir situações nas quais os sujeitos entram em contato com visões críticas da realidade, abandonando explicações mágicas ou fatalistas. A partir do diálogo, do contato com a própria realidade histórica, da aquisição de conteúdos mais abstratos, o sujeito pode se encaminhar para um terceiro momento, que é a própria conscientização, na qual o sujeito vai se tornando cada vez mais autônomo.

Como pudemos perceber, apesar de os conceitos de consciência e conscientização nesses dois autores não tratarem especificamente do mesmo processo, guardam entre si muitas aproximações. O enfoque nas relações sociais, no contexto histórico, na palavra como formadora do sujeito, a busca pela transformação do sujeito e da sociedade e a

Cabral, Daniel Welton Arruda; Ribeiro, Luciola Limaverde; Silva, Débora Linhares; Bomfim, Zulmira Áurea Cruz. Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”

abordagem materialista histórico-dialética, presentes nos dois, ajudam a entender essas aproximações.

Acreditamos que entender as concordâncias entre esses dois autores pode ser rico não só a partir dos dois conceitos apresentados, mas também de outros, pois percebemos, no decorrer deste trabalho, muitas nuances nas obras de ambos que se relacionam, na busca pela transformação dos sujeitos, de forma especial no campo da educação e da mudança na sociedade. A articulação entre esses saberes pode ser uma ferramenta poderosa e potencializadora nesse caminho. Entendemos, assim como os dois autores, que a teoria e a prática caminham lado a lado. Dessa forma, investir no entendimento conceitual é fundamental para continuarmos avançando no caminho da transformação da educação e emancipação da sociedade.

Referências

- Castro, R.; Alves, C. V. (2012). Consciência em Vygotsky: aproximações teóricas. *IX AnpedSul*, Caxias do Sul, UCS.
- Cole, M.; Scribner, S. Introdução. In: Vygotsky, Lev. (1998). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (1970). *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Freire, P. (1980). *Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1991). *Educação na Cidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadotti (1996). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. Brasília: Unesco.
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário.
- Luria, A. R. Vygotskii. In: Vygotskii, L. S.; Luria, A. R.; Leontiev, A. N. (2010). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone.
- Martins, J. B. (2010). A importância do livro *Psicologia Pedagógica para a teoria histórico-cultural de Vygotski*. *Análise Psicológica*, 28(2), 343-357.
- Marx, K. (1984). *O capital*. São Paulo: Difel.
- Petronia, A. P.; Souza, V. L. T. (2009). Vygotski e Paulo Freire: contribuições para a autonomia do professor. *Revista Diálogo Educacional*, 9 (27), 351-361.
- Prestes, Z. (2013). *Lev Vygotski e os desafios da educação socialista*. Niterói: UFF.
- Vygotsky, L. (1998). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ximenes, V. M.; Vieira, E. M. (2008). Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia. *Psicologia e Argumento*, Curitiba, 26(52), 23-33.

Recebido em: 20/10/2014
Aprovado em: 26/03/2015

Publicações Recentes

Neste ano de 2015, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) está publicando, pela ABRAPSO Editora e Edições do Bosque, oito e-books da ***Coleção Políticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*** que reúne trabalhos oriundos do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, realizado em outubro de 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina para comemorar os trinta anos de existência da associação. A coordenação dessas publicações foi feita por Ana Lídia Campos Brizola e Andrea Vieira Zanella, cada uma contando com seus próprios organizadores. As publicações estão disponíveis no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina e a Revista PPP tem a satisfação de divulgá-las, não só pela sua importância no cenário da Psicologia Social como também pelo fato de alguns de nossos membros fazerem parte delas como organizadores ou autores, como é o caso dos professores Marcelo Dalla Vecchia, um dos organizadores do volume 2; o Professor Marcos Vieira Silva e a Professora Cassia Beatriz Batista, que participaram como autores no volume 3. A seguir apresentamos cinco dos oito e-books, os volumes 1, 2, 3, 5 e 6:

Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas é o volume 1 da Coleção, organizado por Maria Chalfin Coutinho, Odair Furtado e Tânia Regina Raitz. Os treze capítulos que compõem o livro tratam de temas representativos de uma Psicologia Social do Trabalho, tomando referenciais críticos da psicologia e disciplinas afins para pensar a multiplicidade dos modos de trabalhar que caracterizam a nossa realidade. Na maior parte da coletânea, estão os resultados de pesquisas realizadas

com diferentes tipos de trabalhadores: coletivos de assentamentos rurais, trabalhadores de empreendimentos solidários, docentes de escolas públicas, metalúrgicos, servidores federais, artistas de circo, entre outros. Em alguns capítulos, os autores problematizam as possibilidades e limites para a psicologia do trabalho, discutem as políticas públicas de atenção aos servidores públicos e focadas na juventude rural, enquanto em outros, abordam as consequências perversas do modo de trabalhar típicos do capitalismo contemporâneo. Disponível para download no link: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129787>

Psicologia Social e Saúde: da dimensão cultural à político-institucional é o volume 2 da Coleção e tem como organizadores Carla Guanaes-Lorenzi, Cibele Motta, Lucienne Borges, Magda Zurba e Marcelo Dalla Vecchia. Vinte capítulos compõem esta coletânea, propondo o diálogo entre a Psicologia Social e a Saúde. As produções retratam as diferentes dimensões (a cultural, a político-institucional e a clínica) que atravessam a relação da Psicologia Social com a Saúde e representam o crescimento que a interseção dessas áreas vivenciou com o processo de institucionalização das práticas profissionais promovido pelo SUS e seus dispositivos institucionais. Na dimensão cultural, as temáticas tomam como foco o acolhimento da figura do e/imigrante; na dimensão político-institucional, os trabalhos discutem o avanço das políticas que visam à melhor atenção na Saúde; na dimensão clínica, a ênfase vai para os modelos de cuidado e intervenção na saúde mental. Disponível para download no link:

Publicações Recentes

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132274>

Práticas e saberes psi: os novos desafios à formação do psicólogo é outro dos e-books publicados em 2015 pela ABRAPSO Editora e Edições do Bosque. É o terceiro volume da Coleção Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos, **com organização de Ana Bock, Lúcia Osório Barroso, Rafael Dihel e Samir Mortada.** As seções que compõem o livro deixam entrever a orientação seguida por seus autores: a sessão intitulada *Origens* resgata aspectos históricos e referências teóricas para a Psicologia Social; em *Militância e Método*, a dimensão subjetiva e as questões metodológicas atravessam várias temáticas; em *Formação*, é problematizada a formação do psicólogo no Brasil e o enfrentamento de seus desafios em seus diversos contextos. Disponível para download no link: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133195>

Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia é o volume 5 da Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos, organizado por Aline Accorsi, Andrea Bousfield, Hebe Gonçalves, Kátia Aguiar e Raquel Guzzo. O e-book é composto de três seções, abordando a *Realidade brasileira revelada para a Psicologia, a Psicologia na assistência Social e Comunidade e Psicologia*. Foram selecionadas pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho as cinco melhores produções de pesquisadores e estudantes, dando relevo a assuntos ainda pouco presentes na formação e exercício profissional do psicólogo: as comunidades, as políticas públicas e sociais, e os direitos humanos diante de uma conjuntura de desigualdade, violência e exploração no

cotidiano de mulheres, crianças e homens pertencentes à classe trabalhadora. Disponível para download no link: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134067>

Psicologia Social em experimentações: arte, estética e imagem é o volume 6 da Coleção, organizado por Alice Casanova dos Reis, Aline Reis Hernandez, Dolores Galindo, Jaqueline Tittoni, Lavínia Magliolino, Luiz Artur Costa, Rodrigo Lages. O e-book nos apresenta a Psicologia Social reinventada em cenários menos usuais, ligando-a a outros saberes no compartilhamento de fronteiras. Temas e formas de expressão como a mídia, a cidade, a escrita, a imagem e o corpo, o teatro, a música, a dança e a fotografia se fazem presentes e se enredam nos estudos que compõem o livro, convidando-nos a experimentar outras sensibilidades nas práticas de pesquisa. A coletânea conta com 27 capítulos que marcam as várias formas de derivar e combater os “fascismos cotidianos, pautados na uniformização do pensamento e dos corpos, da uniformização da homogeneização das ideias e práticas e das subjetividades colonizadas”. Disponível para download no link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134312>

Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas é outra publicação sob a forma de e-book (com impressão sob demanda), lançada pela Editora da Rede Unida em 2014, fazendo parte da *Coleção Micropolítica do Trabalho e o cuidado em Saúde*. Teve como organizadores Martinho Silva (UERJ) e Tatiana Ramminger (UFRGS) e está dividido em três partes: I. Um problema político, histórico e social com quatro

Publicações Recentes

capítulos; II. Cuidado, clínicas e redução de danos; III. Relatos, narrativas e experiências, cada uma com cinco artigos. Entre os autores que participaram da obra estão, além dos organizadores, Claudia Ciribelli Rodrigues Silva, Ygor Alves, Cláudia Henschel de Lima, Flávia Fernando Lima Silva, Dênis Roberto da Silva Petuco, Rafael Dias, Iacã Macerata, Aisllan Diego de Assis, Ana Cecília Villela Guilhon, Pedro Henrique Antunes da Costa, Marcelo Dalla Vecchia, Maria Wilma S. de Faria. Disponível para download no link: <http://www.redeunida.org.br/editora/bibliotecadigital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/mais-substancias-para-o-trabalho-em-saude-com-usuarios-de-drogas-pdf>

Quem tem medo de falar sobre drogas? Saber mais para se proteger foi editado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2015 em formato e-book e impresso e teve como organizadora Gilberta Acselrad. A coletânea é resultado de anos em que foram realizados trabalhos de educação sobre drogas com adolescentes, está composta por dez capítulos, cada um elaborado com base nas perguntas que os adolescentes dirigiam a ela para disparar as rodas de conversa. Além da própria organizadora, conta com a participação de outros autores, dentre eles, Rita Cavalcante, Sergio Alarcon, Maria Lucia Karam e Flavia Pfeil. Está disponível para compra em: <http://editora.fgv.br/quem-tem-medo-de-falar-sobre-drogas-saber-mais-para-se-protoger-1>

A teoria crítica de Jürgen Habermas: cinco ensaios sobre linguagem, identidade e Psicologia Social, publicado pela Editora

Sulina, é o novo livro de Aluísio Ferreira de Lima, professor da Universidade Federal do Ceará. O livro é uma coletânea de cinco ensaios produzidos ao longo de 10 anos de estudo sobre a Teoria Crítica de Jürgen Habermas, um dos mais produtivos intelectuais da contemporaneidade. O primeiro ensaio discute como Habermas assume o compromisso ético-político com a transformação social e a emancipação humana, ampliando o significado da racionalidade, indo além da redução à razão instrumental. O segundo texto apresenta a influência da *linguisticturn* (guinada linguística) na teoria habermasiana da ação comunicativa. A seguir, Lima apresenta o debate, iniciado em 1960 até os anos 1980, entre Jürgen Habermas e Hans-Georg Gadamer, de modo a esclarecer as disputas entre a hermenêutica e a dialética. No quarto ensaio, é discutida a leitura do filósofo alemão sobre as questões que envolvem a identidade humana e suas contribuições para a Psicologia Social. Por fim, no texto escrito em parceria com José Umbelino Gonçalves Neto, são apresentadas as contribuições para a fundamentação linguística e pós-metafísica do conceito identidade pessoal.

Álcool e Direção: Uma análise Psicopolítica foi escrito pela psicóloga e cientista política Vanilda Aparecida dos Santos, editado em 2015 pela Editora Juruá. O livro decorre dos questionamentos da autora relativos à temática álcool e direção, cujo foco é a forma de agir das pessoas, dentro de grupos, com seus pares e a relação com o ato de dirigir. O objetivo foi compreender quais os fatores sociais e políticos que influenciam a atitude dos condutores em relação à Lei Seca. A pesquisa mostrou que o descrédito em relação às leis e às ações do governo parecem ser uma justificativa para o

Publicações Recentes

descumprimento da lei. A ideia culturalmente disseminada de que o jeitinho brasileiro resolve os problemas acaba influenciando a atitude de beber e dirigir. A lei seca é vista como uma punição que não resolve o problema dos acidentes porque existem maneiras de burlar a fiscalização. A impunidade também aparece no discurso dos entrevistados como um fator preponderante. O leitor encontrará, nestas páginas, dados empíricos e análises que permitirão reflexões sobre o cidadão, sua relação com o Estado e como essas questões refletem em seu comportamento no trânsito.

Já É Quadrinho do morro, história em quadrinhos com Desenhos e Arte Final de Lucas Samurai, Roteiro de 16 alunos do 5º ano da Escola Municipal Gabriela Leite Araújo, de Sabará, MG, Cores e Cenários de Lucas Samurai e Marcos Vinícius e Coordenação de Andréa Máris Campos Guerra, professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS), resultou de um trabalho de extensão universitária e contou com a Parceria

Institucional da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. A fim de dar voz a acontecimentos silenciados no campo social, a equipe executora convidou alunos adolescentes de uma escola pública a contarem fatos que eles gostariam de serem divulgados. Daí nasceu a história de três amigos – Vitinho, Paula e Vítor, um retrato da juventude brasileira negra, masculina e pobre. Os apresentadores de *Já É* lembram que os índices de mortalidade dessa população “superam os de países em guerra, assinalando um quadro que exige reversão e, por isso, intervenção”. Apostando que esses jovens podem ter um destino diferente, oferecem esse testemunho/denúncia que “preferíamos que não tivesse existido e que, na exigência de existir, pudesse ter ganhado outros destinos”.

Endereço eletrônico: pplapip@ufsj.edu.br
Endereço para correspondência: Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip/UFSJ).
Praça Dom Helvécio, 74, Salas 2.09 e 2.10, São João del-Rei, MG, CEP: 36.301-160.

PARECERISTAS AD HOC 2015

Adilene Gonçalves Quaresma – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Adriano Roberto Afonso Nascimento – Universidade Federal de Minas Gerais

Alexandra Nascimento - Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul

Alícia Ferreira Gonçalves – Universidade da Paraíba

Ana Cláudia Porfírio Couto -Universidade Federal de Minas Gerais

Ana de Santa Cecília Massa – Fundação Dom Cabral

Ana Maria Jacó-Vilela– Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ana Rita de Castro Trajano - Universidade Federal de Minas Gerais

Andrea Carmem Guimarães – Universidade Federal de São João del-Rei

Andrea Moreira Lima - Centro Universitário UNA

Annette Souza Silva Martins da Costa - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Antônio César Amaru Maximiliano - Universidade de São Paulo

Áurea Regina Guimarães Thomazi - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bárbara Carvalho Ferreira – Universidade Federal de São Paulo

Betânia Diniz Gonçalves - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Blás E. Caballero Nunez – Universidade Federal do Paraná

Carlos Felipe Nunes Moreira - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Carlos Henrique de Souza Gerken – Universidade Federal de São João del-Rei

Cláudia Mayorga – Universidade Federal de Minas Gerais

Cláudia Natividade – Universidade Fumec

Cornelis Johaness von Stralen– Universidade Federal de Minas Gerais

Cristina Araripe - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Daniele de Andrade Ferrazza –Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Dulce Helena Penna Soares – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ediméia Maria Ribeiro Mello – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Elizabeth Piemonte Constantino - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Eloisa Helena Santos - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Emerson Rasera – Universidade Federal de Uberlândia

Esther Arantes – Puc-Rio e Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Pareceristas Ad Hoc

Eurípedes Costa do Nascimento - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Fabiane Meijon Fadul - Universidade Federal de Minas Gerais
Fernanda Duarte – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Fernanda Carla Wasner - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Fernanda Flaviana Martins - Universidade Federal de Juiz de Fora
Florence Heber - Universidade Federal da Bahia
Francisco José Viana - Universidade Fumec
Frederico Viana Machado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Hulda Helena Coraciara Stadtler–Universidade Federal Rural de Pernambuco
Isabela Saraiva de Queiroz – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Jacqueline de Oliveira Moreira – Puc- Minas
Jader Ferreira Leite - Universidade Estadual da Paraíba
Jimilly Caputo Corrêa–Universidade Federal de Juiz de Fora
João Leite Ferreira Neto – Puc-Minas
José Newton Garcia de Araújo – Puc-Minas
José Q. Pinheiro – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Josiane Delvan – Universidade do Vale do Itajá
Keila Deslandes - Universidade Federal de Ouro Preto
Lecy Rodrigues Moreira - Centro Universitário Una e Fundação Mineira de Educação e Cultura
Leôncio Camino – Universidade Federal da Paraíba
Lívia de Oliveira Borges–Universidade Federal de Minas Gerais
Lúcia Maria Ozório Barroso - Universidade Gama Filho
Luciana Pacheco Marques - Universidade Federal de Juiz de Fora
Marcelo Gomes Pereira Júnior – Universidade Fumec e Prefeitura Municipal de Nova Lima
Márcia dos Santos Pereira – Universidade Federal de Minas Gerais
Márcia Mansur Saadallah - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Marcos Vieira Silva - Universidade Federal de São João Del-Rei
Mariá Aparecida Pelissari- Faculdade de Educação E Cultura do Abc
Maria Bernadete Fernandes de Oliveira– Universidade Federal da Paraíba
Maria de Fatima A. de Queiroz e Melo – Universidade Federal de São João del-Rei

Pareceristas Ad Hoc

Maria de Fátima Araújo – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Maria de Fátima Quintal de Freitas – Universidade Federal do Paraná
Maria Helena Magalhães Mendonça - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Maria Ignez Costa Moreira – Puc-Minas
Maria Lívia Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Maria Lúcia Miranda Afonso- Centro Universitário UNA
Maria Madalena Magnabosco - Universidade Federal de Minas Gerais
Marina de Bittencourt Bandeira – Universidade Federal de São João del-Rei
Maristela Nascimento Duarte – Universidade Federal de São João del-Rei
Matilde M. Miranda Cadete – Centro Universitário UMA
Mayara Pacheco Coelho – UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo
Neuza Maria de Fátima Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Nilson Gomes Vieira Filho – Universidade Federal do Amazonas
Nilson Gomes Vieira Filho - Université Paris Diderot
Patrícia Reinheimer–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Philippe Pomier Layrargues – Universidade Santa Úrsula
Regina Gloria Nunes Andrade – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Roberta Carvalho Romagnoli – Puc-Minas
Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca–Universidade de São Paulo
Rosimeire Reis - Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação Berlaar
Samira Lima da Costa – Universidade Federal de São Carlos
Sheila Ferreira Miranda – Universidade Federal de São João del-Rei
Simone Ouvinha Pérez – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sônia Altoé – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Sônia M. Gomes Sousa - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Soraia Ansara - Faculdades Associadas Ipiranga
Tania Maria de Freitas - Centro Universitário de Brasília
Thais Seltzer Goldstein–Universidade Paulista - Santos
Vanessa Neves – Universidade Federal de Minas Gerais
Vicente de Paulo Almeida – Universidade Estadual Paulista
Walter Melo Jr. - Universidade Federal de São João del-Rei

Pareceristas Ad Hoc

Wanderléia da Consolação Paiva - IF-Sudeste – Barbacena/MG

Wânia M. Araújo - Universidade de São Paulo

Zélia Maria Soares Jófili - Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais

Endereço eletrônico: ppplapip@ufsj.edu.br

Endereço para correspondência: Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip/UFSJ). Praça Dom Helvécio, 74, Salas 2.09 e 2.10, São João del-Rei, MG, CEP: 36.301-160